

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Departamento de História



A Revolução de 14 de Maio de 1915 – Justificações e Dinâmicas

Tiago Manuel Rosa Almeida

Orientador: Prof. Doutor Ernesto Castro Leal

Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de Mestre em

Historia, na variante de História Moderna e Contemporânea

2015

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Departamento de História



A Revolução de 14 de Maio de 1915 – Justificações e Dinâmicas

Tiago Manuel Rosa Almeida

Dissertação de Mestrado em História Moderna e

Contemporânea, orientada pelo prof. Doutor Ernesto Castro Leal

2015

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Ernesto Castro Leal, que aceitou orientar este projecto, pela sua paciência e pelo apoio que prestou ao longo do desenvolvimento da dissertação de Mestrado.

Aos Professores Doutores António Ventura, João Cosme e José Damião Soares, cujos seminários de Mestrado em História Moderna e Contemporânea foram produtivos intelectualmente para mim, como jovem investigador.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal, do Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Arquivo Histórico Militar, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, da Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Central e do Arquivo Histórico Parlamentar, pelo o apoio prestado durante a investigação.

À minha valorosa amiga Diana pelo contributo que deu, ao traduzir o resumo deste projecto.

À minha família e amigos, sempre disponíveis em todos os momentos.

Por último, dedico esta dissertação, a uma pessoa importante para mim, à Liliana que esteve do meu lado para me apoiar durante o desenvolvimento deste projecto.

Resumo

Este trabalho pretende dar uma visão historiográfica aprofundada sobre um dos acontecimentos mais dramáticos ocorridos durante a vigência da I República Portuguesa: A Revolução de 14 de Maio de 1915. Este movimento foi o mais violento durante os dezasseis anos em que durou a I República. Segundo a imprensa contemporânea, liquidou-se em duzentos mortos e mil feridos. As consequências directas da revolução ditaram o fim do Governo do general Pimenta de Castro (foi a primeira tentativa, antes do golpe Sidonista em 1917, de inverter o domínio do Partido Republicano Português sobre as instituições governamentais).

Ao longo deste trabalho, abordamos as origens do movimento revolucionário de 14 de Maio de 1915, dedicando especial atenção ao impacto do Governo do general Pimenta de Castro, apontando as suas principais linhas de força, que promoveu a organização e a execução do movimento durante a madrugada do dia 14 de Maio de 1915.

Aborda-se também os factos ocorridos ao longo desse dia e nos dias seguintes em Lisboa, na Margem Sul, no Porto e na Província.

Por último, expomos as principais consequências que o movimento teve.

Palavras-chave: Ditadura, Revolução, República, Guerra

Abstract

This work aims to provide a deep historiographic vision on one of the most dramatic events that occurred during the 1st Portuguese Republic term: The Revolution of 14th of May of 1915. This was the most violent movement during the 16 years of the 1st Republic. According to the contemporary press, it settled in 200 deaths and 1000 injuries. The revolution's direct consequences dictated the end of General Pimenta de Castro's government (being the first attempt, before the Sidonist coup in 1917, to reverse the Portuguese Republican Party domain on the governmental institutions).

Throughout this work, we approach the origins of the revolutionary movement of the 14th of May of 1915, giving special attention to General Pimenta de Castro's government, pointing its main lines of force, which promoted the organization and execution of the movement during the dawn of the 14th of May of 1915.

It also approaches the facts occurred throughout that and the following days in Lisbon, Margem Sul, Porto and in the Province.

Finally, we expose this movement main consequences.

Keywords: Dictatorship, Revolution, Republic, War.

Índice

Agradecimentos	3
Resumo	5
Abstract	7
Introdução	11
1 – Os Primórdios da Revolução: O Governo do general Pimenta de Castro.....	15
2 – Os Preparativos para a Revolução.....	27
2.1 – A Junta Revolucionária e as suas Ideias Políticas.....	27
2.2 – Preparação e Organização do Movimento Revolucionário.....	36
3 – A Revolução em Curso – em Lisboa e na Margem Sul.....	45
3.1 – O Início da Revolução – A Revolta dos Navios.....	45
3.2 – Os Baluartes da Revolução.....	49
3.2.1 – O Quartel dos Marinheiros.....	49
3.2.2 – O Arsenal da Marinha.....	53
3.3 – A Tomada de Posições.....	56
3.3.1 – O General e os seus Associados.....	56
3.3.2 – As Forças Governamentais.....	59
3.4 – O Assalto ao Museu-Militar de Lisboa e a Tomada do Paiol de Beirolas.....	64
3.4.1 – O Assalto ao Museu-Militar de Lisboa.....	64
3.4.2 – A Tomada do Paiol de Beirolas.....	68
3.5 – Os Confrontos no Centro de Lisboa.....	69
3.5.1 – No Arsenal da Marinha.....	69
3.5.2 – O Governo Civil e o Quartel do Carmo.....	75
3.6 – Confrontos na parte Ocidental de Lisboa.....	77
3.7 – Acção do Campo dos Entrincheirados e a Revolução na Margem Sul.....	80
3.7.1 – Acção do Campo dos Entrincheirados.....	80
3.7.2 – O Vale do Zebro e o Barreiro.....	84
3.8 – A Adesão da Artilharia n.º 1.....	85

3.9 – O Armistício e os Últimos Momentos do dia 14 de Maio de 1915.....	86
4 – A Revolução no Porto e na Província.....	93
4.1 – A Revolução no Porto.....	93
4.2 – A Revolução em Santarém.....	99
4.3 – A Revolução em Portalegre.....	104
4.4 – A 7. ^a Divisão do Exército e a Revolução.....	105
5 – O Rescaldo da Revolução e a sua “Idealização”.....	109
5.1 – O “Governo Nacional” e a <i>Reimplantação da República</i>	109
5.2 – O Caos Revolucionário em Lisboa.....	122
5.3 – O “Governo Nacional” e as suas Políticas.....	131
5.4 – Os Partidos perante a Revolução.....	138
5.5 – Os Navios Espanhóis e o Impacto da Revolução na Imprensa Espanhola.....	146
5.6 – As Reuniões do Congresso da República de 27 e 29 de Maio de 1915.....	151
5.7 – As Eleições de 13 de Junho de 1915.....	156
5.8 – A Demissão do Governo.....	162
Conclusão.....	164
Fontes e Bibliografia.....	171

Introdução

“Na madrugada de 13 para 14 um extenso e intenso movimento revolucionário derrubou o gabinete Pimenta de Castro e determinou o advento de um governo nacional”

Júlio Dantas¹.

O movimento revolucionário de 14 de Maio de 1915 caracterizou-se no desenlace final de uma confrontação (que vinha desde a formação do Governo do general Pimenta de Castro), dentro do campo político-partidário português, que terminou na desordem pública (caos revolucionário) – provocando cerca de duzentos mortos e mil feridos (segundo a imprensa contemporânea e alguns testemunhos da época) – e na queda do General Pimenta de Castro, assistindo-se depois (após as eleições de 13 de Junho), como esperado, à recondução do Partido Republicano Português (*Partido Democrático*) ao controlo da estrutura político-administrativa do Estado, ditando-se, desse modo, numa nova correlação de forças no acesso aos privilégios do Poder, de onde as outras facções foram arredadas novamente (os *evolucionistas* e os *unionistas* seriam removidos do controlo de ambas as Câmaras do Congresso da República e os monárquicos viram os seus esforços completamente calcinados no termo do projecto restauracionista). A partir desse instante reiniciou-se novamente o processo de recondução de Portugal para a Guerra.

Os factos mencionados servem para patentear a conjuntura que envolveu o movimento revolucionário de 14 de Maio de 1915, razão mais do que plausível para o justificar como objecto de estudo. Mas continua a ser estranho que, apesar do desenvolvimento verificado, nos últimos anos, na historiografia portuguesa, que se dedica à I República, não exista, até à actualidade, um estudo minucioso que venha explicar, objectivamente, as repercussões que teve no percurso da I República os

¹ V. *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, Série II, nº 483, 24 de Maio de 1915, p. 641.

acontecimento de 14 de Maio de 1915. Por forma a podermos enquadrar os acontecimentos em questão – dentro do seu contexto histórico –, fizemos um levantamento minucioso das fontes, em arquivo ou não, – separadas entre correspondência, imprensa contemporânea (de época), opúsculos e as memórias de alguns dos principais intervenientes na cena política desse período – e do *corpus* bibliográfico existente sobre o tema em questão.

Numa primeira fase de pesquisa, procedemos ao levantamento documental de todas as fontes existentes em arquivo, para isso fomos aos seguintes arquivos: o Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Arquivo Histórico Militar, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Arquivo Central da Marinha e o Arquivo Histórico Parlamentar, onde pudemos constatar a omissão de fontes primárias (ou foram perdidas ou foram destruídas pelo tempo) essenciais para este estudo (a falta de relatórios).

Numa segunda fase da nossa investigação, na Biblioteca Nacional de Portugal deparámo-nos com abundantes relatos, fundamentais para o desenvolvimento deste projecto: apontamos a imprensa contemporânea, em particular três periódicos – *O Século*, *O Mundo* e *A Capital* –, que nas suas colunas trouxeram descrições importantíssimas. Consultámos também dois conjuntos de fontes fundamentais para este projecto: as memórias e os opúsculos, dos quais salientamos alguns importantes documentos: as memórias do general Pimenta de Castro – *O Dictador e a Affrontosa Dictadura* –, as memórias de Machado Santos – *A Ordem Pública e o 14 de Maio* –, o opúsculo do capitão Correia dos Santos – *Subsídios para a História Política e Militar da Revolução de 14 de Maio de 1915* –, o opúsculo do vice-almirante Xavier de Brito – *O 14 de Maio verídico. Esboço, crítica e rectificações. Pontos nos ii* – e o opúsculo de Francisco Rocha Martins – *Pimenta de Castro, Ditador Democrático*.

Por um lado, destacamos, pela sua importância, o conjunto de dicionários históricos que usamos: o *Dicionário de História da I Republica e do Republicanismo*, coordenado por Ana Paula Pires e Maria Fernanda Rollo, e o *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão. E ainda recorremos, ao longo desta dissertação de Mestrado, a várias obras de referência historiográfica: o *Suplemento da História de Portugal*, dirigido por Damião Peres; o volume sexto (*A Segunda Fundação*), da autoria de Rui Ramos, da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso; a *História da 1ª*

República de Carlos Ferrão; a *História Política da Primeira República Portuguesa* de David Ferreira; o terceiro volume de *Portugal Contemporâneo*, dirigido por António Reis e o décimo primeiro volume (*Portugal da Monarquia para a República*) da *Nova História de Portugal*, dirigida por A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Por último e não menos importante, as dissertações de Mestrado de Bruno José Navarro Marçal (*Governo de Pimenta de Castro Um General no Labirinto da I República*) e de João Carlos Nascimento Santana da Silva (*A «AFRONTOSA DITADURA» Pimenta de Castro entre Apoiantes e Detractores*).

Nessa perspectiva, ao escolhermos a Revolução de 14 de Maio de 1915 como instrumento de estudo, a análise das fontes e do *corpus* bibliográfico, permitiu-nos estruturar melhor a informação no sentido de uma contextualização e abordagem histórica dos acontecimentos revolucionários. Assim, no primeiro e segundo capítulos desta dissertação de Mestrado nós procuramos compreender a evolução do processo desde a formação do Governo do general Pimenta de Castro, apresentando resumidamente as suas principais linhas de força, até ao começo da Revolução. Percebendo os factores pelos quais a Revolução se formou e como se organizou logo à partida.

No terceiro e quarto capítulos desta dissertação de Mestrado debruçamo-nos, especificamente, sobre a evolução dos confrontos revolucionários (o terceiro capítulo foca-se, essencialmente, nos acontecimentos ocorridos em Lisboa e na Margem Sul; o quarto capítulo centra-se, exclusivamente, nos acontecimentos ocorridos no Porto e na Província). Aqui serão analisados os principais momentos do dia 14 de Maio, enquadrando-os no ambiente de conflituosidade latente da I República, os quais resultaram no sucesso da Revolução de 14 de Maio de 1915. No quinto e último capítulo analisaremos quais foram as consequências políticas e sociais resultantes dos efeitos revolucionários (a nível interno e a nível externo), tendo em vista a realização das eleições de 13 de Junho.

Assim pretendemos apresentar, neste estudo historiográfico, uma proposta interpretativa dos acontecimentos que marcaram a sedição revolucionária de 14 de Maio de 1915 que, partindo da averiguação factual, nos permita compreender o seu verdadeiro significado, no contexto histórico da I República. Com isto queremos responder, ao longo deste trabalho, às seguintes questões: Quais os motivos que

estiveram por detrás da organização da Revolução? Como se preparou a Revolução? Quem preparou a Revolução? Como desenrolou a Revolução? Quais as consequências da Revolução? Estas são apenas algumas das perguntas às quais pretendemos ver convenientemente respondidas ao longo desta dissertação de Mestrado, que agora apresentamos.

1 – Os Primórdios da Revolução: O Governo do general Pimenta de Castro

Após o “Movimento das Estadas”, o general Pimenta de Castro encabeçou um Governo extrapartidário. A obra governativa deste Governo – que será alvo de uma breve reflexão neste capítulo –, justificou a organização do movimento revolucionário de 14 de Maio de 1915. Os primeiros traços, no desenvolvimento deste caminho, remontam a uma entrevista feita, no dia 25 de Fevereiro, pelo jornal *A Capital* ao general Pimenta de Castro, onde o ancião proferiu algumas palavras indicando a orientação política que seguiria daí em diante o seu Governo: “O programa é simples: é pegar na lei e andar para diante. É preciso acalmar os espíritos. Para isso é necessário haver ordem e haver liberdade”².

Estas palavras foram interpretadas das mais diferentes formas no espectro político português, baseando-se nas motivações políticas em torno da questão eleitoral. A imprensa, afecta ao Partido Republicano Português (*Partido Democrático*), considerava que o respeito pela lei implicava o respeito pela Constituição da República. O Governo deveria, obrigatoriamente, manter a data das eleições determinada pelo Executivo anterior, não devendo, no caso de se insistir no seu adiamento, agendar o acto eleitoral para além do mês de Maio, pois não teria a oportunidade de proceder a alterações na lei eleitoral, e em outros aspectos referentes ao escrutínio, que cabiam, aliás, por exclusivo ao Parlamento e que, ao serem alvo da ingerência do Poder Executivo, configuravam a entrada em “ditadura”³.

Os *democráticos* entendiam não haver razões para se reverem os cadernos eleitorais, uma vez que a responsabilidade da sua elaboração não era do Governo, mas dos secretários das administrações. No seu ver consideravam que essa revisão só poderia caber a si e ao seu Partido⁴. Apesar de ambíguas, as palavras do General, podiam significar uma oportunidade para as outras correntes republicanas à direita do PRP (oposição)⁵. No dia 25 de Janeiro eram já várias as forças que lhe asseguravam o

² Cf. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº1609, 25 de Janeiro de 1915, p.1.

³ V. Marçal, Bruno José Navarro, *Governo de Pimenta de Castro: Um General no Labirinto da I República*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, orientação de Ernesto Castro Leal, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, p. 93.

⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 93-94.

⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 94-96.

seu apoio. Em pouco dias ficou alegadamente clara, na organização do novo Ministério, uma tendência militarista e apartidária, apesar de o apoio dos *unionistas* e dos *evolucionistas* ter, aparentemente, afrouxado devido à falta de empenho do General em beneficiá-los, desde da formação do Ministério⁶. Ficou claro que nenhum dos Partidos republicanos apoiava realmente a constituição de um Governo daquela natureza (extrapartidário), e só o faziam em benefício próprio⁷.

Nos finais do mês de Fevereiro a discussão política ficou acesa em torno da questão eleitoral: sendo necessário promulgar uma nova lei eleitoral que pudesse substituir a lei promulgada em Janeiro pelo Governo de Victor Hugo de Azevedo Coutinho (o general Pimenta de Castro considerou, aquela lei, irregular constitucionalmente)⁸. O argumento que foi apresentado, considerando a sua irregularidade, defendia que todas as leis promulgadas depois de 2 de Dezembro de 1914 deixariam de ser válidas, já que os poderes do Congresso (Poder Legislativo) aspiraram depois dessa data⁹. Ao saber das intenções do Governo (para a criação de uma nova lei eleitoral), Afonso Costa, na qualidade de líder do Partido Republicano Português, procurou imediatamente o General, a quem ofereceu a sua total colaboração na elaboração dessa lei eleitoral, comprometendo-se a aprovar, no Parlamento, todas as alterações que o presidente do Ministério quisesse¹⁰.

O Governo não aceitou o apoio do PRP e a 24 de Fevereiro era publicada, em *Diário de Governo*, a nova lei eleitoral, substituindo a anterior, de 11 de Janeiro¹¹. A nova lei eleitoral, para o PRP, era uma verdadeira afronta. Assim a 25 de Fevereiro, num enorme artigo, em destaque nas páginas d'*O Mundo*, expunha as consequências

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 96. V. tb. Santos, António Maria de Azevedo Machado, *A Ordem Pública e o 14 de Maio*, Lisboa, Lamas & Franklin, 1916, p. 60; Martins, Francisco Rocha, *Pimenta de Castro, Ditador Democrático*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2009, p.42.

⁷ V. Fraga, Luís Manuel Alves de, *O Fim da Ambiguidade: a Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*, 2ª. Edição, Lisboa, EDIUAL, 2012, pp. 200-201.

⁸ V. *Sumário das sessões da Câmara dos Deputados*, 152.ª sessão ordinária (ampliada), 11 de Janeiro de 1915.

⁹ V. Castro, Joaquim Pereira Pimenta de, *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*, Weimar, Imp. Wagner G. Humboldt, 1915, p.16.

¹⁰ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5250, 24 de Fevereiro de 1915, p. 1. V. tb. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1666, 24 de Fevereiro de 1915, p. 1.

¹¹ Decreto n.º 1352, *Diário do Governo*, I Série, 24 de Fevereiro de 1915.

daquele acto¹². No mesmo dia o líder *democrático*, Afonso Costa, numa entrevista ao periódico *O Século*, acusava o Governo do General de incumprimento da Constituição, estando por isso ilegal¹³. Ainda nesse dia, o Governo anunciou a proibição da reunião Parlamentar calendarizada para o dia 4 de Março¹⁴. A partir desse instante o Governo seria considerado anti-republicano, por parte do PRP, porque no seu entender este Governo violava ostensivamente a lei fundamental. Declaravam-lhe, por isso, uma guerra, sem limites, e pediam a mobilização de todos os republicanos contra aquela “ditadura”¹⁵. Na noite de 25 de Fevereiro, o Directório do Partido reuniu-se, de emergência, de onde sairia, pouco depois, uma nota oficiosa contra o Governo¹⁶.

No dia 27 de Fevereiro, junto ao Terreiro do Paço, reuniram-se cerca de 700 oficiais do exército na presença de Pimenta de Castro, numa manifestação de apoio e agradecimento. O General aproveitou este episódio para, em discurso, lançar uma crítica violenta contra o PRP. Do lado do Partido Republicano Português considerou-se que aquelas palavras eram ofensivas, não para o Partido, mas para a República¹⁷. Em consonância com os *democráticos*, João Chagas considerou aquele discurso como destrutivo para a imagem do regime e do País¹⁸. Algum tempo depois, João Chagas acabaria por pedir a sua demissão do cargo que ocupava como diplomata em Paris, por não pactuar das políticas intransigentes do General¹⁹. Na imprensa associada ao PRP havia manifestações de carinho com o seu retorno a Portugal²⁰.

A situação era, no final de Fevereiro, de grande inquietação, já que o País resvalava-se para a desordem civil. A 28 de Fevereiro, junto ao largo de São Carlos, em Lisboa, o deputado Henrique Cardoso (*democrático*) foi assassinado quando se dirigia

¹² Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5251, 25 de Fevereiro de 1915, p.1.

¹³ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº11929, 25 de Fevereiro de 1915, p.1.

¹⁴ V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1637, 25 de Fevereiro de 1915, p.2.

¹⁵ V. Marçal, Bruno José Navarro, *op. cit.*, p. 120.

¹⁶ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5253, 26 de Fevereiro de 1915, p.1.

¹⁷ V. Marçal, Bruno José Navarro, *op. cit.*, p. 124-127.

¹⁸ V. Chagas, João, *A Última Crise. Commentários à situação da República Portuguesa*, Porto, Emp. Guedes, 1915, pp. 10-11.

¹⁹ V. Novais, Noémia Malva, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1919)*, Coimbra, Minerva, 2006, pp. 84-87.

²⁰ V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº1643, 3 de Março de 1915, p. 1.

para uma reunião do PRP²¹, criando uma sensação de perseguição aos *democráticos*, focaram este acontecimento numa oportunidade de reunir e inspirar os seus correligionários na luta contra o Governo²². Enquanto isso, depois de toda a controvérsia gerada em torno do decreto da nova lei eleitoral, o General encontrava-se obrigado a forçar o cumprimento do novo decreto e assim procedeu a algumas medidas para a sua aplicação²³.

Com a aproximação de 4 de Março, a situação política estava numa abolição total. O PRP declarava que a República estava em perigo. Afonso Costa e os seus apoiantes tinham-se esforçado por persuadir o Presidente da República, Manuel de Arraiga, para que este não aceitasse o encerramento do Parlamento, ainda que o seu funcionamento, depois de agendado o acto eleitoral, já não estivesse autorizado constitucionalmente. Esquecendo o que fizera, pediam-lhe agora que não continuasse com aquela resolução²⁴. Em simultâneo, os *democráticos* manifestavam, de boa vontade, colaborar com o Governo, aceitando todas as medidas “ditatoriais” promulgadas por este, desde que o mesmo reconhecesse a legitimidade no funcionamento do Parlamento. O general Pimenta de Castro recusou, irredutivelmente, esse proposta, ficando decidido que o Parlamento não se reuniria²⁵.

Para assegurar o cumprimento daquela determinação foi enviado um forte dispositivo policial da GNR que cercou o Parlamento impedindo o seu acesso. Tendo conhecimento da relutância do presidente do Ministério, os deputados *democráticos* acordaram, uns dias antes, deslocar aquela reunião para o Palácio da Mitra, em Santo

²¹ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5255, 1 de Março de 1915, p.1 .

²² Alexandre Braga deslocou-se com Afonso Costa e mais alguns membros do PRP até ao Porto para participar no enterro de Henrique Cardoso, onde fez um discurso em memória do seu companheiro assassinado (culpando o Governo pela sua morte): “*O Sangue de Henrique Cardoso foi o primeiro sangue vertido pela pureza da Constituição e da Lei. Há-de frutificar e é necessário que frutifique. É aqui, perante os seus despojos mortais, juremos todos defender a obra para que ele tanto cooperou e que é nossa: a Constituição, a Lei e a Republica.*” (*Ibidem*, 4 de Março de 1915, p.3). V. tb. Silva, João Carlos Nascimento Santana da, A «AFRONTOSA DITADURA», *Pimenta de Castro entre Apoiantes e Detractores*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, orientação de Ernesto Castro Leal, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011, p. 96.

²³ V. Marçal, Bruno José Navarro Marçal, *op. cit.*, p.130.

²⁴ *Idem, Ibidem*, p. 132.

²⁵ *Idem, Ibidem*.

Antão do Tojal²⁶. Ali, Afonso Costo relembrou a morte de Henrique Cardoso e, em seguida, acusou o General de ter ido demasiado longe ao impedi-los, os deputados e senadores, de se reunirem no Palácio do Congresso (Palácio de S. Bento)²⁷. Mais adiante, o líder *democrático* declamou, ainda, um discurso muito efusivo contra o Governo:

“Não pode haver no país um homem inteligente, um coração leal, que não se coloque ao lado do Parlamento contra o Poder Executivo, ao lado da lei contra o arbítrio, ao lado da vontade soberana do povo, expressa pelos seus corpos legislativos, contra a opressão, contra a violência mais inaudita, contra toda a espécie de crimes que podemos e devemos esperar que venham desta ditadura sombria, hipócrita e reles, que está humilhando a nação portuguesa. Quem diria que, feita a República, poderia subsistir uma ditadura, pior, mais indigna e mais infame que a ditadura que, dentro da monarquia, representou a suprema indignidade dela, a ditadura de João Franco! Quem diria que, sendo chefe do Estado um republicano, se impediria o próprio Presidente da Câmara de entrar no edifício das Cortes, onde ele é senhor, e que o Sr. Bernardino Machado seria ameaçado com a prisão se insistisse em ir ocupar o seu lugar de Senador?! Não sabe que horas sombrias virão ainda; o que sabe é que a República vingará, que a liberdade triunfará e que a legalidade há-de voltar a imperar em Portugal. Fez-se a República, não por um golpe de audácia, mas porque penetrou no coração do povo o amor pelas novas instituições. Podemos estar tranquilos, porque mesmo que a República se apagasse, havia de ressurgir, mais brilhante e mais forte, aquecendo o solo de Portugal, com as suas aspirações e as suas doutrinas de ordem e de liberdade”²⁸.

No adiantamento dos trabalhos era apresentada uma moção, aprovada por unanimidade, decretando, por um lado, a ilegalidade política e constitucional do Governo e do Presidente da República (estando ambos *fora da lei*) e, por outro, declarando nulos todos os decretos governamentais do Executivo²⁹. Em suma, estas declarações eram um verdadeiro apelo à revolta civil contra a “ditadura”. Alguns republicanos convictos, mas fora do círculo *democrático*, apesar de afectos a este,

²⁶ V. Santos, João António Correia dos, *Subsídios para a História Política e Militar da Revolução de 14 de Maio de 1915*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1915, p. 20.

²⁷ V. *Sumário das sessões da Câmara dos Deputados*, 153ª Sessão Ordinária (ampliada), 4 de Março de 1915, p.1.

²⁸ *Ibidem*, p. 2.

²⁹ *Ibidem*.

apresentam-se em público a criticar o Ministério e o General (entre estes João Chagas e Bernardino Machado).

Já em Portugal, João Chagas publicou o opúsculo “*A Última Crise*” sobre a situação política do País, apelidando-a como sendo acto monstruoso³⁰. O próprio Bernardino Machado publicou, seguindo o exemplo de João Chagas, um opúsculo intitulando-se “*Contra a Ditadura*”, em que denunciava o Gabinete de Pimenta de Castro³¹. Já os jornalistas Hermano Neves e Herculano Nunes juntaram-se, os dois, para publicar um folheto, designando-o por “*Fora da Lei!*”, no qual denunciavam abertamente os excessos do Governo³². A própria presidência da República recebia regularmente correspondência a denunciar os abusos cometidos pela “ditadura”, por parte de alguns republicanos descontentes. A título de exemplo podemos fazer referência a uma carta, enviada pela comissão municipal do PRP de Coimbra a Manuel de Arraiga, denunciando o Governo por todo o tipo de atropelos e ilegalidades cometidas³³.

Após a publicação da lei eleitoral de 24 de Fevereiro, não ficando por aqui, outras medidas se seguiram, por parte do Executivo, para enfraquecer a posição do Partido Republicano Português; vários funcionários públicos, na sua maioria membros deste Partido, foram afastados dos seus postos³⁴. Estas perseguições políticas só poderiam ser vingadas, de facto, com uma verdadeira “desobediência civil” –, e assim se fez, por parte dos corpos administrativos que, ao seguirem as instruções do Directório, após a sessão da Mitra, boicotaram as medidas eleitorais impostas pelo General. Esta atitude teve como resposta o decreto de 9 de Abril de 1915, o qual

³⁰ V. Chagas, João, *A Última Crise. Commentários à situação da República Portuguesa*, Porto, Emp. Guedes, 1915, p. 3.

³¹ Cf. Machado, Bernardino, *Contre la Dictature*, Lisboa, Tipografia – Casa Portuguesa, 1915.

³² V. *Fora da Lei!*, dir. Nunes, Herculano, Nunes, Hermano, 1.ª série (única), Lisboa, Abril-Maio de 1915.

³³ V. Matos, Sérgio Campos, Freitas, Joana Gaspar de (organização), *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 499-500.

³⁴ V. Marçal, Bruno José Navarro Marçal, *op. cit.*, p. 154.

dissolve “os corpos administrativos que tomarem deliberações ou praticarem quaisquer factos que representem insubordinação contra o Poder Executivo”³⁵.

Os corpos administrativos dissolvidos foram substituídos, posteriormente, por comissões administrativas compostas por indivíduos afectos ao Governo (entre estes figuravam vários monárquicos³⁶). Em contrapartida, algumas das corporações dissolvidas, num acto de desobediência explícito, recusaram entregar os bens que estavam na sua tutela às comissões. Assim, o Ministério publicou a 11 de Maio um decreto que previa a prisão dos membros desses corpos insurreccionais que não entregassem os seus bens³⁷. Estes actos de represália contra os corpos administrativos foram vistos, pela imprensa afecta ao PRP, como mais um exemplo da falta de escrúpulos por parte do Governo³⁸.

O efervescer da conflitualidade política, entre o Governo e a oposição (particularmente o PRP), subiu em escala, em particular, depois dos dias 28 e 29 de Março, quando no Teatro Politeama, em Lisboa, decorreu o Congresso do Partido Republicano Português. No qual saiu mais fortalecido o Directório desse Partido (estando este determinado a conduzir o Partido às eleições). Ao mesmo tempo eram concedidos, numa moção, ao Directório poderes para organizar e dirigir a resistência contra a “ditadura”³⁹. Segundo João Carlos Santana, a moção significou um autêntica – e total – apelo à “recalcitração civil”⁴⁰.

Em contrapartida, enquanto os *democráticos* faziam o seu jogo, os monárquicos desenvolviam a sua campanha política, protegidos pelo General, aos quais tinham sido

³⁵ Decreto n.º 1488, *Diário do Governo*, I Série, 9 de Abril de 1915. V. Ferreira, David, *História Política da Primeira República Portuguesa*, Vol. I (1910-1915), II Parte, Lisboa, Livros Horizonte, 1973, pp. 47-48.

³⁶ V. Santos, Miguel António Dias, *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*, Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea, orientada por Amadeu Carvalho Homem, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, p. 326.

³⁷ Decreto n.º 1569, *Diário do Governo*, I Série, nº 92, 11 de Maio de 1915.

³⁸ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5298, 13 de Abril de 1915, p.1 ; V. tb. *O Povo*, Ano IV, nº 253, 12 de Abril de 1915, p. 1 . 271.

³⁹ V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1668, 28 de Março de 1915, pp. 1-2; *Ibidem*, nº 1669, 28 de Março de 1915, pp. 1-2; *Ibidem*, nº 1670, 28 de Março de 1915, p. 1.

⁴⁰ Silva, João Carlos Nascimento Santana da, *op. cit.*, p. 101.

reconhecida, não só liberdade política, mas também organizativa. Os monárquicos aproveitaram estas facilidades para enveredar numa campanha provocatória e ostensiva contra o regime ao denegrirem a obra da República, por um lado, e, por outro, ao definirem o Ministério de Pimenta de Castro, não como um Governo republicano, mas fundamentalmente nacional, por ter sido alcandorado ao poder na sequência de uma manifestação de oficiais⁴¹. Em finais de Abril eram amnistiados todos os “criminosos políticos” que ostentavam crimes contra a República, muitos destes convictos monárquicos que puderam regressar a Portugal, como Paiva Couceiro ou João de Azevedo Coutinho⁴². Enquanto por todo o País, os realistas foram abrindo vários centros políticos como suporte da sua campanha política.

O avanço monárquico favorecido pelas políticas de apaziguamento e de “atração” do Governo tinha beneficiado o crescimento dos ódios sectários, em Portugal, entre republicanos e monárquicos; a grande maioria dos republicanos não suportavam ver a passear pelas ruas de Lisboa os realistas (como Paiva Couceiro ou Azevedo Coutinho) – que atentaram contra o regime republicano –, que tantos ódios geravam⁴³. A propaganda em torno da questão realista foi um dos sustentáculos mais apreciados, pelo Partido Republicano Português, para atacar o Governo, pelo seu suposto apoio à causa realista. Era o suposto progresso do “perigo monárquico”. Por isso, tudo servia para atacar os inimigos da República, supunham os apoiantes de Afonso Costa. Bruno Marçal, em *O Governo de Pimenta de Castro: Um General no Labirinto da I República*, fez uma excelente descrição das acções dos *democráticos* contra o Governo do general Pimenta de Castro para a sua descredibilização:

“Daí que aos apelos de insubordinação, lançados aos corpos administrativos e ao funcionalismo público, o Partido Republicano Português (Partido Democrático) não hesitasse em associar a mobilização dos seus recursos propagandísticos, quer pela organização de comícios e conferências por todo o país, quer pelo lançamento de uma

⁴¹ V. Marçal, Bruno José Navarro Marçal, *op. cit.*, p. 167.

⁴² Decreto n.º 1508, *Diário do Governo*, I Série, nº 77, 20 de Abril de 1915.

⁴³ Cf. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1708, 7 de Maio de 1915, p. 1. V. tb. Garção, Mayer; *A Ditadura e a Revolução. História dum crime punido pelo povo*, prefácio de José de Castro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, p. 23. “[...] os conspiradores regressavam. Azevedo Coutinho já está em Lisboa, onde se banqueteia com os seus amigos. No dia 7, a cidade assiste à volta de Couceiro. Há quem esfregue os olhos supondo-se preso dum pesadelo. Couceiro regressa e provocadoramente atravessa as ruas da capital, com mãos na algibeira, apertando a coronha do seu revolver”.

intensa campanha difamatória nos seus órgãos de imprensa, onde se insistia, ad nauseam, no carácter ditatorial do governo, que ofendia os princípios constitucionais; nas facilidades concedidas aos monárquicos, que rapidamente conduziriam à extinção do regime republicano e à dissolução da nacionalidade; nas perseguições dirigidas aos simpatizantes democráticos, agora apresentados simplesmente como grandes republicanos, que repugnavam à generalidade da população. [...] A campanha de descrédito político e pessoal dirigida ao chefe do Governo atingiu o cúmulo de certificar, voluntariamente, ainda que sem qualquer prova específica, uma estreita ligação do General à conspiração realista [...]”⁴⁴.

As injúrias não paravam por aqui; Pimenta de Castro foi acusado pelo *democratismo* de ser germanófilo, dentro do contexto da Grande Guerra⁴⁵, por não pactuar com a causa intervencionista liderada pelo Partido Republicano Português. Esta ideia era unânime, e muito difundida pelos opositores do General e do seu Gabinete, aquando do envio, por parte do chefe do Governo, de um cartão de felicitações, pelo aniversário do Kaiser, ao ministro alemão em Portugal. Em consequência disto fez-se circular, entre o público em geral, um boato falso de que o general Pimenta de Castro recebia, supostamente, lições de alemão⁴⁶. Apesar disso, o General nunca escondeu a sua profunda admiração pela Alemanha⁴⁷, por isso foi um grande defensor da normalização das relações diplomáticas com o Império Alemão.

A tentativa de normalização das relações diplomáticas com a Alemanha fez-se acompanhar da mesma forma por uma tentativa de normalização das relações com Espanha. O restabelecimento da normalidade diplomática, com este País, era mais do que óbvio, se quisesse evitar novos incidentes diplomáticos, que poderiam conduzir a uma potencial intervenção espanhola. Assim, aplacar-se-ia o *Perigo Espanhol*, através de algumas concessões diplomáticas. Mesmo assim não foi o suficiente. Um suposto incidente diplomático quase provocou uma intervenção espanhola, por causa da publicação de umas supostas notas diplomáticas no jornal espanhol *El Imparcial*.

⁴⁴ V. Marçal, Bruno José Navarro, *op. cit.*, pp. 192-193.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 217. V. tb. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p. 79; V. tb. Matos, José Mendes Ribeiro Norton de, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, Vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2005, pp. 98-100; Brandão, Raúl, *Vale de Josafat. Memórias*, Vol. III, Lisboa, perspectivas & realidades, 1988, p. 60; Ferreira, David, *História Política da Primeira...*, cit., p. 147.

⁴⁶ Cf. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1688, 17 de Abril de 1915, p. 2.

⁴⁷ V. Castro, Joaquim Pereira Pimenta de, *op. cit.*, p. 50.

Apesar do sucedido, os seus efeitos não tiveram grande prejuízo para as relações diplomáticas entre os dois Países Ibéricos⁴⁸.

Posto isto, na consciência de muito republicanos, os agravos perturbantes cometidos pelo Governo orientavam o País para duas potenciais ameaças: a restauração Monárquica e a potencial perda da Independência. Não obstante, não demorou muito tempo para que a opinião pública fosse influenciada na oposição contra o Ministério – graças a uma feroz propaganda por parte do PRP (conseguiu minar a base de apoio social do Executivo). Nesta campanha escutavam-se vários rumores que davam como certa ou a entrega de Portugal a Espanha ou a entrega da República aos monárquicos⁴⁹. Por causa desses rumores a ala *democrática* saiu a ganhar, conduzindo a preparação revolucionária. Mesmo assim o Governo mantinha uma atitude intransigente, supondo contar com o apoio do Exército, e, à partida, parecia contar com o apoio de, praticamente, todo o País⁵⁰. Mas a realidade era bem diferente daquilo que o general Pimenta de Castro pensou.

Em primeiro lugar, o Exército, que tinha conduzido o General ao poder, não detinha a força, nem a organização necessária para o manter e muito menos tinha a disposição necessária para defendê-lo (o Executivo demonstrou ser demasiado brando na sua acção e depois era provisório). Em segundo lugar, os Partidos que à partida se mostraram solidários com o Governo, mais tarde ou retiraram a sua solidariedade ou mantinham um apoio pouco sólido, por não verem as suas reclamações acatadas⁵¹. Em

⁴⁸ V. Marçal, Bruno José Navarro, *op. cit.*, pp.225-235

⁴⁹ V. Idem, *Ibidem*, p.240.

⁵⁰ V. Sousa, António Teixeira de, *Responsabilidade Históricas (Política Contemporânea)*, Vol. I, Coimbra, França & Arsénio, 1917, pp. 373-374. “O governo Pimenta de Castro tinha por si o apoio do partido Evolucionista e do Reformista, respectivamente dirigidos por António José de Almeida e Machado Santos e, até à véspera do movimento, tivera o da União Republicana, de Brito Camacho. [...] Mais claramente, tinha por si uma grande parte dos republicanos que haviam feito a revolução de 1910. Tinha por si o apoio dos monárquicos militantes [...]. Tinha por si os chefes monárquicos [...]. Tinha por si os católicos [...]. Tinha o apoio do exército [...]. Quem o combatia? O partido republicano democrático somente, e esse era por tal maneira perseguido, que os seus adversários o davam como morto, para não mais ressuscitar”

⁵¹ No dia 14 em desacordo com o Governo, em torno na divisão do bolo eleitoral, a União Republicana retirou oficialmente o seu apoio ao General. “Desde ontem a União Republicana não tem a mínima solidariedade com o governo; não renega as que lhe caibam pelo apoio que lhe deu, mas não quer outras”

terceiro lugar, os monárquicos não se interessavam minimamente com o destino do Governo, apenas aproveitá-lo-iam em seu benefício (Restauração). E por último, o Gabinete sofreu de algumas dissidências internas, em conjunto com a falta de confiança no Ministério, por parte do Presidente da República⁵².

O PRP aproveitou-se, assim, de todas as fraquezas do Executivo, reforçando, deste modo, a campanha de difamação contra este, ao mesmo tempo que moviam a campanha revolucionária, cujos preparativos, aparentemente, eram quase públicos⁵³. Afonso Costa – que pedira uma licença de noventa dias ao reitor da Universidade de Lisboa para dedicar-se à campanha eleitoral – no dia 3 de Maio, no Porto, fez um discurso apelando à insurreição revolucionária⁵⁴. Dias depois, a 10 de Maio, em Alcântara, ocorreu tumultos, que nasceram dos confrontos entre monárquicos e republicanos, após os primeiros terem fundado, naquele bairro Lisboeta, um centro – que atentava contra o espírito radical daquele bairro republicano. Os confrontos deram lugar, a seguir, a uma grande manifestação republicana que percorreu as ruas de Lisboa⁵⁵. Era um verdadeiro prelúdio do que aí vinha. Os monárquicos davam conta desta agitação nos seus periódicos, avisando o General. Assim, o jornal *O Dia*, no dia 11 de Maio, avisava Pimenta de Castro: “Vista a farda, sr. General!”⁵⁶. Em plena véspera da Revolução, o jornal *O Povo* afirmava: “Às armas, Portugueses! Povo, é

(*A Lucta*, Lisboa, Ano X, nº 3376, 14 de Maio de 1915, p.1). Segundo Raul Brandão, os *evolucionistas* não descartavam a opção de retirar o seu apoio ao mesmo. “Mas olhe que muitos correligionários meus estão também desagradados e eu [António José de Almeida] ver-me-ei forçado a retirar o meu apoio” (Brandão, Raul, *op. cit.*, p. 60).

⁵² V. Marçal, Bruno José Navarro, *op. cit.*, pp. 241-244.

⁵³ V. “*A “República Velha” (1910-1917)*” in Valente, Vasco Pulido, *Portugal – Ensaio de História e de Política*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2009, p. 94.

⁵⁴ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5321, 6 de Maio de 1915, p. 1.

⁵⁵ V. Ferreira, David; *História Política da Primeira ...*, cit., pp. 100-104

⁵⁶ *O Dia*, Lisboa, Ano XXV (4.ª série – ano XVI), nº 794, 11 de Maio de 1915, p.1, *Apud*, Silva, João Carlos Nascimento Santana da, *op. cit.*, p.119. Consoante Costa Cabral, este chamado de atenção não favoreceu em nada o Executivo, muito pelo contrário, acabou por agravar o ambiente, ríspido, que se evidenciava em Lisboa: “Este artigo, que analysava a turva situação política de então, foi um erro tremendo! Era um aviso aos revolucionários, que logo se precataram, acautelando-se e preparando melhor e com mais segurança as suas forças de assalto. O ilustre jornalista, sem querer, favoreceu os intuitos dos raivosos inimigos da ordem, que eram também do governo.” (Cabral, António, *As minhas memórias políticas em plena República. A catástrofe – Valeu a pena?...*, Lisboa, Imprensa Lucas & C.ª, 1932, p. 269).

preciso proclamar outra vez a republica, fazer soar de novo nas ruas a voz libertadora dos canhões! Esta situação tem que acabar por uma revolução, ou por uma tragédia!”⁵⁷.

Os dias passavam e já não faltava muito para a Revolução acontecer. Quase todos sabiam em Lisboa, menos o General, que andava desatento aos factos e aos avisos. O juiz de instrução criminal João Elói Pereira Nunes Cardoso, o comandante da polícia Tristão da Câmara Pestana e o próprio governador civil de Lisboa, António Cassiano Pereira de Sousa Neves, não lhe davam conta das manobras da conspiração. Simultaneamente, o chefe do Governo acreditava francamente na lealdade dos oficiais do Exército⁵⁸. Mesmo quando alguém lhe pronunciava a palavra “traição” só tinha uma pergunta clara para isso: “Então os oficiais, que espontaneamente vieram a minha casa entregar-me as suas espadas numa exibição teatral, hão-de trair-me?” E se o fizessem? “Deus super omnia”. E se rebentasse uma revolução? “Não acredito. Não há tal! E depois? Se houver, houve. Dinheiro não me apanham, se for para a cadeia, fui”⁵⁹.

Apenas perto do momento do acontecimento é que ficou a saber do que se projectou⁶⁰, mas mesmo assim, apesar do seu “espírito de contradição” ainda implementou algumas medidas: 1) substituiu o governador civil António Cassiano por Ernesto da Cunha Ferraz (este último ameaçou os jornais ligados ao Partido Republicano Português, com a lei de 9 de Julho de 1912 (que dava possibilidades ao Governo de apreendê-los)⁶¹; 2) indicou ao comandante da 1.^a Divisão do Exército, o general Blanco, que fizesse circular pela cidade um edital a prevenir a população de possíveis agitações, e impondo, assim, o estado de sítio⁶²; 3) colocou toda a corporação militar de Lisboa em prevenção rigorosa⁶³.

⁵⁷ Cf. *O Povo*, Lisboa, Lisboa, Ano IV, n° 283, 13 de Maio de 1915, p.1.

⁵⁸ V. Marçal, Bruno José Navarro, *op. cit.*, p. 251

⁵⁹ *Apud*, Idem, *Ibidem*.

⁶⁰ V. Castro, Joaquim Pereira Pimenta de, *op. cit.*, p.45. “No dia 13 de Maio, à noite, fui avisado de que a revolta rebentava na madrugada seguinte. Desta vez, diziam, não é como das outras: sai com certeza”.

⁶¹ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, n° 5329, 14 de Maio de 1915, p. 1.

⁶² V. Sousa, António Teixeira de, *Responsabilidades Históricas (Política Contemporânea)*, Vol. II, Coimbra, França & Arménia, 1917, pp.426-425:

“cidadãos – assumindo, em condições graves para o destino da nossa nacionalidade, o governo militar de lisboa, appello para o patriotismo e isenção do povo que trabalha e para a lealdade de todas as forças militares, para que rápida e eficazmente seja de pronto restabelecida uma ordem que urge assegurar, debelada uma anarchia que afundaria para sempre a pátria, que todos igualmente estabelecemos.

2 – Os Preparativos para a Revolução

2.1 – A Junta Revolucionária e as suas Ideias Políticas

Os antecedentes não explicam tudo, por isso ainda há questões (importantíssimas) que teremos que responder – o que faremos – ao longo deste capítulo: Como nasceu? Quem preparou? Como foi organizado? Antes de tudo o movimento revolucionário de 14 de Maio de 1915 foi uma repetição daquilo que sucedeu, cinco anos antes, no dia 5 de Outubro de 1910, por isso, é possível observar algumas semelhanças entre as duas. O 5 de Outubro serviu, em termos de organização, de inspiração ao 14 de Maio⁶⁴.

Já que a tradição revolucionária entrou no ideário republicano, desde muito cedo, com o movimento revolucionário de 31 de Janeiro de 1891⁶⁵. Assim não é de estranhar que a opção revolucionária, segundo o jornal *A Capital*⁶⁶, fosse uma alternativa colocada logo à partida pelo PRP. “Pode dizer-se que a ideia de Revolução nasceu trez dias depois de se constituir o gabinete de Pimenta de Castro”⁶⁷. Um

Cidadãos – para tal torna-se desde já mister e assim o determino:

1º - que são proibidos os ajuntamentos na cidade e os espectáculos públicos.

2º - que todos os habitantes devem recolher as suas casas as vinte horas.

3º - que é proibido aos paisanos aproximarem-se das praças do exercito e dos quartéis”.

⁶³ Cf. Castro, Joaquim Pereira Pimenta de, *op. cit.*, p.45.

⁶⁴ V. Wheeler, Douglas L., *História política de Portugal 1910-1926*, Mem-Martins, Europa- América, [s.d.], p.149: “O 14 de Maio teve semelhanças com o 5 de Outubro, de cinco anos atrás, pelo facto de ambos terem feito reviver as tradições dos pronunciamentos: reuniões em comissões de conspiradoras, ou juntas; reuniões secretas em escritórios, cafés e quartéis de Lisboa; preparação da «opinião» na imprensa partidária; aliciamento de oficiais das Forças Armadas para se juntarem ao movimento contra o Governo e a marcação de uma data para a revolução”. V. tb. Rosas, Fernando, *Lisboa Revolucionária: Roteiro dos Confrontos Armados no Século XX*, Lisboa, Tinta da Cinha, 2007, p.45: “«14 de Maio», do ponto de vista militar, tem grandes semelhanças com o «5 de Outubro», cinco anos antes”.

⁶⁵ V. Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*, Lisboa, D. Quixote, 1976, pp. 85-90.

⁶⁶ As redacções dos jornais *A Capital* e *O Mundo*, segundo David Ferreira, serviram como núcleos organizativos durante a preparação da Revolução. V. Ferreira, David, *op. cit.*, p.192. Cf. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 205-206.

⁶⁷ Cf. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1715, 16 de Maio de 1915, p. 1. V. tb. *14 de Maio por um contemporâneo. Imparcial bosquejo histórico dos acontecimentos ocorridos em Portugal no dia 14 de Maio de 1915 e seguintes. Queda do governo Pimenta de Castro (O)*, Porto, Tipografia Lusitânia, 1915,

jornalista d'*O Século* perguntou ao engenheiro António Maria da Silva: “Como é quando nasceu a ideia da revolução?”, ao que ele respondeu: “desde que se iniciou o período da ditadura”⁶⁸. Porquê? Por causa das perseguições ao PRP, como ele defendeu⁶⁹. Custódio de Mendonça, um outro conjurado, em entrevista ao jornal *O Mundo*, afirmou o mesmo: “[...] havia, porém, quem afirmasse que era conveniente deixar continuar o governo ditador a cometer vinganças, represálias, despotismo, e a esfarrapar as leis do país [...]”⁷⁰.

Todavia, tratava-se ainda de uma ideia embrionária acalentada por alguns militantes *democráticos*, mas precisava de ser divulgada no campo militar, sobretudo aos elementos que, mais tradicionalmente, se colocavam ao lado daquele Partido (os marinheiros, os soldados, os cabos e os sargentos das Forças Armadas). Explica-se assim a fervorosa defesa que os jornais radicais faziam às alegadas vítimas dos processos disciplinares nas Forças Armadas, procurando assim concitar o seu apoio⁷¹.

Os apelos tomaram rumo e, num tempo muito curto, os primeiros impulsos organizativos deram-se na Marinha, segundo Rocha Martins⁷². A Marinha, durante o 5 de Outubro de 1910, foi um dos principais alicerces na vitória da República e agora voltaria a sê-lo novamente. Porquê? Porque a corporação se constituía, na sua maioria,

p. 13: “Como a pasta dos estrangeiros esteve alguns dias por prover, pode dizer-se que ainda o general não tinha organizado ministério já os revolucionários organizavam o movimento”

⁶⁸ Cf. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12011, 18 de Maio de 1915, p. 5.

⁶⁹ *Ibidem*, nº 12011, 18 de Maio de 1915, p. 5: “[...]A Revolta do Partido Republicano Portuguez crescia e intensificava-se à medida que se tornava mais evidente, clara, precisa e insofismável a perseguição acintosa e sistemática do governo ao Partido Republicano Portuguez. A esse legítimo protesto respondia o sr. Pimenta de Castro com novos decretos ditatoriais, impondo medidas de violência, saltando por cima de todas as leis do paiz. No seu congresso, o Partido Republicano Portuguez afirmou bem claramente que estava na disposição de se servir de todos os meios para restabelecer a normalidade constitucional. Desde então, a ideia da revolução como único meio de pôr termo a essa ditadura que enodava o nome portuguez e comprometia a Republica, começava a tomar corpo no espirito de todos os democráticos, e, a breve trecho, todo o partido estava integrado n’esse problema, cuja solução única todos concordavam estar na revolução. [...]”.

⁷⁰ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5333, 18 de Maio de 1915, p. 1.

⁷¹ V. Marçal, Bruno José Navarro, *op. cit.*, p. 240.

⁷² V. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, pp.119-123. V tb. Pinto, Jaime Nogueira, *Nobre Povo, Os Anos da Republica*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, p.198; Rêgo, Raul, *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Circulo de Leitores, 1987, p.243.

por jovens aspirantes, muitos destes com ligações ao PRP. Não esqueçamos também o facto de que muitos dos seus quadros superiores militavam na política, em particular nesse Partido. Tudo isto tornou-a muito permeável a campanhas subversivas⁷³. Pela segunda vez, dentro da Marinha, nasciam os primeiros núcleos revolucionários com beneplácito do PRP, cujas ligações se faziam por intermédio de Freitas Ribeiro⁷⁴.

Após a reunião no Palácio da Mitra, no dia 4 de Março, o processo revolucionário radicalizou-se – a alternativa revolucionária entrou, definitivamente, no horizonte para muitos republicanos (*democráticos*)⁷⁵. Procedeu-se à formação de uma Junta Revolucionária, detentora de plenos poderes para actuar dentro do Partido Republicano Português⁷⁶. A Junta seria composta por: Álvaro de Castro⁷⁷, Alfredo de

⁷³ V. Freire, João, *A marinha e o poder político em Portugal no século XX*, Lisboa, Colibri, 2010, pp. 67-68

⁷⁴ Cf. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p.119.

⁷⁵ Cf. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1715, 16 de Maio de 1915, p. 1. V. tb. SANTOS, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 24; *O 14 de Maio e a consolidação da República Portuguesa*, prefácio de Magalhães Lima, Lisboa, Empresa de Publicações Populares, 1915, pp.12-13.

⁷⁶ *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5333, 18 de Maio de 1915, p. 1.

⁷⁷ Álvaro Xavier de Castro nasceu na Guarda a 9 de Novembro de 1878. Era filho de José de Castro e de Maria Benedita de Castro Pignatelli. Frequentou o curso de oficial de Infantaria, até 1901, ingressou posteriormente na Faculdade de Direito, em Coimbra. A sua acção política iniciou-se em Coimbra, ao aderir ao PRP, tomando parte das conspirações de 1908 e 1910. Após o 5 de Outubro de 1910, Álvaro de Castro foi eleito deputado para Assembleia Constituinte, em 1911, e nos anos seguintes fez parte do agrupamento denominado por “*Jovem Turquia*”. Durante o Governo Provisório foi apontado, por Correia Barreto, para chefe de gabinete do Ministério da Guerra. Em Janeiro de 1913 foi chamado para o cargo de ministro da Justiça. Durante o Governo de Azevedo Coutinho, Álvaro de Castro foi ministro das Finanças. Será um dos dirigentes do movimento revolucionário de Santarém, em 1919. Em 1920, tornava-se líder parlamentar dos *democráticos*, no entanto, no mês de Novembro, afasta-se do PRP e funda o Partido Reconstituente, que se fundirá, com outra forças, no Partido Nacionalista. Após o golpe de 28 de Maio de 1926, ele seria preso em Elvas, de onde se evadirá, em 1927, para se exilar em Paris. Durante o exílio ficou gravemente doente, sendo autorizado a regressar a Portugal. Já em solo português faleceria, pouco depois, a 29 de Junho de 1928. V. *Arquivo Histórico Militar, Processo Individual de Álvaro Xavier de Castro*, 3.ª Divisão, 7.ª secção, Caixa 717. Cf. «Álvaro Xavier de Castro» in Marques, A.H. de Oliveira (coord.), *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República, 2000, p. 156; «Álvaro Xavier de Castro» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. VI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, [s.d.], p. 229; Rosas, Fernando, «Álvaro Xavier de Castro (1878-1928)» in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, (coord. Ana Paula Pires e Maria Fernanda Rollo), Vol. I, Lisboa, Assembleia da República, 2013, p.579; Ferreira, David,

Sá Cardoso⁷⁸, António Maria da Silva⁷⁹, Ernesto de Freitas Ribeiro⁸⁰ e Norton de Matos⁸¹. Os dois primeiros membros fizeram parte do agrupamento denominado por

“Castro, Álvaro Xavier de (1878-1928)” in *Dicionário de História de Portugal*, (dir. Joel Serrão), Vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., p. 13.

⁷⁸ Alfredo Ernesto de Sá Cardoso nasceu em Lisboa a 6 de Junho de 1864. Era filho de Adelaide Leopoldina de Sá Cardoso. Ingressou no Colégio Militar e, depois, na Escola de Guerra. Em 1880 estabeleceu-se como praça do Exército, prosseguindo a carreira de oficial na instituição militar. Desde cedo, foi um dos mais destacados partidários do republicanismo, no seio das Forças Armadas; integrando a Revolta de 31 de Janeiro de 1891. Viria a desempenhar um papel importante na preparação do movimento de 5 de Outubro de 1910, ao fazer parte do comité militar. Após a Revolução, integrou o ministério da Guerra do Governo Provisório, como um dos chefes de gabinete, e nos anos seguintes fez parte do agrupamento que ficou conhecido por “*Jovem Turquia*”. Sá Cardoso desempenhou um papel importante na resistência contra o governo de Sidónio Pais. Após a morte de Sidónio Pais, voltou a destacar-se na luta contra a Monarquia do Norte. Foi presidente de dois ministérios, entre 29 de Junho de 1919 e 21 de Janeiro de 1920. Assumiu a chefia do ministério do Interior do Governo de Álvaro de Castro. Em 2 de Abril de 1920 fundara, com este, o Partido Reconstituente, que duraria apenas três anos, vindo a fundir-se, com os liberais, no novo Partido Nacionalista. Deste último, voltaram a cindir-se os ex-“reconstituíntes”. As suas convicções democráticas voltaram a determinar a sua prisão após a implantação da Ditadura de 1926. Em 1934, regressou a Lisboa, onde viria a fundar a Aliança Republicana. Faleceu em 24 de Abril de 1950. V. *Arquivo Histórico Militar, Processo Individual de Alfredo Ernesto de Sá Cardoso*, 3.ª Divisão, 7.ª secção, Caixa 2886. Cf. Pereira, Joana Dias, «Alfredo Ernesto de Sá Cardoso (1864-1950)» in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. 1, p.541; «Alfredo Ernesto de Sá Cardoso» in *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, p.144.

⁷⁹ António Maria da Silva nasceu em Lisboa a 26 de Maio de 1872. Formou-se em Engenharia de Minas pela Escola do Exército, tendo concluído em 1892, ingressando depois na Escola Politécnica. Desempenhou os cargos de engenheiro ajudante da Companhia de Minas do Ministério das Obras Públicas, entre 1895 e 1910. Desempenhou vários cargos importante na função pública ao longo da da I República. Filiado no PRP, destacou-se na acção clandestina (um dos fundadores da Alta Venda Carbonária). Participou na conspiração de 1908, contra as instituições Monárquicas, que fracassou. Dois anos depois, para a preparação do 5 de Outubro de 1910, foi criando uma Comissão da qual faria parte. Foi eleito à Assembleia Nacional Constituinte, em 1911, transitando depois para a Câmara dos Deputados, onde formou um grupo de independente, mas que abandonaria para aderir aos *democráticos*, em Janeiro de 1914. Foi através de Afonso Costa, que António Maria da Silva seria nomeado, pela 1.ª vez, para a pasta do Fomento. Em Novembro de 1915 seria nomeado para a pasta do Fomento, no 2º governo de Afonso Costa. Com o golpe Sidonista seria preso. Com a morte de Sidónio Pais, Afonso Costa afasta-se da liderança do PRP, sendo este substituído por António Maria da Silva. Nas sucessivas chefias do Governo, foi presidente do Ministério por 6 vezes, manteve uma orientação conciliadora e

ordeira. Um tão longo e repetido exercício do Poder, vieram a traduzir-se numa crise no PRP, enfraquecido por cisões. A crise desse organismo político, originou a crise da República que terminou com o Golpe Militar de 28 de Maio de 1926. Nos primeiros anos, que se seguiram ao Golpe Militar, distinguiu-se na oposição contra a Ditadura Militar. Falecendo em Lisboa, a 14 de Outubro de 1950. Cf. «António Maria da Silva» in *Parlamentares e Ministros da 1ª Republica* (1910-1926), pp.397-398; «António Maria da Silva» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol.28, p.770; Ferreira David, “Silva, António Maria da (1872-1950)” in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. V, 1992, p.569; Queirós, Maria Inês, «António Maria da Silva (1872-1950)» in *Dicionário de História da I Republica e do Republicanismo*, Vol. III, p.823

⁸⁰ José de Freitas Ribeiro nasceu em Parede (Cascais) a 24 de Maio de 1868. Aos 18 anos alistou-se na Escola Naval, passando aspirante extraordinário da Marinha em 1886. Nos anos seguintes, foi nomeado, em diversas ocasiões, para o desempenho de diferentes funções dentro da Marinha. Com a I República, foi governador-geral de Moçambique, entre Novembro de 1910 e Maio de 1911. Sendo, em seguida, indigitado para o cargo de ministro das Colónias no ministério de Augusto Vasconcelos, de 13 de Novembro de 1911 a 16 de Junho 1912. No 1º governo de Afonso Costa (9 de Janeiro de 1913 a 9 de Fevereiro de 1914) tomou a pasta da Marinha. Após a Revolução de 14 de Maio, seria nomeado para o lugar de governador da Índia (de Novembro de 1917 a Junho de 1919). Faleceu a 3 de Novembro de 1929. V. *Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Central*, Livros de Mestres D17, F80, I18. Cf. Dáskalos, Maria Alexandre, «José de Freitas Ribeiro (1868-1929)» in *Dicionário de História da I Republica e do Republicanismo*, Vol. III, p.541; «José de Freitas Ribeiro » in *Parlamentares e Ministros da 1ª Republica* (1910-1926), pp. 372-373; Pacheco, João José de Freitas Ribeiro, “O contra-almirante José de Freitas Ribeiro. O Marinheiro – O Político” in *Revista da Armada*, Lisboa, Ano XLII, nº 468, Novembro de 2012, pp. 23-27.

⁸¹ José Mendes Ribeiro Norton de Matos nasceu em Ponte de Lima a 23 de Março de 1867. Em Braga, frequentou um colégio, onde tirou os seus primeiros estudos, veio depois, em 1880, para a Escola Académica, em Lisboa. Prosseguiu com os seus estudos, e, em 1884, ingressou na Universidade de Coimbra, onde tirou o curso de Matemática, dando entrada, mais tarde, na Escola de Guerra. Em 1910, dá-se a Revolução de 5 de Outubro de 1910, aderindo de imediato ao regime republicano. Foi, entre 1912-1915, Governador-Geral de Angola. Depois da Revolução de 14 de Maio de 1915, viria a ser nomeado chefe de gabinete do 1.º Governo de José de Castro, passou, logo na 1ª recomposição ministerial, em Junho de 1915, para o ministério das Colónias, assumindo pouco tempo depois, no 2º governo de Afonso Costa, a pasta de ministro da Guerra. Coube-lhe a responsabilidade principal de organizar o Corpo Expedicionário Português. Com o golpe Sidonista, ficou exilado durante mais de um ano. Depois da morte de Sidónio Pais, foi nomeado membro da delegação portuguesa à Conferência de Paz de Paris (1919). Finalizando-se a Conferência de Paz, Norton de Matos seria nomeado, novamente, para um cargo nas Colónias (1920-1924). Depois, ocupou o cargo de Embaixador de Portugal em Londres, de onde foi afastado após o Golpe Militar. Em Portugal, seria preso e deportado para os Açores (um ano e meio). Regressando apenas em 1929, para tomar o cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente

*Jovens Turcos*⁸². O último a integrá-la foi Norton de Matos, em finais de Março⁸³. Instituída a Junta Revolucionária passou-se à divisão das funções entre os seus membros:

“[...]o dr. Álvaro de Castro, com uma serenidade e uma energia admiráveis, encarregou-se da parte militar; António Maria da Silva, com experiencia na organização da Carbonária para a revolução de 5 de outubro, não teve um momento de repouso na alliciação dos elementos civis; Freitas Ribeiro, com uma audácia que chegava por vezes ao extremos do perigo, lançou nos marinheiros o fermento da revolta”⁸⁴.

A Junta Revolucionária organizou-se para derrubar o Governo, por isso, não se descuroou em prenuunciar a imparcialidade política do movimento, pois só assim poderia obter maior legitimidade junto das massas republicanas, de onde retiraria os seus apoios. Através da legitimidade e do apoio popular, a Junta conseguiria, pela via da violência, garantir o restabelecimento da normalidade constitucional e dos direitos e liberdades perdidas⁸⁵. Para isso os apoiantes de Afonso Costa, mais uma vez, empunharam a *bandeira da união da família republicana* contra os inimigos do regime

Lusitano (1930-1935). Nos últimos vinte anos da sua vida, esteve envolvido em vários movimentos unitários anti-salazaristas; o MUNAF, o MUD e a candidatura à Presidência da República, em 1948-1949. Viria a falecer em Ponte de Lima a 2 de Janeiro de 1955. Cf. «José Mendes Ribeiro Norton de Matos» in *Parlamentares e Ministros da 1ª Republica* (1910-1926), pp.293-293; «José Mendes Ribeiro Norton de Matos» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol.18 , p.906; Marques, A. H. de Oliveira, *Ensaio de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 161; Janeiro, Helena Pinto, «José Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867-1955)» in *Dicionário de História da I Republica e do Republicanismo*, Vol. II, p.791.

⁸² V. Santos, António Maria de Azevedo Machado, *A Ordem Pública...*, cit., p. 31-33. Cf. *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, Sexto Volume: *A Segunda Fundação (1890-1926)*, coordenado por Rui Ramos, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, p. 383.

⁸³ Cf. Matos, José Mendes Ribeiro Norton de, *op.cit.*, Vol. III, p. 101: “Chegado a Lisboa, vindo de Angola, em fins de Março de 1915, fui desde a primeira hora convidado para fazer parte da Junta Revolucionária. Nela me conservei até à sua dissolução, após a vitória dos ideais, princípios e propósitos patrióticos e dignificadores da Nação, que sempre a animaram”.

⁸⁴ Cf. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1715, 16 de Maio de 1915, p. 1.

⁸⁵ V. Mayer, Garção, *op. cit.*, p.25. V. tb. *O 14 de Maio e a consolidação da República...*, cit., p. 16.

(o Governo, os monárquicos e os *falsos republicanos*)⁸⁶. O programa político da Junta Revolucionária evidenciou, muito bem, todos estes aspectos, através de dois documentos importantes: 1) *A Proclamação da Junta Revolucionária*; 2) *O Manifesto Revolucionário da Junta Constitucional*.

O primeiro destes dois documentos, *A Proclamação da Junta Revolucionária*, foi redigido por Herculano Nunes⁸⁷, segundo Rocha Martins⁸⁸, sob a supervisão de alguns membros da Junta Revolucionária (pelo menos por Norton de Matos⁸⁹), sendo

⁸⁶ V. Sousa, António Teixeira de, *Responsabilidade Históricas...*, Vol. II, pp. 375-379; Lorenzo, Félix, *Portugal, cinco años de República. Impresiones de un periodista español*, Madrid, Est. Tip. de la Sociedad Editorial de España, 1915, p. 129; Cândido, Joaquim, *Memórias íntimas para o meu filho (1898 – 1925)*, Lisboa, Estudos de Castelo Branco, 1963, pp.210-211.

⁸⁷ Herculano Lúcio de Azevedo Nunes Pereira, jornalista, nasceu em Esposende a 7 de Dezembro de 1886. Formou-se em Comércio, pelo Instituto Industrial e Comercial do Porto, mas acabou por fazer carreira como jornalista. Foi na cidade invicta, em 1908, que se estreou nas lides da comunicação. Começou no jornal *A Palavra*, depois passou pela redacção do *Comercio da Noite*. Em 1911, veio para Lisboa, e tornou-se redactor de *O Tempo*. Teve uma experiência como redactor do Diário das Sessões da Câmara dos Deputados. Mas era do rebuliço das redacções que apreciava e só nas páginas dos jornais podia dar livre curso à sua prosa assertiva e bem fundamentada. Foi redactor de *A Lucta* e, depois, do vespertino *A Capital*, onde conheceu ou aprofundou amizade com Hermano Neves, com quem fundou o panfletário *Fora da Lei!* e, mais tarde, o *Vitória (1919-22)*. Também foi redactor de *A Manhã*, comentador político do diário republicano e portista *O Norte*, e colaborador de *O Mundo* e de *Pátria*, do qual chegou a assumir a direcção, o *Rebate*, o *Diário Liberal*, *O Povo*, o *Diário de Lisboa*, entre outros. Para todos produziu artigos de fundo, noticiário entrevistas, reportagens e comentários, sobre os mais diversos temas. A partir da década de 20, Herculano Nunes reabilitou a sua formação académica e ligou-se a duas grandes empresas: a Companhia de Minas de Cobre do Bembe, (1924-27) e a Companhia de Moçambique. Também foi presidente da direcção da Casa dos Jornalistas e da Caixa de Previdência de Profissionais da Imprensa de Lisboa. Faleceu em 1929. (Descrição biográfica de Herculano Nunes presente na ficha histórica do panfleto *Fora da Lei!*. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/ForadaLei.pdf>).

⁸⁸ “(...) Herculano Nunes – o autor da proclamação revolucionária” (Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p. 248). “Foi Herculano Nunes, quem a redigiu, essa creatura tão pequena de corpo, que tão sistematicamente se apaga; mas é um forte temperamento e um grande lutador”(Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 206).

⁸⁹ Matos, José Mendes Ribeiro Norton de, *op. cit.*, p. 104: “Estava impresso o manifesto, que devia ser largamente distribuído, a partir das primeiras horas do dia 14, em todo o país, em cuja redacção colaborei”.

impresso na tipografia do jornal *A Capital*⁹⁰, durante a noite de 13 de Maio, para ser distribuído pela cidade na madrugada do dia seguinte. Era um documento de carácter cívico-militar que apelava à intervenção das Forças Armadas e do povo contra o Governo (que tinha, segundo os seus conteúdos, violado os valores democráticos e republicanos, e cujo prestígio internacional tinha sido prejudicado pelos seus actos)⁹¹. Segundo Jaime Nogueira Pinto, não passava de um “texto de retórica oitocentista, patriótica, demagógica, que repetia as acusações de monarquismo, clericalismo e germanofilia e apelava a insurreição militar e popular”⁹². De forma a compreendermos melhor os seus conteúdos, fizemos e apresentamos, a seguir, a sua transcrição na íntegra:

“Ao País

Pela honra da Pátria! Pela defeza da República

Está na agonia o período vergonhoso da dictadura. Essa página de ignominia e de tristeza vai ser arrancada da história da República. O povo, o exército e a armada, na consciência de que cumprem o mais patriótico dos deveres, repelem esse escarneio com as armas na mão. Depois do sangue portuguez ser derramado em Naulila, num ataque traiçoeiro da soldadesca alemã, a dictadura não teve pejo de saudar o representante do kaiser pelo seu aniversário. Sem coragem de vingar a afronta que o inimigo fez à glória bandeira da nossa Pátria, a dictadura considera simples internados o tenente Aragão e os seus companheiros de armas que tão alto ergueram o nome de Portugal. Annuncia-se o regresso da expedição de Moçambique, que sempre recebeu da dictadura ordens de manter uma rigorosa neutralidade. Emquanto os republicanos são perseguidos e vexados, os dirigentes das conspirações monarchicas, aquelles que se armaram em território estrangeiro para combater o seu país, passeiam provocantemente pelas ruas de Lisboa. Os dois Partidos republicanos que apoiaram a dictadura chegaram a reclamar a demissão de auctoridades reconhecidamente monarchicas e não o conseguiram. Que significa

⁹⁰ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 205.

⁹¹ Cf. Serra, João B., Matos, Luís Salgado de, «*Intervenções militares na vida política*», *Análise Social*, Vol. XVIII (3.º-4.º-5.º), Lisboa, 1982 (n.º 72-73-74), pp. 1165-1195

⁹² Pinto, Jaime Nogueira, *op. cit.*, p. 200

isto? Que a ditadura estava comprometendo a República e enlameando a honra nacional. Vamos restituir a República aos republicanos, completando nesta hora de triunfo a alta missão patriótica dos revolucionários de 5 de Outubro. Queremos um governo nacional, mas por isso mesmo republicano. Não alvoramos a bandeira de nenhum Partido, pois queremos que todos os republicanos se juntem para a dignificação da Pátria, para a salvação da República. Não aconselhamos violências nem represálias. A nossa energia não excluirá a generosidade pelos vencidos. Só ao governo nacional caberá o direito de pôr em prática medidas de defeza. Que todos confiem no seu rigor, na sua honra e no seu patriotismo.

Pela Pátria! Pela Republica!

A Junta Revolucionária”⁹³

Já *O Manifesto Revolucionário da Junta Constitucional* foi publicado, posteriormente, no dia 19 de Maio, sendo que o seu conteúdo principal foi disposto num conjunto de 9 pontos fundamentais. Devido a isso não faremos a transcrição na íntegra do documento, por ser desnecessário, iremos focar-nos exclusivamente nesses 9 pontos:

- 1) Restituir todos os funcionários civis e militares às situações em que se encontravam anteriormente à ditadura;
- 2) Trancar todos os castigos aplicados a militares ou civis, pela ditadura;
- 3) Declarar a nulidade de todos os decretos dictatoriais, tornando válidos unicamente os de carácter eleitoral de 24 de fevereiro e 2 de março de 1915, por não haver possibilidades de se fazerem as eleições no dia 6 de junho, adotando outro critério;
- 4) Encerrar os centro monárquicos e marcar o prazo aos cabecilhas e agitadores monárquicos para saírem do país;
- 5) Comutar as penas dos indivíduos presos por crimes sociais, enquanto o Parlamento não resolver sobre a sua amnistia;

⁹³ *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12008, 15 de Maio de 1915, p.1.

- 6) Retirar da actividade do serviço os funcionários ou militares de terra e mar que pratiquem ou tenham praticado quaesquer actos hostis ao regímen republicano e à Constituição;
- 7) Conceder pensões às famílias de todos aqueles que faleceram, defendendo a República e a Constituição;
- 8) Estudar, com a máxima brevidade, a forma de atender as reclamações, que não acarretem aumento da despesa, das praças de pref, sargentos e oficiais do exercito e da marinha;
- 9) Vingar a afronta feita à bandeira nacional, activamente com energia e decisão a campanha nas nossas colónias africanas.⁹⁴

O que realmente pretendeu a Junta Revolucionária? Segundo os conteúdos destes documentos, a Junta Revolucionária pretendia a formação de um “Governo Nacional”, sem carácter partidário, responsabilizando-se exclusivamente perante o povo republicano. Este Governo teria como missão principal reconstituir a Constituição aos republicanos, revogando a obra do Governo do General, e preparando as eleições; faria o saneamento das instituições públicas afastando, para isso, os inimigos da República (monárquicos) e restabeleceria, nos seus lugares, os *autênticos republicanos*, de onde tinham sido afastados. Por último, o novo Ministério teria que reconduzir a Nação às políticas de Guerra.

2.2 – Preparação e Organização do Movimento Revolucionário

A formação de um programa político foi apenas o mais um passo. O seguinte foi a formação e a montagem da estrutura revolucionária, necessária para o sucesso do empreendimento, a partir do mês de Março. Os membros da Junta eram muito talentosos para este empreendimento: tinham os conhecimentos e os contactos certos, para tal. À cabeça tínhamos o engenheiro António Maria da Silva, o grande mentor (segundo Norton de Matos⁹⁵). António Maria da Silva, sendo um veterano da

⁹⁴ O “Manifesto da Junta Constitucional” condensam “[...] *as medidas necessárias para garantir a segurança da Republica e dignificar a Pátria Portuguesa*” (*O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5335, 20 de Maio de 1915, p.1).

⁹⁵ Matos, José Mendes Ribeiro Norton de, *op. cit.*, p.101: “A alma da Junta e de todo o movimento revolucionário que preparou, foi António Maria da Silva. Ninguém, como ele, conhecia então a alma popular, os elementos com que se poderia contar, as maneiras mais adequadas de fazer a propaganda

organização revolucionária do 5 de Outubro de 1910⁹⁶, conhecia muito bem as redes carbonárias ainda existentes em Lisboa, que soube mobilizar a favor deste projecto revolucionário (o recrutamento incidiu particularmente entre os membros de grupos e clubes, como os Batalhões de Voluntários da Republica e a ilegal “Formiga Branca”⁹⁷). Assim, segundo Norton de Matos, António Maria da Silva:

“Sabia como ninguém escolher os agentes de que se cercava e a quem dava o nome de “pombos correio”: rapazes novos, cheios de vida e animados pelos mais puros ideais, corajosos sem limite, capazes de todos os sacrifícios e absolutamente dedicados ao seu chefe. Lembro-me nesta hora nos nomes de Pires de Lima e de Custódio de Mendonça”⁹⁸.

A estrutura revolucionária começou a constituir-se segundo a orientação da Junta: os “pombos correio” obtinham as indicações, pelo membros da Junta, seguindo para o campo a fim de aliciar novos recrutas (estes chamavam os seus amigos para participarem também), e assim, aos poucos, foram-se reforçando as fileiras revolucionárias permitindo a montagem de novas células⁹⁹. A Marinha foi o sector,

entre militares, oficiais, sargentos e simples praças entre os civis, segundo as suas diversas classes e situações”.

⁹⁶ V. Silva, António Maria da Silva, *O Meu Depoimento – Da Monarquia a 5 de Outubro de 1910*, redigido em 1943, prefácio de José Magalhães Godinho, Lisboa, [s.d.]. V. tb. Valente, Vasco Pulido, *op. cit.*, pp. 90-122; Ventura, António, *A Carbonária em Portugal: 1897-1910*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

⁹⁷ Idem, «Formiga Branca» in *Dicionário de História da I Republica e do Republicanismo*, Vol. II, p.93. De acordo com António Ventura, a “Formiga Branca” foi um agrupamento ilegal composto por civis e militares, ligados ao PRP, que actuavam como uma espécie de milícia civil, perseguido os adversários dos *democráticos*, fossem eles membros dos partidos republicanos rivais, sindicalistas, ou monárquicos.

⁹⁸ V. Matos, José Mendes Ribeiro Norton de, *op. cit.*, p.101.

⁹⁹ A rede foi-se organizando em pequenos núcleos espalhados por toda a cidade de Lisboa, cujas lideranças desses núcleos respondiam perante a Junta Revolucionária. “Tínhamos a certeza de que os chefes dos grupos civis estariam a postos no momento oportuno, visto que contávamos com a dedicação patriótica de figuras como Carington da Costa, Pena Martins, Salvador Saboio, Manuel Dias Ferreiro, Pinto de Lima, Carneiro Franco, dr. Beleza de Andrade, João José Pereira, João Camoezas, Arthur Cohen, Gastão Rodrigues e outros que aliciavam e tinham os seus grupos na mão. Desta forma contávamos com a mobilização de uns 15 000 civis e marinheiros” (Declarações de Custodio de Mendonça in Santos, João António Correia dos, *Subsídios para a História Política...*, cit., pp. 26-27); *O 14 de Maio e a consolidação...*, cit., p.15: “Aqueles que mais privavam com a Junta transmitiam aos outros, as nossas indicações, orientando-o e distribuindo-lhes papeis”.

dentro das Forças Armadas, que mais se destacou no recrutamento: a grande maioria dos marinheiros, bem como os sargentos, como já tivemos ocasião de verificar, estiveram dispostos a lutar, desde o primeiro instante, pela República¹⁰⁰.

No Exército, este processo foi um pouco mais complicado devido às dificuldades impostas pelos oficiais (já que mantinham um controlo muito apertado sobre os praças), muitos deles tinham aderido ao “Movimento das Espadas”, por isso, encontravam-se comprometidos com o general Pimenta de Castro, o que complicava os contactos dentro das corporações militares¹⁰¹. Neste tipo de circunstância encontramos os Regimentos de Infantaria n.º 1, 5 e 16, e as forças de Cavalaria n.º 2 e 4. Nas Baterias a Cavalo contou-se, desde o começo, com o major João Pereira Bastos, um dos *Jovens Turcos*, comandante deste Regimento¹⁰². No Regimento de Infantaria n.º 2, Américo Olavo conseguiu obter adesões, em parte graças aos trabalhos realizados por ele, a mando da Junta. Podia-se, porventura, contar com a Artilharia n.º 1 (alguns dos sargentos estavam comprometidos)¹⁰³. A Guarda-Fiscal ficou, quase na sua totalidade, à disposição dos revolucionários, ao contrário da GNR¹⁰⁴.

Tanto no Porto como na Província, como se verificou, a preparação revolucionária ficou a cargo de Álvaro de Castro, contando com a colaboração de António Maria da Silva. Conseguiram estender a rede revolucionária para fora de Lisboa, contando para isso com a colaboração inestimável de um grupo de jovens estudantes académicos¹⁰⁵. Este agrupamento académico forneceu à Junta os delegados

¹⁰⁰ Sobre as operações de aliciamento efectuado por Freitas Ribeiro dentro da Armada. V. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, pp. 119-122.

¹⁰¹ “Havia, porém, dificuldades em penetrar nas massas regimentadas [...] Os oficiais formavam blocos no seu compromisso para com o general, e, embora alguns se dispusessem a trabalhar em suas unidades, de pouco efeito seria, no acto inicial, a sua acção penetradora.” (Idem, *Ibidem*, p. 126).

¹⁰² Cf. *Eu e o Grupo a Cavalo na Revolução de 14 de Maio* in *Arquivos Histórico Parlamentar, Arquivo João Pereira Bastos*, cx^a 3, Cap^o 16, n.º2. V. tb. Fraga, Luís Alves de, Samara, Maria Alice, *João Pereira Bastos – O Sonho de um Exército Republicano*, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp 170-172.

¹⁰³ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 66.

¹⁰⁴ V. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, pp. 126-127.

¹⁰⁵ Este núcleo era composto pelos estudantes: “João Carrington Simões da Costa, da Faculdade de Ciências; António Pires de Carvalho Júnior, Américo de Freitas, dr. Torres Garcia, Camarate de Campos, António Manaste, António de Freitas, do Curso de Engenharia do Instituto Superior Técnico; Ruy Carrington Simões da Costa, do Curso de Engenharia, da Bélgica; Joaquim Manuel Duarte Ferreira, João

necessários para o estabelecimento das redes no Porto e na Província¹⁰⁶. Para que não houvesse suspeitas por parte das autoridades, aproveitaram a propaganda eleitoral para fazer a sua campanha subversiva pela Província¹⁰⁷. Com consequência disso, num curto espaço de tempo, nasceu por todo o País uma vasta rede composta por várias juntas e comités revolucionários.

O número de revolucionários foi-se multiplicando de dia para dia, e alguns oficiais das Forças Armadas, entre estes alguns de altas patentes, entraram em contacto com amigos que pressupunham serem capazes de os pôr em contacto com a Junta Revolucionária. Desse modo, Luís Deurout, segundo as declarações de Custódio de Mendonça, indicou-lhe alguns nomes de oficiais reputados (que se tinham proposto a ele), e entre estes afigurava-se o nome do capitão-de-fragata Leote do Rego¹⁰⁸.

Leote do Rego¹⁰⁹, antigo franquista¹¹⁰, aderiu à República pouco depois da sua implantação, sendo reconhecido, junto das fileiras republicanas, pelas suas intervenções

Camoezas, Castelo Branco, da Faculdade de Medicina; António Lúcio Vidal, José Gomes da Costa, da Faculdade de Direito; Alfredo Cristiano Shepard Cruz, Morais Sarmento, da Escola de Medicina Veterinária; José Mineiro, da Companhia de Saúde” (Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 142-143).

¹⁰⁶ “Este grupo estabeleceu ramificações pelas províncias, tendo no Porto, como principais agentes de ligação, Arthur Cohen e Carneiro Franco. João Camoezas tratou de organização dos núcleos de Portalegre e Elvas. Duarte Ferreira organizou o grupo de Abrantes, onde conseguiu recrutar elementos de grande importância. João Carrington concluiu os trabalhos que encetára, para a organização revolucionária do distrito de Leiria, no que foi auxiliado por Alipio de Mesquita, Carlos Afonso, Pedro Aquilar, Tomaz Roldão e Ferreira Domingues” (Idem, *Ibidem*, p. 143). V. tb. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, pp.147-148.

¹⁰⁷ “Quando se realizou a suposta e tão anunciada propaganda eleitoral, foram enviados os delegados de intima confiança do Directório, para averiguar os elementos de que dispunham e preveni-los, que tivessem tudo a postos para a revolta, que em breve ia rebentar. Em toda a parte se possuía organização militar e civil” (Santos, João António Correia dos, *ibidem*, p. 29).

¹⁰⁸ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5333, 18 de Maio de 1915, p.2.

¹⁰⁹ Jaime Daniel Leote do Rego nasceu em Lagos a 1 de Dezembro de 1867. Em 1885, matriculou-se na Escola Naval, saindo como aspirante de Marinha, em 1887, iniciando um percurso, dentro da Marinha, que o conduziria até à patente de contra-almirante em 1919. Ao longo da sua carreira, como oficial, foi desempenhado várias missões (no plano internacional e no plano colonial). Em Maio de 1910, foi nomeado governador de Santo Tomé e Príncipe, onde chegou a 15 de Junho de 1910. Um mês depois, a 26 de Julho de 1910, demitiu-se e regressou a Lisboa. Com o 5 de Outubro de 1910, aderiu ao novo regime republicano. Com a I República foi nomeado, novamente, governador de Santo Tome a 27 de

em público em defesa da participação de Portugal na Grande Guerra¹¹¹. Ficara, para todo o sempre, associado à sua famosa afirmação: “Se queremos salvar as Colónias, entremos na guerra, enquanto é tempo”¹¹². A sua adesão ao regime republicano fora inicialmente vista, por muitos republicanos, com desconfiança, por causa do seu passado monárquico. Mas o seu prestígio e a sua influência dentro da Marinha, a par da sua campanha pela intervenção de Portugal, garantiram-lhe algum reconhecimento dentro do PRP¹¹³. Podia agora provar a genuinidade da sua adesão ao regime republicano, se entrasse na Revolução. Conhecendo bem o capitão e sendo seu grande admirador, Custódio de Mendonça traçou um perspectiva positiva sobre ele: “Sabia-o

Maio de 1911, cessando funções a 22 de Novembro de 1911. Em 1913, filiou-se no Partido Republicano Português, sendo então eleito deputado, por aquela formação em 1913, 1915 e 1916. Depois do movimento de 14 de Maio de 1915, foi nomeado comandante da Divisão Naval. Durante a revolta de Dezembro de 1917, chefiado por Sidónio Pais, comandou a resistência da Marinha e acabou por se refugiar, com Norton de Matos, no navio inglês *Woodnut*. Com ordem de prisão, sob pena de ser considerado desertor, seguiu para o exílio. Regressou a Portugal só em Janeiro de 1919. Em 1921, foi eleito deputado independente, por Angola, e destacou-se no parlamento pelas críticas à vida política nacional. Morreu em Lisboa a 26 de Junho de 1923. (V. Ventura, António, *A Marinha de Guerra Portuguesa e a Maçonaria*, Lisboa, Nova Veja e Autor, 2013, pp. 142-144). V. *Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico, livros mestres de oficiais de Marinha*, C/99, D/87, E/102, 140, 160 e 187, F/18, 13 e 122, G/15, H/114, I/77, caixas nºs 770 e 1419-A. Cf. Oliveira, Maurício de, *Leotte do Rego. No primeiro centenário de Nascimento de um marinheiro ilustre – reportagem de uma vida*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, 1967; Mónica, Maria Filomena, *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, Vol. III, Lisboa, Assembleia da Republica, 2006, pp 427-428, Pinto, José Luís Leiria, “*Leotte do Rego. Da Monarquia à República, sempre com a Marinha*” in *Revista da Armada*, Lisboa, Ano XXXIV, nº 379, de Setembro- Novembro de 2004, pp. 17-21.

¹¹⁰ V. Cabral, António, *op. cit.*, p. 114; Pabón, Jesus, *Revolução Portuguesa*, Lisboa, Aster, 1951, p. 258.

¹¹¹ “Leotte do Rego fora, desde da implantação da Republica, em 1910, o iniciador e o maior colaborador duma activa propaganda feita no País a favor da defesa nacional; e vinha sendo, desde de 1914, um dos mais fervorosos partidários da intervenção militar em Portugal na Grande Guerra. Como homem de acção que era, dotado de um alto espírito combativo, o comandante da Divisão Naval impôs-se pela forma como, desde logo, procurou tornar eficiente a missão de o incumbiram” (Martins, Luís Augusto Ferreira, *A Cooperação anglo-portuguesa na Grande Guerra de 1914/1918*, Lisboa, Serviços de Informação e Imprensa da Embaixada Britânica, 1942, p. 71). V. tb. Oliveira, Maurício de, *Leotte do Rego. No primeiro centenário....*,cit., p. 40.

¹¹² *Apud*, Oliveira, Maurício de, *ibidem*, p. 41.

¹¹³ V. Pabón, Jesus, *op. cit.*, pp. 258-259.

um espírito culto e liberal, um fervoroso patriota, uma inteligência lúcida e um oficial cheio de prestígio da Armada”¹¹⁴.

Mesmo antes de receber uma proposta final, Leote do Rego tinha recebido a visita de vários marinheiros que insistiam para que ele aceitasse comandá-los¹¹⁵. Recebeu o convite oficial de Custódio de Mendonça no dia 20 de Abril, quando foi conduzido, por este, à presença dos membros da Junta Revolucionária¹¹⁶. António Maria da Silva colocou-o a par de todos os preparativos revolucionários feitos até àquele momento. Ainda nessa reunião, o mesmo procurou reconciliar Freitas Ribeiro e Leote do Rego – porque ambos seriam obrigados a trabalhar em conjunto nos preparativos revolucionários dentro da Marinha –; o diferendo não era grave e por isso foi fácil de resolver (ficando logo ali resolvido). No final da reunião, saindo muito satisfeito, Leote do Rego reconheceu o empenho de António Maria da Silva: “Parece incrível que um homem, que parece tão alquebrado, possua tanta coragem e tanta iniciativa!”¹¹⁷.

Os preparativos prosseguiam, mesmo em plena luz do dia. As reuniões sucediam-se em diferentes locais; o escritório de Álvaro de Castro, na rua do Ouro, apresentou-se como sendo um verdadeiro antro revolucionário, tal era o frenesim de entradas e saídas. Todos os dias apareciam na casa de Leote do Rego mais e mais marinheiros, cabos e sargentos da Armada, para receber novas instruções¹¹⁸. No princípio de Maio os preparativos, ainda não estavam totalmente concluídos, mas a pressão para avançar com o movimento crescia exponencialmente. As notícias eram muito perturbadoras – o movimento poderia ter sido comprometido –, e, ao que se constatou, o Governo estaria informado dos seus preparativos, por isso iria impor a suspensão de garantias¹¹⁹.

¹¹⁴ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5333, 18 de Maio de 1915, p.2.

¹¹⁵ *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12010, 17 de Maio de 1915, p. 2.

¹¹⁶ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5333, 18 de Maio de 1915, p.2; Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 27-28 e 202.

¹¹⁷ Cf. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1715, 16 de Maio de 1915, p.1; Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p.149.

¹¹⁸ *O 14 de Maio e a consolidação...*, cit., p.13.

¹¹⁹ “Ao sabermos que o governo preparava a suspensão de garantias e a não querermos, por mais tempos, suportar uma ditadura que humilhava o país e os republicanos, é a que determinaram que fizéssemos mais

As notícias eram demasiado preocupantes e isso acabou por antecipar o movimento, por imposição da Marinha. Assim, no dia 10 de Maio, os marinheiros agendaram a Revolução para o dia 12. Não havendo consenso, devido à falta de condições, o movimento foi adiado. No dia 13, no escritório de Álvaro de Castro tomou-se a decisão de avançar com o movimento, na impossibilidade de adiá-lo novamente (a Revolução iniciar-se-ia pelas 3 horas da madrugada do dia 14 de Maio). De acordo com o que ficou combinado, a Revolução começaria ao som de três tiros de peça, do navio couraçado *Vasco da Gama*. Determinou-se ainda que fossem dadas as últimas indicações junto dos elementos revolucionários que havia nos Regimentos. Partiram, ainda nessa noite, rumo à Província, vários elementos revolucionários, como Álvaro de Castro para a cidade de Santarém ou Alexandre Braga para a cidade do Porto¹²⁰.

O movimento seria conduzido a partir do Arsenal da Marinha e do Quartel dos Marinheiros, em Alcântara, ficando este último sob o comando de Freitas Ribeiro, enquanto o Museu-Militar¹²¹, bem como o Depósito de munições de Beírolas, deveriam ser ambos tomados pela importância estratégica que acarretavam. As comunicações e os acessos a Lisboa seriam, como no 5 de Outubro de 1910, cortados para impedir o envio de auxílio da Província, a favor do Governo¹²², enquanto os navios ficariam sob comando de Leote do Rego¹²³. O tenente-coronel Tomás de Sousa Rosa ficaria responsável pela defesa da frente ocidental da cidade de Lisboa, trabalhando em

rapidamente o ato libertador [...]”.(Declarações feitas pelo engenheiro António Maria da Silva *in O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12011, 18 de Maio de 1915, p. 5). V. tb. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p.33.

¹²⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 36-37.

¹²¹ A opção de ataque ao Museu-Militar de Lisboa partiu de informações transmitidas pelo general Correia Barreto, que foi director daquele estabelecimento antes de ter sido afastado, à Junta Revolucionária. Cf. Pinto, Paulo Mendes, *António Xavier Correia Barreto: Biografia de um presidente do Senado*, Lisboa, Assembleia da Republica, 2002, pp.96-97.

¹²² “[...] entre os quais o telegrafista Manuel Vidal, a quem entreguei uma carta dirigida para o meu ilustre e dedicadíssimo correligionário dr. Correia Nunes conservador do registo predial de Vila Franca, para este introduzir na estação telégrafo-postal daquele concelho. [...] O chefe a estação, sr. Silva Reis, cortou imediatamente todas as comunicações para o Norte. As comunicações telegráficas estavam cortadas em Vila Franca, Lazareto, Mafra e Setúbal”. (Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 31). V. tb. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, pp. 252-253.

¹²³ V. Santos, João António Correia dos, *ibidem*, p. 25; Oliveira, Maurício de, *op. cit.* pp. 41-42.

conjunto com Freitas Ribeiro¹²⁴. Sá Cardoso ficou incumbido de sublevar a Artilharia n.º 1, enquanto a Margem Sul ficaria a cargo do deputado *democrático*, Gastão Rodrigues¹²⁵. Esperar-se-ia ser ainda possível contar com o apoio de algum dos Regimentos¹²⁶.

O plano que até agora descrevemos foi proposto e aplicado na penúltima reunião, que aconteceu pela tarde do dia 13, na rua Rosa Araújo, em casa de Francisco Santos Tavares¹²⁷. Nesta reunião foram estabelecidas as senhas revolucionárias que seriam usadas pelos revolucionários¹²⁸. Compareceram vários para receber as senhas e as últimas indicações. Leote do Rego foi um dos que estiveram ali presentes, onde foi informado da prevenção rigorosa que se tinha instalado nos navios de guerra, embora visse, com uma certa satisfação, aquela notícia: “Melhor, pensei comigo. Mais gente terei ao meu lado”¹²⁹. No fim dessa reunião marcou-se uma última, a ter lugar na casa de Norton de Matos¹³⁰.

Na residência de Norton de Matos, este e António Maria da Silva esperavam a chegada das notícias que indicassem o começo da revolta¹³¹. Álvaro de Castro não esteve presente, porque partira para a Santarém; os outros membros da Junta, Sá Cardoso e Freitas Ribeiro, dirigiram-se, respectivamente, aos locais que lhes foram

¹²⁴ Sobre a preparação e organização revolucionária em Alcântara, confira o relatório inédito do tenente-coronel Tomás de Sousa Rosa, publicado n’O Mundo. (V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5347, 1 de Junho de 1915, pp. 1-2; *Ibidem*, nº5348, 2 de Junho de 1915, p. 1).

¹²⁵ V. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p.237.

¹²⁶ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 143-144.

¹²⁷ “A penúltima reunião foi em casa de Francisco Santos Tavares. [...]Não era de supor que alguém desconfiasse, que em casa deste pacato diplomata se reunissem revolucionários. Santos Tavares não sabia nada do que estava para realizar-se [...] Depois de dar a sua palavra de honra, que guardaria todo o segredo, prestou-se logo a ceder a sua residência”(Idem, *Ibidem*, pp. 29-31). V. tb. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, pp. 250-251; *14 de Maio por um contemporâneo...*, cit., pp. 36-37.

¹²⁸“Assim se decidiu, bem como as senhas: 13 de Maio! Palavras mágicas para escancarar os portalós. Constituição e Liberdade, para os encontros com certos grupos” (Martins, Francisco Rocha, *Ibidem*, p.252); “[...] fizera o santo e senha - «Constituição, Liberdade, Republica» - para os militares e «Deixa cá ver um fósforo» - para os civis” (*O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12008, 15 de Maio de 1915, p.1).

¹²⁹ *Ibidem*, 17 de Maio de 1915, p. 2.

¹³⁰ V. Matos, José Mendes Ribeiro Norton de, *op. cit.*, p.103.

¹³¹ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5333, 18 de Maio de 1915, p. 2. V. tb. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 31.

indicados. Leote do Rego, embora não tenha comparecido na última reunião na residência de Norton de Matos (Leote do Rego teve complicações durante o trajeto para a residência de Norton de Matos), avisara Custódio de Mendonça (com quem se cruzou), que iria, por sua honra, tomar o comando do *Vasco da Gama*¹³²; embora nem tudo tenha corrido como se esperava: o limitado espaço de tempo, que mediou entre a resolução final e a Revolução, pouco mais do que um dia, não permitiu a todos os envolvidos serem avisados, atempadamente, e muitos nem sequer souberam as senhas revolucionárias, tal era a gravidade da situação¹³³. Ficando ainda mais caótica por causa da prevenção rigorosa que o Governo impôs durante a noite de 13, ao ponto de muitos elementos revolucionários (sargentos e praças), que residiam nos quartéis militares, não ficarem a saber das últimas providências que tinham sido tomadas (prejudicaria a saída dos Regimentos a favor do movimento)¹³⁴. “Os dirigentes do movimento revolucionário foram para a luta bastante apreensivos, com o espírito toldado por uma incerteza muito vaga, sobre o êxito dos acontecimentos”¹³⁵.

¹³² “—Diga ao António Maria da Silva, que, só se me matarem, é que não entrarei no Vasco da Gama”. (*Ibidem*, nº 5333, 18 de Maio de 1915, p.2).

¹³³ Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 62: “A maior parte dos grupos civis ignorava, o santo, a senha e a contra-senha, que eram Constituição, Liberdade e Republica. Quer dizer, às últimas horas de que se dispôs para fazer explodir a insurreição, foram tão poucas, que nem tempo houve para levar a conhecimento dos combatentes, aquele meio de identificação revolucionário”.

¹³⁴ *Idem*, *ibidem*., pp. 36-37 e 62

¹³⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 62.

3- A Revolução em Curso – em Lisboa e na Margem Sul

3.1 – O Início da Revolução – A Revolta dos Navios

Terminados os últimos preparativos, apesar dos entraves de última hora, a Revolução ia começar, como esperado. Assim, como referenciamos anteriormente, Leote do Rego mostrou-se incapaz de ir para a casa de Norton de Matos¹³⁶; em vez disso tomou o caminho para o Largo do Rato, seguindo na direcção do Jardim da Estrela¹³⁷. Quando já estava próximo, encurtou o caminho e seguiu para a rua de S. Bernardo, onde ficou a pernoitar numa casa escolhida previamente para esse efeito. Perto da meia-noite, o capitão-tenente Freitas Ribeiro e o médico Sequeira apareceram para lhe dizerem que “fora impossível avisar a tempo alguns oficiais. O próprio Freitas Ribeiro tinha que renunciar de ir abordo, por ter que assaltar o Quartel dos Marinheiros”¹³⁸. Após isso saíram os dois seguindo para o Quartel dos Marinheiros.

Perto das 2 horas da madrugada, Leote do Rego seguia, acompanhado por três revolucionários, para o Cais do Sodré¹³⁹. No Cais do Sodré, como ficara combinado, um rebocador esperá-lo-ia para o transportar até ao couraçado *Vasco da Gama*; mas infelizmente, “as ruas [próximas do cais] estavam patrulhadas pela guarda republicana a cavalo e alguns civis ao serviço de Pimenta de Castro espionavam aqui e além. A certa altura supôz que ia ser reconhecido, e abaixou-se, explicando aos seus companheiros que acabava de sofrer uma entorse n’um pé, e, mercê d’este subterfugio, pode ocultar o rosto da sombra”¹⁴⁰.

Não obstante, o rebocador *Operário* apareceu (como previsto), subindo a bordo Leote do Rego. Assim no silêncio da noite, o rebocador, aos poucos, foi-se aproximando do *Vasco da Gama*; de vigia estaria uma sentinela, que viu aproximar aquela suspeita embarcação, à qual bradou “Oh! da embarcação”, ao que o chefe (Leote

¹³⁶ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5333, 18 de Maio de 1915, p. 2.

¹³⁷ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp.207-208.

¹³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 208; Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p. 269.

¹³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 208-209: “Às 2 e meia saio também. Esperam-me na rua três desconhecidos, mas que trocam comigo a senha. São revolucionário, que hão-de ajudar-me a chega a bordo”; Martins, Francisco Rocha, *Ibidem*, p. 269. V. tb. *A Capital*, Ano V, nº1715, 16 de Maio de 1915, p.1.

¹⁴⁰ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12010, 17 de Maio de 1915, p. 2. Cf. Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p. 209; Martins, Francisco Rocha, *Ibidem*, pp. 269-270; *14 de Maio por um contemporâneo...*, cit., pp. 59.

do Rego) responde, "13 de Maio", gritando em seguida "– Viva a Republica! Viva a Constituição!"¹⁴¹. Foi neste momento que Assis Camilo, o comandante, apareceu determinado a impedir a subida a bordo de Leote do Rego, abrindo-se logo ali uma intensa fuzilaria terminando na morte do comandante¹⁴². Leote do Rego, já a bordo, vendo aquele macabro evento interveio a favor dos oficiais, evitando deste modo uma grande tragédia¹⁴³. Mesmo assim, apesar dos inconvenientes iniciais, tudo correu como esperado: na câmara do comandante, Leote do Rego reuniu-se com os oficiais e apresentou-lhes um proposta de adesão: a maioria dos oficiais aceitou tomando as suas funções¹⁴⁴. No convés, Leote do Rego dava ordens para que tudo ficasse bem preparado¹⁴⁵. Entretanto, os feridos e os oficiais que não tinham aderido seguiram para terra, no rebocador. Concluindo-se todos os preparativos, Leote do Rego reuniu todos os marinheiros e "elevou-se a falar da Constituição, do Regime, do Ditador, e, com uma serenidade de quem fizesse uma conferência, prolongava as palavras e acabava ordenando a salva de três tiros. Eles ecoaram rudemente no silêncio da noite de Maio,

¹⁴¹ V. Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p. 210.

¹⁴² Idem, *Ibidem*: "Ouve-se distintamente a voz do comando, o brandar, que ninguém se aproxime; que o vapor não atraque. Depois um tiro, mais tiros seguidos, uma descarga. A vosearia aumenta. A guarnição vem correndo toda ao convés, quando entro ao portaló. Abro o caminho por entre carabinas aperradas, passo por cima de alguém, que está prostrado e que não reconheço logo". V. tb. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, pp. 270-271; *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº1715, 16 de Maio de 1915, p.1.

¹⁴³ "E brando, que se não façam mais tiros, que eu ia parlamentar com os oficiais" (Santos, João António Correia dos, *Ibidem*); "Outros oficiais teriam sofrido a mesma sorte, se não fosse a minha imediata intervenção" (*ibidem*, nº1715, 16 de Maio de 1915, p.1); "O capitão de fragata Leote do Rego, que apareceu imediatamente, levado no rebocador Operário, tomou o comando do navio, evitando que usasse qualquer violência contra os restantes oficiais" (Silva, César da, *A Revolução de 14 de Maio*, Lisboa, João Romano Torres & C.^a – Editores, 1915, p. 17).

¹⁴⁴ "Os insubordinados começam a carregar as peças, e Leote, diante dos oficiais, maquinistas, do médico e do comissário Ferraz, perguntava-lhes se aderiam ao movimento contra a ditadura. Curvaram-se, obedientes [...]" (Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p. 270).

¹⁴⁵ "Que era preciso, urgente, carregar as peças para disparara os três tiros combinados. A guarnição enerva-se de não encontrar logo os paios volantes. Irrita-se, quando sabe que tinham sido fechado propositadamente. A porta é arrombada, salta em estilhaços e aparecem enfim as almeçadas cargas das peças de 47". (Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 210); "Imediatamente, os marinheiros arrombaram a porta do paiol apoderaram-se de todo o material de guerra ali existente" (Pereira, Cláudio, *História do 14 de Maio (Revolução portuguesa em 1915)*, Lisboa, Edição de Cláudio Pereira e M. Pinto Vieira, 1916, p.25).

mal tinta de luar [...]. Iniciara-se a revolução que ardentemente os outros navios esperavam”¹⁴⁶.

O segundo navio da esquadra a insurgir-se contra o poder vigente foi o *Almirante Reis*, pelo 2.º maquinista David Soeiro (foi quem preparou a insurgência naquele navio¹⁴⁷) aos: “ – Vivas a Republica! Abaixo a Ditadura!”¹⁴⁸. O comandante Nunes Ribeiro e mais alguns oficiais foram atraídos pelos ruídos. Eles, tomando consciência da gravidade da situação, mostraram-se determinados a sufocar a rebelião. Este incidente culminou numa rápida troca de tiros, terminando com um marinheiro morto e com o comandante Nunes Ribeiro ferido (faleceria alguns dias depois)¹⁴⁹. A situação só não se agravou por causa da intervenção do 1.º tenente Fernando Rego e dos maquinistas Aniceto Horta e João Sequeira de Castro em defesa dos oficiais. A bordo apenas permaneceram os oficiais afectos, sendo o comando do navio entregue ao 1.º tenente Fernando Rego¹⁵⁰. Pouco depois eram feitas as salvas do navio, dando a indicação da sua adesão ao movimento. O *Adamastor*, seguindo o exemplo do *Almirante Reis*, colocou-se a favor da insurreição, aderindo toda a tripulação do navio, desde o comandante até ao último grumete¹⁵¹. Os restantes navios (destroyer *Liz*,

¹⁴⁶ V. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p. 271. Cf. Oliveira, Maurício de, *Leotte do Rego. No primeiro centenário...*, cit., pp.42-43.

¹⁴⁷ Segundo Correia dos Santos, organizou-se, logo no começo, um comité de sargentos nos navios de guerra: “o conductor de maquinas Soeiro, do *Almirante Reis*; o conductor Ventura, do contra-torpedeiro Douro; o serralheiro Nascimento, do *Adamastor* e o sargento Sá, do material de guerra, do Arsenal de Marinha” (Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p.116).

¹⁴⁸ Cf. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p. 271.

¹⁴⁹ “Sim, o comandante Nunes da Silva saiu daqui com um braço esfacelado. Como o governo mandara prevenções rigorosas, como já lhe disse, ele ficara a noite em alerta, e, numa das rondas que fez, quase pela hora de estalar a revolução, as praças notando-lhe uma atitude agressiva, tiveram com ele uma troca de palavras, de que resultou um tiro e ser ferido gravemente” (Declarações feitas pelo 1º sargento Fernandes Rego in *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5336, 21 de Maio de 1915, p.1); “Foi n’esse altura que o commandante Nunes da Silva e alguns officiaes pretenderam intervir no sentido de suffocar a revolta. Era tarde. Nada faria recuar os revoltosos. Algumas praças que se encontravam armadas na tolda, dispararam vários tiros de Mannlicher para as bandas da ré. Houve uma curta fusilaria, de que resultou logo ser attigido o commandante e um marinheiro”(A *Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1717, 18 de Maio de 1915, p.1). V. tb. Pereira, Cláudio, *op. cit.*, 31.

¹⁵⁰ *Ibidem*, nº 1717, 18 de Maio de 1915, p.1

¹⁵¹ “As 3h 15 do dia 14 de Maio de 1915, vai-se atracar ao [...] vasco da gama, um vapor e ouvia-se pouco depois tiros e um certo roxearia, distintamente de vivas à republica, à pátria e abaixo a ditadura,

contratorpedeiro *Douro, República*) apressaram-se a aderir também¹⁵², à excepção da fragata *D. Fernando*¹⁵³. Em todos os navios foi içada a bandeira nacional, juntamente com o sinal de vivas à República, perfilando-se, por fim, com uma salva de 21 tiros, cada um¹⁵⁴.

Perto das 5 horas da manhã, após o cenário descrito, os navios começaram a lançar os seus projecteis sobre a cidade: era o *Vasco da Gama* a bombardear o Terreiro do Paço, onde se localizavam os Ministérios¹⁵⁵. Depois de ter terminado enviou um ultimato ao Governo¹⁵⁶ e uma mensagem ao Exército, apelando à sua adesão¹⁵⁷. Após

seguindo o apito da sereia correspondido pelo almirante reis, onde se ouviram também alguns tiros a vivas à república, pátria e constituição, nessa altura vai-se verificando que pelo sereia eram também feitos os sinais de vivas à república, [...], o sinal de que a guarnição deste navio encontrava-se incondicionalmente ao lado dos seus camaradas para a defesa da república e da constituição.[...], dando este navio adamastor três tiros de salva em resposta a outros dados por aqueles navio vasco da gama e almirante reis. Em seguida foram-se armando e municiado para o que se abriram os paiol de pólvora” (*Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Central, Diário de serviço do Adamastor*, núcleo nº42, nº9 (6/IX/4/5/6)). Cf. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1716, 17 de Maio de 1915, p.1; Pereira, Cláudio, *op. cit.*, p.33.

¹⁵² V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12027, p.1; Pereira, Cláudio, *op. cit.*, p. 35-36.

¹⁵³ *Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Central, Livro de serviço diário da escola prática de artilharia naval (Fragata D. Fernando)*, Cx. 630 A-3, nº119: “Logo a seguir aos acontecimentos da revolta no vasco da gama formou a guarnição na bateria por ordem do comandante falando-lhes este recomendando-lhes subordinação e ordem sem o que perigava a república e mesmo a pátria. Foi mandando reforçar a guarda com duas sentinelas aos portalós. Depois de repetidos sinais dos navios revoltados e brandes do Liz para içar a bandeira mandou o comandante formar a guarnição a ré dizendo-lhe que ia içar a bandeira mas que a guarnição se conservasse silenciosa e não fizesse manifestação e que todos se achassem com a república”.

¹⁵⁴ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 212.

¹⁵⁵ Idem, *Ibidem*. V. tb, *Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha – Relatórios apresentados à Comissão Central sobre os serviços prestados nos dias 14, 15 e 16 de Maio de 1915 em Lisboa e Porto*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1915, pp.6-8.

¹⁵⁶ Cf. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12017, 24 de Maio de 1915, p. 2: “O comandante superior das forças navais que aderiram à revolta contra a ditadura cumprimenta v. ex.^a sr. presidente do ministério e seus colegas; mas convida-os a dar imediatamente por finda a sua obra incompatível com o sentimento nacional. Se dentro de poucas horas v. ex.^a não abandonar o poder as granadas da artilharia dos meus navios renovarão os cumprimentos que os vossos gabinetes acabam de receber. A República e para autênticos liberais e não para monárquicos mascarados liberais. Viva a República”

isso, o *Vasco da Gama* e o *Adamastor* seguiram, em auxílio dos revolucionários, para o Museu-Militar, onde o *Vasco da Gama* abriu fogo contra as forças defensoras. Finalizando, não tardaram em levantar a âncora para rumarem até Belém, onde receberiam a adesão do *S. Gabriel*. Ao retornarem, perto da zona de Alcântara, viram algumas indicações luminosas vindas do Quartel dos Marinheiros, para que abrissem fogo contra a artilharia governamental (Estrangeira de Cima) – pedido que foi correspondido –, silenciando de imediato a artilharia¹⁵⁸. Os dois navios acabaram por se retirar, à excepção do *S. Gabriel*, que permaneceu para fazer cobertura ao Quartel dos Marinheiros.

3.2 – Os Baluartes da Revolução

3.2.1 – O Quartel dos Marinheiros

O assalto ao Quartel dos Marinheiros ficou a cargo de Freitas Ribeiro. Inicialmente, não tinha sido designado para tal empreendimento: nos planos originais previa-se a sua subida a bordo do *Adamastor*, como comandante, mas as dificuldades de última hora tornaram impossível esse empreendimento¹⁵⁹. Assim, após saírem da casa onde estivera Leote do Rego, Freitas Ribeiro e o médico Sequeira seguiram o caminho para Alcântara, onde se encontrariam com os civis, com quem iriam assaltar o Quartel. Àquela hora já havia muitos revolucionários concentrados na Rocha do Conde de Óbidos e no jardim de Santos, que esperavam pelo início do assalto¹⁶⁰.

¹⁵⁷ *Ibidem*, nº 12017, 24 de Maio de 1915, p.2: “A divisão naval que acaba de iniciar o movimento de revolta contra o actual governo saúda os seus camaradas do exército e faz votos porque, a bem da Republica afrontada pela ditadura que nos governa, empreguem também todos os esforços para que essa indecorosa ditadura desapareça dentro de poucas horas. Assim o exigem a dignidade nacional e o sangue derramado na terra de Angola e Moçambique pelos nossos heróicos camaradas do exército, que o governo Pimenta de Castro teima em não querer vingar. Viva os liberais, honestos e patriotas de todos os partidos da Republica! Viva a liberdade! Viva o exército! Vivam os aliados!”.

¹⁵⁸ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 212.

¹⁵⁹ “O comandante Leote do Rego dispunha de elementos importantes a bordo do *Vasco da Gama*, que os foi aproveitando para exercer a propaganda neste navio, do qual devia assumir o comando: no *Adamastor* desejavam que para lá vultasse o seu antigo comandante [Freitas Ribeiro]; o capitão tenente Salazar Moscoso devia assumir o comando do *S. Gabriel*, o tenente Filemon devia ir para o *Adamastor*; o capitão de fragata Manuel Correia devia ficar dirigindo os serviços do Arsenal e tomar o comando do Almirante Reis [...]” (Idem, *Ibidem*, p.116-117).

¹⁶⁰ Cf. *O Povo*, Lisboa, Ano IV, nº 288, 17 de Maio de 1915, p.1.

Os dois oficiais identificados anteriormente aproximaram-se do muro das instalações, juntando-se ao grupo de Jorge de Carvalho, a quem Freitas Ribeiro entregou as chaves da parada¹⁶¹. Perto das 2 horas da manhã apareceram alguns revolucionários asseverando – apesar de serem apenas boatos – que Leote do Rego não teria entrado no *Vasco da Gama*. O mesmo foi dito, pouco depois, pelo comissário naval Mariano Martins, o que criou alguma especulação. Alguns insistiram que poderia não passar de um simples boato, por isso, pediram para que se esperasse pelo sinal combinado¹⁶².

Passava já das 3 horas e nem um único sinal. Alguns revolucionários, pouco optimistas, punham a hipótese de o movimento ter sido um fracasso total. Freitas Ribeiro deixou-se levar por esse pessimismo e quis desistir e retirar-se do local. Apenas a insistência, por parte de alguns dos seus companheiros, impediu a sua retirada. Permaneceu um pouco mais, mas quando a esperança começou a desvanecer progressivamente, ouviram-se, finalmente, os sinais¹⁶³. Sem perder tempo, o grupo de Freitas Ribeiro entrou e deu de caras com uma sentinela, que estava de vigia, mas esta não lhes deu qualquer resistência e, sem mais obstáculos, puderam percorrer o interior do edifício, até aos dormitórios. Acordaram os soldados, mas estes causaram tanto alvoroço que o ruído chamou a atenção do tenente Vilar. Quando ali entrou, o tenente deparou-se com a confusão, e eles ao verem-no tentaram alvejá-lo, mas o tenente conseguiu retirar-se dali sem um único ferimento¹⁶⁴.

No exterior, como já tínhamos referido anteriormente, muitos revolucionários ainda estavam à espera para poder entrar no Quartel, mas as coisas não correram como esperavam. Por causa disso, o revolucionário Alberto Correia e mais alguns dos seus

¹⁶¹ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 118; Rocha, Francisco Rocha, *op. cit.*, p. 275; *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12014, 21 de Maio de 1915, p.2.

¹⁶² “O primeiro sargento Manuel Martins [...] mandara chamar o ajudante das luzes, a quem, disse, para de qualquer maneira se apoderar da chave do jardim, que deveria ir buscar à noite, ao toque de recolher. Como o ajudante não encontrasse à noite o sargento Martins, foi entregar a chave a Júlio Lancher, que se encontrava no Directório do Partido Republicano e que, por sua vez, a entregou ao comandante Freitas Ribeiro”. (Relato feito por Freitas Ribeiro in Santos, João António Correia dos, *ibidem*, p.117).

¹⁶³ Idem, *Ibidem*, p. 118; V. tb. Rocha, Francisco Rocha, *op. cit.*, p. 275.

¹⁶⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 118-119. Cf. *O Povo*, Lisboa, Ano IV, nº 288, 17 de Maio de 1915, p.1; *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5337, 22 de Maio de 1915, p.1; *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12014, 21 de Maio de 1915, p.2.

companheiros saíram em busca do grupo de Freitas Ribeiro. Correram tudo mas não os encontraram, por isso, após ouvirem os sinais esperados, decidiram assaltar o estabelecimento da Marinha. Os civis procuraram para esse efeito uma porta, mas não encontraram nenhuma aberta (a porta que tinha sido aberta pelo grupo de Freitas Ribeiro foi fechada, acidentalmente, pelo último que ali entrou). Não havendo mais nenhuma entrada disponível, optaram por entrar pelo portão principal (supondo que alguns dos seus companheiros tinham entrado no Quartel, e que poderiam abrir-lhes essa entrada). Aí foram surpreendidos com tiros, por parte das forças do 3.º esquadrão da Guarda Republicana¹⁶⁵. Desmotivados pelo ataque da GNR, os civis voltaram para o Aterro; alguns foram para o posto da Guarda-Fiscal de Alcântara-Mar, para revolucionar as praças¹⁶⁶.

Finalmente, após muita insistência, os civis, sob a direcção do revolucionário Alberto Correia, conseguiram entrar no Quartel dos Marinheiros¹⁶⁷, no exacto momento em que Freitas Ribeiro convidou os oficiais a aderirem. Estes recusaram-se, prometendo que não saíam do edifício, e muito menos hostilizariam o movimento¹⁶⁸. Paralelamente, o material militar era distribuído entre os revolucionários¹⁶⁹: preparavam-se para marchar até à estação de Alcântara-Terra, onde o tenente-coronel Sousa Rosa os esperava. Em muito pouco tempo formaram-se quatro grupos, cada um

¹⁶⁵ Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p.120: “Correu aquele caudilho [Alberto Correia], acompanhado do seu grupo, para a porta do mastro, julgado encontrá-la aberta; mas sofreram a terrível decepção de a verem fechada. Mas era preciso entrar e evitar o desânimo entre os assaltantes, que ouviram o crepitar dos tiros na parada do quartel, sem que soubessem, em que situação se encontravam os seus companheiros, [...]. Correm em várias direcções procurando uma entrada, um buraco, um murro acessível ou um tapume, que pidesse ser arrombado. Depois de várias tentativas inúteis dirigiram-se para a porta das armas: mas a força da guarda republicana, que se encontrava formada defronte, fez a primeira descarga. Os civis responderam aos tiros, com vivas à Republica e à Constituição e não recuaram um passo. Um deles, mais audacioso, avançado para o jardim arremessou para o passeio duas bombas, que não explodiram”. V. tb. *O Povo*, Lisboa, Ano IV, nº 288, 17 de Maio de 1915, p.1.

¹⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p.120. V. tb. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12027, 3 de Junho de 1915, p.1.

¹⁶⁷ Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p.121. V. tb. *O Povo*, Lisboa, Ano IV, nº288, 17 de Maio de 1915, p.1.

¹⁶⁸ Idem, *Ibidem*; Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p. 276-277

¹⁶⁹ V. *O Povo*, Lisboa, Ano IV, nº288, 17 de Maio de 1915, p.1.

com 50 homens que – segundo o plano do tenente-coronel Sousa Rosa¹⁷⁰ – tomariam a zona de Alcântara-Mar e as suas imediações. Nesse local montariam barricadas, com toros de pinho e alguns vagões de passageiros, para impedir a passagem das forças adversas¹⁷¹.

As defesas do Quartel dos Marinheiros foram montadas¹⁷² sob a direcção de Freitas Ribeiro e de Sá Cardoso¹⁷³. Entretanto, com a autorização do tenente-coronel Sousa Rosa, alguns civis foram ao posto da Guarda-Fiscal da Rocha do Conde de Óbidos¹⁷⁴, onde receberam o apoio e o material militar que pretendiam. Seguiram, depois disso, para o posto de Santos (Guarda-Fiscal), onde foram mal acolhidos, no começo, pelo comandante do posto, o tenente Dinis. Só depois de alguma insistência, por parte dos seus homens, é que o tenente concordou em acompanhá-los. No caminho

¹⁷⁰ Durante a tarde do dia 13 de Maio, o tenente-coronel Sousa Rosa encontrou-se com Freitas Ribeiro para lhe entregar um apontamento sobre a disposição das forças essenciais: “50 praças para Alcântara-Mar e passagem de nível na rua 24 de julho. 50 praças em Alcântara-Terra na passagem de nível. 50 praças no Alto da Ermida dos Triunfos. 50 praças no largo das Necessidades, dominando a rampa e evitando a siada da companhia da infantaria da guarda republicana”, na sua perspectiva [Sousa Rosa], “A força estabelecida no alto dos Triunfos ligar-se-hia por meio de civis ao cemitério dos Prazeres, que por civis estaria ocupado. E a vigilância exercer-se-hia nas direcções das Necessidades, alto da Fonte Santa (cruzamento das ruas do Patrocínio, Santo António, á Estrela, Santana, Possola e Cova da Moura). Antes das 3 horas eu estaria em Alcântara-Terra, junto á estação dos caminhos de ferro [...]”. (*O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5348, 2 de Junho de 1915, p.1).

¹⁷¹ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5337, 22 de Maio de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 5348, 2 de Junho de 1915, p.1. V. tb. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 121; Pereira, Cláudio, *op. cit.*, p. 39.

¹⁷² V. Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p. 122.

¹⁷³ Depois de fracassar todos compromissos, com os quais se tinha comprometido, Sá Cardoso apresentou-se ao Quartel dos Marinheiros, onde ali permaneceu o dia todo. “Sá Cardoso deliberar ir encontrar-se com o coronel de Artilharia Soares Branco, que julgava posto ao facto do movimento pelo tenente da Administração Militar José António Rodrigues, conforme com este combinara. Bateu à porta e veio o filho do oficial dizer-lhe que este não estava em casa e o regimento se encontrava de rigorosa prevenção. [...] Retirou-se, e de novo entrou no directório, onde Gastão Rodrigues, o deputado que organizara a revolta no outro lado do Tejo, lhe dissera ter falta de um comandante para a acção nesses locais. [...] Acedeu [ir para Margem Sul]. Assentou logo que, pela uma e meia, aguardaria o transporte no Cais do Sodré. Daqui a pouco [...] [fazia-se] acompanhado pelo capitão Maia, [...], decidira-se esperar no lugar combinado, mas até às 2 horas e três quartos ninguém os procurou. [...] Os dois oficiais despediram-se; um foi para o hotel, o outro para a sua casa da Rua das Janelas Verdes, [...]” (Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p.268). Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5340, 3 de Junho de 1915, p.1.

¹⁷⁴ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12027, 3 de Junho de 1915, p.1.

para o Quartel, os civis e os Guardas-Fiscais, tiveram ainda o apoio de mais reforços que vieram do posto da Desinfecção (Guarda-Fiscal)¹⁷⁵.

Em Belém, pela mesma altura, o grupo de César Loureiro e Moraes Santos levantou a Guarda-Fiscal, seguindo para o quartel da Guarda de Subsistência. Esperariam receber, quando ali chegassem, o apoio que lhes fora prometido pelos oficiais comprometidos, mas os mesmo recusaram-se em colaborar. Sem opções – e ameaçados pelos oficiais – foram obrigados a retirar-se para Alcântara (pelo caminho ainda revolucionaram a Guarda-Fiscal da Junqueira¹⁷⁶).

3.2.2 – O Arsenal da Marinha

Durante a noite, enquanto a GNR patrulhou as ruas contíguas ao Arsenal, pequenos grupos de civis continuavam a circular por ali, à espera da hora para ali entrarem¹⁷⁷. Naquela noite, o tenente-maquinista Viegas deixou os portões do Arsenal propositadamente abertos para que os oficiais envolvidos e os civis pudessem entrar¹⁷⁸. O mesmo oficial, pelas 3 horas da manhã, revolucionou os marinheiros, enquanto os primeiros civis entravam no Arsenal. Os alaridos chegaram até ao dique do Arsenal, onde se encontrava para reparações o *Berrio*. Ao ouvir a algazarra, a sua tripulação ficou solidária com os seus companheiros, contra a vontade do seu comandante, o tenente Nunes Ribeiro. Só o tenente-maquinista Viegas intervindo é que o conseguiu elucidar sobre as reais intenções daquele movimento, conseguindo desse modo a sua neutralidade¹⁷⁹.

Por intermédio do 1.º enfermeiro Emídio Augusto Coelho Flores, o 2.º sargento José Joaquim Lopes de Sá e o 2.º contramestre Benigno Ferreira do Amaral conseguiram entrar no Arsenal sem ser vistos e lá permaneceram escondidos até ao momento do começo da Revolução¹⁸⁰. Após ouvirem o sinal combinado, saíram

¹⁷⁵ *Ibidem*, nº 12027, 3 de Junho de 1915, p.1.

¹⁷⁶ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5340, 3 de Junho de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 5356, 10 de Junho de 1915, p.5.

¹⁷⁷ V. Rego, Raul, *op. cit.*, p. 247; Ferreira, David, *História Política da Primeira ...*, cit., p. 186.

¹⁷⁸ *Idem*, *Ibidem*, p. 288.

¹⁷⁹ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 64-65.

¹⁸⁰ “Avisado da hora do movimento – começou o sargento Sá – e como nessa noite não estivesse de serviço, combinei como o primeiro enfermeiro Emídio Augusto Coelho Flores, a forma de me ocultar no

acompanhados pelo enfermeiro Flores, pelo médico Eduardo Augusto Marques e mais alguns marinheiros para o depósito. Durante o percurso, conseguiram as chaves que davam acesso ao depósito, por intermédio do oficial de serviço Lino de Sousa. Abriram-no, tendo distribuindo entre si o armamento que ali havia. Nesse preciso momento apareceu o major-general da Armada (contra-almirante Marquês da Costa) com mais alguns oficiais a tentarem impedir a insubordinação (não tiveram sucesso nessa iniciativa e, pouco depois, saíram do Arsenal)¹⁸¹.

No interior do Arsenal, muitos esperavam pela chegada dos oficiais (que se comprometeram em comandá-los), mas estes nunca chegaram a comparecer naquela madrugada¹⁸². Esta situação foi reportada pelo sargento Sá ao comandante Leote do Rego, que o encarregou do comando do Arsenal (que compartilhou com o tenente Viegas)¹⁸³. Por esta altura, os corredores do Arsenal da Marinha enchiam-se de revolucionários: uns vinham pelo portão principal, outros entravam pelo portão ou

Arsenal, ficando resolvido que o melhor local seria o quarto do enfermeiro. [...] À 1 hora entrei no Arsenal, com o meu camarada, segundo contramestre Benigno Ferreira do Amaral, e fomo-nos ocultar, como já disse, no quarto do enfermeiro. [...] Às 3,15 foram ouvidos os sinais das sereias, seguidos de 3 tiros de peça; neste momento saímos do quarto do enfermeiro aos vivas à Republica, sendo seguidos pelos sr. dr. Marques e enfermeiro Flores.” (Declarações feitas pelo sargento Sá in *O 14 de Maio e a consolidação...*, cit., p.50).

¹⁸¹ “A guarda, [...], armaram-se imediatamente, secundado o movimento, indo parte da guarda, com alguns civis, para o depósito de material de guerra, a fim de se armarem. As chaves do referido depósito foram-me entregues pelo oficial de serviço, sr. Lino de Sousa, sem resistência. Apareceu neste momento o major general da armada, com alguns oficiais, tentando obstar ao movimento, mas avisado por mim de que a sua vida corria perigo se continuasse no Arsenal, retirou-se não tornando a aparecer” (Declarações feitas pelo sargento Sá in *Ibidem*). Cf. Rocha, Francisco Rocha, *op. cit.*, p. 274.

¹⁸² Cf. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12017, 24 de Maio de 1915, p.2.

¹⁸³“Faltavam, porém, munições, pois as que havia eram só as da guarda. Resolveu-se que o segundo contramestre Amaral fosse a bordo do Cruzador “Vasco da Gama” e contratorpedeiro “Douro”, donde trouxe alguns cartuchos, que foram distribuídos por marinheiros e civis, que já tinham vindo associar-se ao movimento. Nesta ocasião comuniquei ao comandante, sr. Leote do Rego, que não havia oficial a comandar as forças do Arsenal, sendo-me ordenando pelo mesmo senhor que as comandasse eu, o que fiz até à hora que se apresentou o capitão de fragata sr. Salazar Moscoso, que assumiu o comando [...]” (Declarações feitas pelo sargento Sá in *O 14 de Maio e a consolidação...*, cit., p.51).

trepavam o muro no lado Oeste¹⁸⁴, outros chegavam da travessia marítima, através dos vapores¹⁸⁵.

Pouco passava das 5 horas, quando o 1º sargento Martins e o seu pelotão (GNR) entraram no Arsenal¹⁸⁶, convergindo, juntamente com os outros revolucionários, na organização defensiva do baluarte, tornando-o inexpugnável¹⁸⁷. Perto das 7 horas, apareceu o capitão-de-fragata Salazar Moscoso, a quem concederam o cargo de comando do Arsenal (cedido pelo sargento Sá e pelo tenente Viegas)¹⁸⁸. Por volta das 8 horas, o mesmo oficial recebeu no seu escritório o capitão-de-infantaria Cruz Ferreira, a quem entregou a defesa do lado Oeste do Arsenal¹⁸⁹; após isso, fez as *démarches*

¹⁸⁴ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p.65.

¹⁸⁵ Idem, *Ibidem*.

¹⁸⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 65-66; Oliveira, Maurício de, *Pereira da Silva: Oficial, Ministro, Doutrinador*, Lisboa, [s.n], 1968, p.28; *O Mundo*, Lisboa, Ano XXXV, nº12008, 15 de Maio de 1915, p.1.

¹⁸⁷ “Em um momento transportaram grossos toros de pinho, que foram empilhados junto do portão interior do corredor, que comunica com o largo do Município e improvisou-se um parapeito de uns 3 metros de espessura, por detraz do qual foi instalada uma peça de 47 mm. Por detraz do portão do Cais do Sodré improvisou-se um outro parapeito, guarnecido com 1 peça de 37 mm. No aterro, junto ao posto da alfádega no Cais do Sodré, postaram 2 metralhadoras Hotchkiss. [...]. Na ponte foi colocado um canhão revolver. Os corredores dos ministérios foram ocupados por civis e marinheiros. Junto da capitania havia também forças incumbidas de obstar, a qualquer ataque realizado pelo lado do Terreiro do Paço” (Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p. 67); “É assim que se fez transportar para o portão principal uma zorra carregada de pinheiros e na sua frente se colocaram algumas chapas d’aço, afim de proteger os atiradores; para o lado de oeste, conduziu-se uma outra zorra também carregada de pinheiros para obstruir, em ocasião oportuna, a passagem entre as oficinas de carpinteiros de branco e a ferraria; na porta de oeste colocaram-se cavaletes e pranchas para permitir aos atiradores fazerem fogo por sobre a porta que fica em frente do Hotel Central” (Costa, Carlos, *Subsídio para o relatório sobre a acção das forças revolucionárias no Arsenal da Marinha, desde a manhã de 14 até à de 17 do corrente* [em linha], Lisboa, CasaComum (Fundação Mário Soares), Maio de 1915, [Consultado a 30 de Maio de 2015]. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_147530).

¹⁸⁸ V. Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p. 67; Martins, Francisco Rocha, *Pimenta de Castro...*, cit., p.289.

¹⁸⁹ “Entre as sete e meia e oito horas da manhã foi-me apresentado por dois civis armados, o capitão d’infantaria Cruz Ferreira, que declarou ser oficial republicano e que vinha para o Arsenal pôr-se à disposição dos revolucionários; conduziu-o à presença do capitão de fragata Salazar Moscoso, resolvendo-se o mesmo capitão assumir a direcção da defesa do lado de Oeste, logar que foi ocupar imediatamente e onde se conservou até às nove e meia horas da manhã dia 17, tendo dali saído apenas

necessárias para trazer mais alguns oficiais para a Revolução (conquistou o apoio do tenente Nunes Ribeiro e de outros oficiais)¹⁹⁰. Mas não tardou para que as forças governamentais aparecessem.

3.3 – A Tomada de Posições

3.3.1 – O General e os seus Associados

Ao saber do começo do movimento, o general Pimenta de Castro deu ordens ao comandante da 1.^a Divisão, o general Blanco, para que assumisse o comando das operações¹⁹¹. O General, por sua vez – em vez de assumir o comando das operações militares directamente –, permaneceu na sua residência com mais alguns amigos e membros do Governo, que vieram apoiá-lo. Entre os quais temos o vice-almirante Xavier de Brito que apareceu na residência do General depois de ter feito uma breve sondagem pelo Ministério da Marinha, por onde permaneceu muito pouco tempo, porque os perigos eram vários: as instalações tinham sido bombardeadas e havia vários revolucionários a vaguear no seu interior¹⁹².

Machado Santos foi informado, ainda na véspera, no dia 13, de que o movimento teria início na madrugada seguinte. Ao ter conhecimento disso foi, ainda nesse dia, ao Governo Civil¹⁹³. Encontrou-se com o governador civil, com o qual trocou algumas palavras: “V. Ex.^a evita o que se projecta fazer, das duas para as três horas da madrugada, se mandar às terras do Parque Eduardo VII, porque se foi lá acoitar o grupo que há-de assaltar artilharia 1; se mandar fazer uma rusga a Alcântara, com muita polícia e cavalaria, não deixando transitar ninguém pelas ruas d’esse bairro, nem permanecer ninguém no hotel de pinho do Aterro, nem entrar ninguém para os quartéis de marinheiros e infantaria 2; se mandar policiar fortemente o Caes do Sodré, o Cais das Columnas e os arredores do arsenal da marinha para ninguém embarque; se mandar assaltar alguns centros *democráticos* e a redacção d’*O Mundo* para desarmar quem lá

para ir buscar munições” (Costa, Carlos, *Subsídio para o relatório sobre a acção...*, cit.). Cf. *O Mundo*, Ano XV, nº 5335, 20 de Maio de 1915, p.5.

¹⁹⁰ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 65 e 67.

¹⁹¹ Cf. Castro, Joaquim Pereira Pimenta de, *op. cit.*, p. 45

¹⁹² V. Brito, José Joaquim Xavier de, *O 14 de Maio verídico. Esboço, crítica e rectificações. Pontos nos ii*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1936, pp. 9-11.

¹⁹³ V. Santos, António Maria de Azevedo Machado, *op. cit.*, p.78.

estiver”. Quando saiu, ainda indicou a Ernesto da Cunha Ferraz: “se precisar de nós ou dos nossos amigos, mande-nos chamar à redacção d’O Intransigente”¹⁹⁴.

Por volta das 3 horas, do dia 14, após ouvir os tiros do *Vasco da Gama*, Machado Santos seguiu novamente para o Governo Civil, onde se encontravam o comandante da Polícia, o senhor Câmara Pestana e o governador civil. Quem mandava ali era o comandante da Polícia, pela falta de experiência de Cunha Ferraz, que dava ordens para que os “seus subordinados recolhessem ao Governo Civil”, enquanto “nem sequer se montou o serviço de segurança nas imediações do edifício, tendo liberdade para entrar e sair quem queria do Centro Democrático, colocado à sua direita, e do Directório do partido Democrático, colocado à sua esquerda”¹⁹⁵. Ao perceber que não precisavam de si, Machado Santos retirou-se e, pouco depois, dirigiu-se à residência do general Pimenta de Castro¹⁹⁶. Entrou ali por volta das 8 horas, deparando-se com o General e com mais alguns seus associados, entre eles o vice-almirante Xavier de Brito¹⁹⁷.

A primeira coisa que fez foi perguntar que providências tinham sido tomadas, e o major Pina respondeu-lhe: “Mandaram-se vir as tropas da província, [...] e entregou-se o comando superior de todas as forças o general da divisão”. Em seguida, capitão Machado Santos voltou a perguntar: “Mas as baterias d’abuzes não foi tomar posição em Almada para bater o porto inferior?” E o mesmo oficial respondeu: “Creio que sim”, dando, por sua vez, mais algumas indicações: “parece-nos conveniente que se diga ao comandante da divisão para que concentre o fogo das baterias sobre um só navio; nenhum barco tem os «cofferdams» cheios; «as 75» entrarão na «lata» como faca de manteiga; quando se consiga incendiar ou afundar um, os outros rendem-se”. Melancolicamente e sem grande garra, o velho General afirmou: “Isso é como o Blanco”¹⁹⁸. Houve certos momentos como este em que, segundo se depreende das suas próprias declarações, pareceu querer ser o orientador supremo das forças fiéis¹⁹⁹.

¹⁹⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 78-79.

¹⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 80.

¹⁹⁶ V. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, pp. 309-310.

¹⁹⁷ V. Brito, José Joaquim Xavier de, *op. cit.*, p.11.

¹⁹⁸ V. Santos, António Maria de Azevedo Machado, *op. cit.*, p.81.

¹⁹⁹ Cf. Ferreira, David, *op. cit.*, p. 184.

Acreditando ainda na vitória, apesar das circunstâncias, lembrou-se: “Então resta-nos o «Espadarte»” que podia paralisar a esquadra, apenas com um só aviso! Perguntou ao vice-almirante Xavier de Brito: “Dá-nos uma ordem almirante?”²⁰⁰, e tanto ele como o chefe do Governo concordaram com a disposição²⁰¹. O vice-almirante Xavier de Brito, apesar de não acreditar no sucesso do empreendimento, redigiu a ordem²⁰², que foi entregue a um amigo de Machado Santos (que escondeu o bilhete dentro de uma caixa de fósforos, por segurança). Algumas horas depois, a nota foi deixada nas mãos ao 1.º tenente Almeida Henriques, o comandante do submergível *Espadarte*. No entanto, o 1.º tenente Almeida Henriques não cumpriu essa ordem, porque não quis baptizar o submergível com sangue dos seus camaradas, e acabou, no fim, por entregar o bilhete a Leote do Rego²⁰³.

Algum tempo depois do seu companheiro ter saído, Machado Santos saiu da residência do general Pimenta de Castro²⁰⁴; seguindo-se depois o general Pimenta de Castro e o vice-almirante Xavier de Brito, que por segurança, retiraram-se para o Quartel do Carmo (entraram por volta das 13 horas e meia da tarde naquele estabelecimento). Pouco depois apareceram ali os restantes ministros do Governo²⁰⁵, bem como Machado Santos, após mais uma passagem pelo Governo Civil²⁰⁶. No Quartel do Carmo nunca chegou a aparecer o Presidente da República, Manuel de Arriaga; muito pelo contrário, este permaneceu no Palácio de Belém, sem de facto ter conhecimento do que se estava a passar em Lisboa.

²⁰⁰ V. Santos, António Maria de Azevedo Machado, *op. cit.*, p. 82.

²⁰¹ V. Brito, José Joaquim Xavier de, *op. cit.*, p.11: “Foi então que, de acordo com o Presidente do governo, redigi a ordem ao comandante do «Espadarte»”. V. tb. Castro, Joaquim Pereira Pimenta de, *op. cit.*, p.45.

²⁰² “O portador é de toda a confiança. O campo dos entrincheirados tem ordem para fazer fogo sobre os navios revoltosos. Saia para W. de Belém e, onde lhe parecer conveniente, aguarde ocasião de afundar os navios que puder, até liquidação final” (*O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12011, 18 de Maio de 1915, p. 3).

²⁰³ V. Santos, António Maria de Azevedo Machado, *op. cit.*, p. 82; Oliveira, Maurício de, *Armada Gloriosa – A Marinha de Guerra Portuguesa no Século XX (1900-1936)*, Lisboa, P.A.M. Pereira, 1936, pp. 54-55.

²⁰⁴ V. Santos, António Maria de Azevedo Machado, *Ibidem*.

²⁰⁵ V. Castro, Joaquim Pereira Pimenta de, *op. cit.*, p.46.

²⁰⁶ V. Santos, António Maria de Azevedo Machado, *op. cit.*, p.83

3.3.2 – As Forças Governamentais

Pouco passava das 6 horas quando o Regimento de Infantaria n.º 1 seguiu com um pelotão de Cavalaria n.º 4 (um pelotão do 2º esquadrão desse Regimento de Cavalaria), servindo de guarda avançada. A coluna moveu-se ao longo da calçada da Ajuda até à Avenida da Índia, mas, próximo de Alcântara, suspendeu a marcha, por causa de um grupo de revolucionários (o grupo formou-se em linha de fogo, por detrás de uma trincheira de toros de pinho). Ao depararem-se com este obstáculo, as forças, após serem bombardeadas, tiveram de passar para o areal da Junqueira (eram 9 horas quando se deu este movimento)²⁰⁷.

No quartel do Grupo de Baterias a Cavalo, em Queluz, o major João Pereira Bastos, comandante do Regimento, tentou com todos os meios impedir a saída das baterias do Grupo. Isso só seria possível com a ajuda dos oficiais, mas a maioria dos oficiais eram adversos ao movimento. Não podendo contar com eles, o major tentou a todo o custo atrasar a saída das peças²⁰⁸. Ao ver-se neste impasse, o major João Pereira de Bastos foi procurado pelo coronel Macedo Coelho e o deputado Lúcio de Azevedo. Estes disponibilizaram-lhe um grupo de civis prontos para o ajudar a revolucionar o Regimento (a oferta não foi aceite pelo major devido ao receio do caos que a sua presença poderia produzir)²⁰⁹. O coronel e o deputado saíram, dando entrada, em sua substituição, o 1.º esquadrão de Cavalaria n.º 4, tendo à sua cabeça o capitão Manuel da Costa Latino, que vinha acompanhar as peças²¹⁰. Perto das 4 horas da manhã, uma hora

²⁰⁷ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5353, 7 de Junho de 1915, p.3.

²⁰⁸ “Comandante do grupo a cavalo (1914-1915), 2º Eu e o grupo a cavalo da revolução de 14 de Maio” in *Arquivo Histórico Parlamentar – Arquivo João Pereira Bastos (AJPB)*, cx.3, cap.16, nº2: “Reuni os officiaes e disse-lhes claramente que ali a poucos momentos, rebentaria uma vista, expliquei-lhes que não se pretendia impor qualquer governo partidário, mas simplesmente acabar com a ditadura. Declarando para o espírito republicano dos que me ouviam, suas as respostas, de todos, sem hesitações, sem discursos, sem se consultarem uns aos outros, sem discutirem comigo, foi forma e escurrida: não entrariam na revolução, e cumpririam as ordens do Governo. Apenas dois officiaes se declaram estar a meu lado: o capitão-picador José da Costa e o alferes do quadro Amílcar José Alberto. Declarei aos officiaes que visto não quererem acompanhar-me, eu não deixaria sahir ninguém em favor do governo [...]”. Cf. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12014, 21 de Maio de 1915, p.2.

²⁰⁹ V. *Ibidem*, nº 12014, 21 de Maio de 1915, p.2; Fraga, Luís M. Alves de, Samara, Maria Alice, *João Pereira Bastos – O Sonho ...*, cit., p. 171.

²¹⁰ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5353, 7 de Maio de 1915, p.2.

depois do sinal, o major Pereira de Bastos recebeu as ordens para fazer seguir as peças. Mas em vez disso, escondeu a resolução do tenente Latino, esperando ganhar tempo com isso; entretanto o esquadrão retirou-se, por volta das 5 horas (por não haver serviço)²¹¹.

Com a retirada do esquadrão pretendia receber o apoio dos civis, pois com a sua ajuda poderia revolucionar as praças, por isso esperou, mas eles nunca apareceram²¹². Esperou um pouco mais, até que mandou o capitão-picador Salvador da Costa procurá-los. Não tardou a aparecer com notícias pouco sugestivas: não encontrou nenhum dos revolucionários²¹³. A esperança desvaneceu-se quando um novo esquadrão deu entrada na parada (eram 8 horas quando deu entrada o 3.º esquadrão da Cavalaria n.º 4, sob o comando do tenente Tito de Vasconcelos, fazendo-se acompanhar por um pelotão do 1.º esquadrão)²¹⁴. O tenente Tito de Vasconcelos veio intimá-lo para que cumprisse as ordens²¹⁵. Não cedendo, recusou-se a cumprir as ordens e, em vez disso, abandonou o comando do Grupo, para se entregar à prisão²¹⁶. Não havendo mais nenhum entrave, por parte do major, as peças puderam sair para serem colocadas no Alto da Ajuda. Próximo dali, em Monsanto (Estrangeira de Cima), foi-se instalar uma outra bateria, pertencente ao grupo da Artilharia n.º 1.

Durante a noite, no quartel do agrupamento de Artilharia n.º 1, os sargentos revolucionários não conseguiram impedir que a vigilância das peças fosse feita por

²¹¹ *Comandante do grupo a cavalo (1914-1915), 2º Eu e o grupo a cavalo da revolução de 14 de Maio*” in *AHP – AJPB*, cx.3, cap.16, nº2. V. tb. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12014, 21 de Maio de 1915, p.2.

²¹² *Ibidem*, nº12017, 24 de Maio de 1915, p.4.

²¹³ *Comandante do grupo a cavalo (1914-1915), 2º Eu e o grupo a cavalo da revolução de 14 de Maio*” in *AHP – AJPB*, cx.3, cap.16, nº2.

²¹⁴ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5353, 7 de Maio de 1915, p.2.

²¹⁵ *Comandante do grupo a cavalo (1914-1915), 2º Eu e o grupo a cavalo da revolução de 14 de Maio*” in *AHP – AJPB*, cx.3, cap.16, nº2.

²¹⁶ “Não havia mais nada a fazer. Mandeí buscar uma carruagem, entreguei o comando ao meu imediato, dizendo aos meus subordinados que ia entregar-me à prisão [...]” (*Comandante do grupo a cavalo (1914-1915), 2º Eu e o grupo a cavalo da revolução de 14 de Maio*” in *AHP – AJPB*, cx.3, cap.16, nº 2); “Não podendo aguentar-me mais nesta situação, em que apenas conseguira ganhar mais de quatro horas para a Revolução, mas que dentro de alguns minutos devia ser o de preso pelas forças fiéis ao governo, larguei o comando do grupo [...]” (*O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12014, 21 de Maio de 1915, p.2).

indivíduos da confiança da oficialidade²¹⁷. Pouco depois “do quartel general comunicaram para a secretaria, que o Regimento seria apoiado por um esquadrão de lanceiros 2, que efectivamente compareceu no quartel à 1 hora, comandado pelo tenente Viegas”²¹⁸. O esquadrão referido foi o esquadrão de prevenção do Regimento de Cavalaria n.º 2, que saiu com destino a Campolide, tendo como objectivo acompanhar as peças, se fosse necessário²¹⁹. A presença do referido esquadrão trouxe um grave problema aos sargentos revolucionários; para estes havia apenas uma só opção – fazer sair as peças sem oposição²²⁰.

Um outro aspecto importante a assinalar foi, sem dúvida, a falta de apoio externo. Tudo, desde o primeiro instante, correu mal: 1) o major Sá Cardoso não conseguiu encontrar-se com o coronel Soares Branco, comandante do Regimento; 2) havia a falta do indigitado líder dos civis (obstruiu a acção dos civis)²²¹. Estes dois problemas comprometeram, imediatamente, a adesão do grupo a favor da Revolução. Com isso, sem oposição, as peças saíam do quartel por volta das 6 horas da madrugada²²². Após a sua saída, apareceu ainda mais um esquadrão de Cavalaria na parada (o 4.º esquadrão provisório da Cavalaria n.º 4), que vinha sob o comando do capitão Luís de Menezes, trazendo adido a si o capitão Martins de Lima (este oficial veio assumir o comando dos esquadrões). Sob o seu comando, o esquadrão foi para o Alto de Santa Catarina ficando a guarnecer, em conjunto com um dos pelotões do esquadrão de prevenção, uma das duas baterias. O outro pelotão do esquadrão de prevenção ficou a guarnecer a segunda bateria, que esteve em Monsanto²²³.

Passamos agora à Infantaria n.º 2, para saber o que aconteceu com aquele Regimento. Perto das 6 horas, após ter chegado uma ordem de saída, o Regimento

²¹⁷“Os oficiais tinham escolhido o pessoal de confiança, com que deveriam guarnecer as bateiras” (Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p.86); “Reunimo-nos, e, entre nós, combinámos deixar organizar as baterias com o pessoal de confiança da oficialidade” (Declarações feitas pelo 1.º sargento Martins in *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12011, 18 de Maio de 1915, p.5).

²¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 86.

²¹⁹ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5352, 6 de Junho de 1915, p. 3.

²²⁰ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 86; *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12011, 18 de Maio de 1915, p.5.

²²¹ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5339, 24 de Maio de 1915, p.2.

²²² V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 86-87.

²²³ Idem, *Ibidem*, p. 87. Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5352, 6 de Junho de 1915, p. 3.

marchou, sob o comando do coronel Boaventura de Noronha, para o Palácio das Necessidades (que albergava o Quartel-general da 1.^a Divisão do Exército), onde começou a montar um cordão defensivo. Ali se instalou, com o apoio de outras forças. As horas seguintes foram-se vivendo, por ali, com grande apreensão entre as praças, principalmente no momento em que o general Blanco partiu com destino ao Quartel do Carmo. O motivo era bem simples: as praças impunham a prisão do General, mas os oficiais opuseram-se, por não ser um opção viável²²⁴. Com a saída do General, o Regimento permaneceu de guarda ao Palácio das Necessidades, mantendo-se no inactivo, o que tornou-o numa presa fácil para os revolucionários que vinham do Quartel dos Marinheiros, amedrontar as praças²²⁵. A partir da janela do seu escritório, Freitas Ribeiro viu aquele vaivém constante de revolucionários como uma oportunidade. Por isso, assim que foi possível, enviou dois emissários para convidar o Regimento a aderir²²⁶. Mas chegando ao Palácio das Necessidade, os emissários acabaram por ser presos²²⁷.

²²⁴“Se ali o comandante da divisão tenha sido preso por nós, o movimento tinha triunfado dentro de duas ou três horas, porque quem daria depois ordens seríamos nós. Eu, porem, não quiz desrespeitar o major, a quem mais de uma vez pedi que efectuasse aquela prisão. – Porque não a efetuou ele? – Por hesitação creio eu” (Declarações feitas pelo sargento Silva da Infantaria n.º 2 in *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12012, 19 de Maio de 1915, p.2); “N’esta altura um sargento de Infantaria 2 queria imediatamente precipitar os acontecimentos, e os oficiais tiveram de demovel-o, de conter a sua impaciência por algum tempo até que chegasse a ocasião de atuarem eficazmente” (*Ibidem*, nº 12017, 24 de Maio de 1915, p.1)

²²⁵ *Ibidem*, nº 12017, 24 de Maio de 1915, p.1: “Durante todo o tempo de espera a que a falta de direcção do movimento e a falta de informações sobre a situação fatalmente os obrigaram, os soldados iam-se entusiasmando com a ideia da rebelião, confraternizando com os populares e marinheiros que chegavam a cada momento em grandes clamores, mas conservando sempre a mais correcta atitude com os superiores a quem agradavam deveras essas manifestações”.

²²⁶ “Pela Republica, pela Constituição e pela formação de um ministério nacional, convidamos os nossos camaradas a aderir a este movimento, que não tem character partidário. – Por Infantaria 2, F. Batista. Pela marinha, José de Freitas Ribeiro, Sá Cardoso, major [assinaturas]”. (*Ibidem*, nº12012, 19 de Maio de 1915, p.2).

²²⁷ “Resolveu-se mandar um convite ao regimento de Infantaria 2 para que aderisse ao movimento revolucionário. Tal convite foi assinado por Sá Cardoso e Freitas Ribeiro [...]. O ex2º sargento Luís Augusto Xavier de Bastos, já referido, e João Borges foram encarregados de, como parlamentares, ir ao quartel general, conferenciar com o comandante do regimento. Chegados ali, ficaram presos” (Relatório do tenente-coronel Sousa Rosa in *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5340, 3 de Junho de 1915, p.1); “Sá Cardoso acolhera o ex-sargento; agradara-se das suas manhas e, como pretendia enviar aos diversos

Após prender os emissários, o comandante Boaventura de Noronha apresentou um ultimato, por parte do Quartel-general, aos revolucionários. Por isso dirigiu-se ao Quartel dos Marinheiros, onde foi recebido por Freitas Ribeiro. Perante este homem, e mais alguns líderes revolucionários apresentou esse documento. Por parte dos revolucionários, respondeu Freitas Ribeiro dizendo que não deixariam de lutar. Com esta resposta, não havendo a necessidade de permanecer mais, o coronel Noronha, retirou-se²²⁸. Ao retornar, sendo seguido, de perto, por um grupo de revolucionários, mandou libertar os presos²²⁹. Os emissários, no momento em que foram libertados, em conjunto com os outros revolucionários, começam a declamar algumas palavras injuriosas, apenas para inquietar os soldados²³⁰. O efeito desse gesto sentiu-se logo naquele momento imediato, pois os oficiais deixaram de ter controlo sobre os seus subordinados e, por isso, tiveram que transmitir a situação ao coronel Noronha. Este, vendo-se perante uma situação de rebelião, apenas mandou retirar o Regimento (era a única opção). Mas alguns oficiais, envolvidos na conspiração revolucionária, não estavam dispostos a deixar o Regimento voltar ao quartel e preparavam-se para revolucionar a companhia²³¹.

Na Rua do Sacramento, perto de uma encruzilhada, o comandante mandou “rodar à esquerda”, mas um dos seus subordinados, um revolucionário, opôs-se dizendo: “Meu comandante, nós vamos para os marinheiros. V. Ex.^a venha, que vem

regimentos um pedido de adesão, ordenou-lhe que o escrevesse e fosse deixar um dos papeis em Infantaria 2, [...]. Já se encontrava nas Necessidades a unidade e até lá pretendeu chegar com a proclamação, a qual cabia num cartão-de-visita. [...] Um oficial cumpridor, Pinto da Silva, deteve-o e ali ficou, com outro, a aguardar destino, fechado numa dependência.” (Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p.292).

²²⁸ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5337, 22 de Maio de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 5348, 3 de Junho de 1915, p.1.

²²⁹ “O Coronel saiu em seguida, mas foi procedido por vários civis, que a correr marchavam em direcção ao quartel general e que concorreram para que o referido regimento aderisse ao movimento” (Relatório do tenente-coronel Sousa Rosa in *Ibidem*, nº 5348, 3 de Junho de 1915, p.1); “Volveu o militar que lhe ias dar a liberdade, isto no receio de ficar ali preso, [...]. Quando chegou e mandou libertar os presos, solicitou-lhes que não incitassem os seus soldados com vivas e morras, pois desejava ter o regimento disciplinado” (Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p. 302).

²³⁰ *Idem*, *Ibidem*, pp. 302-303.

²³¹ Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 124-125; Martins, Francisco Rocha, *Ibidem*, p. 304; *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12017, 24 de Maio de 1915, p.1.

muito bem”. Por sua vez, o coronel Noronha respondeu: “Então o sr. não me acompanha?”, recebendo como resposta: “Não meu comandante”. O oficial mandou “rodar à direita” e todos o seguiram para o Quartel dos Marinheiros, onde foram recebidos com muita ovação²³². Sem o seu Regimento, o comandante, o coronel Noronha, ficou para trás sozinho, mas não demorou muito tempo para que alguns revolucionários viessem propor-lhe para que fosse com eles para o Quartel dos Marinheiros; mas ele recusou o convite e, por isso, acabou por ser preso pelos revolucionários, que o levaram para o Quartel dos Marinheiros²³³.

Ao longo de toda a noite, o Regimento de Infantaria n.º 5 permaneceu em prevenção rigorosa, para logo a seguir, após se dar os primeiros tiros do *Vasco da Gama*, sair para a rua para combater²³⁴. Do mesmo modo reagiu o Regimento de Infantaria n.º 16²³⁵. Seria o primeiro Regimento, por ter o seu quartel nas imediações (Castelo de S. Jorge), a chegar à Praça do Município, onde se juntou a um pelotão da GNR, sob o comando do capitão Rodrigues²³⁶. Pouco depois também apareceram a Infantaria n.º 5 e uma secção de metralhadoras, com a missão de atacar o Arsenal da Marinha.

3.4 – O Assalto ao Museu-Militar de Lisboa e a Tomada do Paiol de Beirolas

3.4.1 – O Assalto ao Museu-Militar de Lisboa

Durante o dia 14 de Maio o Museu-Militar de Lisboa, que albergava um importante depósito de armamento do Exército, foi protegido e defendido exclusivamente pela 1.ª companhia do 2.º batalhão da Guarda Republicana, sob o comando do capitão Marcelino Afonso (contou com o apoio da guarda do Museu-Militar e com a Polícia, que tinha ali um posto)²³⁷. Havendo um conhecimento prévio

²³² V. Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p.125-126.

²³³ V. Rocha, Francisco Rocha, *op. cit.*, p. 305.

²³⁴ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp.45-46.

²³⁵ V. Castro, Gonçalo Pereira Pimenta de, *As minhas memórias – na metrópole e nas colónias*, 1.º volume, Porto, Livraria Progredior, [s.d.], pp. 410-411. V. tb. Costa, Carlos Gomes da, *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa*, Lisboa, Francisco Franco, 1931, p. 242.

²³⁶ Cf. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p.48.

²³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 104: A primeira companhia do batalhão n.º 2 sob o comando do capitão Marcelino Afonso foi a mais sacrificada, durante a sua acção na defesa do Museu de Artilharia. Esta força, constituída por três pelotões estava de prevenção rigorosa. Á 1 hora do dia 14, o 1º pelotão comandado

do material militar que ali existia, um grupo de revolucionários comprometeu-se a ocupá-lo, com a ajuda da Guarda-Fiscal do posto da Alfândega. Entre estes havia um pré-acordo: apenas tinham de aparecer, os primeiros, para receberem as armas e as munições que ali houvesse. E assim o fizeram. Passava das 3 horas da madrugada quando os civis começaram a concentrar-se em frente do posto, onde obtiveram o apoio esperado da Guarda-Fiscal²³⁸.

Com o apoio dos Guardas-Fiscais, os civis organizaram e prosseguiram para o chafariz de Dentro, ao encontro de um outro grupo de revolucionários. Depois de se reagruparem (agora com o novo grupo), continuaram a avançar ao longo da marginal ribeirinha até ao posto da Guarda-Fiscal na rua do Jardim do Tabaco. Entretanto, ao seu encontro veio um pelotão a cavalo, composto por 12 homens, sob o comando do sargento Rodrigues, com ordens bem expressas para dispersar todos aqueles que se aproximassem do quartel da 1.^a companhia da Guarda-Fiscal. Apercebendo-se da chegada do pelotão, os revolucionários enviaram um parlamentar para persuadi-los. Após uma breve troca de palavras entre o emissário e o sargento Rodrigues, os guardas disponibilizaram-se a acompanhá-los (mas antes tinham que falar com o seu comandante para o informar sobre a decisão tomada)²³⁹. A alguns metros dali, a GNR fazia, sucessivamente, vários avisos, para aqueles que tivessem a intenção de se aproximar. Foi nesse exacto momento que apareceu o pelotão a cavalo, para informar o seu comandante, sendo recebido a tiro pela GNR. O pelotão imediatamente se dispersou e os poucos que ainda estavam montados retiraram-se. Os civis, vendo aquele espectáculo, prepararam-se para o seu primeiro embate, que durou apenas 15 minutos. Naquele curto espaço de tempo, foram muitos os revolucionários que ficaram feridos ou

pelo tenente Freire, recebeu ordem para ir reforçar a guarda da Fundação de Baixo. Depois for reforçar a guarda ao Museu, a fim de evitar, que os revoltosos se apoderassem do armamento, que ali se encontrava em depósito”; *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12011, 19 de Maio de 1915, p.3: “Às 4 horas de sexta-feira, menos de uma hora, portanto, após os primeiros tiros de bordo, cavalaria e infantaria da guarda republicana e a polícia da esquadra próxima surgem em evoluções á roda do edifício do Museu, para a o guardarem de possíveis investidas”.

²³⁸ *Ibidem*, nº 12011, 19 de Maio de 1915, p.3.

²³⁹ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p.105; Pereira, Cláudio, *op. cit.*, p.69

foram mortos. Tal foi a gravidade, que muitos tiveram de abandonar o local do ataque²⁴⁰.

Por volta das 4 horas e meia da manhã, após o fracasso na tentativa de assaltar o quartel da Infantaria n.º 16²⁴¹, apareceu o grupo do tenente Pires Falcão, que vinha ajudar. O tenente Pires Falcão estava disposto a levar consigo todos aqueles que o quisessem acompanhar “[...]ao Museu de artilharia a fim de poder armar e municiar todos os que carecessem de armamento. Dito e feito. Descemos as Escadinhas do Chão do Loureiro, encontrámos na rua da Madalena o resto do grupo, topando mais adiante o grupo civil dirigido por António Matheus Pereira Júnior, que se juntou ao nosso. [...]seguindo pela rua dos Bacalhoeiros e o Terreiro do Trigo directamente ao Museu d’artilharia, parando pouco mais ou menos a 400 metros deste, às 5 menos um quarto. Começou aqui a movimentar-se a scena, pois que quando perguntei a toda a força de pulmões: Quem vive? Obtive uma resposta: Passe à rectaguarda. Não me convencendo bem com este argumento, perguntei aos meus mais próximos companheiros quem é que decidira a acompanhar-me um pouco mais à frente, avançando logo o grupo mais uns quinze metros, pelo menos até à altura das nossas vedetas”²⁴².

Ali perto, prevendo mais um ataque, por volta das 5 horas da madrugada, o capitão Marcelino Afonso mandou unir as suas forças²⁴³. Novamente, o tenente Pires Falcão perguntou: “Quem vive?”. A Guarda Republicana apenas respondeu: “[...] ao toque de o fogo a primeira descarga, em virtude do que ordenei aos que me seguiam que se deitassem no chão, o que fizeram, encobrendo-se alguns com os humbrais das portas dos prédios do lado esquerdo, de onde, bem como eu, foram disparando as suas armas até completo esgotamento das munições”²⁴⁴.

À medida que os revolucionários iam ficando sem munições, foram saindo de combate, ficando apenas um punhado que atacava das esquinas das ruas ou das janelas dos edificios próximos, enquanto esperavam por mais reforços (foram chegando progressivamente)²⁴⁵. Entretanto, por volta das 7 horas e meia, o coraçoado *Vasco da*

²⁴⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 105-106. V. tb. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12027, 3 de Junho de 1915, p.1.

²⁴¹ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5340, 25 de Maio de 1915, p.2.

²⁴² *Ibidem*, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p.2.

²⁴³ Cf. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12011, 18 de Maio de 1915, p.2

²⁴⁴ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5340, 25 de Maio de 1915, p.2.

²⁴⁵ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p.107.

Gama navegou naquela direcção para atender a um pedido dos revolucionários: bombardear o Museu – o que fez²⁴⁶. Assim, a cada momento que passava tudo se tornava insuportável para os defensores do Museu-Militar de Lisboa²⁴⁷, que ficavam cercados por todos os lados, até pela retaguarda (a Estação de Santa Apolónia foi ocupada por Guardas-Fiscais)²⁴⁸. Em breve estariam totalmente cercados, sem munições, sem reforços e a serem bombardeados constantemente²⁴⁹. Por não haver forma de permanecer naquele local, o capitão Marcelino retirou-se com o seus homens para o quartel dos Lóios, deixando o Museu à sua sorte. Acabando por ser completamente ocupado, após a fuga da GNR, onde as armas armazenadas aí seriam distribuídas entre os revolucionários²⁵⁰.

No quartel dos Lóios, o capitão Marcelino comunicou ao Quartel-general o estado da situação, enquanto esperou por novas ordens que não demoraram muito a chegar: o esquadrão deveria reocupar o Museu²⁵¹, sendo-lhes prometido, ao mesmo tempo, o envio de reforços²⁵². Não passou muito tempo para que, dando cumprimento às ordens impostas anteriormente, o pelotão da GNR aparecesse nas imediações do Museu – no alto da calçada do Forte –, local que ocupou até receber novas instruções superiores: o grupo foi ordenado para que se dirigisse para o Campo de Santa Clara, onde uma companhia de Sapadores-Mineiros os esperava (novos reforços)²⁵³. Aqui as

²⁴⁶ “[...] até se resolver enviar o revolucionário Costa a bordo do Vasco da Gama pedir, para que fossem disparados alguns tiros contra os defensores do Museu. Efectivamente, cerca das 7 horas e 30 minutos a artilharia de bordo daquele navio disparava dois tiros [...], enquanto os civis se abrigavam com o madeiramento do entreposto, defronte do Museu, para assim poder efectuar o ataque com mais garantia de êxito” (Idem, *Ibidem*).

²⁴⁷ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12011, 18 de Maio de 1915, p.2.

²⁴⁸ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5337, 22 de Maio de 1915, p.3.

²⁴⁹ V. Peres, Damião, *História de Portugal. Edição Monumental comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade*, Suplemento, Porto, Portucalense Editora, 1954, p. 100. Segundo este autor as forças defensoras encontravam-se numa posição defensiva muito desfavorável: “[...] as tropas de defesa combatem no exterior, em vez de se internarem no edifício, que, assim, com maior segurança defendiam”.

²⁵⁰ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p 108; Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p.295; *O 14 de Maio e a consolidação...*, cit., pp.83-84.

²⁵¹ V. Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p 108.

²⁵² V. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p.295.

²⁵³ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 108.

duas companhias prepararam um plano de ataque, no qual: “[...] foi organizado uma coluna de ataque, que era constituída por um pelotão de cavalaria da guarda republicana, a seguir, um pelotão de engenharia, em atiradores; metade da força da guarda; o resto da engenharia e por último dum pelotão da 1.^a companhia da guarda”²⁵⁴.

O assalto avançou, mas terminou em desastre e na retirada das forças para o Campo de Santa Clara. Algum tempo depois, os dois contingentes ficaram completamente cercados pelos revolucionários. Face ao perigo, os dois contingentes passaram para o Depósito de Fardamentos (sendo o edifício sitiado pelos revolucionários). Cercados, só tiveram uma opção: renderem-se. Para isso, procedeu-se ao hastear da bandeira branca e à abertura dos portões do Depósito. Para ali, logo naquele momento, afluíram um sem número de revolucionários, que acompanhariam os soldados, umas horas mais tarde, para o Arsenal²⁵⁵.

3.4.2 – A Tomada do Paiol de Beirolas

No dia do movimento, o paiol de Beirolas, que albergava um importante depósito de munições do Exército, ficou ao completo abandono, por parte das autoridades, e, apesar da sua importância estratégica, não foram enviados reforços e muito menos uma ordem de prevenção ali chegou. Apenas puderam contar com a guarnição ali presente, que tinha como comandante superior o tenente Celestino Soares²⁵⁶. Só de manhã é que esse oficial foi avisado da possibilidade de um ataque, pelo Quartel-general, e junto deste insistiu no envio de mais reforços. No fim, apenas lhe disseram para chamar a Guarda-Fiscal de Sacavém²⁵⁷.

Mas a insistência, por parte do tenente, teve efeito: o Quartel-general ordenou à 9.^a companhia da Guarda-Fiscal para que fosse reforçar o guarnição de Beirolas (em conjunto com as forças da Guarda-Fiscal de Sacavém que ali já se encontravam). Contudo, estas ordens seriam recusadas pelas praças (muitas estavam envolvidas no

²⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p.109.

²⁵⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 109-110; *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5348, 2 de Junho de 1915, p.4.

²⁵⁶ Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p.111: “Encontrava-se ali destacado o tenente Celestino Soares, de Infantaria 16, que dispunha de 30 praças, para evitar caíssem em poder dos revoltosos, as munições confiadas à guarda de uma força tão reduzida”. Cf. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12013, 20 de Maio de 1915, p.3.

²⁵⁷ Idem, *Ibidem*, pp.111-112.

movimento). Dando-se o caso da secção do Poço do Bispo, que tinha o tenente Melo como comandante, onde as praças recusaram-se seguir as ordem do Quartel-general, antes pelo contrário, preferiram esperar pelo seu comandante superior, o capitão Bandeira de Lima (associado também ao movimento)²⁵⁸. Não tardou muito para que esse oficial desse entrada no quartel, mandando os seus homens formar na parada para marcharem, em seguida, na direcção do Braço de Prata, onde receberam a adesão da outra secção. Depois disso, os oficiais decidiram tomar o paiol de Beirolas²⁵⁹. “Eram cerca de 11 horas, quando a companhia saiu do quartel em direcção ao Cabo Ruivo, onde estacionou a fim de reunir os elementos civis que andavam dispersos, armados e sem munições, para marcharmos para Beirolas”²⁶⁰.

A seguir a coluna avançou em completa ordem até aos Olivais, onde ali foi formado, segundo indicações do capitão Bandeira de Lima, uma companhia para que fosse falar com o tenente Celestino. Como esperado, algum tempo depois, chegou a companhia com uma resposta negativa do tenente Celestino (a guarnição não se rendia). Em virtude disto, o capitão Bandeira de Lima ordenou a divisão do pelotão em duas secções: estas fariam uma demonstração de ataque (alternadamente) contra o paiol (sendo suficiente para obter a rendição da guarnição). Após isso, distribuiu-se as munições entre os revolucionários²⁶¹.

3.5 – Os Confrontos no Centro de Lisboa

3.5.1 – No Arsenal da Marinha

Durante o dia 14 de Maio, a cidade de Lisboa esteve isolada do resto do País, pois as comunicações e os transportes tinham sido cortados. O País esperava pelos resultados dos acontecimentos que ocorressem em Lisboa²⁶². Em frente do Arsenal, as forças afectas ao Governo tomavam lugar, quando o capitão Salazar Moscoso e o 1.º tenente Nunes Ribeiro se apresentaram para parlamentar²⁶³. O capitão Salazar Moscoso dirigiu-se a eles, com as seguintes palavras:

²⁵⁸ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p.3

²⁵⁹ *Ibidem*, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p.3.

²⁶⁰ *Ibidem*, nº 5341, 26 de Maio de 1915, p.4.

²⁶¹ *Ibidem*, nº 5341, 26 de Maio de 1915, p.4.

²⁶² V. Peres. Damião, *op. cit.*, p. 101.

²⁶³ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 46; Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, pp. 299-300.

“Estão na presença, forças republicanas, que se vão chocar numa luta entre irmãos, animados do mesmo ideal e por isso propomos, para que seja nomeado um oficial, que vá com um de nós falar ao sr. presidente da República, a fim de não se romperem as hostilidades, sem que o chefe de Estado nos oiça, para vermos se assim resolve dar a demissão ao governo do sr. Pimenta de Castro, para ser nomeado um ministério nacional, sem caracter partidário”²⁶⁴

Trocaram algumas palavras, chegando a um entendimento. Formou-se uma comissão, composta pelo 1.º tenente Nunes Ribeiro e pelo capitão Correia dos Santos. Os dois oficiais, pouco depois, dirigiram-se para o Carmo, onde foram recebidos com grande violência pelo general Blanco. Este apenas lhes disse “terminantemente, que não tinha poderes para receber parlamentares, visto que só se intendia directamente com o presidente do ministério”²⁶⁵. Antes de saírem, o general Blanco reconheceu a necessidade de continuar com o ataque, chamando à atenção o capitão, para o cumprimento das ordens²⁶⁶. Assim, não havendo a necessidade de permaneceram no Quartel do Carmo, retiraram-se para as suas posições (informando os seus companheiros sobre os resultados das *démarches*).

O fracasso destas diligências conduziu o tenente Viegas ao *Vasco da Gama* para informar Leote do Rego sobre o sucedido²⁶⁷. Nas ruas de S. Julião e do Comércio, o Regimento de Infantaria n.º 5 foi tomando posição, enquanto Quartel-general insistia, persistentemente, no cumprimento das ordens: atacar o Arsenal da Marinha e abrir uma brecha para ali entrar. Para isso, “cavaram-se cortaduras na rua do Comercio e rua de S. Julião e destacaram-se duas companhias para ocupação das janelas do edifício do Município; barricou-se a travessa, que fica entre o ministério do interior e o edifício da Câmara e meteram-se em bateria as duas metralhadoras, na embocadura da rua do Comercio, para o Largo do Pelourinho”²⁶⁸.

Na Praça do Comércio tínhamos o Regimento de Infantaria n.º 16, que estava instalado debaixo de uma das arcadas. Para ali se dirigiram, algum tempo depois, dois oficiais do Estado-maior do Exército (o capitão Arrobas Machado e o tenente Malheiro

²⁶⁴ V. Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p.47.

²⁶⁵ Idem, *Ibidem*, p.47; *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1719, 20 de Maio de 1915, p.1.

²⁶⁶ Idem, *Ibidem*; *Ibidem*, nº 1719, 20 de Maio de 1915, p.1.

²⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 67.

²⁶⁸ Idem, *Ibidem*, pp.47-48

Reimão), para informar que iam abrir as portas dos Ministérios. Como não tinham as chaves consigo, tiveram que ir buscá-las ao Quartel-general²⁶⁹. O tempo passava e as chaves não apareciam e, por volta das 9 horas da manhã, os navios de guerra começaram com os bombardeamentos, desta vez na direcção da Infantaria n.º 16. Pouco depois, para sua protecção, o Regimento teve que se deslocar para a rua do Comércio²⁷⁰.

Entretanto, no Alto de Santa Cantaria, pela sua posição estratégica, foram colocadas as peças da artilharia de onde saíam os ataques contra os navios de guerra. O primeiro a ser atacado foi o *Vasco da Gama*; o *Adamastor* foi o seguinte a ser atingido²⁷¹. Os danos não provocaram grande efeito, pelo facto de os navios se manterem a uma distância segura. Não obtendo os resultados esperados, as peças rectificaram a posição e começaram a bombardear o *Almirante Reis*. O cruzador estava numa posição deveras bem sensível, com as caldeiras retiradas, mas por iniciativa da tripulação foi possível voltar a colocar o navio em funcionamento²⁷². Depois de quase meia hora a ser bombardeado, o cruzador começou, finalmente, a movimentar e, em

²⁶⁹ “O Regimento foi mais tarde formar sob a arcada, aparecendo nesta ocasião o sub-chefe de estado maior sr. capitão Arrobas Machado, e o tenente de engenharia Malheiro Reymão á paisana, dizendo este, que ia fazer abrir as portas dos ministérios” (Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, pp. 48-49); “Assestaram-se as metralhadoras, porém, decidira-se não as utilizar. As paredes do edifício eram muito espessas, um parapeito rijo se erguera por detrás do portão chapeado. Tornava-se impossível destruir tudo aquilo, sem autêntica artilharia. Isso se participou ao estado-maior, cujo subchefe, Arrobas Machado, compareceu daí a pouco, com o tenente de Engenharia Malheiro Reimão, o qual se oferecia para ir buscar as chaves dos ministérios” (Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, p.301). Cf. Costa, Carlos Gomes da, *op. cit.*, pp.242-243.

²⁷⁰ *Idem*, *Ibidem*, pp. 301-302.

²⁷¹ “Às 9 horas caem no rio as primeiras granadas dessa bateria, sendo alvejados ao mesmo tempo, o Vasco da Gama, o Almirante Reis e o Adamastor. O Vasco da Gama estava então um pouco afastado e as três granadas que nos passaram por entre a mastreação, foram cais alem” (Declarações feitas por Leote do Rego in Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p.214); “As 9h30, tocaram a faina, mantendo-se os postos de combate, largando e seguindo nas águas o “Vasco da Gama”. Às 10h (sic) aproximadamente estando o navio a costear a margem sul, ao passar em frente ao Arsenal foi atingido pelas granadas de artilharia de terra por duas vezes [...]” (*Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Central, Diário de navegação do Adamastor*, núcleo nº9 (6/IX/4/4)).

²⁷² V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12029, 5 de Junho de 1915, p.1; *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5336, 21 de Maio de 1915, p.1; *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº1717, 18 de Maio de 1915, p.1.

conjunto com os outros navios, a bombardear as peças inimigas²⁷³. Como os bombardeamentos efectuados pelos navios causaram enormes estragos²⁷⁴, as peças de artilharia, associadas ao Governo, tiveram que parar de bombardar, a fim de evitar maiores estragos e perdas de vidas humanas.

Não passou muito tempo, desde os bombardeamentos terem terminado, e perto das 10 horas, ouviu-se, pela segunda vez, o tocar do “cessar-fogo”: eram os mesmos parlamentares que vinham reabrir as negociações, mas agora afirmando que tinham falado com o Presidente da República e que este tinha dito que queria resolver a crise. De novo se formou uma delegação, com o mesmo propósito de antes e com os mesmos oficiais. Como dantes, os dois oficiais foram até ao Carmo para falarem com o comandante da Divisão. E pela segunda vez o general Blanco recusou-se a escutar aqueles dois oficiais, mandando-os, novamente, retirarem-se. O general Blanco relembrou, novamente, ao capitão Correia dos Santos o cumprimento das ordens²⁷⁵. Sem nada mais a fazer, os dois oficiais retornaram aos seus lugares.

Na praça do Município, a invasão do Arsenal tornou-se impossível sem o apoio da artilharia pesada; assim: “deu-se conhecimento ao chefe de Estado Maior, de que era absolutamente impossível atacar o arsenal, sem artilharia para abrir brecha. Foi ali dito a princípio, que não era possível dispor de mais peças; mas foi resolvido pelo quartel general dar ordem a uma bateria de artilharia, que estava no alto de Santa Catarina atacando a esquadra, para vir para a rua do Comercio”²⁷⁶. As referenciadas peças só apareceram quase duas horas depois, por volta do meio-dia. A sua aplicabilidade mostrou-se muito difícil, como constatou Correia dos Santos:

“Foi resolvido romper fogo de artilharia, contra o portão do arsenal. Meteram-se duas peças de bateria, mas apenas se conseguiu arranjar guarnição para uma delas, sendo ainda preciso empregar os conductores. O tiro de artilharia era muito trabalhoso, porque a peça apoiada no cimento, recuava num trajecto considerável, a toda a largura da rua. Ainda se tentou abrir uma cova, mas o cimento oferecia uma resistência tenaz á ponta

²⁷³ Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Central, *Diário de navegação do Adamastor*, núcleo nº9 (6/IX/4/4).

²⁷⁴ V. *O Diário de Notícias*, Lisboa, Ano LI, nº17785, 15 de Maio de 1915, p.1.

²⁷⁵ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 51; *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº1719, 20 de Maio de 1915, p.1.

²⁷⁶ Idem, *Ibidem*, p.48.

da picareta. A pouco e pouco foram desaparecendo os soldados da guarnição da única peça, que se conseguiu utilizar, ficando o capitão de artilharia no seu posto, comandando apenas um soldado servente e um sargento que estava em serviço no carro de munições. As outras peças não foram empregadas por falta de pessoal. As metralhadoras nesta ocasião, já tinham desaparecido da rua do Comércio”²⁷⁷.

Entretanto, a falta de munições foi um problema constante no Arsenal. Houve ali, por vezes, alguma falta de confiança, quando isto acontecia²⁷⁸, por isso, mais do que uma vez, os revolucionários subiram a bordo dos navios para buscar mais munições, enquanto se esperava pelas remessas do Vale do Zebro²⁷⁹. De tarde, por volta das 14 horas, o tenente Viegas regressou ao Arsenal, com um cunhete de munições para providenciar alguns homens²⁸⁰. Mesmo assim, o problema continuou, sem solução à vista, e os revolucionários, no Arsenal, pensaram em ir buscar munições à fragata *D. Fernando*, mas o acesso às munições estava muito limitado. Apesar de o navio apresentar a bandeira nacional, isso não significou a sua completa adesão; muito pelo contrário, o comandante não respondeu a nenhum dos pedidos por parte dos revolucionários ou do seu comandante Leote do Rego²⁸¹.

Este assunto tinha que ser resolvido de alguma forma, por isso o comandante Leote do Rego incumbiu o tenente Filemon de ir à fragata, com a missão de notificar o comandante. Entrou a bordo e pouco depois foi convidado, pelo comandante, a sair. Este era, aliás, um padrão seguido, desde o princípio, pelo comandante, que não aceitou ordens por parte de Leote do Rego (não lhe reconhecia autoridade e só recebia ordens oficiais). Em resultante disso: a tripulação amotinou toda, após a saída do tenente Filemon da fragata, e muitos seguiram para terra. Em consequência deste acto de insubordinação, o comandante e os restantes oficiais declararam-se presos, deixando o navio sem oficiais superiores. Para substituir o comandante foi nomeado, por Leote do Rego, o capitão Salazar Moscoso²⁸².

²⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p.49.

²⁷⁸ V. Rocha, Francisco Rocha, *op. cit.*, pp. 323-324.

²⁷⁹ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12013, 20 de Maio de 1915, p.3.

²⁸⁰ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p.68.

²⁸¹ Cf. *Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Central, Livro de serviço diário da escola prática de artilharia naval (Fragata D. Fernando)*, cx.630 A-3, nº119.

²⁸² *Ibidem*.

Perto do Arsenal, o Regimento de Infantaria n.º 5 manteve-se em posição para atacar, esperando pela finalização da artilharia no ataque contra o portão principal desse edifício, a Infantaria n.º 16, com ordens para atacar pelo lado Oeste do mesmo, seguiu com uma peça de artilharia e uma força de cavalaria²⁸³. A força subiu até ao Chiado, seguindo pela calçada do Combro, para a rua da Boavista. O movimento chamou a atenção de um grupo de marinheiros que preveniram um grupo de civis sobre aproximação da coluna²⁸⁴. Com isso, os civis foram tomar posição para o ataque. A coluna não demorou muito tempo para a aparecer e a ficar em posição para ser atacada. Ficando, iniciou-se o ataque, muito violento, que provocou a dispersão da coluna (na sua maioria)²⁸⁵. Porém a energia e a serenidade do coronel Gomes da Costa, conseguiram dominar a situação, impedindo o desagregamento das suas forças ao retirar, por fim, para o quartel²⁸⁶.

Enquanto a Infantaria n.º 16 retornou ao seu quartel, o portão principal do Arsenal continuou a ser bombardeado, desde o meio-dia, embora sem grandes efeitos. Assim, pouco a pouco, o tiroteio abrandou²⁸⁷. Já que “do Arsenal recebeu-se informações, de que o número de ferido era já considerável. Do quartel general deixámos de receber quasquer comunicações, a partir das 14 horas. Ignorávamos absolutamente, o que se passava nos outros teatros da lucta. Os populares avançavam em massa pelo lado da rua Augusta. A artilharia dos navios continuava o bombardeamento. Do Arsenal recebemos noticias, por intermédio do pessoal da Cruz Vermelha, que nos garantiu, que ali se desejava a organização de um ministério

²⁸³ V. Santos, António Maria de Azevedo Machado, *op. cit.*, p. 83.

²⁸⁴ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p.68

²⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p. 50.

²⁸⁶ V. Costa, Carlos Gomes da, *op. cit.*, pp.244-245; Castro, Gonçalo Pereira Pimenta de, *op. cit.*, pp. 415-417.

²⁸⁷“Depois de, proximadamente, hora e meia d’aturado bombardeamento, ou porque alguns tiros disparados de bordo para o Terreiro do Paço desmoralizassem as forças que nos atacavam, ou por falta de munições conforme nos informam, e tudo leva a crer que fosse verdade, ou ainda pelo ataque que à artilharia era feita pelos defensores do Arsenal colocados na Escola Naval, sob a direção do 1º tenente Lamy e dois aspirantes, e ainda por denodados (sic) atiradores que tomaram posição sobre o telhado do Arsenal; o que é certo é que o fogo dos contrários abrandou” (Costa, Carlos, *Subsídio para o relatório sobre acção das forças...*, cit.).

nacional. Chegou a noticia, de que infantaria 16 retirava para o Castelo e do quartel general não se recebia ordem alguma [...]”²⁸⁸.

Chegou-se a um momento de impasse, não havendo mais opções estratégicas (desde das 14 horas que não havia ordens). Os comandantes dos Regimentos de Infantaria n.º 5 e de Artilharia n.º 1 reuniram-se, deliberando pela retirada; o capitão Correia dos Santos foi escolhido para ir ao Arsenal apresentar um “cessar-fogo” oficial, por parte do Exército²⁸⁹

3.5.2 – O Governo Civil e o Quartel do Carmo

No Governo Civil, ao longo da manhã do dia 14, os polícias foram-se concentrando, por ordem do seu comandante²⁹⁰. Ficou encarregue da defesa das instalações uma companhia da GNR (24 praças), tendo o tenente Nunes ao seu comando. Não tardou – desde muito cedo – a circular um boato que indicava um potencial ataque, por parte dos revolucionais²⁹¹. O boato era verdadeiro, pois os revolucionários preparavam, realmente, um ataque contra o Governo Civil (supunham serem feitos, daquele local, os ataques contra eles, por polícias e civis armados (membros do “Grupo do 27 de Abril”²⁹²)).²⁹³ Havia assim a eminência de um ataque, e

²⁸⁸ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p.52.

²⁸⁹ Idem, *Ibidem*; *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1719, 20 de Maio de 1915, p.1

²⁹⁰ “Pouco depois, à medida que as diversas esquadras iam anunciando que ellas iam ser assaltadas, correndo o seu pessoal perigo de vida, eu ia ordenando que todo esse pessoal recolhesse ao Governo Civil: e, conjuntamente ainda, por entender que nem na defeza do próprio Governo Civil (se ele fosse atacado) eu devia empregar a polícia, solicitei, para esse fim, uma força militar pelas 6 horas da manhã aqui chegou e esteve. Em breves horas toda a polícia se concentrou nos corredores e pateos internos do Governo Civil e inactiva se manteve sempre” (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Fundo do Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, maço 60, Relatório de Tristão da Câmara Pestana, Comandante da Polícia, de 19-05-1915).

²⁹¹ Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp.96-97.

²⁹² O “Grupo do 27 de Abril” foi um agrupamento miliciano ilegal, que orbitou em torno de Machado Santos e do Centro Reformista (antigos carbonários fiéis a Machado Santos), que ficou associado à intentona de 27 de Abril de 1913 contra o primeiro Governo monocolor *democrático*, presidido por Afonso Costa. V. Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI: *A Primeira República (1910-1926): história política, religiosa, militar e ultramarina*, Lisboa, Editora Verbo, 1989, p. 130. Segundo António Ventura, este grupo teve uma participação activa durante a Revolução de 14 de Maio de 1915 combatendo ao lado do Governo. V. Ventura, António, «Formiga Branca» in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, p.93. As fontes evidenciam isso, tantos os jornais

como os boatos se tornavam cada vez mais precisos, o tenente Nunes tomou todas as providências para evitar esse ataque, que veio a registar-se, apesar da pouca precisão temporal – terá ocorrido entre as 9 e as 10 horas –, e que culminou com algumas mortes e a expulsão dos atacantes²⁹⁴. Pouco depois do ataque, e por providência, o Quartel-general enviou, para ali, mais reforços da Guarda Republicana. As forças chegaram por volta do meio-dia e meia e depois “a força [...] foi destacada para as escadas do largo do Directório e na rua Freire de Andrade, sendo guarnecidas com uma secção, as embocaduras da rua do Capêlo, junto das ruas Serpa Pinto e Ivens, e destacadas algumas vedetas para o extremo N da rua Anchieta, junto da rua Garrett”²⁹⁵.

Perto das 16 horas deu entrada, no Governo Civil, o tenente Sepúlveda com a missão de notificar os jornais *O Mundo* e *O Século*. Ali pediu o comando de uma força que o acompanhasse. No momento em que passava pela rua Garrett, o Regimento de Infantaria n.º 16, escoltada por um grupo de revolucionários (civis e marinheiros). Houve quem temesse um ataque, e alguns civis (membros do “Grupo do 27 de Abril”) aproximaram-se do Governo Civil, pedindo auxílio²⁹⁶. Escutando essas súplicas, o tenente Sepúlveda comprometeu-se a responder aos pedidos de auxílio. Por sua vez, o tenente Sepúlveda e o seu contingente seguiram para a rua Garrett para atacar os revolucionários, mas primeiro pararam para deixar passar o Regimento. Assim que este passou, o ataque começou numa onda de violência que se alastrou por toda a zona do Chiado e arredores²⁹⁷. Por causa disso, mesmo com a GNR na defesa, o Quartel do

contemporâneos como as memórias de época, fazem várias alusões ao envolvimento desse grupo miliciano durante os eventos do dia 14 de Maio.

²⁹³ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 71. V. tb. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, pp. 318-319.

²⁹⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 71 e 97; *O 14 de Maio e a consolidação ...*, cit., p.87: “Os guardas andavam como doidos por se dizer que os revoltosos tinham resolvido assaltar aquele edifício. Fora, era o edifício guardado por uma força de infantaria da guarda republicana, sob o comando do tenente sr Nunes, que formava em frente à porta principal. Nas embocaduras das ruas próximas viam-se cordões de civis comandando pelo capitão sr Esmeralda. Pelas 9 horas um grupo de marinheiros e civis, apareceu para atacar a policia, dando-se tiroteio que durou alguns momentos. Os revoltosos abandonaram o campo, não sem deixarem caídos por terra com tiros, o guarda 1461, o corticeiro João Rocha, e mais populares”.

²⁹⁵ Santos, João António Correia dos, *ibidem*, p. 99.

²⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 100; Martins, Francisco Rocha, *Pimenta de Castro...*, cit., p.336.

²⁹⁷ V. Santos, João António Correia dos, *Ibidem*: “Momentos depois saía do governo civil o tenente Veloso, seguido da escolta, que lhe fora confiada; dirigiu-se pela rua Anchieta, mandou armar baioneta e

Carmo e o Governo Civil foram alvo de novos ataques praticados pelos revolucionários²⁹⁸.

3.6 – Confrontos na parte Ocidental de Lisboa

A Infantaria n.º 1 foi-se instalar no areal da Junqueira, onde fez “na rua uma cortadura na altura da travessa do Conde da Ponte”²⁹⁹. Do lado oposto, os revolucionários instalaram-se em Alcântara-Mar, impedindo a passagem do Regimento de Infantaria n.º 1, já que “o inimigo ocupava do lado do Aterro os toros de pinho, a linha férrea e do lado norte, a estação de Santo Amaro, na rua 1.º de Maio. Como já se sabe, eram os marinheiros e os civis que ocupavam posições, tomando a embocadura da rua 1.º de Maio e o areal da Junqueira, onde se abriram trincheiras”³⁰⁰. A primeira troca de tiros ocorreu quando a guarda avançada da Infantaria n.º 1 se aproximou das embocaduras da rua 1.º de Maio, falhando o ataque. Ao mesmo tempo, os combates alastravam-se para a zona de Santo Amaro³⁰¹.

Entretanto, as peças de artilharia instalaram-se, como vimos antes, respectivamente, no Alto da Ajuda e em Monsanto (Estrangeira de Cima), sob a protecção dos destacamentos de Cavalaria e da GNR³⁰². Os primeiros tiros foram disparados contra o Quartel dos Marinheiros, por volta das 10 horas³⁰³. Mas, ao longo

a passo de carga seguiram em direcção à rua Garrett, onde pararam, até que desfilasse pela sua frente o regimento e o povo. Logo a seguir ao desfile, sentiu-se um renhido tiroteio para os lados da rua Garrett, devido ao que o tenente Veloso mandou a sua escolta fazer fogo sobre os populares, após a passagem das forças. Seguidamente o mesmo oficial, num perfeito estado de alucinação, dirigiu-se com a sua escolta par aos lados da praça de Luiz de Camões, fazendo sempre fogo, tendo arrastado consigo quatro soldados da companhia, que estavam de vedetas no extremo da rua Anchieta”. Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5335, 20 de Maio de 1915, p.5.

²⁹⁸ V. Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p.96.

²⁹⁹ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5353, 7 de Junho de 1915, p. 3.

³⁰⁰ V. Santos, João António Correia dos, *Subsídios para a Historia...*, cit., p.132.

³⁰¹ Idem, *Ibidem*. Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5353, 7 de Junho de 1915, p. 3.

³⁰² V. Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, pp. 92-93. Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5353, 7 de Junho de 1915, p. 3.

³⁰³ Idem, *Ibidem*, p. 122: “Cerca das 10 horas começaram a cair as primeiras granadas no quartel dos marinheiros. Era a artilharia do grupo a cavalo, que executava as ordens recebidas do quartel general”. V. tb. Rêgo, Raul, *op. cit.*, p. 250.

do dia, os bombardeamentos foram-se sucedendo contra as posições insurrectas³⁰⁴. Mesmo assim, os revolucionários protegeram-se contra a artilharia, contando, para esse efeito, com o apoio do cruzador *S. Gabriel*, que se encontrava perto da Rocha do Conde de Óbidos. Como o poder de fogo do cruzador não fosse suficiente para subjugar a artilharia de terra, foi necessário enviar mais reforços: o *Almirante Reis* e o *Adamastor*³⁰⁵. Assim, foi possível, a partir do meio-dia, subjugar a artilharia de terra³⁰⁶.

Por volta do meio-dia, a Infantaria n.º 2 abandonou o Quartel dos Marinheiros, seguindo para atacar o flanco esquerdo do Regimento de Infantaria n.º 1, através da zona de Santo Amaro, mas, por dificuldades, este procedimento não foi concluído³⁰⁷. Assim, a Infantaria n.º 2 não tinha outra opção a seguir senão atacar frontalmente a Infantaria n.º 1³⁰⁸, em Alcântara-Mar, onde “parte do regimento distribuiu-se nas posições avançadas, que chegavam até 150 metros dos depósitos de petróleo, abrigando-se os homens atrás dos montes de pedras, de areia, de tijolos e de outros materiais. Como a posição era batida pela artilharia inimiga, escolheu-se lugar conveniente para abrigar as reservas e os civis construíram, com toros de pinho, e outros materiais, de que

³⁰⁴ V. Peres, Damião, *op. cit.*, p. 100: “A restante artilharia móvel de que dispunha o governo, isto é, a outra das baterias disponíveis de Artilharia 1 e a do grupo de Queluz, fora entretanto dado o encargo de bombardear o quartel de marinheiros [...]. Para isso, a primeira daquelas unidades tomou posição na Estrangeira de Cima e as de Queluz no Alto da Ajuda. Foi somente a bateria de Artilharia 1, que atirou sobre o quartel de marinheiros, porém com escassa actividade e regular pontaria”.

³⁰⁵ V. *O 14 de Maio e a consolidação da Republica ...*, cit., p.79. Cf. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12029, 5 de Junho de 1915, p.1; *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1716, 17 de Maio de 1915, p.1.

³⁰⁶ “Nem na Estrangeira, nem na Ajuda se vêem agitar mais cabeças muars. No quartel de marinheiros há tranquilidade. Os tiros vão-se tornando menos frequentes. Mas pelo sim, pelo não, deixo aí o *S. Gabriel*, fundeado, com as suas 4 de 12 cm e 2 de 15 cm, prontas a cumprimentar os pimentistas, se é que a essa hora os havia” (Declarações de Leote do Rego in Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p.216).

³⁰⁷ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12017, 24 de Maio de 1915, p.2.

³⁰⁸ “Então os officiaes reúnem em conselho e, dada a impossibilidade de avançarem pelas ruas, com as casa assim ocupadas pelas forças adversas, resolveram ir instalar-se na posição de Alcântara-mar para fazerem frente a Infantaria 1, de frente. Era preciso reconhecer a posição; fizeram-no dois dos officiaes. Depois o regimento ocupou-a; encontravam-se n’ela pequenos grupos de marinheiros que á chegada dos marinheiros que á chegada do regimento exclamaram: «Até que emfim! Isto tem andado á matroca, mas agora já temos officiaes que nos comandem!»”. (*Ibidem*, nº12017, 24 de Maio de 1915, p.2).

puderam lançar mão, barricadas, atrás das quais combatiam com a mais ardente fé na vitória da causa [...]”³⁰⁹.

O aparecimento da Infantaria n.º 2, na frente de combate, favoreceu a moral entre os revolucionários. A partir daqui a luta foi-se intensificando cada vez mais, ao longo da tarde, pendendo a favor dos revolucionários, já que estes dispunham de informadores³¹⁰. Mesmo assim, o impasse manteve-se ainda durante algum tempo, até que Freitas Ribeiro enviou o major Pereira Bastos e Mariano Martins a bordo do *Adamastor*. A sua missão era fornecer indicações aos navios para executarem o bombardeamento da Infantaria n.º 1³¹¹. Procedeu-se, em paralelo, ao desembarque, a partir dos navios, de uma força que protegesse o flanco esquerdo dos rebeldes³¹². Entretanto, o *Vasco da Gama*, sem dificuldades de maior, dispersou uma força de Cavalaria³¹³, enquanto os outros navios de guerra atacavam a Infantaria n.º 1³¹⁴. O mesmo Regimento, em questão, viu-se dividido nos flancos, acabando por ter de abandonar a sua posição.

O Regimento de Infantaria n.º1 saiu do areal da Junqueira, através da casa de Pinto de Bastos, para Santo Amaro, seguindo para o Alto da Ajuda (Casal do Pedro Teixeira). As forças foram-se convergindo ali, reagrupando-se e esperando por novas ordens³¹⁵. Perto das 18 horas da tarde, passou por ali um carro que transportava o

³⁰⁹ *Ibidem*, n.º12017, 24 de Maio de 1915, p.2.

³¹⁰ *Ibidem*, n.º12017, 24 de Maio de 1915, p.2; *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, n.º 5350, 4 de Junho de 1915, p.1

³¹¹ *Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Central, Diário de navegação do Adamastor*, núcleo n.º9 (6/IX/4/4)). Cf. *Comandante do grupo a cavalo (1914-1915), 2º Eu e o grupo a cavalo da revolução de 14 de Maio” in Arquivo Histórico Parlamentar – Arquivo João Pereira Bastos (AJPB)*, cx.3, cap.16, n.º2.

³¹² *Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Central, Diário de navegação do Adamastor*, núcleo n.º9 (6/IX/4/4). V. tb. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, n.º 12017, 24 de Maio de 1915, p. 2.

³¹³ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 216. Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, n.º 5353, 7 de Junho de 1915, p. 3.

³¹⁴ V. *Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Central, Diário de navegação do Adamastor*, núcleo n.º9 (6/IX/4/4)). Cf. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, n.º 12029, 5 de Junho de 1915, p.1.

³¹⁵ “Infantaria 1 não pode manter-se na posição que ocupava na altura da travessa do Conde da Ponte, em vista de ser alvejado de bordo dos navios de guerra com bastante precisão. Fraccionou-se, então, ficando uma parte com a esquerda apoiada na travessa do Conde da Ponte e outra parte com a direita apoiada no Porto Franco. Ainda assim o fogo de bordo era muito intenso e o regimento foi obrigado a retirar, seguindo através da casa de Pinto Bastos na Junqueira, para Santo Amaro, onde foi perseguido pelos tiros

Presidente da República, fazendo-se acompanhar por uma força de Cavalaria, para o Palácio de Queluz³¹⁶. Depois da passagem de Manuel de Arriaga, como não chegou novas ordens, os comandantes dos Regimentos reuniram-se para tomar uma decisão quando apareceu um oficial do Regimento de Infantaria n.º 1, com um telegrama, informando sobre a suspensão das hostilidades³¹⁷. Com isso, ao fim de dez horas de combate, as forças governamentais regressaram aos seus quartéis, por volta das 20 horas³¹⁸, enquanto o Regimento de Infantaria n.º 2 manteve-se em vigilância, junto à estação dos comboios de Alcântara-Mar, até ao princípio da noite.

3.7 – Acção do Campo dos Entrincheirados e a Revolução na Margem Sul

3.7.1 – Acção do Campo dos Entrincheirados

O Campo dos Entrincheirados manteve-se fiel ao Governo, sendo que no caso dos fortes da Margem Norte não tiveram uma grande intervenção, apenas alguns disparos ocasionais se fizeram³¹⁹. Em contrapartida, na Margem Sul, no quartel da Trafaria houve uma manifestação revolucionária, graças às medidas impostas pelo comité revolucionário que se tinha instalado ali. Pertenciam a esse comité: o 1.º sargento Joaquim Gonçalves e os 2.ºs sargentos Gil, Cornélio Gonçalves, Narciso Bastos, João Baltazar e José António da Silva. Coube a este comité a responsabilidade de revolucionar as praças, contando, para isso, com o apoio do deputado Gastão Rodrigues (era o responsável pela organização revolucionários na Margem Sul) e do chefe civil José Rocha³²⁰.

Nas últimas reuniões revolucionárias, ocorridas em Lisboa, os membros do comité comprometeram-se, em como “[...] se apoderariam dos parafusos da traslação

de bordo e indo para o alto da Ajuda, a fim de se juntar a cavalaria 4 e ao grupo de baterias a cavalo.” (Relatório do tenente-coronel Sousa Rosa sobre a acção do Regimento de Infantaria n.º 1 in *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5353, 7 de Junho de 1915, p. 3.)

³¹⁶ Manuel de Arriaga foi aconselhado a abandonar o Palácio de Belém e a refugiar-se, para sua segurança e da sua família, no Palácio de Queluz. V. Peyrelongue, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e, *Na primeira Presidência da República Portuguesa, Um Rápido Relatório*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1916, pp. 149-150. V. tb. *Diário de Notícias*, Lisboa, Ano LI, nº 17786, 16 de Maio de 1915, p.1

³¹⁷ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p.133.

³¹⁸ Idem, *ibidem*.

³¹⁹ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5338, 23 de Maio de 1915, p. 5.

³²⁰ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 80

dos abusos e dos percutores das peças, para que o material não pudesse fazer fogo contra os navios”³²¹. Mais tarde, depois de serem informados do dia e da hora da Revolução, os elementos do comité revolucionário tomaram algumas medidas preventivas: “O comité adotou todas as disposições para que pudesse cumprir a sua missão e assim, mandou encravar as peças e os abuzes” e ainda conseguiram “que fossem colocadas sentinelas de absoluta confiança nos portões que dão ingresso ao quartel, para que deixassem entrar, sem a menor oposição, os elementos que deveriam colaborar na revolução”³²².

Durante a noite, a prevenção foi rigorosa no quartel por parte dos oficiais de serviço (os soldados foram proibidos de saírem durante a noite, sob risco de prisão), seguindo as ordens transmitidas pelo major Leone, o seu comandante³²³. Entretanto, no exterior permaneceram dois sargentos do comité, à espera da chegada dos civis (tinham combinado entre eles e o deputado Gastão Rodrigues o envio de uma força de 200 civis). Mas nunca apareceram devido a certas complicações³²⁴. Como não houve sinal

³²¹ Idem, *Ibidem*. V. tb. *O Mundo*, Lisboa Ano XV, nº 5334, 19 de Maio de 1915, p. 4: “O comité local, que havia desenvolvido energicamente a sua propaganda entre os militares de artilharia ali aquartelados, conseguiu que, ao estalar o movimento, as peças da fortaleza não pudessem prejudicar a acção dos navios, para o que lhes tiraram os percutores, a fim de não fazerem fogo”.

³²² Santos, João António Correia dos, *Ibidem*.

³²³ Idem, *Ibidem*: “Ao toque de recolher observou-se, que os oficiais que estavam no quartel, pelas medidas de precaução, que começaram adotando, estavam já ao facto do que iria suceder”.

³²⁴ O deputado Gastão Rodrigues dirigiu uma carta ao redactor do jornal *O Século*, explicando o que se planeou originalmente: “Do sr. Gastão Rodrigues, um dos membros do «comité» revolucionário do distrito de Lisboa, recebemos uma carta, em que nos conta que, no dia 11 de maio, entre ele e o sargento Gil Cornélio Gonçalves, do «comité» revolucionários dos sargentos da Trafaria; José António da Rocha Júnior, do «comité» civil da Trafaria, e o sr. Leote do Rego ficou assente que, dado o sinal de bordo do movimento revolucionário, imediatamente um grupo numeroso de civis se dirigiria a bordo do Almirante Reis. Depois de armado e municiado, acompanhado de vinte praças da marinha, seguiria em rebocadores o mais rapidamente possível para a Trafaria para secundar a sublevação no quartel” (*O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12034, 10 de Junho de 1915, p. 4). Mas um problema impediu-os de ir a bordo *Almirante Reis*, para se equiparem: “Por certo que eles não gostaram que eu os fizesse sair do navio e os tivesse despojado do armamento que haviam tirado de bordo e que muito falta nos faria. Mas, só teem a agradecer essa minha resolução, pois com o bombardeamento de Santa Catarina calcule os mortos que haveria com o convez cheio de gente! Depois o desanimo que se apoderaria da guarnição ao contemplar tal morticínio! A sua estada a bordo, além de ser perigosa para o navio, poderia ser até a perda da nossa justa causa” (Declarações feitas pelo 1.º tenente Fernandes Rego in *Ibidem*, 5 de Junho de 1915, p.1).

dos civis, os sargentos, não podendo esperar mais, retornaram ao quartel para evitar suspeitas. Este inoportuno problema que se originou, conduziu o comité a pensar numa nova estratégia.

Entretanto, perto das 5 horas da manhã, por ordem do comandante, as peças começaram a ser preparadas. Isto fez com que as praças se mostrassem agitadas, tentando impedir a saída das peças, mas a persuasão dos sargentos impediu-as de um acto de loucura. Não havendo mais constrangimentos, as peças puderam sair, sendo acompanhadas por um pelotão comandado pelo alferes Pinto. A coluna prosseguiu sem oposição para Almada, ao encontro do capitão Mota Marques³²⁵. Chegou em pouco tempo a coluna ao seu destino, e o alferes Pinto ordenou a colocação, em posição, das peças (seriam umas 8 horas da manhã). O alferes Pinto e os restantes subalternos ficaram à espera da chegada do capitão Mota, para que fosse dado início ao bombardeamento contra os navios. Entretanto, a sua demora começou a gerar alguma especulação, que desapareceu assim que souberam que ele e o tenente Alves tinham sido presos³²⁶.

A saber da situação, o alferes Pinto, por receio, mandou retirar o pelotão e as peças para um local mais seguro³²⁷. Na Trafaria, a situação era cada vez mais instável, havia muito agitação e desobediência por parte das praças. Os sargentos comprometidos desobedeceram às ordens do comandante, resultando numa ordem de prisão contra

³²⁵ “Às 5 horas foi nomeado pelo sr. comandante do grupo, com pessoal de bateria de posição, uma divisão de peças de 7 cm (2 peças) – [...] – para serem conduzidas para Almada e fazerem fogo contra os navios. [...] A guarnição das peças de 7 cm de montanha continuava a aprontar-se para sair. Nessa ocasião as praças manifestaram o desejo de não deixarem sair a divisão do quartel: mas os sargentos viram, que essa tentativa arrastaria a uma grande efusão de sangue. Ao mesmo tempo preparava-se uma força para servir de apoio. [...] As 2 peças saíram comandadas pelo alferes Pinto e o apoio pelo alferes Sousa e Costa, devendo ir ao seu encontro, em Almada, o capitão Mota Marques” (Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 81-82); “Na madrugada de 14 saiu do quartel de artilharia da Trafaria, em direcção a Almada, uma secção de artilharia de montanha, comandada pelo sr. alferes Pinto, levando para protecção uma força de 60 praças, sob o meu comando” (Declarações feitas pelo alferes João de Sousa e Costa in *Diário de Notícias*, Lisboa, Ano LI, nº 17789, 19 de Maio de 1915, p. 4)

³²⁶ V. Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p. 82.

³²⁷ “Tomámos aí posição: mas, por circunstâncias várias fomos em breve forçados a retirar em direcção da Trafaria para uma posição junto da do sr. Lobo Ferreira, onde tomamos disposições para resistir a qualquer ataque” (Declarações feitas pelo alferes João de Sousa e Costa in *Diário de Notícias*, Lisboa, Ano LI, nº 17789, 19 de Maio de 1915, p. 4).

estes. Vendo os sargentos a serem presos, as praças levantaram-se em sua defesa contra o comandante, de tal forma que a vida do major Leone correu perigo (quase que foi atingido por uma bala)³²⁸. O perigo era demasiado grande para ficar na parada do Quartel. Para sua segurança, refugiou-se no gabinete e solicitou ao Quartel-general uma força para restituir a ordem no quartel (sendo enviado um efectivo de Torpedeiros)³²⁹. Após a fuga do comandante, os sargentos revolucionários, tomando o comando, foram dando indicações às praças para se prepararem porque iam sair.

O pelotão saiu do quartel, sob o comando do sargento Manuel Gonçalves, na direcção de Almada. Próximo da Caparica, receberam indicações sobre a localização do outro pelotão e das peças³³⁰. Cerca de meia hora depois, os dois destacamentos acabaram por se encontrar; numa altura em que os alferes tinham perdido o controlo, por completo, sobre os seus subalternos³³¹. O sargento Gonçalves intimou os alferes para que as praças e as peças retornassem ao quartel. Sem oposição, o alferes Pinto consentiu e pouco depois as forças (as praças e as peças) seguiram para o quartel, quando se ouviu um tiro, caindo morto o referido alferes Pinto, seguindo-se depois a fuga do alferes Sousa e Costa, por medo³³².

A coluna entrou no quartel passava das 11 horas da manhã. Algumas horas depois, no seguimento do pedido do comandante do agrupamento, apareceu o contingente de Torpedeiros³³³. Entretanto, “um oficial dirigiu-se para a bateria de Alpena, com algumas praças, a fim de fazer fogo sobre os navios. Foram inúteis os esforços deste graduado, porque além das praças não lhe obedecerem completamente, faltava aos abuzes o parafuso de translação, estando por isso em condições de não poderem fazer fogo”³³⁴. Após uma rápida troca de palavras, o contingente de Torpedeiros confirmou a sua adesão ao movimento³³⁵. No dia seguinte, tomou-se a

³²⁸ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 82-84.

³²⁹ *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5336, 21 de Maio de 1915, p. 4.

³³⁰ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 83-84. Cf. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12013, 20 de Maio de 1915, p. 6.

³³¹ V. *Diário de Notícias*, Lisboa, Ano LI, nº 17789, 19 de Maio de 1915, p. 4.

³³² V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p.84. Cf. *Ibidem*, nº 17789, 19 de Maio de 1915, p. 4.

³³³ *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5336, 21 de Maio de 1915, p. 4.

³³⁴ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 85-86

³³⁵ *Idem, Ibidem; O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5336, 21 de Maio de 1915, p. 4.

decisão de participar “à junta revolucionária e ao navio chefe a adesão clara e franca dos fortes da Trafaria à causa da revolta”³³⁶.

3.7.2 – O Vale do Zebro e o Barreiro

A Escola dos Torpedeiros no Vale do Zebro, perto do Barreiro, hospedou, no período da I República, um importante depósito de munições. A sua importância estratégica significou, para a Junta Revolucionária, a sua tomada. Para esse empreendimento ficou indigitado o tenente Adalberto Machado. No dia 14 de Maio, uma força de 150 civis, sob o comando desse tenente, teve que esperar, durante umas horas, pela melhoria das condições de transporte, para fazer a travessia³³⁷. Só a fizeram à tarde, por volta das 13 horas, ao desembarcarem na Trafaria, seguindo depois na direcção do Vale do Zebro. Ao chegarem foram recebidos convenientemente (havia ligações na Escola dos Torpedeiros³³⁸). O comando foi cedido, imediatamente, ao tenente Machado que, pouco tempo depois, começou a providenciar o Arsenal com material militar³³⁹.

Ali próximo, no Barreiro, o comité civil resolveu, durante o dia 14, “fazer paralisar os comboios e tomar a estação dos correios e telégrafos [...]”. Depois formou-se uma comissão (composta por três membros desse comité) que foi falar com o tenente Raul da Costa, comandante do posto da GNR. Este asseverou que não hostilizaria o movimento. Um pouco mais tarde apareceu um contingente de marinheiros vindos da Escola dos Torpedeiros, com a missão de garantir a ordem e a segurança na vila³⁴⁰. No dia 15 de madrugada, a população, desconfiado da GNR, avançou sobre o seu posto,

³³⁶ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12034, 10 de Junho de 1915, p.4.

³³⁷ V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1718, 19 de Maio de 1915, p.1: “É o sr. tenente Adalberto Soares Serrão da Silva Machado, cuja actividade revolucionária se exerceu especialmente na Escola dos Torpedeiros, em Valle de Zebro, onde, como é geralmente sabido, se encontra um importante depósito de munições. A primeira dificuldade que o sr. tenente Silva Machado teve de resolver foi a do transporte. Na manhã do dia 14, já os canhões da marinha tinham trovejado o signal da revolta, o bravo official não pudera ainda encontrar meio segura de transporte para si e mais 150 civis que o acompanhavam”. Cf. *14 de Maio por um Contemporâneo...*, cit., p. 182.

³³⁸ Cf. Martins, Francisco Rocha, *op. cit.*, pp. 322-323.

³³⁹ V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1718, 19 de Maio de 1915, p.1. Cf. *14 de Maio por um Contemporâneo...*, cit., pp. 182-183.

³⁴⁰ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12013, 20 de Maio de 1915, p. 6.

“não chegando, porém, a ser atacada, em consequência do comité ter recebido notícias de Lisboa, [...], de que estavam suspensas as hostilidades”. Embora todos os guardas fossem presos e conduzidos para o Arsenal da Marinha e para a Escola dos Torpedeiro³⁴¹. Entretanto, no dia 16, o comité soube, através das informações que chegaram, da vinda de uma bateria de Vendas Novas (que vinha atacar os navios de guerra ancorados no rio Tejo). Em conta “d’este boato o «comité» mandou organizar dois comboios de exploração á linha do Sul, sendo a linha levantada pelos elementos civis [...]. As forças de marinha dirigiu-se para Vale de Zebro, a fim de juntar ás forças que ali se encontravam para evitarem a passagem da referida, bateria. Numerosos grupos de civis foram destacados pelas estradas até à Moita, em serviço de prevenção”³⁴². A referida bateria de artilharia nunca chegou a aparecer³⁴³.

3.8 – A Adesão da Artilharia n.º 1

Para obter a adesão do Regimento de Artilharia n.º 1, foi enviada, do Quartel de Marinheiros, uma coluna de revolucionários, sob o comando do civil José de Almeida³⁴⁴. No quartel, a anarquia prevalecia, com as praças a desobedecerem aos oficiais. A situação, cada vez mais grave, conduziu o 1.º sargento Martins a reportar a situação ao comandante³⁴⁵. Isto foi apenas o primeiro aspecto; o segundo ocorreu quando o capitão Rodrigues apresentou uma proposta de adesão aos oficiais. Todos os oficiais, em convergência com o comandante, a aceitaram. Em terceiro e último lugar, o comandante ordenou o retorno das baterias, enquanto coordenava as defesas do quartel³⁴⁶. Algum tempo depois, perto das 14 horas, os revolucionários entravam no quartel³⁴⁷.

³⁴¹ *Ibidem*, nº 12013, 20 de Maio de 1915, p. 6

³⁴² *Ibidem*, nº 12013, 20 de Maio de 1915, p. 6.

³⁴³ *Ibidem*, nº 12013, 20 de Maio de 1915, p. 6

³⁴⁴ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 122; *O 14 de Maio e a consolidação...*, cit., p. 73.

³⁴⁵ “[...] a disposição das forças que ficavam no regimento, ia-se manifestando cada vez mais, a favor dos revoltosos. Os graduados começaram a compreender, que a situação se tornava insustentável, visto que as praças insistiam cada vez mais pela saída. [...] Entretanto evadiam-se muitas praças e em face de uma tal atitude, o 1º sargento Martins, um dos elementos com que os revolucionários sempre contaram, dirigiu-se ao comandante para o prevenir, do que se via forçado a sair com os soldados” (Santos, João António Correia dos, *ibidem*, p.89). Cf. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12011, 18 de Maio de 1915, p.3.

³⁴⁶ *Idem*, *Ibidem*, p.89.

Na parada, as baterias foram entrando³⁴⁸. Pouco tempo depois, o tenente Rodrigues assumiu o comando de uma coluna, que partiu para a Penitenciária, com o propósito de receber a adesão da GNR, que fazia ali guarda. Dali seguiu para a Imprensa Nacional³⁴⁹. Nesse curto espaço de tempo, o comandante recebeu e aceitou um pedido de Sá Cardoso: requisitou-se o envio de uma peça de artilharia³⁵⁰. O pedido foi satisfeito e a peça saiu por volta das 17 horas para o Quartel dos Marinheiros, tomando caminho pela rua de S. Filipe Neri. Depois disso, um grupo de civis foi ter com o tenente Rodrigues para o informar do sucedido. Tendo conhecimento, o tenente seguiu com os seus homens ao encontro da outra coluna, que seguia com a peça. As duas colunas encontraram-se perto da praça do Brasil (Largo do Rato), seguindo em conjunto para o Quartel dos Marinheiros³⁵¹.

3.9 – O Armistício e os Últimos Momentos do dia 14 de Maio de 1915

Perto das 16 horas, o capitão Correia dos Santos aproximou-se do portão principal do Arsenal, mas parou perto do pelourinho, sob ameaça dos civis. Só depois de muita persistência conseguiu convencer os civis a deixarem-no passar³⁵². Foi

³⁴⁷ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5331, 16 de Maio de 1915, p.4: “Pelas 16 horas uma força de marinheiros, soldados de infantaria e cavalaria e muitos populares subiam, entre estrepitosas aclamações, a rua de Monte Olivete e seguiam pela rua da Escola Politécnica. Em frente da Imprensa Nacional pararam e convidaram o pessoal da Imprensa a arvorar a bandeira nacional, o que se fez entre vivas à Republica e morras à ditadura. A força seguiu, acompanhada de muito povo que sinceramente aclamava a Republica. [...] A força é informada pelos populares e pelo nosso amigo Dagoberto Guedes da situação da Artilharia 1, e, entre aclamações, os revolucionários dirigiram-se e àquelle quartel, onde foram recebidos delirantemente”.

³⁴⁸ “A primeira a chegar foi a que tinha ido para a Estrageira de Cima, que imediatamente aderiu ao movimento, tomando eu logo conta do quartel e fortificando-o, tendo colocado peças no Mirante, à porta das armas e outra à portão do paiol. Depois, chegou a outra bateria que também aderiu” (Declarações feitas pelo 1.º sargento Martins in *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12011, 18 de Maio de 1915, p. 2).

³⁴⁹ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5331, 16 de Maio de 1915, p.4.

³⁵⁰ V. Martins, Rocha, *op. cit.*, p. 329. Cf. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12014, 21 de Maio de 1915, p. 2.

³⁵¹ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5331, 16 de Maio de 1915, p.4.

³⁵² V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 52-53; *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1719, 20 de Maio de 1915, p.1.

recebido pelo tenente Carlos Costa, um dos poucos oficiais superiores presentes no Arsenal³⁵³. O capitão disse-lhe:

“em nome dos camaradas do exercito que estão atacando o Arsenal, eu venho pedir aos da marinha para pôr-mos termo a lucta fratrecida travada entre republicanos; são já inúmeros mortos e feridos; e todos nós republicanos que desejamos o bem do paiz devemos fazer o possível para unir os nossos esforços e bem da Pátria e da República. Pedimos pois que seja nomeado um delegado da Marinha que juntamente comigo [Correia dos Santos] vamos a todos os quarteis obter annuencia dos nossos camaradas”³⁵⁴.

E o tenente respondeu-lhe:

“Os sentimentos de generosidade, amor pátrio, humanitarismo e dedicação republicana da marinha não são menores que os do exercito, e a nós não nos cabe a responsabilidade do rompimento das hostilidades e as suas consequências. Os revolucionários constitucionaes impõem a demissão imediata do governo, e a sua substituição por um ministério nacional composto de homens retintamente republicanos, sem que n’este movimentos se veja a mais pequena nota de partidarismo. Em vista dos desejos dos camaradas do exercito, que são os nossos, vou imediatamente a bordo do navio em que se encontra o chefe das forças navaes, afim dele nomear o delegado que se pretende; devo acrescentar que o desempenho d’esta missão gastarei proximadamente uma hora, visto o Vasco da Gama estar longe, porém logo que chegue a terra, o capitão Corrêa dos Santos será avizado pelo “toque dos oficiais” feito por uma corneta á porta do Arsenal”³⁵⁵.

Depois de rematarem o diálogo, o tenente Carlos Costa dirigiu-se a bordo, enquanto o capitão permaneceu no Arsenal a observar o aparato que se tinha ali instalado³⁵⁶. A bordo do *Vasco da Gama*, o tenente Carlos Costa apresentou-se ao comandante Leote do Rego, dando-lhe a conhecer a proposta do Exército.

³⁵³ Cf. Carlos, Costa, *Minuta de artigo de Carlos Costa redigido ao redactor da “Capital” sobre a revolta dos militares no Arsenal de Marinha em Maio de 1915* [em linha], Lisboa, CasaComum (Fundação Mário Soares), Maio de 1915, [Consultado a 12 de Junho de 2015]. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_147534).

³⁵⁴ Idem, *Subsídio para o relatório sobre acção...*, cit.

³⁵⁵ Idem, *Ibidem*.

³⁵⁶ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 53; *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1719, 20 de Maio de 1915, p.1.

Reconhecendo a fidedignidade dessa proposta, deu ordens ao mesmo oficial para que fosse a bordo do *Liz* buscar o 1.º tenente Muzanty (foi escolhido para delegado da Marinha)³⁵⁷. Entretanto, não tendo regressado ainda de bordo o tenente Carlos Costa, apareceu perante o capitão Correia dos Santos o tenente Lami, que se propusera a acompanhá-lo ao Quartel do Carmo. Sem perder tempo, os dois oficiais saíram, seguindo para o Carmo, ao longo de um caminho tortuoso³⁵⁸. No Carmo, o Governo esteve totalmente inoperante, sem consistência nem acção; no fim, faltou-lhe tudo (poucas eram as forças que ainda se mantinham fiéis)³⁵⁹. O próprio Pimenta de Castro reconhecia-o:

“O conselho de ministros, colhidas e apreciadas as noticias dos acontecimentos, vendo que das forças do governo umas se passaram para o revoltosos, algumas abandonando o seu posto, outras não agiam, e que a continuação da resistência das forças leaes seria sacrificar vidas inutilmente, resolveu pedir a demissão, o que fiz enviando uma carta ao sr. presidente da republica a solicitar-lh’a”³⁶⁰.

No momento em que redigia a sua carta de demissão, apareceram-lhe os dois oficiais pedindo um armistício. O General aceitou a solicitação, e, pouco depois, Goulart de Medeiros passou à elaboração das condições do armistício:

“Os oficiais e praças da armada, comprometeram-se a cessar fogo sobre as tropas de terra às ordens do governo, até que a crise ministerial seja solucionada, pelo sr. presidente da República, pela formação de um ministério extra-partidário, ou formado por representantes de todos os agrupamentos políticos republicanos. Por seu turno, o governo manda cessar as hostilidades, apresentando ao sr. presidente da República a sua demissão, no intuito de evitar a efusão de sangue português, conservando porém o

³⁵⁷ “Comunicando estes factos a alguns dos officiaes que se encontravam no Arsenal, dirigi-me para bordo do Vasco da Gama, onde expuz ao capitão de fragata Leote do Rego a missão de que ia encarregado, recebendo ordem d’esse official par ir a bordo do *Liz* buscar o 1º tenente Oliveira Muzanty, o que fiz, embarcando no torpedeiro nº 1 e trazendo aquele official para o Vasco da Gama, encarregou-me de ir procurar o capitão Corrêa dos Santos e apresental-o a bordo para se tratar do armistício” (Costa, Carlos, *Subsídio para o relatório sobre acção...*, cit.)

³⁵⁸ V. Costa, João António Correia dos, *Subsídios para a História Política...*, cit., pp.53-54; *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1719, 20 de Maio de 1915, p.1.

³⁵⁹ V. Santos, António Maria de Azevedo Machado, *op. cit.*, pp. 83-84; Brito, José Joaquim Xavier de Brito, *op. cit.*, pp. 12-13.

³⁶⁰ V. Castro, Joaquim Pereira Pimenta de, *op. cit.*, p.46.

direito de manter a ordem pública em terra, durante o armistício. Ambas as partes contratantes comprometem-se não somente, a não admitir a intervenção civil na luta à mão armada, mas também aplicar a lei marcial, no caso de se dar essa intervenção, enquanto durar o armistício.

Quartel do Carmo. – Lisboa, 14 de Maio de 1915.

(a) João António Correia dos Santos

(a) Álvaro Palma Lami³⁶¹

Por fim, faltava apenas a Marinha aceitar as condições desse armistício, e por esse motivo os dois oficiais regressaram para o Arsenal. No Arsenal, os dois oficiais encontraram-se com o tenente Carlos Costa e informaram-no sobre a assinatura do armistício. Assim, os três oficiais seguiram para o *Vasco da Gama*³⁶², para mostrar as condições do armistício a Leote do Rego. O comandante recebeu aquele documento com enorme orgulho, passando, imediatamente, à elaboração da resposta às condições do armistício:

“Os oficiais do exército, tendo adquirido a convicção de que o movimento iniciado na Armada e abrangendo todos os navios sob o comando do capitão de fragata Leote do Rego, não tem sombra de carácter partidário, mas como único intuito o restituir ao país o respeito pela constituição e autêntica fé republicana e reconhecendo também, que lhe pertence as responsabilidades do bombardeamento de alguns edifícios da cidade, como resposta à necessidade de defesa contra o bombardeamento feito pela artilharia, propuzeram a suspensão imediata das hostilidades, reconhecendo que a salvação da República importa a demissão rápida do actual governo e a sua substituição por um governo provisório nacional, composto por autênticos republicanos sem distinção partidos e de contestável valor moral. Oficiais de terra e mar concordaram em reconhecer como boas todas as negociações, que os seus delegados srs. Capitão do Estado Maior João António Correa dos Santos e 1.º tenente da Armada João Augusto de Oliveira Muzanty houverem por conveniente levar a efeito no mais curto espaço de tempo. Fica também entendido, que toda a obra ditatorial – decretos, transferências, demissões, prisões e nomeações civis e militares – desaparecerá por completo. Fica entendido também, que salvo circunstâncias excepcionais de ordem pública, as eleições

³⁶¹ V. Peyrelongue, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e, *op. cit.*, p. 146.

³⁶² V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 55-54. Cf. Costa, Carlos, *Subsídio para o relatório sobre acção...*, cit.

serão feitas no prazo marcado, para 6 de Junho. Os oficiais de terra e mar manifestam o seu desejo, de que entre os escolhidos para o novo governo figurarão os nomes de Magalhães de Lima, Paulo Falcão, Duarte Leite, Fernandes Costa, Mira Fernandes e outros.

(a) Jaime Leote do Rego

(a) João Antónia Correia dos Santos

Aditamento:

Os delegados do exército e da marinha ao assinarem este documento saúdam todos os seus camaradas republicanos e repudiam todas as afinidades politicas com aqueles, que clara ou não dissimuladamente são desafectos ao regímen.

Lisboa, 14 de Maio de 1915

Assinados:

João António Correia dos Santos

João Augusto de Oliveira Muzanty³⁶³

Depois de concluírem todas as negociações, estabeleceram um “cessar-fogo” dentro e fora do Arsenal da Marinha. Com isto, os Regimentos puderam, finalmente, retornar aos seus quartéis. Do Arsenal, o tenente Carlos Costa enviou o aspirante Agatão Lança ao Quartel dos Marinheiros a fim de comunicar a assinatura do armistício³⁶⁴. Pouco depois, o aspirante voltou com um bilhete de Freitas Ribeiro: informava não ser possível suspender os ataques enquanto a Infantaria n.º 1 mantivesse uma atitude ofensiva³⁶⁵. O tenente Costa, por sua vez, ainda pensou em mandar o

³⁶³ V. Peyrelongue, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e, *op. cit.*, p. 147.

³⁶⁴ “Em vista dessa comunicação, foi imediatamente dada ordem aos defensores do Arsenal para cessarem o fogo, e não se podendo falar pelo telephone com o Quartel de Marinheiros, mandei ali o aspirante Lança comunicar o facto. O referido aspirante regressou algum tempo depois entregando-me um bilhete do comandante Freitas Ribeiro, em que declarava não poder cessar fogo enquanto continuasse a ser atacado por Infantaria 1” (Costa, Carlos, *Subsídio para o relatório sobre acção...*, cit).

³⁶⁵ “Recebemos, concordamos, mas não podemos cessar fogo enquanto infantaria 1 continuar o tiroteio”. (*Minuta de telegrama enviado pelo capitão José de Freitas Ribeiro*, [em linha], Lisboa, CasaComum (Fundação Mário Soares), Maio de 1915, [Consultado a 12 de Junho de 2015]. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_147530).

aspirante Lança falar com o comandante do Regimento, mas este procedimento, pelo seu perigo, foi abandonado³⁶⁶.

No Carmo foi deixada a acta final do armistício, entregue pelos representantes da Marinha e do Exército, para que fosse incorporada, em *post-scriptum*, na carta de demissão de Pimenta de Castro³⁶⁷. No Quartel do Carmo, bem como no Governo Civil, foram hasteadas as bandeiras brancas, por ordem do Governo, como sinal do fim das hostilidades, apesar de os confrontos continuarem, por mais algum tempo no Chiado³⁶⁸.

Depois de terminarem as últimas negociações, durante a noite do dia 14, os delegados do Exército e da Marinha (o capitão Correia dos Santos e o 1.º tenente Muzanty) percorreram todos os Regimentos militares, para que estes aceitassem o armistício³⁶⁹. No Quartel dos Marinheiros este documento foi também apresentado,

³⁶⁶ “O mesmo aspirante foi encarregado de ir falar a Infantaria 1, porém como ele elegasse que já não tinha condução e era difícil chegar ao local em que sem encontrava, a referida força, resolveu-se fazer a comunicação para o Quartel general. Apareceu nessa ocasião o capitão Correia dos Santos, que regressava de bordo, comunicou-lhe o que havia, prometendo ele fazer prevenir infantaria 1, por intermédio do Quartel general” (Costa, Carlos, *Subsídio para o relatório sobre acção...*, cit).

³⁶⁷ V. Peyrelongue, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e, *op. cit.*, pp. 145-148.

³⁶⁸ “Cerca das 16 horas, apareceu no lago do Directório o alferes Barreto desta guarda, empunhando uma bandeira branca, seguido de um corneteiro e de muita populares. Nesta altura, os soldados da 2ª companhia confraternisaram com elementos populares, soltando vivas à Republica. O conhecido revolucionário Tavares de Macedo, assomando a uma das janelas da repartição do comando da polícia, proferiu uma elocução vibrante de entusiasmo, e soltou alguns vivas à Republica e à Constituição” (Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 71-72); “Foi o caso que, após ter-se arvorado a bandeira branca no quartel do Carmo, por imposição da oficialidade que o guarnecia, foi manado sair o tenente R. Barreto para avisar a 2ª companhia, que defendia o governo civil, e as forças que combatessem nas proximidades, de que, tendo cessado as hostilidades, lhes não era permitido fazer nem mais um só tiro. Recebidos, o tenente e a enorme massa de povo que o acompanhava pelas forças do capitão Bernardo Ferreira, com entusiásticas vivas à Republica, seguiram todos para a praça Luís de Camões, onde a luta era acesa. Chegamos ao largo das Duas Igrejas o povo parou e o parlamentar avançou com a respectiva bandeira branca. Ao seu encontro veio o tenente Veloso que, apoplético, declarou determinantemente não acatar a ordem que lhe era transmitida, mandando, não obstante a inviabilidade garantida pela bandeira branca, prender o tenente Raul Barreto e fazer fogo sobre os populares que, confiadamente, esperavam o regresso do oficial da guarda. Foi depois deste crime traiçoeiro que o força do tenente realista atacou a tiro, pelas costas, a multidão que estacionava junto da porta principal do quartel” (*O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5335, 20 de Maio de 1915, p. 5).

³⁶⁹ V. Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p. 151 e ss.

embora fosse aceite, apesar de algumas reservas³⁷⁰. Só faltava a entrevista com o Presidente da República (a entrevista só se realizou no dia seguinte). No entanto, o Presidente da República já tinha sido informado da situação, através da carta enviada pelo general Pimenta de Castro.

³⁷⁰ Idem, *Ibidem*, p. 152: “Voltámos seguindo itinerário inverso até Alcântara, dirigimo-nos ali ao quartel de marinheiros, onde nos avistámos com o comandante Freitas Ribeiro e Sá Cardoso e lhe apresentámos as condições do armistício, com as quais estes membros da Junta Revolucionaria se conformaram, visto que todos pareciam estar resolvidos a que se constituísse um ministério nacional”. V. tb. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5350, 4 de Junho de 1915, pp.1-2.

4 –A Revolução no Porto e na Província

4.1 – A Revolução no Porto

Mencionamos apenas até ao momento os acontecimentos ocorridos em Lisboa e nas suas zonas circundantes (Margem Sul). Analisaremos, ao longo deste capítulo, a insurgência revolucionária no Porto e na Província. Portanto, iniciamos com os acontecimentos ocorridos na cidade do Porto, onde se instalou um comité revolucionário (detentor de todos os poderes para organizar a Revolução naquela cidade)³⁷¹. A acção deste comité retorquiu, por um lado, numa forte adesão entre os civis e, por outro, numa franca adesão entre os militares da corporação da cidade, por dificuldades. Apesar disso, o comité pôde contar com as tripulações das canhoneiras (*Limpopo* e o *Aviso 5 de Outubro*) ancoradas em Leixões³⁷².

No dia 13 de Maio, após concluir-se os últimos preparativos, a comissão municipal do PRP – em colaboração com o comité – convocou uma manifestação popular em suporte das juntas paroquiais que tinham sido dissolvidas. No entanto, a notícia sobre a sua mobilização chegou tardiamente aos ouvidos do governador civil, Manuel Osório, que apenas teve conhecimento um dia antes. Manuel Osório acabaria por proibir a sua realização. Só mais tarde a comissão do Partido Republicano Português ficou a saber dessa proibição e, portanto, não foi possível avisar, atempadamente, as agremiações organizativas³⁷³. Em consequência disso, sem que

³⁷¹ O comité era composto por: José Joaquim Pereira Osório, Caldeira Scevola Eduardo Ferreira dos Santos, Adriano Gomes Pereira e Jaime Cortesão

³⁷² V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 192: “Nesta cidade possuía a Junta Revolucionária alguns elementos com quem contava, na guarnição militar, mas não eram estes em número suficiente, para que se pudesse tentar a saída de uma unidade importante, que fosse reforçar os grupos de civis, que na capital do norte possuíam uma tão formidável organização, que não hesitavam em se defrontar com a força pública. Os revolucionários dispunham de alguns milhares de bombas, que tencionavam empregar na luta corpo a corpo, para obterem efeitos de ordem material e sobretudo moral. As guarnições da canhoneira *Limpopo* e do *Aviso 5 de Outubro* estavam intencionados com a marinhagem dos navios de Lisboa, acerca do movimento revolucionário”.

³⁷³ V. *Jornal de Notícias*, Porto, Ano XXVIII, nº113, 14 de Maio de 1915, p.1: “Promovida pelo comissão municipal do partido democrático, estava marcada para hontem uma grande manifestação de apoio e simphatia às juntas de parochia da cidade, ultimamente dissolvidas por ordem do governador civil. A manifestação prommettia ser concorridíssima pois fora enviado convite a todas as aggremações democráticas do Porto que deveriam reunir-se na praça da Liberdade pelas 8 horas e meia da noite. Ora os

fossem avisados a tempo, os manifestantes começaram a reunir-se à hora marcada para a manifestação, por volta das 20 horas da noite, na praça da Liberdade. A essa hora, todos os estabelecimentos comerciais existentes na praça estavam fechados, por ordem do Governo Civil. Entretanto, prevendo possíveis distúrbios, o governador civil mobilizou uma força de Infantaria da GNR e, mais tarde, uma de cavalaria, da mesma força, para junto da Câmara Municipal³⁷⁴.

Outro ponto de possíveis distúrbios, a praça da Trindade, onde se localizava o Centro Democrático, seria alvo de algumas evoluções por parte da Guarda Republicana de modo a dispersar os manifestantes. A partir daqui as tensões foram-se agravando entre os civis e a GNR, assistindo-se a mais episódios do mesmo género nessa praça e na praça da Liberdade. O centro do Porto tornava-se, desse modo, num campo de batalha, registando-se vários incidentes e alguns prisões de civis. Para piorar, ainda mais, a situação, os confrontos alastraram-se pela praça da Batalha³⁷⁵. No decurso da noite, os conflitos foram diminuindo graças às medidas excepcionais colocadas pelo governador civil (as ruas foram alvo de maior vigília por parte da GNR e da polícia)³⁷⁶.

Na manhã do dia 14, as autoridades encerraram o Centro Democrático e o Clube dos Fenianos³⁷⁷. Ao longo do dia não houve mais distúrbios registados³⁷⁸. Mesmo

termos desse convite não foram com a devida antecedência comunicados ao chefe do distrito, que regressara de Lisboa a noite passada. O sr. capitão Pinto Osório, mesmo só teve conhecimento de que ia realizar-se a manifestação ao ler os jornaes da manhã de hoje. Como medida de ordem resolveu, pois, prohibir a manifestação, transmitindo ontem à tarde essa sua resolução ao presidente da commissão organizadora, [...]. Este senhor respondeu ao mandatário do chefe do distrito que lhe era decerto impossível obstar a que a manifestação se realizasse, visto que àquella hora não teria facilidade em avisar todas as agremiações que haviam sido convidadas”.

³⁷⁴ V. *O Primeiro de Janeiro*, Porto, Ano XLVII, nº112, 14 de Maio de 1915, p.3.

³⁷⁵ *Ibidem*, nº112, 14 de Maio de 1915, p.3.

³⁷⁶ V. *Jornal de Notícias*, Porto, Ano XXVIII, nº113, 14 de Maio de 1915, p.2: “Depois da meia noite, restabelecendo-se um pouco o socego, a cavallaria e a infantaria da guarda republicana tomaram as embocaduras das ruas, intimando as carruagens e automóveis a parar. Patrulhas de cavallaria rondam o largo da Batalha e ruas próximas, não consentido o estacionamento de populares. O edificio do quartel general está guardado por forças de infantaria e de cavallaria, não sendo permittido a ninguém aproximar-se das sentinelas. A policia armada com espingarda “Kropotchek”, vigia a rua do Sol e o edificio de Aljube

³⁷⁷ V. *O Primeiro de Janeiro*, Porto. XLVII, nº113, 15 de Maio de 1915, p.3: “De manhã sete agentes da judiciária dirigiram-se ao Centro Republicano Democrático; à praça da Trindade, e por ordem superior

assim, apesar de a vigilância ter sido reforçada, não foi possível evitar as manifestações que se produziram desde as 20 horas na praça da Batalha³⁷⁹. Neste novo ciclo de violência foram apedrejados o Centro Monárquico e a Associação Católica³⁸⁰. Mesmo com os reforços que andavam a patrulhar as ruas (forças de Infantaria n.º 6, 18, 31, Cavalaria n.º 8 e a Guarda Republicana), não foi possível evitar a violência³⁸¹. O governador civil, vendo-se impotente em conter a agitação, acabou por ceder os seus poderes ao comandante da Divisão Militar da cidade, o general Joaquim Ribeiro (ficando responsável por restabelecer a ordem pública)³⁸². Para isso fez circular o seguinte edital:

“O general commandante da 3ª divisão do exército faz publicar que, pela auctoridade superior do districto, lhe foi transmittido o encargo da manutenção da ordem pública, alterada por perturbações que se vão agravando com grande prejuízo para a vida d’esta laboriosa cidade. Nestas circunstâncias manda:

Que à hora a que nos quartéis se faz o toque de recolher, se fechem as tabernas, cafés e outros estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas.

procederam à colocação dos selos nas portas do edificio, que ficou sob vigilância. [...] À tarde, também a polícia se dirigiu ao club Fenianos, proceder igualmente ao encerramento do portão e aposição dos sellos”.

³⁷⁸ *Ibidem*, nº113,15 de Maio de 1915, p.3.

³⁷⁹ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 194.

³⁸⁰ V. *Jornal de Notícias*, Porto, Ano XXVIII, nº114, 15 de Maio de 1915, p.2.

³⁸¹ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 194-195: “Durante essa noite, estive a cidade em estado de sítio, sendo patrulhadas as ruas por forças de Infantaria 6, 18, 31 e cavalaria 8. Às 11 da noite, muitos populares preparavam uma barricada na rua de Santa Catarina. Depois de previamente terem apagado os candieiros da iluminação pública, os manifestantes pretenderam assaltar a casa onde residia o comandante geral da polícia, estilhaçando as vidraças à pedrada. Os guardas civis, que vigiavam a residência do sr. capitão Epifânio de Azevedo, dispararam os revólveres, mas os populares não se intimidaram, respondem com tiros de pistola e arremessaram algumas granadas de mão. No local se ouvira o estampido das bombas, acudiram forças de infantaria da guarda e polícias armados de espingardas, travando-se um vivo tiroteio. A fuzilaria alastrou-se pelas ruas Fernandes Tomaz, do Estevam, Santa Catarina, Formosa e Bolhão. Os revoltosos abandonaram a barricada, que mais tarde foi desfeita pela polícia”.

³⁸² V. *O Primeiro de Janeiro*, Porto, Ano XLVII, nº114, 16 de Maio de 1915, p.3: “Cerca de hora e meia da madrugada foi-nos communicado do Governo Civil ter sido entregue o Governo da cidade à autoridade militar”.

Provisoriamente, fique suspensa a autorização para espectáculos públicos. Que se não permitam ajuntamentos nas praças e vias públicas.

E quando estes, apesar de intimados, persistam em desobediência, sejam dispersos, empregando-se a forças das armas, se tanto for preciso.

A todos os cidadãos pacíficos aconselha que depois de escurecer recolham às suas casas, não se demorando na via pública, mais do que o tempo necessário para a elas dirigirem. E espera de todos, acatem as presentes determinações e, nos superiores interesses da República, contribuam para o restabelecimento do socego, que tão necessário está sendo. Quartel General do Porto, 15 de Maio de 1915. O commandante da divisão Joaquim Ribeiro Júnior”.³⁸³

Ao longo do dia 15 circularam vários boatos diferentes sobre os acontecimentos em Lisboa, não havia novas informações por causa do corte das comunicações. Entre estes, houve um referente ao sucesso do movimento em Lisboa, que foi afixado nos placares do jornal *A Montanha* (órgão jornalístico portuense do Partido Republicano Português)³⁸⁴. Mas acabaram por ser arrancados pela polícia. Esse boato seria falso segundo as autoridades (ao Governo Civil chegou um telegrama que corroborava esse boato)³⁸⁵. Por causa disso, e para evitar novos distúrbios, as autoridades proibiram a publicação dos jornais ligados ao Partido Republicano Português (*A Montanha* e *A Lanterna*)³⁸⁶.

³⁸³ V. *Jornal de Notícias*, Porto, Ano XXVIII, nº115, 16 de Maio de 1915, p.1.

³⁸⁴ “Para satisfazer a curiosidade do público ávido de esclarecimentos do que se desenrola na capital onde a ideia republicana é calorosamente defendida, apressamo-nos ao princípio da tarde, mal os primeiros informantes chegaram, a afixar alguns “placards” nos pontos centrais da cidade. Não se descreve o entusiasmo com que a onda popular, fremente de amor à Republica, recebeu a boa nova que os “placards” lhe levaram. A aglomeração era enorme e os vivas à Republica e à Constituição eram constantes, frenéticos, traduzindo bem os anseios de liberdade e a sede de justiça que arde no excelente coração dos republicanos. Eis os nossos “placards”: O Comité Civil de Defesa da Constituição acaba de receber as seguintes notícias: O governo capitulou. Vários regimentos aderiram ao movimento. O general Correia Barreto, à frente da artilharia, ataca o quartel general. Há, apenas, restos de tropas, comandadas por oficiais monárquicos, que resistem ainda aos defensores da Constituição e da Republica”. (*O Farol*, Porto Ano I, nº 1, 15 de Maio de 1915, p. 2).

³⁸⁵ V. *A Serra*, Porto, Ano V, nº 1303, 16 de Maio de 1915, p. 2; Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 195.

³⁸⁶ V. *O Primeiro de Janeiro*, Porto, Ano XLVII, nº114, 16 de Maio de 1915, p.2: “O governador militar intimou o gerente dos jornais a «Lanterna» e «A Montanha» a não publicar aqueles periódicos”.

Todavia, a situação, insustentável para muitos, conduziu um grupo de civis revolucionários até Leixões, para revolucionar os navios de guerra aí ancorados. Conseguiram, por volta das 16 horas da tarde, a adesão das canhoneiras *Limpopo* e *Aviso 5 de Outubro*. Seriam umas 17 horas quando os dois navios saíram em direcção à barra do rio Douro³⁸⁷ e por ali ficaram (por não puderem subir o rio durante a noite³⁸⁸). Na zona da ribeirinha – supondo-se haver o perigo de um eventual desembarque – a vigilância foi reforçada (e estendeu-se, depois, a outras zonas da cidade como o Quartel General, o Governo Civil e outros estabelecimentos do Estado)³⁸⁹.

No dia 16, chegou ao Porto o líder *democrático*, Afonso Costa, acompanhado por Arthur Cohen (ficaram apenas umas horas no Porto, já que no final da tarde tomaram o comboio para Lisboa). Ao ser confrontado com os acontecimentos (sendo conhecedor também dos resultados revolucionários em Lisboa), decidiu intervir para pôr cobro aos confrontos no Porto. Para isso enviou um emissário à Serra do Pilar para obter o apoio do Regimento de Artilharia n.º 5. Chegou, ainda, a enviar uma mensagem ao comandante da Divisão, apelando à sua intervenção para acabar com os confrontos. Da parte deste receberia uma resposta positiva de que tomaria todas as medidas necessárias para acabar com a instabilidade na cidade³⁹⁰. Mas apenas no dia seguinte (17 de Maio) é que as comunicações foram restituídas, e só aí o comandante da Divisão soube da formação de um “Governo Nacional”³⁹¹. Como resultado disso, o general Joaquim Ribeiro Júnior, o comandante da Divisão, mandou afixar este edital:

³⁸⁷ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 195: “Pouco depois das três horas da tarde, do dia 15, foram disparados de bordo da canhoneira «Limpopo», fundeada em Leixões, 3 tiros de peça. As guarnições deste navio e do «Cinco de Outubro» resolveram manifestar-se, auxiliadas pelos civis, que estavam a bordo, desde a tarde de sábado. O comandante da «Limpopo» sr. Silvério Cunha, que estava em terra, dirigiu-se a bordo e conseguiu convencer a tripulação a levantar ferro e sair de Leixões, para ir pairar defronte da barra do Douro”. V. tb. *A Montanha*, Porto, Ano V, n.º 1304, 18 de Maio de 1915, pp. 1-2.

³⁸⁸ V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, n.º V, n.º 1729, 30 de Maio de 1915, p.1

³⁸⁹ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 195.

³⁹⁰ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, n.º 12010, 17 de Maio de 1915, p. 4.

³⁹¹ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 196: “No domingo de manhã, cerca das 10 horas, foi por nós comunicado pelo telefone, ao chefe do Estado Maior da 3ª divisão, sr. tenente-coronel May, o que tinha ocorrido em Lisboa e que já se encontrava constituído o Ministério Nacional, desde de sábado. A

“O general, comandante da 3.^a divisão do exército, tem a satisfação de anunciar aos habitantes da cidade do Porto que felizmente se acha restabelecida a ordem nesta cidade, e em Lisboa. Comunicações fidedignas recebidas da capital dão como formado um Ministério Nacional assim constituído:

Presidente do governo e ministro do interior, João Chagas.

Justiça, Paulo Falcão.

Guerra, Bazílio Teles.

Estrangeiros, Alves de Veiga.

Finanças, Barros Queiroz.

Marinha, Fernandes Costa.

Colónias, Magalhães Lima.

Fomento, Magalhães Lima

Instrução, José de Castro

Posto que fidedignos, os documentos recebidos não têm o carácter de autenticidade necessária para os efeitos definitivos, pelo que foram solicitados outros, que reúnam as condições exigidas para todos os efeitos legais. Consultados os comandantes das unidades, eles foram de opinião unânime, que se devia desde já acatar as determinações do Governo, que se julguem de carácter urgente, aguardando-se, porém, a chegada dos documentos autênticos, que se pediram, e é de esperar que cheguem dentro de 24 horas, para então se fazer a proclamação oficial do novo Governo. Entretanto, confiando na cordura, patriotismo e devotado espírito republicano dos habitantes desta nobre cidade do Porto, espera que não haverá a mínima alteração da ordem, porque assim o exigem os altos interesses da Pátria e da República; e tanto é a confiança neles, que desde já faz cessar as medidas que se fez adoptar nestes dois últimos dias. Se, comtudo, contra toda a expectativa, alguns díscolos tentarem envergonhar a República e a cidade com quaisquer actos repreensivos, tais excessos serão inexoravelmente reprimidos – Quartel General no Porto, 16 de Maio de 1915. – O comandante da divisão. Joaquim José Ribeiro Júnior”³⁹².

seguir, o sr. major Norton de Matos fez igual comunicação, que foi recebida com agrado, pelo chefe do Estado Maior”.

³⁹² V. *O Primeiro de Janeiro*, Porto, Ano XLVII, nº115, 17 de Maio de 1915, p.1.

Uma vez dissipadas todas as dúvidas, a ordem foi sendo restituída³⁹³. Os canhoneiras retiraram-se para o porto de Leixões³⁹⁴. No dia 17, o antigo corpo administrativo foi reconduzido ao poder³⁹⁵.

4.2 – A Revolução em Santarém

Em Santarém, como na cidade do Porto, formou-se um comité revolucionária, sob a chefia do tenente-coronel António Maria Baptista³⁹⁶. A dois dias do movimento revolucionário, o tenente-coronel disponibilizou-se a ir a Lisboa para participar nas últimas reuniões revolucionárias. Nessas reuniões ficou a saber que o início do movimento estava agendado para o dia 14 de Maio. Ainda se combinou que o movimento iria ocorrer simultaneamente em Lisboa e em Santarém no mesmo dia. No final, ficou estabelecido que os revolucionários de Santarém ficariam à espera dos representantes da Junta Revolucionária para iniciarem o movimento. Depois de concluir estes aspectos finais, como esperado, o tenente-coronel, ainda no dia 13, voltou para Santarém para executar os últimos preparativos³⁹⁷.

Deste modo, os oficiais afectos, dentro dos Regimento militares da cidade, seriam informado dos preparativos finais, de modo a aprontar a saída das unidades a favor do movimento (nesta situação tínhamos o Regimento de Artilharia n.º 3 e o Regimento de Infantaria n.º 34). No entanto, este procedimento não correu como planeado no Regimento de Infantaria n.º 34, por causa da prevenção rigorosa feita naquele corpo militar. Em contrapartida, sabendo-se disso, tomou-se a decisão de colocar o Regimento sob vigilância, juntamente com alguns locais importantes³⁹⁸.

³⁹³ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 196. V. tb. *Jornal de Notícias*, Porto, Ano XXVIII, nº115, 17 de Maio de 1915, pp. 1-2.

³⁹⁴ V. *A Montanha*, Porto, Ano V, nº 1304, 18 de Maio de 1915, p. 2.

³⁹⁵ V. *Jornal de Notícias*, Porto, Ano XXVIII, nº116, 17 de Maio de 1915, p.2.

³⁹⁶ V. *O Debate*, Santarém, Ano VIII, nº 389, 27 de Maio de 1915, pp. 1-2.

³⁹⁷ *Ibidem*, nº 388, 20 de Maio de 1915, p.1; *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5341, 26 de Maio de 1915, p.1.

³⁹⁸ V. *Ibidem*, nº 388, 20 de Maio de 1915, p.1: “Os sargentos revolucionários foram para o quartel dispor tudo para que na hora própria nada faltasse, enquanto alguns civis iam para junto do quartel de infantaria 34, a fim de observarem o que ali se passava. A residência do comandante militar foi mandada vigiar cuidadosamente, o mesmo sucedendo ao Club de Santarém, por causa do governado civil e de alguns oficiais que ali se encontravam. E este serviço de vigilância foi feito com tanta perfeição, que em breve o

Durante a noite, os civis revolucionários, depois de se organizarem no Centro Democrático (onde se armaram e municiaram), foram-se, pouco a pouco, concentrado perto da Estrada das Padeiras, onde aguardavam a chegada dos emissários da Junta (Álvaro de Castro, o tenente Maia, o alferes Guimarães e João Lopes Soares). Os emissários acabariam por chegar algum tempo depois, como esperado³⁹⁹.

Em conjunto, o tenente-coronel Baptista e os emissários dispuseram-se a definir um plano de ataque. Inicialmente, os emissários propunham atacar o quartel do Regimento de Infantaria n.º 34. Mas esta opção acabou descartada por oposição do tenente-coronel. Por sua vez, este sugeriu que se ocupasse, em primeiro lugar, o quartel do Regimento de Artilharia n.º 3 (usariam as baterias aí existentes para atacar o quartel da Infantaria n.º 34). Dessa forma, por ordem do tenente-coronel, o capitão Conde dirigiu-se, acompanhado por um civil, ao Regimento de Artilharia n.º 3. Ali, verificando que tudo estava de acordo com o que estava planeado desde o começo, ordenou ao civil para que fosse informar os revolucionários⁴⁰⁰.

Em contrapartida, um pouco antes, os líderes revolucionários delineavam um novo plano, consistindo “em marcharem os grupos de civis armados, por fora da cidade, na direcção do Jardim da República e calçada do Monte, ficando deste modo garantidos os flancos da linha de combate e assegurar a vigilância sobre o quartel de infantaria 34 [...]. Outros grupos, avançam, divididos, por diversas ruas para o quartel de artilharia 3 [...]”⁴⁰¹. Pouco depois o civil chegou com as notícias: estava tudo em ordem (como era esperado). Assim, o tenente-coronel Baptista deu ordem para os civis avançarem e, em pouco tempo, foi ocupado o quartel do Regimento de Artilharia n.º 3⁴⁰².

comité era informado de que o chefe do distrito havia escrito uma carta ao comandante militar, e que alguns oficiais do 34 haviam ido para o quartel”.

³⁹⁹ *Ibidem*, n.º 388, 20 de Maio de 1915, p.1.

⁴⁰⁰ *Ibidem*, n.º 388, 20 de Maio de 1915, p.1; *O Mundo*, Ano XV, n.º 5341, 20 de Maio de 1915, p.1.

⁴⁰¹ *Ibidem*, n.º 5341, 26 de Maio de 1915, p.1.

⁴⁰² *O Debate*, Santarém, Ano VIII, n.º 389, 27 de Maio de 1915, p.1: “O Revolucionário civil que acompanhara o capitão Conde, voltou à estrada das Padeiras, a transmitir aos seus companheiros a ordem de avançar, ordem esta que foi imediatamente executada, dirigindo-se todos para o quartel, por caminhos diversos, a fim de evitar as patrulhas da guarda republicana, que a esse tempo já andavam pelo Campo de Sá de Bandeira”.

Num reduzido espaço de tempo tudo ficou pronto para fazer sair as baterias (graças ao apoio prestado pelos revolucionários civis). As baterias saíram ao som dos tiros de uma carabina, sendo colocadas em posição: uma das peças ficou disposta no portão do quartel do Regimento de Artilharia n.º 3, as outras duas foram colocadas, respectivamente, na zona do Campo de Sá de Bandeira (uma orientada para o salão Lisbonense e a outra orientada para o quartel da Infantaria)⁴⁰³, enquanto alguns civis foram tomando as embocaduras das ruas circundantes. Entretanto, seria enviado um emissário à Infantaria n.º 34 para obter a sua imediata rendição (num prazo de meia hora, caso este não viesse abrir-se-ia fogo). Passando essa meia-hora, sem que o emissário voltasse, a bateria abriu fogo⁴⁰⁴. Durante os seguintes 20 minutos, como esperado, o quartel da Infantaria n.º 34 foi bombardeado. O comandante do Regimento de Infantaria n.º 34, vendo-se incapaz de se opor aos ataques da artilharia, requisitou o apoio da GNR, mas esse pedido não foi correspondido⁴⁰⁵.

Ao fim desses 20 minutos, verificou-se a falta de munições da peça que bombardeava. Para resolver o problema mandaram vir as munições de uma outra peça que não estava a ser usada naquele momento. De novo, a peça voltou a bombardear o Regimento de Infantaria n.º 34 até à sua capitulação final. Depois de se renderem, prendeu-se os oficiais, que foram levados para o quartel da Artilharia n.º 3, e reconduziu-se as praças da Infantaria n.º 34 para o seu quartel, onde seriam rearmadas, ficando sob o comando dos sargentos revolucionários da corporação (fariam o patrulhamento da cidade)⁴⁰⁶.

⁴⁰³ “Em artilharia estava tudo preparado para sair. Os revolucionários civis entravam aos vivas à Republica; a que os soldados correspondiam. Soam na parada três tiros de carabina. Era o sinal. As peças vêm imediatamente para a rua, ficando uma à porta do quartel e duas no Campo de Sá da Bandeira, assestadas para o quartel de Infantaria 34, e outra em frente do Salão Lisbonense voltada para o Largo do Seminário”. (*Ibidem*, n.º 388, 20 de Maio de 1915, pp.1-2.)

⁴⁰⁴ *ibidem*, n.º 388, 20 de Maio de 1915, p.2. V. tb. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, n.º 5341, 26 de Maio de 1915, p.1.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, n.º 388, 20 de Maio de 1915, p.2

⁴⁰⁶ “A certa altura faltaram as munições. Um acaso feliz veio porém salvar a situação. A peça que estava voltada para o largo do Seminário não havia dado fogo. Imediatamente mandaram buscar as granadas que lhe pertenciam e tão bom efeito produziram que pouco depois do 34 tocavam a cessar fogo e arvoravam a bandeira branca. O entusiasmo do nosso lado foi enorme, com é de calcular. Tínhamos vencido. Do 34 avança um emissário que veio parlamentar com os revoltosos vitoriosos, e que foi recebido com

Durante a tarde, após estes eventos, o líder *democrático*, Afonso Costa (que estava de passagem para o Porto), apareceu em Santarém. Na sua presença e de Álvaro de Castro foi nomeado João Soares (*democrático*) para o Governo Civil. O novo governador civil fez circular pelo Distrito uma folha (informando do restabelecimento da normalidade)⁴⁰⁷. Em Santarém faria afixar esta proclamação:

“Cidadãos !

A Cidade de Santarém, solidarizando-se com o Povo Republicano de Lisboa, Porto e outros centros, acaba de restabelecer a Constituição, destruindo para sempre a Ditadura, que nos humilhava e deshonrava. A República, implantada com o esforço do Povo, em 5 de Outubro de 1910, está de novo em pleno vigor. O governo da Nação será entregue a republicanos dedicados, sem preferência partidária, e representado a união sagrada de todos os agrupamentos políticos da República. Neste momento feliz da história de Portugal, e tão honroso para a cidade de Santarém, saudemos o exército, a armada e o povo português. Viva a Republica! Viva a Constituição! João Lopes Soares (governador civil por vontade do povo)”⁴⁰⁸

Mesmo com a ordem restabelecida em Santarém, desconhecia-se o que se passava no resto do País. Chegavam, pelo final da tarde, boatos de um possível ataque da 7.ª Divisão do Exército contra Santarém. Por isso, e por indicação de Álvaro de Castro, organizou-se a defesa da cidade⁴⁰⁹. Com isso, foram “postadas as peças nos pontos onde se batiam os caminhos, que conduziam à cidade e ao mesmo tempo distribuíram-se vários destacamentos de infantaria, artilharia e civis armados, para o serviço de vigilância. As estradas foram atravessadas com arame farpado”⁴¹⁰. A vigilância e os meios defensivos foram, assim, redobrados para o caso de ocorrer um

entusiásticas vivas à Republica. Do 34 avança um emissário que veio parlamentar com os revoltosos vitoriosos, e que foi recebido com entusiásticos vivas à Republica. Pouco depois os dois batalhões entregavam-se, sendo os oficiais presos e mandados para o quartel de artilharia, e os soldados reconduzidos para o seu quartel onde formam novamente armados e entregues ao comando dos sargentos que faziam parte do movimento revolucionário” (*Ibidem*, nº 388, 20 de Maio de 1915, p.2). V. tb. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5341, 26 de Maio de 1915, p.1.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, nº 388, 20 de Maio de 1915, p.2.

⁴⁰⁸ *Ibidem*, nº 388, 20 de Maio de 1915, p.2.

⁴⁰⁹ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12010, 17 de Maio de 1915, p. 4.

⁴¹⁰ V. *O Debate*, Santarém, Ano VIII, nº 389, 27 de Maio de 1915, p.2. V. tb. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5341, 20 de Maio de 1915, p.2.

ataque contra a cidade. Entretanto, sem que se soubesse o que estava a acontecer com a 7.^a Divisão, foi enviada uma delegação até ao Entroncamento para recolher mais informações⁴¹¹. Perto das 2 horas da manhã, chegou ao Governo civil um telegrama alarmante: continha informações que indicavam que a 7.^a Divisão do Exército preparava-se para marchar sobre Santarém. Sabendo disso, os oficiais revolucionários, reunidos, decidiram retirarem-se com as baterias, para evitar que as mesmas caíssem nas mãos dos inimigos. Por volta das 4 horas, as peças já aparelhadas saíram de Santarém para Lisboa (só voltariam uns dias depois)⁴¹².

No dia 15, os revolucionários não tinham conhecimento do que realmente estava a acontecer em Lisboa, apenas sabiam, vagamente, da eventual formação do “Governo Nacional”. O mesmo acontecia com a 7.^a Divisão do Exército. De modo a colmatar essas falhas de informação, foi organizado um grupo (Tavares Ferreira, Costa Lopes, Salgado e Gomes da Cunha) que se responsabilizou em ir até ao Cartaxo para recolher mais informações (tinha-se conhecimento de que as ligações de comboio até ao Setil funcionavam)⁴¹³. No Cartaxo, esse grupo acabaria por se encontrar com o capitão Hélder Ribeiro, um dos *Jovens Turcos*. O grupo pediu ao capitão para que fosse a Santarém observar o que ali se passava e, se possível, organizar a defesa da cidade. O capitão aceitou o pedido e, pouco depois, dirigiu-se para Santarém. Já em Santarém, Hélder Ribeiro procedeu à reorganização das defesas militares da cidade⁴¹⁴.

Durante a noite chegou a notícia sobre a formação do novo Governo. Pouco depois, chegou a notícia sobre a retirada das forças da 7.^a Divisão⁴¹⁵. No dia 16, por

⁴¹¹ “Era porém indispensável conhecer com exactidão o que no Entroncamento se passava. Para isso partiram em automóvel para Torres Novas o nosso director, Paiva Faria e o tenente Fonseca em serviço de reconhecimento” (*Ibidem*, nº 388, 20 de Maio de 1915, p.2).

⁴¹² *Ibidem*, nº 388, 20 de Maio de 1915, p.2: “Pouco depois de regressarem a Santarém, pelas 2 horas, recebeu-se um telegrama do administrador da Barquinha, comunicando que as tropas de Jaime de Castro estavam embarcadas para vir atacar Santarém. Os oficiais revolucionários que de tarde haviam reunido em conselho, vendo a impossibilidade de defender a cidade contra forças tão numericamente superiores, resolveram formar a bateria e marchar para Lisboa [...]. Efectivamente ahi pelas 4 horas estavam a caminho, indo acampar nesse mesmo dia em Vila Franca e no segundo em Queluz onde ficaram aquarteladas”.

⁴¹³ *Ibidem*, nº 388, 20 de Maio de 1915, p.2.

⁴¹⁴ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5341, 26 de Maio de 1915, p.1.

⁴¹⁵ V. *O Debate*, Santarém, Ano VIII, nº 388, 20 de Maio de 1915, p.2.

volta das 14 horas, como esperado, o antigo corpo administrativo, afastado pelo Governo do general Pimenta de Castro, retomava ao poder⁴¹⁶.

4.3 –A Revolução em Portalegre

Em Portalegre formou-se, como em outras zonas do País, uma comitê revolucionário⁴¹⁷, que conseguiu mobilizar, para a causa revolucionária, apoios entre civis e militares da corporação militar do distrito, com particular ênfase para o Regimento de Infantaria n.º 22. Assim, esse Regimento ficaria inevitavelmente mobilizado para o movimento revolucionário. Até ao dia 14 de Maio, os preparativos foram-se fazendo em Portalegre sem incidentes, até que as comunicações com a capital foram interrompidas. De modo que, este fenómeno acabaria por conduzir o governador civil a convocar, para a cidade de Portalegre, todas as forças disponíveis da GNR⁴¹⁸. Entretanto, após abandonar a cidade de Santarém, Álvaro de Castro, dirigindo-se a Portalegre para colaborar nas acções revolucionárias, ficou preso pelas autoridades⁴¹⁹. Tudo isto trouxe inconvenientes, mas o comitê não deixou de marcar a insurreição revolucionária para o dia 15 (o movimento começaria por volta das 3 horas da madrugada). Ao mesmo tempo, foram sendo feitas todas as prevenções necessárias, entre os civis e os militares envolvidos⁴²⁰.

O primeiro passo seria o corte das comunicações durante a noite. O segundo passo seria a ocupação dos pontos estratégicos por parte dos civis, onde esperariam pelos sinais marcados: o rebentamento de alguns explosivos. Ao ouvirem as explosões, os revolucionários entraram em acção, ocupando o quartel do Regimento de Infantaria n.º 22, onde as praças foram revolucionadas e os oficiais intimados a renderem-se. A maioria dos oficiais rendeu-se, sem resistência, à excepção do capitão Soeiro que

⁴¹⁶ *Ibidem*, n.º 388, 20 de Maio de 1915, p.2.

⁴¹⁷ A junta era composta por: José António Costa, Manuel Geraldo Cassola, João Severo, João Belém e Bernardo de Sousa Ramos

⁴¹⁸ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 198-199.

⁴¹⁹ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, n.º 12010, 17 de Maio de 1915, p. 4.

⁴²⁰ Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 199: “A Junta reuniu e resolveu secundar o movimento nessa noite, ficando fixadas as 3 horas do dia 15, para se iniciarem as hostilidades. Foi prevenida a artilharia de montanha e infantaria 22. Transmitiram-se os necessários avisos para Abrantes, Elvas, Extremoz, Arronches e Galveias”.

acabou morto⁴²¹. Apesar deste incidente os revolucionários, não se deixando afectar, foram-se armar.

Depois de distribuírem o equipamento e as munições, seguiram para o posto da Guarda-Fiscal, aqui obtiveram a adesão da guarda e, pouco depois, a da Artilharia de Montanha. Com estes reforços, os revolucionários marcharam sobre Portalegre. Em pouco tempo, toda a cidade foi tomada pelos assaltantes, que, pela sua superioridade numérica, conseguiram a rendição das forças fiéis⁴²². Uma vez mais, a vitória seria dos revolucionários. O cargo de governador civil seria, como esperado, entregue a um *democrático* (Caldeira Queirós); à frente do Governo Militar ficaria o tenente-coronel Moreira Ribeiro⁴²³. Do mesmo modo, como aconteceu um pouco por todo País, seria reconduzido ao poder o antigo corpo administrativo (que tinha sido afastado por Pimenta de Castro).

4.4 – A 7.^a Divisão do Exército e a Revolução

Como sabemos, as comunicações estavam cortadas entre Lisboa e o resto do País. Mas, antes disso acontecer, o Governo chegou a comunicar com a Província a pedir o envio de auxílio. A este pedido respondeu, exclusivamente, a 7.^a Divisão do Exército, sob o comando do general Jaime de Castro⁴²⁴. Mas antes que as forças saíssem, foi necessário, por parte do general Jaime de Castro, lidar com a agitação em Tomar no dia 14 (prendeuse o novo administrador do concelho de Tomar, que foi nomeado pelo novo governador civil de Santarém)⁴²⁵.

Após abrandar a agitação em Tomar, o General e o seu Estado-Maior acabaram por se retirar para o Entroncamento, acompanhados por forças do Regimento de Infantaria n.º 15. No Entroncamento concentraram as forças que constituíam a 7.^a Divisão: “3º batalhão de infantaria 17, infantaria 21, 22, 7º grupo de metralhadoras, 1º destacamento de lanceiros 1, as praças disponíveis da Escola de Equitação, 6 peças de

⁴²¹ Idem, *Ibidem*, pp. 199-200. V. tb. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5332, 17 de Maio de 1915, p. 4.

⁴²² Idem, *Ibidem*, pp.201-202.

⁴²³ Idem, *Ibidem*, p. 201: “Foi nomeado a seguir governador civil o dr. Caldeira Queiroz, e para o comando militar da cidade, o tenente coronel de artilharia Moreira Ribeiro”. V. tb. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5332, 17 de Maio de 1915, p. 4.

⁴²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 189.

⁴²⁵ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5335, 20 de Maio de 1915, p. 5.

artilharia 8, uma bateria a 4 peças de artilharia 2, um batalhão de pontoneiros de Tancos e as companhias de sapadores mineiros de instrução”⁴²⁶. Ao total, reuniram-se, só, no Entroncamento perto de 1600 homens (a maioria desconhecia os motivos por detrás da marcha até Lisboa (alguns supunham que iam em defesa da República)⁴²⁷⁴²⁸.

A coluna iniciou a sua marcha para Lisboa por volta das 24 horas do dia 14, pelas vias ordinárias (o Estado-Maior pretendia conduzir as forças de comboio até Lisboa, mas o corte das linhas férreas impediu essa opção)⁴²⁹. Perto das 5 horas da manhã, o 2.º sargento Martins de Figueiredo (seria um dos que iriam conspirar para travar o avanço da coluna⁴³⁰) recebeu um telegrama, entregue em mão pelo administrador da Barquinha, indicando a vitória do movimento. O mesmo oficial transmitiu essa notícia aos outros sargentos bem como aos oficiais. Mas, em contrapartida, os oficiais duvidavam da veracidade da notícia e, como consequência disso, o administrador da Barquinha seria preso⁴³¹. Por causa dessa situação, o major

⁴²⁶ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 189.

⁴²⁷ Cf. *A Montanha*, Porto, Ano V, nº 1308, 25 de Maio de 1915, p.1.

⁴²⁸ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 189.

⁴²⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 189-190: “A concentração das tropas, provenientes das diversas guarnições efectuou-se às 24 horas do dia 14, com excepção da bateria de artilharia 2, que aguardaria em Torres Novas a passagem das forças, para aí se incorporar. Como o caminho de ferro estava cortado entre Santarém e Entroncamento, resolveu-se seguir pela via ordinária. Houve primeiramente a ideia de se marchar sobre Santarém, mas mudou-se de objectivos e resolveu-se definitivamente prosseguir na marcha para Lisboa, em vista da uma ordem recebida do gabinete da secretaria da guerra”.

⁴³⁰ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p.4.

⁴³¹ “A nossa cantina estava junto da entrada principal da estação e às 8 horas foi distribuído o rancho, dando nessa ocasião o segundo incidente. Achava-me almoçando quando ouvi do lado da porta vivas à Pátria e á Republica. Aproximei-me e vi que era um grupo de delicados republicanos, tendo à frente o velho democrata António Mendes, administrador da Barquinha. Abraçou-me e dá-me um telegrama, em que o novo governador civil de Santarém sr, João Soares, notícia que findara a Revolução pela sua vitória, achando-se constituído um novo ministério. Leio-a aos meus camaradas e uma onda de alegria inunda os seus rostos. Vejo aproximar-se o ajudante interino do batalhão, alferes António Mascarenhas de Menezes, e, para ver o efeito que nele produzia, mostro-lhe. Como eu não lho desse, retira-se. Daí a pouco volta e, chamando-me de parte, diz que acaba de saber que esse telegrama havia sido forjado à última hora e que nós seguiríamos para a frente. Respondi que tal não me parecia porque o homem que mo havia confiado era incapaz de semelhante coisa. Retirou-se encolhendo os ombros e, aproximando-me eu António Mendes, disse-lhe o que havia, que continuaríamos a marcha, mas que não estava perdido. O sargento não pode falar com civis, diz-me um oficial de sapadores mineiros: Obedeço, retiro-me, dando

Dias Urbano, dirigindo-se aos sargentos, tomou a palavra: “Acabo de saber que andou para ahi um telegrama que é falso e que um sargento o recebeu. Pois tenho a dizer-lhes que o nosso general está disposto a empregar todos os meios, até os mais extremos, para reprimir qualquer tentativa [revolta]. Apelo para a honradez dos sargentos do meu batalhão para que acatem as suas ordens como eu as acato”⁴³². Alguns sargentos (Carrusca e Afonso) contestaram as suas palavras: exigiam saber qual o verdadeiro destino da coluna, defendendo, para isso, os seus direitos como sargentos. O major disse apenas para cumprirem as ordens sem fazerem perguntas. No entanto, a sua curiosidade terminaria com a prisão dos dois. Mais dois sargentos, por suspeita, seriam conduzidos para Tancos⁴³³.

A coluna ficou parada durante algumas horas para as praças descansarem e retomou a sua marcha por volta das 10 horas do dia 15 de Maio (a coluna tinha como destino Torres Novas). À cabeça da coluna ia o batalhão de Pontoneiros, seguido pelos Sapadores-Mineiros e pelo resto da coluna. A marcha da coluna foi-se fazendo lentamente, pelas dificuldades que se foram encontrando ao longo do itinerário, e já se via uma certa alteração do estado de espírito das tropas. “Notava-se cada vez mais que o aspecto das tropas já não era o mesmo, não se manifestavam actos de indisciplina, mas sentia-se bem, que o comando já não podia confiar muito em ser obedecido, especialmente pela engenharia, que representava a maioria da força”⁴³⁴. A coluna só parou por volta das 14 horas para permitir o descanso das praças (instalaram-se em Parceiras de S. João)⁴³⁵.

Por volta das 5 horas da madrugada do dia 16 de Maio, enquanto preparavam o café, notou-se alguma agitação. Eram os soldados do batalhão de Pontoneiros que se manifestavam contra o Governo (eram liderados pelo alferes Plínio, o 1.º sargento Melo e o 2.º sargento Ribeiro). Os manifestantes dirigiram-se até ao comando central para

um vigoroso aperto de mão ao nobre carácter que de lado da grade me diz: Paciência. Dahi a pouco esse dedicado republicano era preso, seguindo com a coluna para Torres Vedras, onde foi entregue às autoridades” (Declarações feitas pelo 2.º sargento António Martins de Figueiredo in *Ibidem*, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p.4).

⁴³² *Ibidem*, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p.4.

⁴³³ V. Santos, João António Correia de, *op. cit.*, p. 190.

⁴³⁴ Idem, *Ibidem*.

⁴³⁵ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p.4.

pedir o fim da marcha (neste local estavam as forças dos Sapadores-Mineiros, da Infantaria n.º15 e da Artilharia n.º 8). À espera deles estavam as baterias e a Infantaria, posicionadas para abrir fogo caso fosse necessário. A situação, bastante crítica, apenas foi solucionada por causa da intervenção do capitão Armando Seabra e do alferes Plínio⁴³⁶. Ao escutarem os dois oficiais, os amotinados acabaram por entrar na ordem (mais tarde o comando do batalhão de Pontoneiros seria entregue, pelo major Urbano, ao alferes Plínio). Após este incidente grave, umas horas mais tarde, apareceria um comunicado, oriundo da Escola de Equitação, para o general Jaime de Castro: era um telegrama, enviado pelo comando da 1.ª Divisão do Exército, ordenando a retirada das forças. Após muita hesitação ao início, o General acabou por acatar as ordens. Deste modo, e em boa ordem, as forças regressaram aos seus quartéis⁴³⁷.

⁴³⁶ *Ibidem*, n.º 5340, 25 de Maio de 1915, p.4.

⁴³⁷ *Ibidem*, n.º 5340, 25 de Maio de 1915, p.4.

5 – O Rescaldo da Revolução e a sua “Idealização”

5.1 – O “Governo Nacional” e a *Reimplantação da República*

O conceito de “Revolução”, em Portugal, erigiu-se (em todas as grandes datas revolucionárias nacionais) como um marco de uma nova era contra *antigos regimes*, uma espécie de ciclo onde há uma alteração violenta em busca de um passado imponente que foi usurpado pelo *antigo regime* ao regime anterior. Dá-se, assim, um processo evolutivo, de desenvolvimento da sociedade, mas existe sempre uma tentativa de restauro, onde se tenta recuperar aspectos primitivos (*pureza primitiva*) do regime anterior, que tinham sido usurpado⁴³⁸. A Revolução de 14 de Maio de 1915 não seria excepção a isso, como vimos e veremos, ainda. Os *democráticos* defendiam que esta Revolução tinha os seguintes propósitos: o restabelecimento da República, da Constituição e das liberdades políticas perdidas durante o Governo de Pimenta de Castro. Esta Revolução conduzirá, eventualmente, a uma nova ordem (e ao progresso)⁴³⁹. Como diz Mayer Garção, parece que “sahimos d’um pesadelo. Vamos para a luz [...] que é a Republica restaurada”⁴⁴⁰.

⁴³⁸ Segundo José Adelino Maltez, o conceito de “Revolução”, em Portugal, associou-se a um ciclo de constante procurar por um passado grandioso usurpado. Com isso, as data míticas de 1820, 1936, 1910, 1926 e 1974, foram configuradas como uma espécie de restauração de uma *Idade de Ouro* que o imediato *ancien régime* teria usurpado. Portugal vivia, desse modo, uma revolução perpétua, entendida platonicamente, como uma tentativa, contante, de um regresso a um mitificado antes da pureza primitiva. V. Maltez, José Adelino, *Tradição de Revolução. Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II, Lisboa, Tribuna da História, 2004, pp. 81-82.

⁴³⁹ V. *O Povo*, Lisboa, Ano IV, nº285, 15 de Maio de 1915, p.1: “Este áto de força, a Revolução libertadora (...). A Republica, como a fénix da lenda, renasceu, mais forte e purificada, do sangue derramado, do estertor dos agonisantes, dos cadáveres retalhados, saiu, redimida, da luta das barricadas, da heroicidade magnifica (...)”; *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12008, 15 de Maio de 1915, p.1: “Façamos o esquecimento completo de erros e de agravos passados e levantados os corações acima das paixões mesquinhas, trabalhemos com afan, com dedicação, com sacrifício embora, pela maior homra e gloria da Pátria Portuguesa, [...]. Façamos este povo feliz e esta nação prospera. Para isso, que perece muito, bem poucas coisas são precisas: administrar bem, olhos fitos nos interesses do paiz; e ter fé na Republica. [...] E para isso basta que os dirigentes da Republica se inspirem na admirável dedicação patriótica, desinteressada, sublime de heroicidade, que agora, como em tantas outras ocasiões lhe tem dado sempre este inegalavel povo português”; *Ibidem*, nº 12011, 18 de Maio de 1915, p.1: “É preciso que os republicanos tirem dos factos a lição que eles comportam e entrem definitivamente no único caminho que devem trilhar, unindo-se todo, colaborando solidariamente na obra de regeneração e de progresso do

O contexto aqui descrito, segundo a matriz ideológica defendida pelo Partido Republicano Português, aponta para um processo dialéctico de transformação da Sociedade e do próprio Estado, que naturalmente evidencia um ideário tipicamente Hegeliano⁴⁴¹ – a procura da felicidade plena e do progresso, a procura de uma *Vida Nova*⁴⁴² –, embora isto só seja aplicável em caso de vitória revolucionária (a “Revolução” só tem força de lei se for vitoriosa). Senão for assim não passará de um golpe ilegal e inconstitucional perante a Constituição⁴⁴³. Mas dá-se o facto de que a Revolução de 14 de Maio de 1915 ser um exemplo de um movimento revolucionário vitorioso.

Mas o conceito de “Revolução”, ao ser analisado pela sociologia história, expressa um problema em torno de um dos seus elementos mais pragmático: a transformação da Sociedade e do Estado. A “Revolução” – quando ocorre por via violenta –, segundo o sociólogo Charles Tilly, passou a ser um mero meio para a transferência forçada do poder, quando acontece uma disputa por este, entre duas ou mais facções com reivindicações ao controlo do Estado⁴⁴⁴. Este último argumento exposto cruza-se com a concepção de crise que o conceito de “Revolução” passa na actualidade, por ter perdido, de certa modo, o seu desígnio transformador (a nível sociológico) para se submeter aos interesses de grupos políticos⁴⁴⁵.

O levantamento revolucionário de 14 de Maio de 1915, supracitando os conteúdos anteriores, tratou-se, neste caso, de um confronto pelo controlo da máquina político-administrativa do Estado que envolveu o Partido Republicano Português e o Governo do general Pimenta de Castro (dois pólos antagónicos); onde, ao analisarmos

paiz. Há tanto que fazer para a transformação económica de Portugal [...]. Tenhamos fê em que, efectivamente, a vida politica vae sofrer uma profunda transformação. Assim é preciso, para que o paiz entre n'uma verdadeira fase de tranquilidade e de progresso”.

⁴⁴⁰ V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1715, 16 de Maio de 1915, p.1.

⁴⁴¹ Cf. “Revolution” in *Encyclopaedia Britannica*, Vol. XV, Encyclopædia Britannica, Inc, Chicago, 1974, p. 788.

⁴⁴² V. “Vida Nova” in *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12011, 28 de Maio de 1915, p.1.

⁴⁴³ Cf. Queiró, Afonso R., “Revolução” in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. XXV, Lisboa, Verbo D.L., 1992, pp. 423-426

⁴⁴⁴ Cf. Tilly, Charles, *As Revoluções Europeias: 1492- 1992*, Lisboa, Presença, 1996, pp. 21-43.

⁴⁴⁵ Cf. Macedo, Jorge Borges, “A Revolução” in *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política*, Vol. V, Lisboa, Verbo, 1997, pp. 540- 551.

os conteúdos deste último capítulo, veremos que não houve grandes mutações no contexto jurídico (apenas se destacaram algumas alterações no âmbito político e social). Verificando isto, a Revolução de 14 de Maio de 1915, como exemplo, veio reforçar a concepção de crise que o conceito de “*Revolução*” passa nos tempos correntes.

A ligação entre esta concepção de crise do conceito de “*Revolução*” e as consequências da Revolução de 14 de Maio ficou bem patente quando, no dia 15 de Maio, extinta a antiga “situação” (Governo de Pimenta de Castro), a Junta Revolucionária – posteriormente chamada de Junta Constitucional – promoveu a formação de um “Governo Nacional”, para que servisse os interesses do povo republicano (do Partido Republicano Português num sentido mais restrito); mas para isso a Junta tinha que localizar o Presidente da República.

Manuel de Arriaga passou a noite do dia 14 de Maio no Palácio de Queluz. Na manhã seguinte, inteirou-se das últimas evoluções e retornou ao Palácio de Belém⁴⁴⁶, onde recebeu os representantes da Marinha e do Exército: o major Correia dos Santos e o tenente Muzanty. Estes falaram-lhe da necessidade da formação de um novo Executivo⁴⁴⁷. Manuel de Arriaga não colocou qualquer obstáculo, participando, deste modo, na formação de um novo Governo.

Os dois representantes, da Marinha e do Exército, retornaram ao couraçado *Vasco da Gama*, onde se reuniram com Leote do Rego, António Maria da Silva e Norton de Matos. Após uma longa reunião, a primeira composição ministerial ficou concluída⁴⁴⁸. Entretanto, no Palácio de Belém, Manuel de Arriaga, desorientado como todos aqueles acontecimentos, pediu ao seu secretário privado, Forbes Bessa, para redigir e enviar uma carta ao líder *unionista*. Apesar do seu real conteúdo não ser conhecido (da carta), ficou bem evidenciado, através da resposta enviada por Brito

⁴⁴⁶ Cf. Peyrelongue, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e, *op. cit.*, p. 151; *Diário de Notícias*, Lisboa, Ano LI, nº 17786, 16 de Maio de 1915, p.1.

⁴⁴⁷ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 156.

⁴⁴⁸ Idem, *Ibidem*.

Camacho, o desespero do Presidente da República. A colaboração era, pois, a única opção viável para Arriaga, aconselhava Brito Camacho⁴⁴⁹.

Moralmente desfeito e sem ânimo, concordou com a lista dos novos Ministros, imposta pela Junta. A partir daqui, seguindo os trâmites legais, lavrou os decretos necessários à nomeação dos novos Ministros⁴⁵⁰. Estes acabariam por sair, ainda nesse dia, no suplemento do *Diário do Governo*: o 1.º exonerava o general Pimenta de Castro da presidência do Conselho; o 2.º nomeava Tome José de Barros Queirós para as Finanças; o 3.º exonerava os restantes ministros e o 4.º nomeava os novos⁴⁵¹. Estes decretos, como justificou *O Paiz*, eram contrários à Constituição da República, visto que o Chefe do Estado nomeou o novo Executivo sem o respectivo auto vir assinado pelo ministro competente (nos dois primeiros decretos faltava a assinatura desse respectivo ministro)⁴⁵². Mas este caso era uma excepção (tal como o foram os acontecimentos que produziram estas inconstitucionalidades).

Depois de saírem do Palácio de Belém, os dois delegados afixaram a lista com os nomes dos membros do novo Governo, dando a conhecer ao povo de Lisboa a composição deste. Depois, novamente, regressaram a bordo do *Vasco da Gama* para uma nova reunião com os membros da Junta Revolucionária⁴⁵³, onde, por uma decisão unânime, os dois oficiais passaram, agora, a fazer parte da Junta Revolucionária (a partir desse momento passou a designar-se por Junta Constitucional)⁴⁵⁴. Por volta das 13 horas, o antigo corpo administrativo da cidade de Lisboa, afastado por Pimenta de

⁴⁴⁹ “Abandonado pelo governo, faria bem o sr, Presidente ouvindo quem pudesse falar-lhe em nome dos revoltosos, que teem uma Junta. Por mim ignoro completamente o que esta Junta quer, n’este momento falham as indicações constitucionais. Pois que o movimento foi contra o governo e não contra a Republica, o Chefe de Estado, já sem governo, terá que entender-se com todos, sem exclusão dos revoltosos”. (*A Lucta*, Lisboa, Ano X, nº 3380, 18 de Maio de 1915, p.1)

⁴⁵⁰ Correia, João António Correia dos, *op. cit.*, p.. 156.

⁴⁵¹ V. *Diário do Governo*, série I, nº 94, 15 de Maio de 1915.

⁴⁵² Cf. *O Paiz*, Lisboa, Ano X, nº 2654, 24 de Maio de 1915, p.1. V. tb. Pimenta, Alfredo, *A Questão Política Commentarios por Alfredo Pimenta*, Coimbra, França & Armenio Editores, 1915, pp.14-16. Eventualmente estas anomalias constitucionais seriam resolvidas com a republicação, em *Diário de Governo*, dos referidos decretos com as assinaturas, em falta, do designado ministro do Interior (Pedro Gomes Teixeira). V. *Diário de Governo*, série II, nº 129, 5 de Julho de 1915.

⁴⁵³ V. Correia, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 158.

⁴⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 157

Castro, voltou às suas funções⁴⁵⁵. Este acontecimento foi assinalado com um discurso de Levy Marques da Costa⁴⁵⁶. No final, distribuiu-se o seguinte edital pela cidade:

“Levy Marques da Costa, na qualidade de presidente da comissão executiva da Camara Municipal de Lisboa e em nome desta, saúda o povo de Lisboa e comunica-lhe que hoje, às 13 horas, reassumiu funções em que havia sido investida por mandato popular. A Camara Municipal, neste momento solene para a Pátria e a Republica, confia em que o povo de Lisboa saberá manter as suas gloriosas tradições, defendendo a ordem publica e trabalhando pela tranquilidade geral, completando assim a nobre e generoso movimento que na defesa do Direito acaba de realizar. Viva a Patria! Viva a Republica! Viva o povo de Lisboa!”⁴⁵⁷.

Os membros da Junta Constitucional deram entrada na Câmara Municipal por volta das 15 horas. Pelas 16 horas e 15 minutos, na varanda da Câmara Municipal, apareceram os membros da Junta para proclamar a *reimplantação da República*⁴⁵⁸. Momento marcado pelo discurso de Sá Cardoso:

“A vós todos, que aqui vos achais reunidos, e ao resto da população de Lisboa, que aqui não está, mas a quem deveis dar noticia d’este ato, afirmo que o exercito, a armada e o elemento civil acabaram de proclamar, pela segunda vez, a Republica em Portugal. Mas é preciso que todos nós, os que aqui estão e os que se acham ausentes, encarem o futuro da nacionalidade portugueza, n’este grave momento, com muita ponderação. Portugal corre o sério risco de perder a sua independência, se a população não cumprir serenamente o seu dever e não entrar na mais estrita ordem. É preciso que todos façam policia por conta própria; que os civis que estão armados corram a incorporar-se nas forças organisadas, e que ninguém ande, isoladamente, pelas ruas, nem responda a tiros que porventura lhe sejam disparados. O contrario d’isto pode dar logar a sangrentos e lamentáveis equívocos. O sr. Presidente da Republica acaba de nomear o novo Governo, cujos nomes vão ser lidos. Como alguns dos seus membros ainda estão ausentes, a junta constitucional assumira provisoriamente, até á sua posse, todas as funções do poder executivo. Se nos quereis dar uma prova da vossa confiança, fazei o que, com as

⁴⁵⁵ Cf. *O Século*, Ano XXXV, nº12009, 16 de Maio de 1915, p.2.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, nº12009, 16 de Maio de 1915, p.2.

⁴⁵⁷ *O 14 de Maio e a Consolidação*...., cit., pp. 121-122.

⁴⁵⁸ Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, pp. 158

lagrimas nos olhos e na voz, vos peço: correi toda a cidade a proclamar a ordem e não consistais que se travam conflitos na rua. De contrario, Portugal perde-se”⁴⁵⁹.

O discurso de Sá Cardoso apelava para a contenção do caos social, que manifestamente ameaçava a integridade nacional: a desordem revolucionária, em Lisboa, causou a vinda de uma armada espanhola⁴⁶⁰. Era esse o perigo que Sá Cardoso fez alusão no seu discurso. Apesar disso, continuando, Levy Marques da Silva tomou a palavra, declarando ter “[...] n’este momento histórico, a honra de proclamar o governo constituído para realizar as aspirações de todo o paiz. O povo de Lisboa fez um movimento revolucionário para o cumprimento da lei; mas tem de entrar agora na ordem, correspondendo ao apelo da junta constitucional, disciplinando a sua ação. O governo é composto dos vultos mais eminentes do partido republicano e da Patria. A sua escolha não foi obra de partido, é uma obra profundamente nacional”⁴⁶¹. No final, Levy Marques da Silva leu alto os nomes dos novos ministros.

No final do dia 15, apareceram alguns dos indigitados ministros para assumirem as suas funções: Tomé de Barros Queirós⁴⁶², José de Castro e Jorge Pereira. O primeiro assumiu a pasta das Finanças; o segundo assumiu as pastas do Interior (interinamente), Instrução e do Fomento, e o último assumiu as restantes pastas⁴⁶³. O Ministério, em colaboração com a Junta, apontou o general Judite da Costa para o comando da 1.^a Divisão do Exército⁴⁶⁴. A sua nomeação seria do conhecimento da população por via de um edital⁴⁶⁵; o general Judite de Costa mandou publicar um outro edital com algumas indicações essenciais:

⁴⁵⁹ V. *O Século*, Ano XXXV, nº12009, 16 de Maio de 1915, p.2.

⁴⁶⁰ “Logo a seguir, da legação de Espanha, comunicaram-nos que no dia seguinte devia dar entrada no Tejo a esquadra que vinha defender os súbditos do país vizinho. Transmitimos esta informação, ao sr. dr. Fernandes Costa, que teve ocasião de falar ao telefone com o sr. ministro da Espanha e de saber que este ato não representava qualquer hostilidade praticada pela nação amiga” (Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 171).

⁴⁶¹ V. *O Século*, Ano XXXV, nº12009, 16 de Maio de 1915, p.2.

⁴⁶² V. Queiroz, Vasco de Barros, *Episódios da Vida Política Thomé José de Barros Queiroz*, Lisboa, Eva. D.L., 1985, pp.258-259

⁴⁶³ V. Santos, João António Correia de, *op. cit.*, pp. 160-161.

⁴⁶⁴ V. *Ordem do Exército*, Série II, nº9, 16 de Maio de 1915, p.1185.

⁴⁶⁵ *A Lucta*, Lisboa, Ano X, nº 3378, 16 de Maio de 1915, p.1: “A Junta Constitucional em nome do povo e das forças constitucionaes de terra e mar comunica á população de Lisboa que assumiu o Governo

“Achando-se já constituído o novo governo da nação, sob a presidência do sr. João Chagas, e tendo eu assumido o comando da 1ª divisão do exercito e o governo militar da cidade de Lisboa, saúdo calorosamente todos aqueles que souberem cumprir o seu dever, defendendo a Pátria e a Republica. Mas, sendo absolutamente indispensável e urgente que se regresse á mais completa normalidade, convido todos os elementos civis a entregarem no Arsenal do Exército e Quartel de Marinheiros, no mais curto praso de tempo, todas as armas que possuam, visto que as unidades militares, dedicadamente fieis á Republica, saberão manter sempre a mais completa ordem e tranquilidade. Nessa hora, excepcionalmente grave, apelo para o patriotismo de toda a população de Lisboa, sendo absolutamente necessário que todos me auxiliem na espinhosa e árdua missão em que acabo de ser investido, evitando ajuntamentos perturbadores e dando sempre exemplos de cordura e generosidade. Viva a Republica! – Júdice da Costa, general comandante da 1ª divisão do exército”⁴⁶⁶.

A publicação deste edital e de outros dois conjugou-se num grande esforço para conter a violência⁴⁶⁷. Tomando-se a iniciativa de se proceder à recolha do armamento que ainda estava na posse dos civis⁴⁶⁸. Ao mesmo tempo que o Executivo e a Junta

Militar da Cidade o General da Divisão, Judice de Costa, e que aderiram ao movimento constitucional todas as forças da guarnição”.

⁴⁶⁶ *O 14 de Maio e a Consolidação*...., cit., pp. 122-123.

⁴⁶⁷ "Ao povo de Lisboa o Governo Constitucional fazer saber: A Republica está absolutamente assegurada em todo o paiz. O povo pode estar tranquilo e confiado em que o Governo não descuará em nada a defeza e segurança do regímen contra todos os seus inimigos. Para que essa defeza e essa segurança possam, porem, ser firmemente garantidas, é indispensável que se mantenha uma perfeita ordem dentro da cidade de Lisboa, não se fazendo dentro da cidade de Lisboa, ajuntamentos nem manifestações de qualquer ordem que, neste momento, só podem ser prejudiciaes á eficácia das necessárias medidas de ordem pública. Com este patriótico intuito, foram dadas as precisas instruções para proteger firmemente os direitos e garantias individuais, assegurar a propriedade dos cidadãos e a inviolabilidade dos domicílios” (Edital do Governo in *A Lucta*, Lisboa, Ano X, nº 3379, 17 de Maio de 1915, p3); “A junta revolucionária avisa o povo de Lisboa para se acautelar com os manejos de indivíduos suspeitos de adversários do movimento, que procuram, fazendo-se passar por revolucionários, espalhar a anarquia na cidade. Por tal motivo, a junta revolucionária convoca todos os elementos civis que colaboraram na revolução a comparecer, sem perda de tempo, no Arsenal da Marinha. Depois das 19 horas, todos os civis armados encontrados fora do Arsenal serão presos por suspeitos, por patrulhas regulares, e conduzidos ao Arsenal”. (Edital da Junta Revolucionária in *Ibidem*, nº 3378, 16 de Maio de 1915, p1).

⁴⁶⁸ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p., p. 70.

Constitucional reorganizaram o policiamento na cidade para o restabelecimento da vigilância pública, contando, para isso, com a colaboração das juntas de paróquia de Lisboa⁴⁶⁹; para a Província foram, ainda, enviados emissários com vista ao restabelecimento da ordem⁴⁷⁰.

Pela tarde do dia 16, no Ministério da Guerra, onde se tinham acomodado os membros do Governo e da Junta Constitucional, apareceram Afonso Costa e o Fernandes Costa, que vinha tomar posse da pasta da Marinha, para a qual tinha sido indigitado por indicação da Marinha⁴⁷¹. Apresentou-se não como membro do Partido Republicano Evolucionista – esse Partido recusara em se fazer representar no novo Governo por esse ministro⁴⁷² –, mas sim como representante da Marinha.

João Chagas, ainda no Porto, foi informado sobre a sua nomeação para a presidência do novo Executivo; imediatamente se disponibilizou para tomar esse encargo. Ainda no dia 16, por volta das 18 horas, tomou um comboio para Lisboa, acompanhado pela sua mulher e por Paulo Falcão⁴⁷³. Durante o percurso, em Paialvo, deu entrada João de Freitas, um ex-senador *evolucionista*. Este percorreu o comboio todo até encontrar a cabine onde ia João Chagas. Abrindo a porta dessa cabine, tirou a pistola do bolso e alvejou com quatro tiros João Chagas. Só parou quando foi desarmado por Paulo Falcão e pela mulher de João Chagas e conduzido por alguns passageiros, sob prisão, para o fundo da carruagem⁴⁷⁴. Cinco minutos depois, o comboio parou no Entroncamento: João de Freitas seria entregue às autoridades na estação para, momentos depois, ser assassinado a tiro⁴⁷⁵.

Às 21 horas, chegou a notícia sobre o atentado perpetrado por João de Freitas contra João Chagas, tendo-se providenciado tudo o que fosse necessário para que recebesse assistência assim que chegasse a Lisboa⁴⁷⁶. Contudo, enquanto João Chagas

⁴⁶⁹ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5332, 17 de Maio de 1915, p. 4.

⁴⁷⁰ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. p. 160

⁴⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 170

⁴⁷² V. *República*, Lisboa, Ano V, nº 1361, 17 de Maio de 1915, p.1.

⁴⁷³ Cf. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12010, 17 de Maio de 1915, p.5.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, nº12010, 17 de Maio de 1915, p. 5.

⁴⁷⁵ Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, Ano LI, nº 17788, 18 de Maio de 1915, p.1.

⁴⁷⁶ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 171; *Sociedade da Portuguesa da Cruz Vermelha – Relatórios...*, *cit.*, p. 11.

recuperava no Hospital de S. José, após remover o olho direito⁴⁷⁷, o corpo de João de Freitas foi abandonado numa vala comum. Na sede do Partido Republicano Evolucionista, tendo em conta a sua associação a João de Freitas, e a pedido das autoridades, foi colocado um cartaz informando sobre a desvinculação de João de Freitas àquele Partido para evitar complicações⁴⁷⁸. O atentado contra João Chagas foi classificado por alguns, na época, como um acto bárbaro. Houve quem dissesse, na imprensa associada ao PRP, que a real intenção de João de Freitas seria matar Afonso Costa, contra o qual nutria um certo ódio pessoal⁴⁷⁹. Possivelmente até poderia ter sido essa a sua intenção. No entanto, naquele momento, João Chagas seria o único a receber aquele ódio sectário – como mais tarde reconheceria⁴⁸⁰.

No dia 17, Afonso Costa apareceu, no Ministério do Interior, com boas notícias sobre o estado de saude de João Chagas, por isso decidiram (a Junta e o Governo), por unanimidade, mantê-lo na presidência. Para o seu lugar seria nomeado, provisoriamente, José de Castro⁴⁸¹. O atentado de João Chagas e as recusas de Basílio Teles e de Alves de Veiga trouxeram um grave contratempo para a Junta Constitucional: como resolver a questão ministerial? Havia apenas uma única opção: remodelar o Executivo e convidar outras personalidades.

⁴⁷⁷ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12011, 18 de Maio de 1915, p.1.

⁴⁷⁸ V. *República*, Lisboa, Ano V, nº1570, 26 de Maio de 1915, p.1.

⁴⁷⁹ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5333, 18 de Maio de 1915, p.1. V. tb. Olavo, Carlos, *Homens, Fantasmas e Bonecos*, Lisboa, Portugalia Editora, 1955, p. 50. Segundo Carlos Olavo, os *democráticos* consideravam João de Freitas uma figura “estranha de obsediado político que o rancor e a paixão tornaram odiosa. Era um destes tipos bisonhos e sombrios a quem as lutas políticas transformam em crueldade e orgulho ferido e a obstinação doentia [...]”.

⁴⁸⁰ Chagas, João, *Diários*, Vol. II: 1915, 1916, 1917, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930, pp. 68-69: “Foram as verdades que eu disse na última crise que armaram o braço do homem que me quis matar e de quem se disse que era um doido. Não era porem um doido, mas um fanático. Reconheci, no meio d’essas luctas de fanáticos, que a minha personalidade não inspira senão simpatias anónimas. Para os fanáticos, e a de um homem que irrita. Este sentimento ia-me custando a vida [...]”.

⁴⁸¹ V. Santos, João António Correia dos, *op. cit.* p. 174. Uns dias mais tarde, João Chagas renunciou à presidência do Ministério (foi publicado na imprensa uma carta de João Chagas, remetida a José de Castro, com a sua renúncia). (V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p.1). O decreto, exonerando João Chagas, foi redigido no dia 29 de Maio, mas só foi publicado em *Diário de Governo* no dia 16 de Junho. (V. *Diário de Governo*, série II, nº137, 16 de Junho de 1915).

Com o fracasso na formação de um “Governo Nacional”, a Junta Constitucional pensou num Governo de concentração partidária – composto pelos três líderes partidários – com a seguinte organização: Afonso Costa (pelos *democráticos*) ficaria com a pasta das Finanças ou dos Estrangeiros; António José de Almeida (pelos *evolucionistas*) ficaria com a pasta da Guerra e, por último, Brito Camacho (pelos *unionistas*) ficaria com a pasta da Instrução⁴⁸². O líder *democrático*, Afonso Costa, não colocou qualquer oposição a esse plano⁴⁸³. Mas essa iniciativa fracassou, por oposição dos dois líderes moderados (recusaram ambos fazer parte de um Governo de concentração partidária), e, mesmo assim, os membros da Junta Constitucional, ao longo do dia 17 de Maio, não desistiram de formar o tão desejado Executivo⁴⁸⁴.

Assim “falhando por completo a tentativa de organização do ministério nacional, a Junta, de acordo com o chefe de Estado, tentou ainda a formação de um outro ministério, para a qual entrassem indivíduos, que fossem considerados como verdadeiros republicanos”⁴⁸⁵. Fez-se, por isso, ainda algumas diligências junto do Partido Republicano Evolucionistas, mas este Partido recusou-se a fazer parte de qualquer elenco governativo⁴⁸⁶. Em contrapartida, a União Republicana não se opôs à entrada de Tomé de Barros Queirós no novo Executivo, que era membro daquele Partido⁴⁸⁷. Mas no final, ainda sobravam duas vagas por ocupar no Executivo: a Junta Constitucional procurou duas personalidades, que pudessem ocupá-las. Em primeiro lugar, os membros da Junta Constitucional pensaram no lente Joaquim Mendes dos Remédios para a pasta da Instrução, mas esta opção acabou por ser descartada, e, em segundo lugar, ainda se chegou a convidar o coronel Alberto Silveira, antigo comandante da Polícia de Lisboa, para a pasta da Guerra, mas este não aceitou o convite⁴⁸⁸.

Depois de muito procurarem, os membros da Junta conseguiram preencher as duas últimas vagas: Manuel Monteiro (*democrático*) ficou com a pasta do Fomento e

⁴⁸² V. Santos, João António Correia dos, *Ibidem*, p. 172

⁴⁸³ Idem, *Ibidem*.

⁴⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p.173.

⁴⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p. 175.

⁴⁸⁶ Cf. *Republica*, Lisboa, Ano V, nº 1362, 18 de Maio de 1915, p.1

⁴⁸⁷ Cf. *A Lucta*, Lisboa, Ano X, nº 3380, 18 de Maio de 1915, p.1.

⁴⁸⁸ V. Correia, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 175.

Teixeira de Queirós (convidado por Magalhães Lima⁴⁸⁹) ficou com a pasta dos Negócios Estrangeiros. O Presidente da República, Manuel de Arriaga, lavrou os últimos decretos e nomeou os restantes ministros, que ainda faltavam⁴⁹⁰. O novo Governo era definitivamente composto pelas seguintes personalidades: José de Castro⁴⁹¹, presidente do Ministério (inicialmente interino) e ministro do Interior e da Guerra; Paulo Falcão⁴⁹², ministro da Justiça e dos Cultos; Manuel Monteiro⁴⁹³, ministro

⁴⁸⁹V. Lima, Sebastião de Magalhães, *Episódios da Minha Vida*, Vol. I, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1985, p. 258.

⁴⁹⁰V. *Diário do Governo*, Série II, nº113, 18 de Maio de 1915.

⁴⁹¹José Augusto Soares Ribeiro de Castro nasceu em Valhelhas (na Guarda) a 7 de Abril de 1848. Tirou direito pela Universidade de Coimbra. Tendo desempenhado advocacia em vários locais do País antes de se estabelecer, em 1890, em Lisboa. Começara a sua carreira política no Partido *Progressista*, ao qual esteve ligado de 1878 a 1881. Aderiu, naquele último ano, ao PRP por ocasião do tratado de Lourenço Marques. Foi deputado independente, em 1890, e, nesse ano, delegado parlamentar ao Congresso Internacional de Paz e Arbitragem de Roma. Iniciado na Maçonaria em 1869, na loja Federação, seria nomeado grão-mestre adjunto do Grande Oriente Lusitano Unido entre 1908 e 1915. Ele fez parte da comissão resistência da Maçonaria formada a 19 de Março de 1910. Não se encontrava em Portugal quando se deu o 5 de Outubro. Seria mais tarde deputado às Constituinte, em 1911, e senador, após a Revolução de 14 de maio de 1915. Presidiu a um novo Governo que saíria após as eleições de 13 de Junho de 1915. Morreu a 30 de Junho de 1929. Cf. Ventura, António, «José Augusto Soares Ribeiro de Castro (1848-1929)» in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, pp. 557-558; «José Augusto Soares Ribeiro de Castro» in *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, p. 159; «José de Castro» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. VI, p. 248; «José Augusto Soares Ribeiro de Castro» in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. II, p.17.

⁴⁹²Paulo José Falcão nasceu em Coimbra a 18 de Fevereiro de 1873. Paulo Falcão pertenceu à geração académica que concluiu, em 1893, o curso de Direito. Ele fez parte do grupo académico coimbrã que esteve comprometida com a primeira revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891, no Porto, sendo, portanto, uma figura muito conhecida da geração de propagandistas da República. Por esta cidade, conseguiu ser eleito, em 1900, deputando pelo PRP, voltando a candidatar-se pelo mesmo círculo em 1910. No período revolucionário, de 1910 a 1911, desempenhou o cargo de governador civil do Porto. Em Junho de 1915 abandonaria de vez a carreira política, depois de participar no Governo que saiu da Revolução de 14 de Maio, voltando ao Porto onde regressou à carreira de advocacia. Morreu a 20 de Dezembro de 1950. Cf. Farinha, Luís, «Paulo José Falcão» in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, pp. 23-24; «Paulo José Falcão» in *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, p. 203; «Paulo José Falcão» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. X, p. 858.

do Fomento; Teixeira de Queirós⁴⁹⁴, ministro dos Negócios Estrangeiros; Tomé de Barros Queirós⁴⁹⁵, ministro das Finanças; Fernandes Costa⁴⁹⁶, ministro da Marinha;

⁴⁹³Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro nasceu em Braga a 29 de Setembro de 1879. Magistrado de carreira, estudioso de arqueologia e etnologia de reconhecido valor, tendo publicado uma obra vasta no domínio da arqueologia e dos estudos medievais. Formou-se em Direito, em Coimbra, e fez carreira na magistratura, tendo desempenhado os cargos de vogal efectivo no Supremo Tribunal Administração e de representante de Portugal nos tribunais mistos do Egipto. Como investigador e publicista, iniciou a sua vida em Coimbra.. Desde cedo se ligou ao republicanismo. Assim, entre 1910 e 1913, desempenhou o cargo de governador civil de Braga. Foi eleito deputado ao Congresso da Republica, em 1913, mas acabou por ser nomeado ministro da Justiça, cargo que desempenhou desde 9 de Fevereiro desse ano até 23 de Junho de 1914, no governo de “*acalmação*” de Bernardino Machado. Regressando ao Parlamento foi eleito para presidente da Câmara dos Deputados, cargo que ocupava aquando do Governo do general Pimenta de Castro. Morreu a 18 de Janeiro de 1952. Cf. Farinha, Luís, «*Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro (1879-1952)*» in *Dicionário de História da I Republica e do Republicanismo*, Vol. II, pp. 1012-1013; «*Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro*» in *Parlamentares e Ministros da 1ª Republica (1910-1926)*, pp.312-313; «*Rodrigues Monteiro*» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XVII, pp. 730-731.

⁴⁹⁴Francisco Teixeira de Queirós nasceu em Arcos de Valdevez a dia 3 de Maio de 1848. Formou-se em medicina na Universidade de Coimbra, tendo exercido a profissão em Lisboa, entre 1875 e 1879. Foi director da Companhia das Lezírias, da Companhia das Águas e da Companhia dos Caminhos de Ferro. Colaborou em vários periódicos, tendo sido, inclusive, co-fundador do jornal *O Século*. Publicou vários livros, quase todos de ficção. Membro do PRP, ocupou o cargo de vereador da Câmara Municipal de Lisboa, entre 1886 e 1889. Fez parte do Directório desse Partido, eleito em 1883. Entre 1891 e 1902, foi membro da Câmara Consultiva do Partido e, em 1909 e 1911, da sua Junta Consultiva. Deputado na legislatura de 1893, destacam-se as suas intervenções sobre questões de diplomacia e de saúde pública. Após a implantação da República toma o lugar na Assembleia Constituinte em 1911. Morreu a 22 de Junho de 1919. Cf. Revez, Ricardo, «*Francisco Teixeira de Queirós*» in *Dicionário de História da I Republica e do Republicanismo*, Vol. III, p. 433-434, «*Francisco Teixeira de Queirós*» in *Parlamentares e Ministros da 1ª Republica (1910-1926)*, p. 357; «*Teixeira de Queirós*» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XXXI, p. 56.

⁴⁹⁵Tomé José de Barros Queirós nasceu em Quintãs a 2 de Fevereiro de 1872. Veio muito novo para Lisboa, começando a trabalhar aos 8 anos de idade numa casa comercial como caixeiro. Já adulto matriculou-se na Escola Elemental do Comércio de Lisboa. Em 1911, adquiriu a Casa José de Oliveira, onde tinha sido caixeiro. Foi um dos comerciante mais bem sucedidos em Lisboa, acumulando uma fortuna que lhe permitiu a entrada nos mercados financeiros. Durante a sua vida desempenhou cargos importantes em várias companhias de renome nacional. Aderiu ao PRP em 1888. Envolvido nas lutas operárias apoiadas pelos republicanos, foi um dos promotores da criação da Associação dos Caixeiros Nocturnos de Lisboa, e fundou alguns periódicos. Integrado nas listas republicas, foi eleito para a

Jorge Pereira⁴⁹⁷, ministro das Colónias; Magalhães Lima⁴⁹⁸, ministro da Instrução Pública.

Assembleia Constituinte, em 1911, passando depois para a Câmara dos Deputados, para qual veio depois a ser também eleito entre 1919 e 1924. Com a cisão do PRP integrou o Partido da União Republicana, onde militou entre 1911 e 1919, passando para o Partido Liberal e para o Partido Nacionalista que lhe sucederam. Em 23 de Maio de 1921 foi chamado à chefia de um governo do Partido Liberal, onde acumulou a pasta das Finanças. Ficando nesses cargos até a 30 de Agosto de 1921. Morreu a 5 de Maio de 1925. Cf. Mata, Maria Eugénia, «Tomé José de Barros Queirós» in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. III, p. 434-435, «Tomé José de Barros Queirós» in *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, p. 358; «Tomé José de Barros» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. V, pp. 315-316; «Tomé José de Barros Queirós» in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. V, p.211.

⁴⁹⁶Francisco José de Meneses Fernandes Costa nasceu em Foz de Arouca a 19 de Abril de 1867. Ele entrou, em 1890, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra para obter o bacharelato em Direito. Até 1910, foi, nesta cidade, onde desempenhou avogacia. Assumiu responsabilidades dirigentes no PRP e no Partido Republicano Evolucionista. Filiou-se, ainda, nos Partido Liberal e Nacionalista. Teve a primeira experiência ministerial no Governo chefiado por Duarte Leite Pereira da Silva, como titular da Marinha e, por um curto período, como ministro interino das Finanças e do Fomento. Em 1916, tornou-se responsável pelo Ministério do Fomento, onde ficou mais de um ano, sendo presidente do Ministério António José de Almeida. Foi incumbido de formar Governo a 15 de Janeiro de 1920. Além de presidente do Ministério, neste executivo foi responsável pelas Finanças e, interinamente, pelos Negócios Estrangeiros. Mas, devido à manifestação de desagrado, os membros do Governo escusaram de tomar pose. Em 1921, teve as últimas participações governativas até aos acontecimento da Noite Sangrenta. Morreu a 19 de Julho de 1925. Cf. Freire, Dulce, «Francisco José de Meneses Fernandes Costa», in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, pp. 939-940; «Francisco José de Meneses Fernandes Costa» in *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, p. 178; «Francisco José de Meneses Fernandes Costa» in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XI, pp. 114-115.

⁴⁹⁷José Jorge Pereira nasceu a 5 de Julho de 1865. Formou-se em medicina na Escola Médico-cirúrgica do Porto, em 1891. Dedicou a sua vida clínica à Marinha, onde se alistou, em 1889, e atingiu o posto de capitão-de-mar-e-guerra em 1922. Foi medico no hospital da marinha, em lisboa, e foi responsável pelo serviço de saúde do comando central de defesa marítima, entidade que depois do movimento revolucionário de Sidónio Pais passou a integrar os serviços da defesa de Portugal, Açores, Madeira e Cabo Verde. Morreu a 16 de Abril de 1932. V. *Biblioteca Centra da Marinha – Arquivo Histórico*, Livro dos Médicos dos Mestres Navais, nº2 [1865-1907], pp. 48/91, nº3 [1906-1919], p. 49. Cf. Pina, Madalena Esperança, «José Jorge Pereira», in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. III, p. 246; «José Jorge Pereira» in *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, p.342.

5.2 – O Caos Revolucionário em Lisboa

O 14 de Maio ficou, inexoravelmente, associado ao recrudescimento da violência: ocorreram em Lisboa confrontos sangrentos nos três dias e nas três noites em que durou a Revolução. A imagem que Portugal dava era a de uma anarquia⁴⁹⁹. Cometeu-se todo o tipo de atrocidades, recordou Machado Santos⁵⁰⁰. A Condessa de Mangualde foi outra testemunha daquelas atrocidades: “Parece impossível que este Portugal seja o mesmo que ainda há dez anos era a terra mais pacata e mais sossegada do mundo. Que responsabilidade medonha têm os que transformaram o bom povo português nas feras que andam por aí”⁵⁰¹.

Quando tudo terminou, ao longo dos dias 18 e 19, o número de baixas era avassalador e muito superior ao das baixas dos combates de 5 de Outubro de 1910. Norton de Matos falava em pelo menos 111 mortos e cerca de 624 mortos em Lisboa e na Província (mas não eram números rigorosos)⁵⁰². Já o historiador Douglas Wheeler

⁴⁹⁸ Sebastião de Magalhães Lima, nascido no Rio de Janeiro a 30 de Maio de 1850, regressou com a família à região de Aveiro, em 1854. Frequentou o Colégio Alemão, em Lisboa, fez os estudos preparatórios no Liceu do Porto e licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra, em 1875. Após uma curta experiência com advogado em Lisboa e sem preocupações financeiras, decide-se pelo jornalismo. Foi redactor e director em vários jornais. Orador notável, fez incontáveis conferências de propaganda, participando ou presidindo a variadíssimos centenários e congressos, tanto nacionais como internacionais. Viajante incansável, bem conhecido nos meios internacionais jornalísticos, foi membro do Directório do Partido Republicano Português. Após a implantação da República, foi deputado à Assembleia Constituinte e depois senador da República. Iniciado na Maçonaria, em 1874, foi eleito presidente do Conselho da Ordem, em 1906, e Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano em 1907, cargo que desempenhou durante 21 anos. Morreu a 7 de Dezembro de 1928. Cf. Garnel, Maria Rita Limo, « *Sebastião de Magalhães Lima* » in *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, pp. 688-689; « *Sebastião de Magalhães Lima* » in *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, p.265-266; « *Sebastião de Magalhães Lima* » in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XV, pp. 910-911.

⁴⁹⁹ V. Santos, Miguel António Dias, *op. cit.*, p. 336.

⁵⁰⁰ Santos, António Maria de Azevedo Machado, *A Ordem Pública ...*, cit., pp. 86-87: “[...] depois da assinatura do armistício é que se forneceram para cima de duzentos cadáveres aos cemitérios e de mil feridos aos hospitais[...]”.

⁵⁰¹ V. Mello, Teresa de Sousa Botello e, *Memórias da Condessa do Mangualde: Incursões Monárquicas 1910-1920*, Lisboa, Queztal Editores, 2002, p. 128.

⁵⁰² V. Matos, José Mendes Ribeiro Norton de, *Memórias ...*, cit., p. 105.

estima em pelo menos 150 mortos e cerca de 1000 feridos (esta estimativa contou com os acontecimentos ocorridos fora de Lisboa), um número assustador para um guerra civil de tão curta duração⁵⁰³, apesar de todas as medidas tomadas pelo Governo, através dos governadores civis, em conter a violência na Província⁵⁰⁴.

Só em Lisboa a violência foi de uma dimensão nunca antes vista até então, ao ponto de o mais simples boato servir de rastilho⁵⁰⁵. Registaram-se, logo no dia 15, vários assaltos contra os Quartéis de Belém (Regimentos), o Governo Civil, o Quartel do Carmo e a Escola de Guerra. Em Belém, os Regimentos foram atacados, logo pela manhã, pelos revolucionários⁵⁰⁶. Isto aconteceu porque os oficiais, apesar de terem declarado a sua adesão, desarmaram as praças e mandaram fechar todas as saídas dos quartéis. Os soldados ao terem conhecimento disso insubordinaram, facto “que não tardou a constar as vedetas civis e de marinha das imediações, as quaes chamaram reforços”⁵⁰⁷.

Depois disto, por volta das 15 hora, houve mais um assalto contra os quartéis e só terminou quando um oficial saiu do Quartel dos Marinheiros para falar com os comandantes dos Regimentos de Cavalaria n.º 2 e da Infantaria n.º 1, respondendo estes que tudo não passava de um inequívoco; ficando depois tudo resolvido⁵⁰⁸. No dia 16, segundo o testemunho do tenente-coronel Sousa Rosa, este e mais alguns oficiais tiveram que conter a saída dos revolucionários do Quartel dos Marinheiros que queriam

⁵⁰³ Wheeler, Douglas L., *História Política...*, cit., pp. 139-140. V. tb. Valente, Vasco Pulido, *Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)*, *Análise social*, vol.. xxvii (115), 1992 (1.º), 7-63, p. 37.

⁵⁰⁴ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Fundo do Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, maço 60, circular de 18-05-1915: “Não tendo o actual governo nenhum carácter partidário mas sendo essencialmente republicano nacional recomenda muito particularmente Exmo. Presidente Ministério não sejam praticadas nem consentidas nenhuma hostilidades e perseguições de carácter político-partidário, o que V. EX.^a imporá às autoridades suas subordinadas como norma de proceder recomendando também não haja a menor complacência na perseguição de quaisquer crimes devendo comunicar imediatamente ministério do interior todos os factos que contrariem espirito destas instruções”.

⁵⁰⁵ Ferreira, David, *História Política da...*, cit., pp. 200-202.

⁵⁰⁶ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5350, 4 de Junho de 1915, p.2.

⁵⁰⁷ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12009, 16 de Maio de 1915, p.2.

⁵⁰⁸ *Ibidem*, nº 12009, 16 de Maio de 1915, p.2. V. tb. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5352, 6 de Junho de 1915, p. 2.

vigar os acontecimentos ocorridos no dia anterior (pretendiam atacar os Quartéis, culpado os oficiais por tudo o que aconteceu). Este último incidente levou a que o tenente-coronel Sousa Rosa tomasse o comando da Cavalaria n.º 2 e deixasse o comando da Cavalaria n.º 4 ao tenente-coronel Sá Chaves (amigo pessoal do tenente-coronel). No caso da Infantaria n.º 1, esta ficou sob o comando provisório do major António Joaquim Gonçalves⁵⁰⁹.

O Governo Civil foi mais um ponto sensível durante a contenda, onde vários polícias civis, durante a noite, tinham-se refugiado ali, após alguns assassinatos, para escaparem à violência⁵¹⁰. Apenas alguns oficiais permaneceram naquelas instalações: o major Penha Coutinho, o 2.º comandante, alguns oficiais da Guarda Republicana e o tenente Echoa⁵¹¹. Pelas 9 horas da manhã, concentrou-se um grupo numeroso de revolucionários, no largo do Directório (actual largo de S. Carlos). Estes vinham assaltar o Governo Civil (suspeitavam que dali ainda se atacava), mas antes enviaram um parlamentar para obter a sua rendição. Passando algum tempo sem que o suposto parlamentar voltasse, os revolucionários iniciaram o ataque⁵¹². Do interior das instalações, o tenente Echoa pedia auxílio⁵¹³, enquanto o pânico alastrava-se entre os polícias⁵¹⁴.

⁵⁰⁹ *Ibidem*, n.º 5351, 5 de Junho de 1915, p. 3

⁵¹⁰ “Imaginando assim tudo terminado ordenei à polícia que retirasse para suas casas [...]. Á medida porém que os polícias iam recolhendo a suas casas eram muitos d’elles assaltados e desarmados à força, vendo-se assim obrigados a voltar de novo para o Governo Civil, onde, por esse motivo, e só por esse, tiveram de ficar.” (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Fundo do Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, maço 60, Relatório de Tristão da Câmara Pestana, Comandante da Polícia, de 19 -05-1915).

⁵¹¹ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, n.º 5331, 16 de Maio de 1915, p.2.

⁵¹² V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, n.º 12009, 16 de Maio de 1915, p.1.

⁵¹³ “Às 9 horas da manhã do dia seguinte estando este oficial em companhia do conhecido republicano Senhor Tavares de Macedo, viu que vários tiros para o Governo Civil eram dirigidos e imediatamente pediu para o Corpo de Marinheiros, ao Senhor Tenente Silva Araújo, que lhe mandasse uma força de marinha, participando este facto ao Commandante da Polícia. Immediatamente eu também para o Corpo de Marinheiros renovei o pedido tendo elle sido recebido pelo Senhor Major Bastos e outros ilustres oficiais”. (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Fundo do Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, maço 60, Relatório de Tristão da Câmara Pestana, Comandante da Polícia, de 19 -05-1915).

⁵¹⁴ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, n.º 12009, 16 de Maio de 1915, p.1.

O mesmo tenente ordenou para que fossem fechadas todas as janelas e as portas do Governo Civil, enquanto se esperava pelo auxílio. Esperou-se, mas o auxílio na chegou e, por causa disso, o tenente Echoa mandou abrir as portas⁵¹⁵. Os revolucionários, sem oposição, entraram no Governo Civil, num enorme frenesim, vasculhando pelos corredores do edifício à procura de membros do “Grupo do 27 de Abril”. Procuraram, mas não encontraram⁵¹⁶. No fim, acabaram por prender todos os polícias presentes no edifício, para que fossem conduzidos para o Arsenal, e libertaram todos os presos⁵¹⁷. Após isso, o Governo Civil foi alvo de um saque⁵¹⁸. No entanto, muito mais grave foi as atrocidade cometidas contra oficiais e policia às mãos dos revolucionários durante o percurso até ao Arsenal⁵¹⁹.

O Quartel do Carmo foi, de igual modo, assediado pelos revolucionários, por suspeitarem da presença de Machado Santos e dos membros do antigo Governo de Pimenta de Castro. Assim, os revolucionários montaram o cerco ao Quartel do Carmo⁵²⁰. Apenas a audácia de dois oficiais da GNR pôde evitar o ataque, ao

⁵¹⁵ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Fundo do Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, maço 60, Relatório de Tristão da Câmara Pestana, Comandante da Polícia, de 19 -05-1915.

⁵¹⁶ Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 73.

⁵¹⁷ *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Fundo do Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Pública e Civil, maço 60, Relatório de Tristão da Câmara Pestana, Comandante da Polícia, de 19 -05-1915.

⁵¹⁸ *Ibidem*: “Ao mesmo tempo no Governo Civil – Repartições da polícia e do Governo Civil – realizava-se um verdadeiro saque. D’um cofre subtrahiram dois mil e tantos escudos – Doutro duzentos e de innumeras gavetas que arrombaram, quantias diversas, coupons a receber – armamento da polícia, roupas – aparos papel e até os próprios carimbos das repartições; vários móveis foram partidos e inutilizados, digo, arrombados e inutilizados foram muitos papéis e documentos de importância nos archivos e outras repartições do Governo Civil. Até muitos dos objectos em depósito na polícia d’investigação desapareceram. Terminado este saque chegaram a força de marinha em número de 100 praças comandada pelo oficial Senhor Mariano Martins e assim terminou os acontecimentos dentro do Governo Civil”

⁵¹⁹ *Ibidem*. “À morte do chefe Barbosa, assassinado pelas costas quando ia preso [foi o último a sair do Governo Civil], succederam-se vários outros assassinatos de guardas e não mais certamente poucos andavam nas ruas e os que andavam procuravam esconder-se vestindo-se à paisana em busca de casas onde se refugassem”

⁵²⁰ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12009, 16 de Maio de 1915, p.1; *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5331, 18 de Maio de 1915, p.1.

conferenciarem “com os revolucionários e convencer-os de que tal não sucedia, dispondo-se a ir com dois marinheiros ao quartel de Alcântara pedir uma força de marinha que tomasse conta do quartel [...]”⁵²¹. Mais tarde, por volta das 11 horas da manhã, começou a circular mais um boato: caso quem estava no Quartel do Carmo não se rendesse até às 17 horas, seria bombardeado⁵²². Os ânimos só acalmaram quando o Carmo foi ocupado por uma força de marinheiros. Depois de ocupado o Carmo, as praças da GNR seriam conduzidas para o Arsenal da Marinha⁵²³.

Mas o dia não poderia terminar sem se registar um outro ataque: o assalto à Escola de Guerra (a actual Academia Militar em Lisboa). Cerca das 16 horas, deram-se os primeiros confrontos na Escola de Guerra, quando uma das sentinelas, estando de guarda a uma das portas, foi atacada. De imediato a mesma deu ordens, formando-se o resto da guarda, para que fosse fechado o portão. Os revolucionários, interpretando muito mal aquela atitude, tomaram-na como um acto hostil⁵²⁴. A partir daqui iniciou-se o ataque contra a Escola de Guerra. Os alunos (alguns dos quais estavam envolvidos no movimento, pois dentro da Escola tinha-se organizado um núcleo revolucionário⁵²⁵) mantiveram-se alheios à situação até à intensificação do tiroteio⁵²⁶.

Com o aumento do número de ataques, o pavor dentro da Escola agravou-se entre os alunos. E alguns desses alunos ofereceram-se para defender a Escola. Por isso, distribuíram-se cerca de 700 munições, as únicas que existiam naquelas instalações, e algumas armas de fogo (apenas 20 alunos receberam esse material)⁵²⁷. À medida que o tempo passou, a intensidade dos ataques foi-se agravando: viam-se envolvidos na defesa tanto os alunos, como os guardas da Escola e as forças do destacamento de Cavalaria aquartelada nas proximidades⁵²⁸. Entretanto, o comandante do corpo de alunos,

⁵²¹ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12009, 16 de Maio de 1915, p.1

⁵²² *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5331, 18 de Maio de 1915, p.1.

⁵²³ *Ibidem*, nº5331, 18 de Maio de 1915, p.1.

⁵²⁴ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p.1

⁵²⁵ V. Correia, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 146-147.

⁵²⁶ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p.2

⁵²⁷ *Relatórios do general José Estevão de Moraes Sarmiento e de oficiais encarregados da investigação aos acontecimentos passados na Escola de Guerra no dia 15 in Arquivo Histórico Militar, 1ª Divisão, 36ª secção, Caixa 1202.*

⁵²⁸ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p.2

desesperado, comunicava para todos os locais possíveis pedindo auxílio para a Escola (em auxílio foi enviado um contingente de marinheiros)⁵²⁹.

Num certo momento, o comandante, apercebeu-se de que o ataque poderia ter sido resultado da falsa especulação de que a Escola não teria aderido ao movimento, mandou hastear uma bandeira branca, ao mesmo tempo que mandou fazer um toque de cessar-fogo. Os que estavam a atacar na zona onde a bandeira branca era visível pararam com os ataques; aqueles que não a viram continuaram com o ataque (a bandeira não era visível em torno de todo o perímetro da Escola)⁵³⁰. Por causa disso, o comandante Simões de Sousa, colocando a vida em risco, foi colocar uma outra bandeira branca no outro lado, enquanto o tenente Gomes da Silva “dirigiu-se à porta que dá para o largo da Escola de Guerra e faz entrar um grupo de civis, com o intuito de lhes mostrar que dentro do edifício ninguém fazia fogo”⁵³¹.

Assim que os civis viram que já não havia sinais de tiroteio dentro da Escola foram até ao portão, pedindo aos seus companheiros para pararem. Ao cessar o ataque, os revolucionários entraram na Escola ocupando muito rapidamente todo o recinto. Pouco tempo depois, davam ali entrada os representantes da Junta Constitucional, Norton de Matos e Mariano Martins⁵³², e o corpo de marinheiros (que tinha sido enviado), que apresentaram-se na Escola para acalmar os ânimos. A primeira coisa que Norton de Matos fez foi mandar “o corpo de alunos formasse na parada, o que se fez. Os alumnos entraram na forma, completamente desarmados [...]. De flanco e

⁵²⁹ *Ibidem*, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p. 2: “Emquanto se passavam estes acontecimentos, eu, calculando todos os terríveis consequências que resultariam do acidente, procurei nervosamente obter comunicação telefónica com as autoridades superiores, conseguindo, com dificuldades, com dificuldades falar, entre outros, com o srs. capitães Passos e Gorjão de Moura, ajudante do actual comandante da divisão, Tomé de Barros Quieroz, ministro das finanças. E com officiaes do quartel do Carmo e do Arsenal da Marinha, pedindo a todos que mandassem uma força de marinha com o fim de guardar o edifício da Escola e salvaguardar as vidas dos alumnos e praças”.

⁵³⁰ *Ibidem*, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p. 2. V. tb. *Relatórios do general José Estevão de Morais Sarmiento e de oficiais encarregados da investigação aos acontecimentos passados na Escola de Guerra no dia 15* in *Arquivo Histórico Militar*, 1ª Divisão, 36ª secção, Caixa 1202.

⁵³¹ *Ibidem*, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p.2.

⁵³² Matos, José Mendes Ribeiro de Norton de, *op. cit.*, p. 110: “Quando chegámos ao portão, Mariano Martins e eu, a toda a velocidade de um automóvel, onde nos metemos depois de no Terreiro do Paço nos terem confusamente dito o que se passava com os alunos militares, já o equívoco e a exaltação dele resultante estavam produzindo os seus efeitos”.

perpendicularmente formaram os civis e marinheiros, sob o comando de um aspirante de marinha, que com elles constituiu uma companhia, dividindo-se em três pelotões”⁵³³.

Ao comandante Simões da Sousa, Norton de Matos pediu-lhe para ir à arrecadação buscar o armamento que houvesse na Escola, para que fosse conduzido ao Arsenal. A seguir, Mariano Martins, da janela onde se encontrava, pediu aos revolucionários para que abandonassem o recito; o que fizeram. Mas no momento em que abandonavam as instalações, deu-se um incidente inesperado (alguém disparou 4 tiros) que provocou o caos, resultando num tiroteio e, no fim, na prisão dos alunos acusados de provocar aquele incidente. Os alunos foram organizados em levas, sendo conduzidos para o Arsenal. Durante o percurso, mesmo sob escolta de marinheiros e civis revolucionários, os alunos foram insultados e maltratados pela população (alguns alunos ficaram feridos e registou-se as mortes de um aluno e do tenente Gomes da Silva)⁵³⁴. Os alunos ficaram presos no Arsenal e nos navios, apenas para serem libertados posteriormente⁵³⁵.

No dia 15, pelas 13 horas, cinco revolucionários intimaram e levaram o vice-almirante Xavier de Brito até ao Arsenal, de onde, momentos depois, foi transferido para o navio *Vasco da Gama*⁵³⁶. Hermano Neves, um jornalista d’ *A Capital*, encontrava-se naquele navio a entrevistar o comandante Leote do Rego, quando testemunhou a entrada do vice-almirante a bordo:

“N’isto trazem prisioneiro o vice-almirante Xavier de Brito [...]. Leotte encarou-o, severamente, mas com nobreza, e com um olhar faiscante contem a onda de insultos prestes a explodir entre a marinhagem. Mayer Garção e eu assistimos á scena: podemos garantir que só o prestigio do chefe salvou a vida do prisioneiro.

⁵³³ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5340, 25 de Maio de 1915, p.2.

⁵³⁴ *Relatórios do general José Estevão de Morais Sarmiento e de oficiais encarregados da investigação aos acontecimentos passados na Escola de Guerra no dia 15* in *Arquivo Histórico Militar*, 1ª Divisão, 36ª secção, Caixa 1202.

⁵³⁵ A maioria dos alunos só foram libertados no dia 18. V. *Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico*, Livro nº 7281, nº189/195.

⁵³⁶ V. Brito, José Joaquim Xavier de, *op. cit.*, p. 12: “O ministro da marinha foi (as 13 horas do dia 15 de Maio) procurando em sua casa por 5 paisanas armados, que lhe intimaram a ordem de o levarem preso. Foi conduzido, entre os tais paisanas, até ao arsenal. Ali foi abandonado e depois, acompanhado pelo comandante Gaspar Rodrigues e os 5 referidos civis, foi levado para bordo do «Vasco da Gama»”.

– Foi v. ex.^a quem escreveu isto? – disse Leotte do Rego, apresentando-lhe copia do famoso bilhete dirigido ao commandante do Espadarte. O ex-ministro lê vagarosamente o papel, e diz, erguendo a cabeça, mas com a voz sumida: – Sim senhor. Em trez phrase curtas, incisivas Leotte verbera-lhe o procedimento e o vice-almirante comenta, com um tenuo sorriso: – A la guerra comme à la guerra... E recolhe, por ordem do comandante, à camara próxima, onde fica sob prisão”⁵³⁷

O vice-almirante permaneceu no *Vasco da Gama* até ser transferido para o *Almirante Reis*⁵³⁸. Na madrugada do dia 16 de Maio, os tenentes Pereira da Silva e Filemon de Almeida foram buscar o general Pimenta de Castro e o ex-ministro Goulart de Medeiros, que ainda se encontravam no Carmo, para os transportar para o Arsenal (o Governo tinha sido informado de que o General corria perigo de vida⁵³⁹). O general Pimenta de Castro foi para o *Vasco da Gama*; Goulart de Medeiros foi para o *S. Gabriel*⁵⁴⁰. Apenas permaneceu um inquilino no Carmo – Machado Santos, sob a protecção do comandante-geral da GNR (o general Ernesto da Encarnação Ribeiro) – até ao final da tarde, quando foi levado para o Ministério da Guerra por Mariano Martins⁵⁴¹. Ainda nesse dia, pelas páginas da imprensa, pediu aos seus correligionários para que reconhecessem a nova situação⁵⁴². No dia seguinte, por causa da agitação constante no Ministério da Guerra, Machado Santos seria transferido para o *Adamastor*⁵⁴³. Entre todos os cativos, o *herói da rotunda* foi o que trouxe mais

⁵³⁷ *A Capital*, Lisboa, Ano V, 1715, 16 de Maio de 1915, pp.1-2.

⁵³⁸ V. *Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Central*, núcleo 320, nº26 – 6/IV/6/3, Doc. 32. No Arquivo Central da Marinha encontra-se inédito um relatório completo sobre a presença a bordo dos presos políticos, elaborado por Leote do Rego a pedido de José de Castro. Neste relatório existe uma entrada sobre a estadia do vice-almirante Xavier de Brito a bordo *Almirante Reis*.

⁵³⁹ Cf. Santos, João António Correia dos, *op. cit.*, p. 167.

⁵⁴⁰ V. Castro, Joaquim Pereira Pimenta de, *op. cit.*, p. 48; *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12017, 24 de Maio de 1915, p.2. Sobre a estadia a bordo do general Pimenta de Castro e do ex-ministro Goulart de Medeiros. V. *Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico*, Núcleo 344, 3/VII/8/5/6, doc.32.

⁵⁴¹ V. Santos, António Maria de Azevedo Machado, *op. cit.*, pp.92-94. V. tb. Silva, Armando Malheiro da, Cordeiro, Carlos, Torgal, Luís Filipe, *Machado Santos O Intransigente da República (1875 – 1921)*, Lisboa, Parlamento da Republica, 2013, p. 121.

⁵⁴² V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12010, 17 de Maio de 1915, p.2.

⁵⁴³ V. Santos, António Maria de Azevedo Machado, *op. cit.*, pp.94-96. V. tb. Silva, Armando Malheiro da, Cordeiro, Carlos, Torgal, Luís Filipe, *op. cit.*, pp. 122-123.

complicações, como testemunhou Leote do Rego⁵⁴⁴. A prisão de Machado Santos foi apenas uma medida de prevenção, pois o ódio contra a sua pessoa, entre os revolucionários, era muito grande. Embora fosse poupado desse ódio, o mesmo não se pôde dizer do seu periódico, *O Intransigente*, e do Centro Reformista (ambos destruídos)⁵⁴⁵. Na sequência disto ambos foram extintos⁵⁴⁶.

Mas os grandes visados, durante as perseguições revolucionárias, foram os monárquicos: muitos dos seus jornais foram completamente destruídos. Outros locais, com ligações ao realistas – como os Centros Monárquicos, o Clube Tauromáquico e o Clube Naval –, foram assaltados e completamente destruídos⁵⁴⁷, e muitos monárquicos convictos tiveram de se esconder ou fugir para não serem presos. Paiva Couceiro, o grande *paladino da Monarquia*, teve de se refugiar na casa de Eduardo da Cunha, durante os eventos do 14 de Maio⁵⁴⁸. Acabaria por abandonar Portugal e voltar à sua condição de exilado. Outros realistas, como António Cabral⁵⁴⁹ ou Moreira de Almeida⁵⁵⁰, passaram por situações idênticas. Mas muitos mais acontecimentos graves (prisões, assaltos e assassinatos) ocorreram durante aqueles dias pelo País⁵⁵¹.

⁵⁴⁴ No relatório que redigiu para José de Castro, Leote do Rego descreveu os problemas que Machado Santos provocou a bordo dos navios (foi transferidos sucessivas vezes para diferentes navios). V. *Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico*, Núcleo 344, 3/VII/8/5/6, doc.32.

⁵⁴⁵ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5332, 17 de Maio de 1915, p.2.

⁵⁴⁶ V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1716, 17 de Maio de 1915, p.1.

⁵⁴⁷ *Ibidem*, nº 1716, 17 de Maio de 1915, p.1. V. tb. *Diário de Notícias*, Lisboa, Ano LI, nº17787, 17 de Maio de 1915, p.1.

⁵⁴⁸ V. Pinto, Jaime Nogueira, *Nobre Povo...*, cit., p. 204.

⁵⁴⁹ Cabral, António, *As Minhas memoria...*, cit., p. 270: “No dia seguinte, pela manhã, ao acordar, abrir, segundo o costume, a janella do meu quarto, e extranhei o silencio das ruas. Nem pregões, nem o rodar dos automóveis, nem o tilintar das campainhas do carros eléctricos! De repente, um esquadrão de cavalaria passou, a todo o galope. Compreendi logo que a revolução estalara. [...] Era um perigo conservar-me em casa, ao dispor dos acasos de uma revolução. Conhecido como intransigente monarchico, e monarchico militante, com posto na primeira fila dos que combatiam a republica, querdar-me ali, exposto a todos os perigos, sujeito a ser trucidado ou preso, era temeridade inútil, que me podia ser fatal. Resolvi, pois, sahir, desse por onde desse e succedesse o que succedesse. Barbeei-me, vesti-me, praparei-me, e parti, a merce de Deus. Acolheu-me em casa de um individuo amigo [...]. Ali estive, durante os dias em que rugiu a tempestade revolucionária”.

⁵⁵⁰ V. *Carta de Moreira de Almeida a Mont’Alvene Sequeira, de 19 de Maio de 1915*, in Sequeira, Mont’Alverne, *Correspondência (1881-1930)*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1981,

5.3 – O “Governo Nacional” e as suas Políticas

No dia 18 de Maio, concluíram-se os trabalhos da Junta Constitucional, com a constituição do novo Ministério – constituído por um *unionista*, um *evolucionista* (que entrou a título pessoal) e uma maioria de *democráticos* e *independentes* (era um Governo (supostamente nacional) com a participação de todos os Partidos republicanos⁵⁵²) –, através da publicação de um Manifesto, no qual a Junta Constitucional se congratula pelos sucessos alcançados com a deposição de Pimenta de Castro e, simultaneamente, espera que o Governo saiba cumprir o mandato imposta pela Revolução⁵⁵³. No mesmo dia, a um repórter d’A *Capital*, José de Castro indicou a orientação política que seguiria daí em diante o seu Governo: “É simples. Pacificar a família republicana e garantir a todos os cidadãos o livre exercício dos direitos que a Constituição lhes faculta”⁵⁵⁴. O que se pretendia era que o Ministério efectuasse a consolidação e a defesa da República⁵⁵⁵, garantindo a sua integridade (o fim das lutas políticas)⁵⁵⁶, esclarecendo a posição internacional de Portugal perante a Guerra⁵⁵⁷ e preparar imparcialmente as eleições.

pp. 347-348: “Desde da minha ultima carta que profunda e deplorável transformação se deu na política d’este país! Conhece V. EX. ^a os factos pela narrativa atenuada que lhe levam os jornaes. Não preciso insistir na significação que elles tiveram. Assume o caso aspectos de magia! A essa hora o Pimenta de Castro está preso a bordo d’um navio de guerra, n’outros estão outros ministros que foram colegas do velho general, cujo fim de vida não pode ser mais dolorosa! Os monarchicos correm risco de imminente de vida: ou homisiarem-se ou preparem-se para sahir do pais. Estou a escrever-lhe de casa d’um amigo querido onde me refugiei com a família. A minha casa foi procurada pelos defensores da republica: o jornal esta fechado e não tardará, porventura, a ser destruído, Vaticino horríveis dias para este pais, entregue a morte pela Demagogia”.

⁵⁵¹ V. Costa, Sousa, *Páginas de Sangue*, Lisboa, Liv. Editora Guimarães, 1939, p. 154-155.

⁵⁵² V. Teixeira, Nuno Severino, *O Poder e a Guerra 1914 – 1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Estampa, 1996, p. 311.

⁵⁵³ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12013, 20 de Maio de 1915, p.1.

⁵⁵⁴ V. *A Capital*, Lisboa, Ano 5, nº 1717, 18 de Maio de 1915, p.2.

⁵⁵⁵ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5332, 17 de Maio de 1915, p.1.

⁵⁵⁶ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12013. 20 de Maio de 1915, p.1; *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5333, 18 de Maio de 1915, p.1.

⁵⁵⁷ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12009. 16 de Maio de 1915, p.1

Os *democráticos* aplaudiam a formação do novo Executivo⁵⁵⁸. O jornal *A Capital*, em consequência da formação do Governo, enfatizou os princípios pelos quais se deve reger a sua missão: “No ponto de vista interno, a sua acção tem de guiar-se por uma formula precisa. Essa formula é a de que a nação é de todos os portugueses, mas que o e Estado é da Republica. [...] No ponto de vista internacional, também a situação há de esclarecer-se devidamente”⁵⁵⁹. *O Povo* forneceu mais algumas indicações: “[...] a missão de limpar o funcionalismo militar e civil dos maus elementos e de pedir responsabilidades dos factos ocorridos”⁵⁶⁰. O jornal *O Paiz*, próximo do Partido Republicano Evolucionista, apelou somente à moderação no cumprimento da missão política por parte do Governo⁵⁶¹.

A tentativa de pacificação social mostrou-se ser praticamente impossível: a violência que se instalou, logo nos primeiros dias a seguir à Revolução, continuou na Província (as perseguições era feitas por *democráticos* na Província contra outros republicanos)⁵⁶², conforme se podia ler no jornal *A Capital*⁵⁶³. Uma situação “profundamente lamentável e contrapudente”, afirmou *O Século*⁵⁶⁴. Como resposta às críticas o Directório do PRP fez publicar uma circular condenando essas perseguições políticas⁵⁶⁵. Por parte do Governo foi enviada uma circular a todos os governadores civis para que estes tomassem providências “para evitarem violências de qualquer

⁵⁵⁸ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5332, 17 de Maio de 1915, p.1

⁵⁵⁹ V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1717, 18 de Maio de 1915, p.1.

⁵⁶⁰ V. *O Povo*, Lisboa, Ano IV, nº285, 16 de Maio de 1915, p.1.

⁵⁶¹ V. *O Paiz*, Lisboa, Ano X, nº 2650, 19 de Maio de 1915, p.1

⁵⁶² Serrão, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, p.169.

⁵⁶³ *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1719, 20 de Maio d 1915, p.2: “Chegam a Lisboa informações seguras de que na província, e principalmente no districto de Leiria, se teem praticado repugnantes violências de caracter político. [...] É preciso que o governo, [...], tome immediatas e enérgicas providencias para reprimir e castigar todos os excesso commetidos por aquelles truculentos partidários. [...] Ao que parece, em muitas terras do paiz labora-se n’um equivoco, porque se confundem os interesses supremos da Republica com os interesses políticos d’um partido. Não pode ser, e temos a certeza de que não será, pois reputamos este governo incapaz de trahir a missão que lhe foi confiada. Há exaltações que supõem o momento azado para odiosas vinganças de caracter politico e pessoal? Prendam-se e castiguem-se com inflexível rigor. D’outro modo, em vez da pacificação da família republicana, entraremos a breve trecho em novo período de intranquilidade, aggravados com o peor caracter todos os symptomas de indisciplina que se tem alastrado na sociedade portuguesa”

⁵⁶⁴ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12014, 21 de Maio de 1915, p.1.

⁵⁶⁵ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5335, 20 de Maio de 1915, p.1.

ordem contra pessoas, propriedades, auctoridades e corporações, e que mantenham a ordem por todos os meios legais”⁵⁶⁶. Outras medidas foram também tomadas pelo Executivo para aplacar a violência⁵⁶⁷.

Em consonância com estes eventos, o Governo passou a resolver outras questões: a reorganização da administração pública, com a nomeação dos novos governadores civis e dos administradores do concelho⁵⁶⁸, e a reabilitação dos funcionários públicos e militares afastados durante o Governo do general Pimenta de Castro. Este processo só poderia ficar totalmente completo com o afastamento daqueles que não se apresentassem em concordância completa com as instituições republicanas (monárquicos)⁵⁶⁹. Seriam, ainda, segundo *O Século*, anuladas todas as sindicâncias feitas pelo Executivo anterior⁵⁷⁰.

Progressivamente, os funcionários públicos e militares (muitos destes ligados ao PRP) foram sendo restituídos aos seus lugares. Assim, em *Diário do Governo*, foram publicados vários decretos com as novas nomeações e restituições de cargos, da

⁵⁶⁶ V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1719, 20 de Maio de 1915, p.2.

⁵⁶⁷ *Ibidem*, nº 1719, 20 de Maio de 1915, p. 2: “O conselho de ministros resolveu enviar a vários pontos do país delegados seus com a missão especial e patriótica de fazer observar rigorosamente o seu programma, não permitindo perseguições e violências de carácter politico e partidário a fim de ser estabelecida neste momento grave a pacificação indispensável á Patria e á Republica e tendo especialmente em vista: Averiguar das violências e arbitrariedades cometidas contra quasequer cidadãos, auctoridades e corporações; procurar restabelecer quando lhe seja possível a legalidade em tudo em que ella tenha sido postergada e offendida, dando sempre conhecimento immediato ao governo das providencias adoptadas e propondo as que julgue indispensáveis e urgentes”

⁵⁶⁸ V. *Diário do Governo*, Série II, nº124, 31 de Maio de 1915

⁵⁶⁹ *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12018, 25 de Maio de 1915, p.1: “Pelos diferentes ministérios foi expedida a seguinte circular aos chefes de serviço. Para dar cumprimento ao programa do governo no que se refere aos seguintes pontos: 1º - Restituir todas os funcionários civis e militares á situação em que se encontravam anteriormente á ditadura; 2º - Trancar todos os castigos applicados a militares ou civis pela ditadura; 3º - Retirar da actividade do serviço os funcionários que pratiquem ou tenham praticado quesquer atos hostis ao regímen republicano ou á Constituição. Digne-se v. ex.^a indicar-me com a possível brevidade quaes os funcionários d’essa repartição ou dos serviços que d’ella dependem a quem devem ser applicadas taes determinações, entendendo-se que todas as situações provenientes do cumprimento de leis e regimentos em vigor não podem ser modificados, salvo se houver prejuízos de terceiros. Nenhum empregado pode ser perseguido pelas suas opiniões politicas, mas a nenhum v. ex.^a permitirá ao menor desacato ao regímen, ficando v. ex.^a, no que respeita a este ponto, responsável pela sua inobservância”.

⁵⁷⁰ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12011, 18 de Maio de 1915, p.5.

seguintes personalidades: 1) António Maria da Silva foi restituído ao lugar de Administrador-Geral dos Correios e Telégrafos⁵⁷¹; 2) Luís Derouet foi restituído ao lugar de Director-Geral da Imprensa Nacional de Lisboa⁵⁷²; 3) Mariano Martins foi nomeado governador civil de Lisboa⁵⁷³. No dia 24 de Maio, saiu um outro decreto nomeando os novos conservadores do Registo Civil⁵⁷⁴.

Nas Forças Armadas também houve substituições. No Exército houve algumas mudanças no comando. Na 5.^a Divisão do Exército, o general Duarte Ivens, um leal servidor do Governo deposto, foi substituído pelo general Brito e Abreu⁵⁷⁵. Na 7.^a Divisão, na mesma linha do exemplo anterior, o general Jaime de Castro foi exonerado do comando dessa Divisão do Exército⁵⁷⁶. O general Blanco, afastado do comando da 1.^a Divisão do Exército, ficou em reserva⁵⁷⁷. O general Correia Barreto foi restituído ao cargo de direcção do Museu-Militar de Lisboa⁵⁷⁸. Mas as alterações foram ainda maiores, com mais mudança, dentro do corpo do Exército⁵⁷⁹. Repetia-se assim, pela segunda vez, o saneamento do Exército (após a Revolução de 5 de Outubro de 1910 o Exército tinha sido alvo de um saneamento idêntico)⁵⁸⁰. A Marinha, como o Exército, sofreria uma reestrutura interna nos seus quadros superiores⁵⁸¹.

No dia 22 de Maio, os ministros da Marinha e da Instrução, Fernandes Costa e Magalhães Lima, subiram a bordo para saudarem os marinheiros pela sua bravura durante a Revolução⁵⁸². Assim, no *Vasco da Gama*, Fernandes Costa saudou “calorosamente o comandante do «Vasco da Gama», símbolo do verdadeiro portuguez,

⁵⁷¹ V. *Diário de Governo*, Série II, nº116, 21 de Maio de 1915.

⁵⁷² *Ibidem*, Série II, nº 119, 25 de Maio de 1915.

⁵⁷³ *Ibidem*, Série II, nº114, 19 de Maio de 1915.

⁵⁷⁴ *Ibidem*, Série II, nº118, 14 de Maio de 1915.

⁵⁷⁵ V. *Ordem do Exército*, Série II, nº 10, 22 de Maio de 1915, p. 185.

⁵⁷⁶ *Ibidem*.

⁵⁷⁷ *Ibidem*, nº11, 2 de Junho de 1915, p.216.

⁵⁷⁸ *Ibidem*, nº 10, 22 de Maio de 1915, p. 185.

⁵⁷⁹ Nas *Ordens do Exército* (dias 22 de Maio, 2, 25 de Junho de 1915) são referenciados mais afastamentos ou substituições de oficiais do Exército.

⁵⁸⁰ V. Valente, Vasco Pulido, *op. cit.*, pp. 214-217.

⁵⁸¹ V. *Diário de Governo*, Série II, nº117, 22 de Maio de 1915. Entre as nomeações destacou-se: a nomeação de Freitas Ribeiro para o comando do Quartel dos Marinheiros e a de Leote do Rego para o comando do *Vasco da Gama*.

⁵⁸² *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12016, 23 de Maio de 1915, p.1.

do patriota, do marinheiro e do republicano. Herói do movimento de 14 – disse –, abraça-o e abraça também a gloriosa marinhagem, a cujo esforço se deve a consolidação da Republica e manutenção do respeito pela Constituição”⁵⁸³.

Agradecendo o gesto, Leote do Rego, em algumas palavras, lembrou a importância e o significado que o movimento tivera para o País⁵⁸⁴, concluindo, no mesmo tom, o ministro da Instrução, Magalhães Lima, com mais um discurso⁵⁸⁵. Ao finalizar mais um discurso, os dois ministros agradeceram à tripulação do *Vasco da Gama*, continuando a sua digressão pelos restantes navios⁵⁸⁶. José de Castro, na qualidade de ministro da Guerra e seguindo o exemplo dos seus colegas, fez uma visita aos quartéis militares de Lisboa (havia a preocupação, por parte do Governo, em

⁵⁸³ *Ibidem*, nº12016, 23 de Maio de 1915, p.1.

⁵⁸⁴ *Ibidem*, nº12016, 23 de Maio de 1915, p.1: “Principiando por saudar o governo na pessoa dos dois ministros presentes, disse que esse governo é o que se pode chamar um autentico governo nacional, legitimamente conduzido ao poder pela vontade solene do povo. Esse governo – afirma – está acima dos partidos, visto que alguns dos seus membros, embora pertencendo a vários grupos políticos, teem dado provas de que sabem erguer o seu espirito acima de certas paixões e exageros da politica partidária. Agradece as palavras que acaba de ouvir, em seu nome e em nome da guarnição do seu navio, e salienta o valor excecional do juízo formulado pelo ministro, [...]. Felicitou depois calorosamente o sr. dr. Fernandes Costa pela sua obra dentro da armada, [...]. Espera que o ministro vá levar aos seus colegas do governo a impressão de que o seu navio e os restantes da divisão naval já não apresentam quaesquer vestígios do abalo por que se passou.

⁵⁸⁵ *Ibidem*, nº12016, 23 de Maio de 1915, p.1: “Congratulando-se com o facto que ali o levou, faz o elogio, em termos calorosos, do ministro da marinha da marinha, sr. dr. Fernandes Costa, do bravo comandante do Vasco da Gama, sr. Leote do Rego, dos officiaes da armada, e, dirigindo-se aos marinheiros, diz-lhes que lhes deve a maior manifestação da sua vida, que trouxe consigo uma relíquia sagrada, um tesouro inestimável, a primeira bandeira que flutuou sobre o cruzador S. Gabriel, no dia 4 de Outubro de 1910, [...]. Acrescenta que se aceitou o pesado encargo de que o incumbiram foi porque tinha uma divida aberta para com os marinheiros. Não salda por completo o compromisso tomado; mas apesar de doente, velho e cansado, [...], procurou corresponder ao ato de coragem, de civismo e de sacrificio dos valentes marinheiros portugueses. Estava a sedição no poder; os marinheiros, com o seu gesto heróico, vieram restabelecer a ordem e o respeito pela lei, restituindo a confiança ao paiz. [...]. O seu feito, que continua a nossa historia e afirma a vitalidade da nossa raça, ficará esculpido para todo o sempre no bronze da historia [...]”.

⁵⁸⁶ *Ibidem*, nº12016, 23 de Maio de 1915, p.1.

acalmar as paixões políticas dentro da instituição castrense)⁵⁸⁷. E faria circular, entre os quartéis, uma proclamação para realçar um apelo à união dentro da instituição⁵⁸⁸.

Apesar das iniciativas a indisciplina dentro do Exército parecia não ter solução, pelo contrário: a vigilância, da mesma maneira que as perseguições, continuou sob a oficialidade (gracejava, assim, a indisciplina nos quartéis e com ela a unidade corporativa da instituição)⁵⁸⁹. Uma vez mais a ordem dentro do Exército ficou secundarizada, com o desrespeito pela hierarquia militar, relembrou *O Paiz*⁵⁹⁰. Dessa maneira, um dos grandes suportes do general Pimenta de Castro, o Exército, achou-se, novamente, enxovalhado e desprestigiado.

Do mesmo jeito, outras corporações seriam alvo do mesmo tratamento por parte do Governo – a Guarda Republicana e a Polícia Civil –, pelos procedimentos que tiveram durante a Revolução de 14 de Maio de 1915. *O Povo* afirmava que “os assassinos do povo devem ser punidos” e que “o comandante e oficiais da guarda republicana e policia, que serviram a ditadura e mandaram assassinar o povo, teem que ser imediatamente escoraçados dos lugares que indevidamente ainda desempenham”⁵⁹¹. *O Mundo* partilhou do mesmo ponto de vista⁵⁹² e não só: muitos foram aqueles, na sua maioria revolucionários, que exigiram ao Governo a depuração de ambas as corporações⁵⁹³.

Pretendeu-se um saneamento geral e uma reforma profunda das estruturas da Polícia Civil⁵⁹⁴. Porventura, apenas se fez, segundo apontam as fontes, o saneamento

⁵⁸⁷ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5334, 19 de Maio de 1915, p.2.

⁵⁸⁸ *Ibidem*, n.º 5340, 25 de Maio de 1915, p.1.

⁵⁸⁹ V. Valente, Vasco Pulido, *op. cit.*, p.216. V. tb. Cabral, António, *op. cit.*, p. 232.

⁵⁹⁰ V. *O Paiz*, Lisboa, Ano X, nº 2653, 22 de maio de 1915, p.1.

⁵⁹¹ V. *O Povo*, Lisboa, Ano IV, nº288, 19 de Maio de 1915, p.1.

⁵⁹² *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5335, 20 de Maio de 1915, p.1: “Veem do 5 de Outubro, por não se ter feito então o necessário saneamento, ou, antes, por se ter conservado, para servir a Republica, a mesma policia que servia e que defendia a monarquia. O que não se fez então é absolutamente necessário que se faça agora, quanto antes, com decisão que não exclue a prudência, com energia que não exclue a justiça. Tem de fazer-se, e há de fazer-se. [...] A policia de lisboa precisa de ser reformada, porquanto a Republica não fez ainda uma reforma que a transformasse. Mas, antes de mais nada, urgentemente, precisa de ser republicanizada e saneada”.

⁵⁹³ V. *O Diário de Notícias*, Lisboa, Ano LI, nº 17791, 21 de Maio de 1915, p.1.

⁵⁹⁴ V. *O Povo*, Lisboa, Ano IV, nº290, 21 de Maio de 1915, p.1.

em algumas corporações policiais, como a de Lisboa⁵⁹⁵ ou a do Porto⁵⁹⁶. Era a segunda vez que a Polícia Civil passava por um processo igual (após o 5 de Outubro de 1910 a Polícia Civil tinha sido alvo de um saneamento)⁵⁹⁷. A GNR seguiria um tratamento idêntico. Mas a maior consequência para a corporação foi o afastamento do seu comandante-geral, o general Ernesto da Encarnação Ribeiro⁵⁹⁸. A partir de 1915, com o seu afastamento, a Guarda Republicana tornou-se num corpo extremamente politizado, sob influência dos *democráticos*⁵⁹⁹.

O próximo passo para completar o mandato ao qual o Governo se comprometeu passaria por uma reaproximação dos diferentes Partidos republicanos a um objectivo comum (defesa das instituições republicanas). Para isso, José de Castro procurou convencer os líderes partidários *unionista* (Brito Camacho) e *evolucionista* (António José de Almeida) a cooperarem no projecto governamental⁶⁰⁰. Bem-intencionada pode ter sido a sua iniciativa, mas ao contrário daquilo que se esperava não seguiu o trâmite esperado em consequência das divergências com líderes partidários em torno da questão eleitoral. O que ambos queriam era a intervenção do Governo nas eleições (exigiam alguns dos Governos Cívicos para alguns dos seus correligionários e o adiamento das eleições)⁶⁰¹. Tais exigências chocavam com as intenções do Governo (que queria manter uma política de imparcialidade no que toca às eleições). Assim, José de Castro recusou-

⁵⁹⁵ *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5336, 21 de Maio de 1915, p.3: “Trabalha-se já, ao que nos dizem, no plano de reorganização da polícia cívica. Mais de 200 guardas, porventura os que sabiam em atemão que não puderiam ficar na corporação, teem pedido a suas demissões, seguindo muitos delles para as terras da sua naturalidade”; *Ibidem*, nº 5339, 23 de Maio de 1915, p.1: “O conselho de ministros resolveu a noite passada que fosse aceite a demissão de todos os guardas cívicos que o solicitaram e são em numero superior a 200. Recomendou ao comando para não restabelecer no serviço senão os guardas de absoluta confiança e mandou prover imediatamente as vagas ocorridas, sem prejuízo da reorganização que com a dissolução da actual corporação será decretada, logo que concluído esteja o respectivo projecto”.

⁵⁹⁶ V. A *Montanha*, Porto, Ano V, nº 1304, 18 de Maio de 1915, p.2.

⁵⁹⁷ V. Cerezales, Diego Palacios, “A *Revolução Republicana e a Política de Segurança Interna Portuguesa*”, in Ramos, Rui, Almeida, João Marques de (dir.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Cosmos, 2008, p.114.

⁵⁹⁸ *Diário do Governo*, II Série, nº124, 31 de Janeiro de 1915.

⁵⁹⁹ V. Cerezales, Diego Palacios, “A *Revolução Republicana e a Política de Segurança Interna Portuguesa*”, in Ramos, Rui, Almeida, João Marques de (dir.), *Política Externa e Política de Defesa ...*, cit, p. 113.

⁶⁰⁰ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5334, 19 de Maio de 1915, p.2.

⁶⁰¹ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12017, 24 de Maio de 1915, p.1.

se a satisfazer as exigências dos dois líderes⁶⁰². Alguns órgãos de imprensa, próximos dos *democráticos*, não se inibiram de atacar este tomar de posição por parte dos moderados⁶⁰³.

Em conformidade, depois do fracasso das *démarches*, o Governo decidiu convocar o Congresso da República, ao abrigo da resolução parlamentar de 2 de Dezembro de 1914, com o intuito de resolver algumas questões pendentes, como a lei eleitoral⁶⁰⁴. Assim, em *Diário do Governo*, seria publicado um decreto convocando o Congresso da República para o dia 27 de Maio⁶⁰⁵. Seria também publicado, no mesmo número do *Diário de Governo*, um decreto que declarava nulos os diversos decretos e leis do Ministério de Pimenta de Castro, reintegrando nas suas funções os corpos administrativos que tinham sido dissolvidos pelo decreto nº 1488, de 9 de Abril, e também declarava nulos os castigos disciplinares “impostos” por aquele Gabinete⁶⁰⁶.

5.4 – Os Partidos perante a Revolução

A apreciação político-partidária em torno dos acontecimentos de 14 de Maio de 1915 divergiu muito, dentro do campo republicano, entre o PRP e os moderados (os *unionistas* e os *evolucionistas*), e fora deste (católicos, monárquicos e socialistas). Partindo do pressuposto, com base na imprensa, que o Partido Republicano Português constituiu-se como o grande defensor da sedição revolucionária defendendo todos os benefícios conjurados pela Revolução, na consolidação da Nação⁶⁰⁷. O PRP viam-na

⁶⁰² V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1723, 24 de Maio de 1915, p.1: “O sr. dr. José de Castro, presidente interino do governo, procurou conciliar as aspirações de todos os partidos em torno do problema político. Para alcançar esse objectivo empregou esforços persistentes, mostrando a sua completa isenção e a mais rigorosa imparcialidade perante os conflictos que teem agitado a vida da Republica. Não conseguiu, porém, estabelecer o acordo que procurava, principalmente porque alguns políticos entenderam que o governo devia intervir no acto eleitoral por intermédio dos governadores civis. Contra isso se manifestou o sr. dr. José de Castro, que está dentro dos bons principios democráticos deixando que os partidos disputem livremente os suffrágios dos eleitores.”.

⁶⁰³ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5341, 26 de Maio de 1915, p.1. V. tb. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1723, 24 de Maio de 1915, p.1

⁶⁰⁴ *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12019, 26 de Maio de 1915, p.1.

⁶⁰⁵ V. Decreto nº 1577, *Diário do Governo*, Série I, nº 96, 24 de Maio de 1915.

⁶⁰⁶ V. Decreto nº 1578, *Diário do Governo*, Série I, nº 96, 24 de Maio de 1915.

⁶⁰⁷ *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5330, 15 de Maio de 1915, p.1: “O necessário e victorioso acto revolucionário de ontem fica sendo uma das mais bellas e rutilas páginas da Historia Portuguesa,

como uma coalizão salvadora: os republicanos, independentemente das suas vertentes ideológicas, juntaram-se em defesa da República contra os seus inimigos (o Governo e os monárquicos)⁶⁰⁸.

Não obstante, os *afonsistas* não descorando um momento em defender a sua imparcialidade política contra as acusações conduzidas pelos seus adversários directos⁶⁰⁹. Assim se propuseram, desde o primeiro instante, em apoiar integralmente o Governo na realização do seu programa político⁶¹⁰. Eles acreditavam que só assim a República poderia finalmente concretizar os preceitos pelos quais, cinco anos antes, se fizera uma outra Revolução. Igualmente apelavam, na concretização desse sonho, ao fim das lutas interpartidárias (uma garantia essencial, não só para a estabilização da República, mas também para o retorno à questão da Guerra)⁶¹¹.

Desde o primeiro momento os *unionistas* recusaram, através de uma carta de Brito Camacho, aceitar o poder⁶¹², embora não se tenham oposto à participação de

grandiosa afirmação da vitalidade, do civismo e da heroicidade de uma raça. Foi épico o 5 de Outubro [...]. Não foi menos notável o 14 de Maio que, visando ainda as forças monárquicas sobreviventes, enxotou do poder aqueles que ilegitimamente delle se apossaram e criminosamente o exerceram”.

⁶⁰⁸ *Ibidem*, nº5331, 16 de Maio de 1915, p.1: “Por mais que pese aos elementos reaccionários e aos falsos republicanos, o dia de ontem foi de mais uma victoria para a Republica que triunfa nesta hora sagrada dos seus implacáveis e cobardes inimigos. Mais do que nunca a ideia republicana vive no coração do povo que a aclama em frémitos ora ingénuos, ora exaltados, mas que representam a pureza do sentir. Populares, marinheiros e soldados mostravam-se orgulhosos da missão que tao nobremente cumpriram [...]. Só houve tempo para expansões de alegria, victoriando se a liberdade. Para o povo, [...], a Revolução está feita e a lembrança do passado é para elle apenas um pesadelo. [...] Entretanto, algum grande facto se conservará a atestar a energia do movimento agora realizado: o gesto heróico desses homens que arriscando a posição, liberdade e vida se lançaram em uma luta violenta para destruir a ditadura, salvando a República”.

⁶⁰⁹ *Ibidem*, nº5332, 17 de Maio de 1915, p.1: “Sem exagerar se poderia a afirmar que foi o Partido Republicano que preparou a revolução. Mas não a preparou para elle próprio. Não quis para si os resultados. Ofereceu-a á Republica”.

⁶¹⁰ *Ibidem*, nº5332, 17 de Maio de 1915, p.1.

⁶¹¹ V. *Ibidem*, nº 5333, 18 de Maio de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 5334, 19 de Maio de 1915, p.1.

⁶¹² V. Peyrolongue, Manuel José de Arriaga Brum de, *op. cit.*, pp. 145-146: “Em nome da União Republicana declaro a V. Ex.^a que não quero o Poder, não quero mesmo participação no Poder, e que acatarei o que V. Ex.^a fizer no sentido de terminar rapidamente, sem mais sangue, a lucta fratricida que se está desenrolando em Lisboa”.

Tomé de Barros Queirós (membro daquele Partido) quando lhes foi apresentada a lista do novo Ministério⁶¹³. Mas, por oposição, Brito Camacho recusou-se a qualquer participação directa no novo elenco governativo⁶¹⁴. Assim, com estes gestos, os *unionistas* mostraram uma neutralidade relativa perante o movimento. Essa posição ficou evidenciada nas primeiras apreciações que fizeram sobre a Revolução:

“Reservando a apreciação dos acontecimentos de hontem para quando ela se nos torne possível em termos de serenidades incompatíveis com a ansiedade e excitação das horas em que escrevemos, tristíssimas horas que acabam de ser assinaladas pela morte de muitos republicanos – pois que republicanos figuravam nos dois campos que se digladiaram [...]”⁶¹⁵.

A *Lucta*, pela pena de Brito Camacho, acusava o General de todas aquelas mortes⁶¹⁶. Brito Camacho continuou a humilhar o antigo chefe de Governo⁶¹⁷ e a utilizar as páginas d’*A Lucta* para justificar a conduta que o seu Partido (e sua) teve ao apoiar ao Governo cessante⁶¹⁸. As suas intenções, com estas acusações e justificações,

⁶¹³ V. *A Lucta*, Lisboa, Ano X, nº 3380, 18 de Maio de 1915, p.1.

⁶¹⁴ *Ibidem*, nº 3382, 20 de Maio de 1915, p.1: “Pretendeu a junta revolucionaria que se organisasse um ministério em que entrassem os chefes dos três partidos republicanos, e junto de nós fez instancias n’esse sentido. Opuzemos uma formal recusa a taes instancias, não por egoísmo, mas por estarmos convencidos de que fazendo-o, prestamos um óptimo serviço á Republica”.

⁶¹⁵ *Ibidem*, nº 3377, 15 de Maio de 1915, p.1.

⁶¹⁶ *Ibidem*, nº 3380, 18 de Maio de 1915, p.1: “Tivesse o governo sido capaz de ver a situação tal como ela se apresentava [...], e ter-se-hiam poupado muitas vidas, ter-se-hiam evitado muitos ferimentos, ter-se-hiam restituído Lisboa á sua vida normal poucos horas depois da revolução estalar. Cegava-o a vaidade, uma incomensurável vaidade, lisonjeado pelo que os monárquicos lhe diziam, e crente numa obra messiânica que fora chamado a realizar”

⁶¹⁷ *Ibidem*, nº 3390, 28 de Maio de 1915, p.1: “O sr. Pimenta de Castro não era o homem que convinha para a presidência de um ministério saído de um movimento revolucionário, em primeiro lugar porque lhe faltam as essenciais qualidades de estadista, em segundo lugar porque o seu vago cepticismo, nem filosófico, nem literário, o torna incapaz de considerar a sério os problemas governativos, que aliás não transcendem o âmbito da sua inteligência”

⁶¹⁸ *Ibidem*, nº 3380, 18 de Maio de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 3382, 20 de Maio de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 3384, 22 de Maio de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 3385, 23 de Maio de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 3387, 25 de Maio de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 3388, 26 de Maio de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 3389, 27 de Maio de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 3390, 28 de Maio de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 3391, 29 de Maio de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 3392, 30 de Maio de 1915, p.1.

eram óbvias para muitos: pretendia recuperar a sua credibilidade e a do seu Partido perante a opinião pública, por isso não se inibia em atacar o velho ancião. Por esses e por muitos outros comentários, *O Paiz* classificou-o como “o maior perturbador” da política nacional (ao pretender fazer esquecer a sua quota-parte de responsabilidade que teve na vida do transacto Governo)⁶¹⁹. Por oposição aos *unionistas*, os *evolucionistas* mantiveram-se, até ao último momento, fiéis à sua palavra no apoio que prestaram ao Executivo deposto. Desse jeito, em pleno dia 14 de Maio, António José de Almeida compareceu no Quartel do Carmo, pela tarde, apoiando o general Pimenta de Castro⁶²⁰. Vendo a gravidade dos factos, António José de Almeida disponibilizou-se para formar Governo, se isso fosse necessário para pacificar os ânimos⁶²¹.

No dia 15, na capa do jornal *República* apareceu uma breve referência ao movimento: “Em Lisboa e em varias cidade rebentou, ontem, um movimento retintamente republicano”⁶²². O mesmo jornal frisou ainda que “o sangue correu com relativa abundancia, sangue de irmãos, filhos da mesma Pátria” e que houve “dor e lucto em muitos lares, perdas lamentáveis que todos devemos deplorar, e é preciso agora, uma vez que soou a hora da paz, que reine a harmonia na família portugueza”⁶²³. Estas passagens evidenciavam a demarcação dos *evolucionistas* em relação ao movimento revolucionário (com o qual não pactuaram). Assim, em nota política publicada no jornal *República*, o Directório do Partido Republicano Evolucionista dava a conhecer a sua recusa em colaborar na formação do novo Governo⁶²⁴.

⁶¹⁹ V. *O Paiz*, Lisboa, Ano X, nº2656, 26 de Maio de 1915, p.1.

⁶²⁰ V. Castro, Joaquim Pereira Pimenta de, *op. cit.*, p. 46-47.

⁶²¹ V. Peyrolongue, Manuel José de Arriaga Brum de, *op. cit.*, p. 145: “O sr. António José d’Almeida, inspirado num principio de patriotismo e de humanidade, e no intuito de evitar mais derramamento de sangue, e de bem servir a Republica, presta-se ao sacrificio de organizar ministério com elementos do seu partido e por ventura alguns extranhos a elle, entendendo, todavia, como o declarou, leal e francamente, que esta solução não será talvez satisfatória para o momento”.

⁶²² V. *República*, Lisboa, Ano V, nº 1559, 15 de Maio de 1915, p.1.

⁶²³ *Ibidem*, nº 1562, 18 de Maio de 1915, p.1.

⁶²⁴ *Ibidem*, nº 1562, 18 de Maio de 1915, p.1: “O Partido Republicano Evolucionista, convidado a tomar parte no governo, entendeu não dever aceitar o convite, resolvendo porém dar ao ministério o seu apoio patriótico e a sua solidariedade republicana, afim de se obter o pronto restabelecimento da ordem publica e de se garantir a manutenção das nossas boas relações internacionais”.

No dia 22 de Maio, o jornal *República* contestava a continuação da violência política e, por outro lado, defendia o restabelecimento definitivo da ordem⁶²⁵. Curiosamente, no mesmo dia, a Junta Consultiva do Partido Republicano Evolucionista determinou, em assembleia geral, a posição oficial deste perante a situação vivida no País⁶²⁶. E no dia 25 de Maio, os *evolucionistas* anunciavam vigorosamente as perseguições de que os seus correligionários eram alvo na Província⁶²⁷. Era uma situação lamentável, tal como o reconheceram os jornais *República*⁶²⁸ e *O Paiz*⁶²⁹. Perante isto, o caminho escolhido pelos *evolucionistas* seria o da intransigência total. Nada faria demover o Partido Republicano Evolucionistas desta decisão, como ficou claro no artigo “*A hora grave!*” de António José de Almeida:

“Perante o snr. Pimenta de Castro fomos colaboradores desinteressados e firmes, dando-lhe, na hora da destituição, a solidariedade da derrota, porque nós, como o honrado ancião, somos vencidos de 14 de maio. Perante a revolução, logicamente, o partido evolucionista manterá uma atitude semelhante, desejando que o ministério que dela saiu saiba governar para benefício da Pátria. Mas mais nada. Não cooperamos com ele, não lhe damos o mínimo apoio político, não lhe concedemos a mínima solidariedade governativa [...]”⁶³⁰.

Os *evolucionistas* assumiram a derrota, mas não deixariam de continuar a sua missão. Quanto à sua pessoa, António José de Almeida declarou: “São grandes as

⁶²⁵ *Ibidem*, nº 1566, 22 de Maio de 1915, p.1.

⁶²⁶ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12017, 24 de Maio de 1915, p.1: “[...] a assembleia [Evolucionista] ratificou á junta diretiva o voto de confiança que na ultima reunião magna do partido lhe fora dado, e resolveu a abstenção eleitoral no caso das eleições se efectuarem no próximo dia 6 de Junho, com o fundamento de não ser possível uma eficaz propaganda eleitoral n’este momento, entendendo á agitação dos espíritos que por muitos pontos da província lavra ainda. Também resolveu dar ao governo o seu apoio patriótico nas questões internacionais e de ordem publica, embora com ele não tenha qualquer espécie de solidariedade política”.

⁶²⁷ V. *República*, Lisboa, Ano V, nº 1569, 25 de Maio de 1915, p.1.

⁶²⁸ *Ibidem*, nº 1569, 25 de Maio de 1915, p.1: “Terminadas as hostilidades, restabelecida a vida normal, nada havendo que justifique qualquer alteração de ordem pública [...] surpreendem-nos noticias chegadas da província; que nos dão algumas terras do país como vivemos sob o terror”.

⁶²⁹ V. “*A Situação*” in *O Paiz*, Lisboa, Ano X, nº 2655, 25 de Maio de 1915, p.1.

⁶³⁰ V. “*A Hora Grave*” in *República*, Ano V, nº 1570, 26 de Maio de 1915, p.1. Transcrito em Almeida, António José de, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, Vol. III, Lisboa, [s.a], 1933-19134, pp. 209-215.

responsabilidades que me cabem [...]. Altivamente as assumo, certo de que em qualquer caso nada ficarei a devendo. Se errei, ofereço á República, em paga do meu erro, toda uma vida de sacrifícios, de duros trabalhos, de quasi incontáveis canseiras. Devo ficar quite. Se não errei – e creio bem que não!”⁶³¹. Numa entrevista ao jornalista espanhol Félix Lorenzo, António José de Almeida realçaria a mesma ideia, ao defender o apoio prestado pelo seu Partido ao general Pimenta de Castro⁶³².

Em relação aos monárquicos, ao serem perseguidos durante o *terror revolucionário*, caíram num profundo pessimismo depois do 14 de Maio (todo o seu esforço político architectado durante o Governo do general Pimenta de Castro seria completamente destruído)⁶³³. A sua capacidade de propaganda, por exemplo, ficou severamente debilitada com o desaparecimento de alguns dos seus mais importantes órgãos de imprensa, como *O Dia*, *O Nacional* e o *Jornal da Noite* (este jornal reapareceria em Julho, para desaparecer novamente em Agosto). Deixou de haver, simplesmente, condições políticas para que os monárquicos pudessem concorrer às eleições⁶³⁴.

A Revolução trouxera um retrocesso na Causa Monárquica e na possibilidade, tão cara a D. Manuel II, de alcançar a Restauração por meios legais. Os monárquicos ficaram, outra vez, limitados à via contra-revolucionária, ao mesmo tempo que se renovavam, e até se radicalizavam, as dissensões dentro do movimento monárquico⁶³⁵. Uma situação que preocupava D. Manuel II, como confessou ao Marquês do Lavradio, numa carta que lhe enviou: “os monarchicos não me querem ouvir e fazem sempre o contrário do que lhes digo a bem do Paiz!”⁶³⁶. A juntar a isso, muitos monárquicos o criticavam pela sua conduta perante a Revolução, embora ele só tenha feito o que fez apenas para garantir a segurança de Portugal⁶³⁷. Ele receava o fim da nacionalidade:

⁶³¹ *Ibidem*, nº 1570, 26 de Maio de 1915, p.1

⁶³² Cf. Lorenzo, Félix, *Portugal (Cinco Años de República)...*, cit., pp. 166-167

⁶³³ V. Santos, António Dias, *op. cit.*, p. 338

⁶³⁴ *Idem, Ibidem*.

⁶³⁵ V. Proença, Maria Cândida, *D. Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, p. 225.

⁶³⁶ V. Cabral, António, *Cartas d’el rei D. Manuel II*, Lisboa, Livr. Popular, 1933, p. 200.

⁶³⁷ *Idem, Ibidem*, p.201: “[...] mas o que se pode fazer quando há pessoas que dispõem de influencia e que me escrevem dizendo que o meu procedimento é ignominioso de pedir à Inglaterra que apoie a república, tendo eu escripto a essa mesma pessoa que se a Inglaterra deixar de apoiar Portugal, por consequência da republica, o nosso Paiz desaparece?!!!!”.

“Estamos chegando ao «fim do fim»! A ultima esperança foi-se e só vejo deante de nós um pântano!! Qua horror, que tristeza, que vergonha!”⁶³⁸.

As palavras de D. Manuel II realçam o genuíno ponto de vista que os monárquicos, de modo geral, tinham perante os acontecimentos, e o perigo que colocava à continuação da nacionalidade. Do mesmo modo lembrou editor do jornal *O Jornal da Noite*, Rocha Martins, que foi “uma luta de republicanos contra republicanos essa revolta na qual os vivos eram os mesmo e igual a bandeira; os cadáveres que caíram nas vallas dos cemitérios, os feridos que goltejaram sangue, os mutilados que se arrastam nas ruas não tinham com os monarchicos senão afinidade de serem portugueses. As viúvas e os orphãos mergulhados na miséria, pertencem á família republicana, as mães dormiram nos leitos dos revolucionários, os filhos foram embalados ao som das bombas [...]”⁶³⁹. Continuando, o mesmo afirmava que Portugal vivia numa nova *era de terror*, igual à que se viveu durante a Revolução Francesa⁶⁴⁰. Ele envergonhava-se com o estado em que Portugal caiu, com a República, dando como exemplo a situação interna do Exército⁶⁴¹ e a situação de anarquia permanente⁶⁴².

Os socialistas, por sua parte, mostravam-se bastante mais zelosos nos comentários que faziam sobre o movimento revolucionário. O Partido Socialista Português congratulou-se com a restituição da normalidade constitucional após a queda do general Pimenta de Castro⁶⁴³. *A Voz do Operário* condenava a Revolução de 14 de

⁶³⁸ Idem, *Ibidem*, p.198.

⁶³⁹ V. *O Jornal da Noite*, Lisboa, Ano I (3ª Série), nº 109, 19 de Julho de 1915, p.1.

⁶⁴⁰ *Ibidem*, n.º 110, 20 de Julho de 1915, p.1.

⁶⁴¹ *Ibidem*, nº 111, 21 de Julho de 1915, p.1: “A base da vida militar é a disciplina, [...]. Mas não tem sucedido assim. A grande corporação militar tem recebido a acção dos civis e também d’officiaes que até ali levam a horrível política partidária. Não se tem a impressão do que é a ordem; não se compreende mais hierarchia”.

⁶⁴² *Ibidem*, nº 113, 23 de Julho de 1915, p.1.

⁶⁴³ *A Voz do Povo*, Porto, Ano IX, nº 411, 23 de Maio de 1915, p1: “A solução que a recente crise acabou de ter, não pode ser desagradável. As hostes monárchicas podem agora estar convencidas de que a sua aspiração perdeu toda a razão de ser, e de que, querendo continuar a ser portugueses, os seus homens, se são amantes da pátria, devem, independentemente da questão do régimen político, influir com o seu trabalho para a prosperidade da nação. Quando aos partidos e ás coisas da república, a crise esta removida, a normalidade portugueza esta feita. Quanto a nós, os socialistas, não haverá difficuldades à completa implantação e conservação da ordem e da tranquillidade”; *O Facho*, Beja, Ano I, nº20, 30 de Maio de 1915, p.1: “[...] os representantes socialistas cathegoricamente declararam não aprovar e

Maio pelas atrocidades que trouxe⁶⁴⁴. O jornal libertário portuense *A Aurora*, embora não deixasse de condenar as atitudes do Governo deposto, apontava o dedo aos *afonsistas* por terem preparado a Revolução apenas por quererem manter-se no poder eternamente⁶⁴⁵. O jornal *O Construtor Civil* pedia somente o restabelecimento da normalidade para que a Nação pudesse finalmente prosperar (evitando-se futuros momentos idênticos)⁶⁴⁶. Em contraste, os católicos condenaram peremptoriamente o movimento desde o princípio, pelos perigos que trouxera para a Nação, enquanto, por outro lado, apelavam à pacificação da sociedade⁶⁴⁷.

codemnar essa e todas as dictaduras. O que não quizeam foi collaborar n'uma obra de invasão de attribuições alheias, por entender que a primeira condição d'uma sociedade que quer viver em boa ordem, é a de cada cidadão, [...], saber manter-se no desempenho das attribuições que lhe competem, não admittindo que lh'as invadiam e não invadindo as dos outros”

⁶⁴⁴ *A Voz do Operário*, Lisboa, Ano XXXVI, nº1855, 23 de Maio de 1915, p.1: “[...] e nos todos, infelizmente, tivemos que assistir a esse espectáculo doloroso, a essa luta fratricida de irmãos contra irmãos, que e uma consequência dessa enorme desabrochar de ódios, que vindo da monarchia se tem acentuado ainda mais na república, dividindo a família portugueza. Correu sangue nas ruas de Lisboa. Exerceu-se muitos ódios, muitas vinganças. Assassinou-se friamente, sem remorsos, sem que os corações batessem perante esse nobre sentimento, pelo qual nos temos sempre pugnado”.

⁶⁴⁵ *A Aurora*, Porto, Ano V (2ª série), nº 252, 28 de Maio de 1915, p.1: “Não daremos uma novidade a ninguém afirmando que o recente movimento político insurreccional foi, inicialmente e fundamentalmente, obra dum partido que se agarra ao poder e não o quer ver perdido para sempre ou para muito pouco tempo, nem esta disposto a consentir facilmente que lhe arruinem a influencia politica e a maquina eleitoral trabalhosamente montada durante a temporada de governo. E dai a indignada campanha contra a ditadura, que alias todas os partidos exercem franca ou abertamte contra este ou contra aquele. Se porém, a ditadura se tivesse limitado a escangalhar a maquina partidária, [...] era provável que o povo se tivesse desinteressado dessas coisas [...]. Mas attitude do governo e dos realistas tinha ultimamente despertado a suspeita ou fortalecido a convicção duma traição contra a Republica”.

⁶⁴⁶ V. *O Construtor Civil*, Porto, Ano XIV (2ª série), nº 627, 22 de Maio de 1915, p.1.

⁶⁴⁷ *Echos do Minho*, Braga, Ano V, nº 682, 20 de Maio de 1915, p.1: “Se a pacificação foi sempre necessária, hoje mais do que nunca é precisa: e a razão é obvia. No extranjeiro a observação do que se passa em Portugal é persistente: é indispensável não só evitar a intervenção ameaçadora, mas até dignificar o nome da Patria perante as outras nações. Uma nação de que se apoderam os costumes revolucionários – e nos fomos já comparados ao Mexico nas chancellarias! – dir-se-hia nas vascas do exterior agónico. Nações moribundas não teem direito de existir; é o principio proclamado altissonamente por um ministro inglez que assim mascara com vãs apparencias de utilidade humanitária as ambições latentes nas intervenções. D’ esse perigo nos acautelaremos sento todos, governantes e governados, bons

5.5 – Os Navios Espanhóis e o Impacto da Revolução na Imprensa Espanhola

Durante o dia 17 de Maio, e ao longo do dia seguinte, entrou no estuário do rio Tejo uma esquadra espanhola composta por três navios de guerra⁶⁴⁸. O cônsul espanhol justificou o envio daquela armada como uma medida preventiva para assegurar a segurança das colónia espanhola de Lisboa⁶⁴⁹, depois de notar a incapacidade das autoridades portuguesas em conter a onda de violência⁶⁵⁰. Hipólito de la Torre Gómez não deixou de suscitar que aquele motivo (protecção da colónia) e a defesa dos interesses materiais espanhóis ocupou um lugar importante – senão o lugar prioritário – na actuação do Governo de Espanha⁶⁵¹. O mesmo foi confirmado em declarações à imprensa espanhola pelo presidente do Conselho de Ministros de Espanha, Eduardo

portuguezes. O que estimamos, a nossa ambição única é que se faça a rápida e fecunda pacificação, que o bem da Patria reclama, que a ordem impere, que se dignifique o nome de Portugal”

⁶⁴⁸ V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1717, 18 de Maio de 1915, p.2: “Os navios da marinha hespanhola Rio de la Plata e España que hontem, pela tarde, entraram no Tejo, conservam-se ali, em frente da Rocha do Conde d’Obidos, chegados á outra margem, Pela manha veio juntar-se a essas unidades o torpedeiro nº 3 que fundeou á frente dos couraçados”. Segundo o jornal A.B.C., o Governo espanhol enviou quatro navios a Lisboa. No entanto, o Torpedeiro nº 5 não chegou a entrar no estuário do Tejo, como previsto, no dia 17. Este vaso de guerra ficou retido em Huelva para reabastecimento, e só a seguir dirigir-se-ia para Lisboa mas não chegou a fazê-lo (as fontes não são especificas a descrever o motivo pelo qual se verificou a ausência deste vaso de guerra). (V. A.B.C., Madrid, Ano XI, nº 3621, 19 de Maio de 1915, p. 14). Os navios espanhóis permaneceram por Lisboa pelo menos até ao dia 24 de Maio, quando o couraçado *España* e o torpedeiro nº 3 partiram. (V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1723, 24 de Maio de 1915, p.2).

⁶⁴⁹ A entrada da esquadra espanhola foi comunicado, por uma nota oficiosa, à imprensa: “O sr. ministro de Espanha fez ao governo, com a devida antecedência, a comunicação de que hoje, pelas 12 horas, entrara no Tejo uma esquadra daquele país, composta de três unidades. Tal facto, habitual em todos os momentos de comoção interna em qualquer país, corresponde ao exercício dos deveres de protecção que todos os povos devem aos seus nacionais. A entrada dos navios espanhóis será anunciada com as costumadas salvas [...]” (*O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5332, 17 de Maio de 1915, p.1).

⁶⁵⁰ Castro, Joaquim Pereira Pimenta de, *op. cit.*, p.47: “Da legação de Espanha perguntam-me pelo telephone se eu não era sabedor da anarchia que lavrara pela cidade, e se não tomava providencias. Desde da véspera que o ministério se considerava demitido; e as autoridades, que acaso se interessassem pela ordem, não tinham força para a manter”

⁶⁵¹ V. Torre Gómez, Hipólito de la, *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal e Espanha, 1913-1919*, Lisboa, Estampa, 1980, p.158.

Dato. Não era intenção sua e muito menos do rei D. Afonso XIII intervir em Portugal⁶⁵².

Parece significativo o teor de um telegrama da Legação de Madrid enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros Português a 21 de Maio (de uma entrevista que fez com o presidente do Conselho de Ministros espanhol). Augusto de Vasconcelos, cônsul português em Madrid, trouxe a garantia de que aquele País continuaria a trabalhar na mais estreita amizade com Portugal⁶⁵³. No entanto, segundo Hipólito de la Torre Gómez, haveria uma outra justificação para a presença daqueles navios na costa portuguesa: a pretensão de pôr ordem no País vizinho e o temor de que o foco revolucionário português se propagasse para Espanha. Assim, como esperava o Governo espanhol, a presença dos navios espanhóis permitiu evitar o alastramento da revolta⁶⁵⁴, tal como o confirmou Machado Santos: a presença dos navios espanhóis foi o

⁶⁵² *El Globe*, Madrid, Ano XLI, nº 13610, 15 de Maio de 1915, p.1: “–Nosotros – prosiguió diciendo el presidente – hemos examinado la situación por que atreviesa nuestro vecino país, y claro que, á pesar de las consecuencias que hasta ahora pudimos deducir, no vemos necesidad alguna de adoptar actitudes que pudean alarmar á nadie. Somo enemigos de las ingerências en otras naciones cuando violentamente ventilan sus pleitos, y sólo permaneceremos atentos para en caso de precisión impedir que se atropelen los intereses y vidas de nuestros compatriotas en aquella nacion. Nosotros estamos prevenidos sempre para auxiliar á los españoles que puedan ser atropellados en Portugal; pero actualmente no nos consideremos en este caso. [...] El presidente insisto en que no habia propósito por parte del Governo que preside, de intervenir en estos sucesos, porque, afortunadamente, no nos vemos esa necesidad”; *El Imparcial*, Madrid, Ano XLIX, nº17334, 17 de Maio de 1915, p.1: “El sr. Dato dijo a los periodistas que hoy llegará a Lisboa el ancorizado «Espana», que lleva el encargo de proteger nuestra Legacion y los intereses de nuestros compatriotas, si fuera necessário, aunque se espera – añadía – que cuando el barco llegue haya renacido la tranquilidad. «Es posible – dijo el Sr. Dato – que vaya algun otro barco de guerra de los que se encuentran en Galicia. Esto depende del caracter que ofrezca el movimiento revolucionário.”.

⁶⁵³ Telegrama da Legação em Madrid para o M.N.E., 21 de Maio de 1915, in *Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Relações Políticas com a Espanha (1914 – 1917)*, Armário 8, Maço 35: “Oficiosamente oferecem quaisquer serviços que o couraçado espanhol possa prestar auxílio ao governo português transmissão de despachos por telegrafia sem fios ou outros serviços análogos. Oferecimento feito nos termos mais amigáveis e que lhe seria muito agradável ver utilizado. Entrevista com o Conde de Romanones igualmente de pleno entendimento. Nenhuma complicação nos mira de Espanha”.

⁶⁵⁴ V. Torre Gómez, Hipólito de la, *op. cit.*, p. 159.

suficiente para apaziguar as paixões políticas, pois “bastou o anuncio da sua vinda [da esquadra] para que se restabelecesse, como por encanto, o sossego na cidade”⁶⁵⁵.

O temor da intervenção espanhola serviria, aos próprios revolucionários, para focar a sua obra. Sá Cardoso, como se viu antes, ao anunciar da varanda da Câmara Municipal a vitória da Revolução, disse que “Portugal corre risco de perder a sua independência, se a população não cumprir serenamente o seu dever e não entrar na mais estrita ordem”⁶⁵⁶. A independência de Portugal estava ameaçada? D. Manuel II suspeitava que sim⁶⁵⁷. Os políticos republicanos suspeitavam do perigo, e por isso apressaram a formar Governo⁶⁵⁸. Magalhães Lima anuiu, contra a sua decisão inicial, participar no Executivo, uma vez que “a situação era delicadíssima. Uma esquadilha espanhola havia entrado à barra, não com intenções pacífica, mas pelo contrario, hostis”⁶⁵⁹.

Não era, de todo, essa a intenção do Governo Espanhol, como o dissemos anteriormente, embora na imprensa espanhola os acontecimentos em Portugal e a decisão do Executivo deste tenham suscitado, durante aqueles dias, muito debate. A imprensa ultramontana (e germanófila), a título de exemplo, declarou que havia chegado o momento em que a decomposição de Portugal parecia confirmar-se finalmente: “Portugal es una nacion muerta y a la que, por tanto, ningún régimen, ningún sistema, ningún partido ni hombre pueden ya salvar”⁶⁶⁰. Era uma nação sem lugar, destinada a desaparecer, segundo o que esta profetizava desde há muito tempo. Os liberais, pelo contrário, defendiam a presença dos navios espanhóis em Portugal como uma medida preventiva:

“Para nosotros, españoles, es motivode tranquilidad saber que ondea en aguas del Tajo la bandera española, y en nuestros barcos vemos la major garantia de seguridad, no sólo

⁶⁵⁵ V. Santos, António Maria de Azevedo Machado, *op. cit.*, p. 97

⁶⁵⁶ V. *O Século*, Ano XXXV, nº12009, 16 de Maio de 1915, p.2.

⁶⁵⁷ Cabral, Costa, *Cartas d’el rei...*, cit., p. 199. “A situação terrível e escapamos a uma intervenção estrangeira por uma unha negra. A Hespanha queria-a: a Inglaterra imepdio-a”

⁶⁵⁸ V. Torre Gómez, Hipólito de la, *op. cit.*, p. 159.

⁶⁵⁹ V. Lima, Magalhães, *Episódios da Minha Vida*, Vol. I, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1985, p. 257.

⁶⁶⁰ *El Siglo Futuro*, Madrid, Ano IX, 2ª época, nº 2491, 18 de Maio de 1915.

para la vida y los intereses de nuestros nacionales, sino también contra la ingerencia e intervención en los asuntos portugueses de cualquier otra nación que no sea España”⁶⁶¹

Em contrapartida, o *El Globo* lamentou a situação portuguesa⁶⁶², mas exigiu o pagamento das indemnizações, por parte do Governo português, das injúrias que tivessem sido feitas contra os seus nacionais⁶⁶³. Em pólo oposto, a imprensa republicana espanhola mostrou-se desagradada contra qualquer sugestão hostil contra Portugal. O jornal *El Paiz* disse: “La intervención es una necesidad y un crimen [...] Vamos á intervenir para restaurar la monarquía? Sólo para restablecer el orden, que en 1909 se perturbó aquí mas que ahora en Portugal? Vamos á conquistar? No se trata más que de hacer el oso, pero que con esas tonterías se daña la causa del iberismo, porque se contribuye á hacernos odiosos en Portugal. Intervenir España y unirse todos los portugueses contra los españoles [...]”⁶⁶⁴. E advertia: “Es una torpe medida de gobierno la de enviar el España á aguas de Portugal. [...] Cuidado, que por ahi puede romperse esa neutralidade de la que há hecho el Gobierno del Sr. Dato su piel de Zapa”⁶⁶⁵. Podemos notar que a opinião pública em Espanha ficou dividida relativamente aos acontecimentos em Portugal.

Independentemente disso, segundo Hipólito de la Torre Gómez, a atitude investida por parte do gabinete de Madrid foi de máxima prudência e delicadeza por Portugal (nenhum intento hostil se pôde verificar nem durante nem depois dos acontecimentos revolucionários de 14 de Maio), compatíveis de acudir à protecção da colónia, mitigar os efeitos revolucionários e afirmar, claro está, num gesto eminentemente político, o interesse ou a prudência da Espanha nos assuntos

⁶⁶¹ *El Imparcial*, Madrid, Ano XLIX, nº 17331, 18 de Maio de 1915, p.1.

⁶⁶² V. *El Globe*, Madrid, Ano XLI, nº 13613, 18 de Maio de 1915, p.1.

⁶⁶³ *Ibidem*, nº 13612, 17 de Maio de 1915, p.1: “Portugal, el Estado portugués, el Gobierno portugués, están obligados material y moralmente a dar satisfacciones amplias y completas á España, y á indemnizar los daños sufridos por nuestros nacionales. [...] Lo que no pude hacer ni Portugal no outra nación alguna es damnificar los intereses españoles, menoscabar la soberania de España. Y no dar explicaciones, no indemnizar los daños sufridos por súbditos españoles en tierra lusitana, es menoscabar la soberania española. [...] Al Gobierno español compete, con energia mesurada que no puede calificarse de agresiva, defender á nuestros nacionales en la desconcierto del desconcertado do viver português”.

⁶⁶⁴ *El Pais*, Madrid, Ano XXIX, nº10107, 17 de Maio de 1915, p.1.

⁶⁶⁵ *Ibidem*, , nº10107, 17 de Maio de 1915, p.1.

Peninsulares⁶⁶⁶. E, longe de se deixar arrastar pela anglofobia da propaganda pró-germânica, reafirmou uma vez mais a já tradicional orientação externa de marchar de acordo com a Inglaterra (os Britânicos, bem como os Franceses, fizeram-se representar em Portugal⁶⁶⁷) nos assuntos Ibéricos⁶⁶⁸.

No entanto, a presença estrangeira (em particular a espanhola) não deixaria de suscitar alguns comentários na imprensa nacional, principalmente após declarações proferidas por Vazquez de Mella (político espanhol germanófilo)⁶⁶⁹. Essas declarações, em conjunto com a questão dos navios espanhóis, acabaram por suscitar um reforço da campanha intervencionistas por parte dos *democráticos*. *O Século*, como fez *A Capital*⁶⁷⁰, adiantou que “[...] ali existe, no fundo da alma de cada homem, a aspiração ambiciosa de criar, á nossa custa, uma grande nacionalidade ibérica. Este sonho imperialista é comum a todo o hespanhol [...]”. E continua “a aspiração ambiciosa que dorme agachada no coração de todo o hespanhol, aparece alvoraçada e viva [...] com o 14 de Maio sucedeu isto”. A Espanha, por ambição, esteve perto da intervenção. “ Para que ela não se dê jamais, precisamos tratar a sério e com o mais escrupuloso cuidado da nossa situação internacional e da nossa situação militar”⁶⁷¹. Assim gritavam os *democráticos*, apontando o caminho da intervenção como a única garantia da independência nacional contra o *Perigo Espanhol*.

⁶⁶⁶ V. Torre Gómez, Hipólito de la, *op. cit.*, p. 161.

⁶⁶⁷ O Reino Unido e a França fizeram-se representar pelos os seus próprios navios de guerra, com a justificação de virem proteger os seus nacionais (a mesma usada por Espanha). *O Século*, no dia 21 de Maio, dava a notícia da entrada no estuário do Tejo do navio inglês *Caeser*. V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12014, 21 de Maio de 1915, p.1. E, respectivamente, *O Mundo*, no dia 22 de Maio, dava a notícia da entrada no rio Tejo do navio francês *Dupetit Thourars*. V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5337, 22 de Maio de 1915, p.1. Mas para alguns, como Machado Santos ou o general Pimenta de Castro, a presença daqueles navios supor-se-ia uma só coisa: a aprovação à Revolução triunfante, por parte dos Governos desses duas Nações. V. Santos, António Maria de Azevedo Machado, *op. cit.*, p.97; Castro, Joaquim Pereira Pimenta de, *op. cit.*, p. 59.

⁶⁶⁸ V. Torre Gómez, Hipólito de la, *op. cit.*, p. 161.

⁶⁶⁹ Vazquez de Mello realizou no teatro de Zarzuela, em Madrid, uma conferência defendendo a neutralidade de Espanha perante a Grande Guerra. Mas em contrapartida, *A Capital* denunciou essa conferência como uma apologia à intervenção espanhola na Guerra (ao lado do Império Alemão). Acabava por ser, segundo o mesmo, mais um incentivo à intervenção espanhola em Portugal (sinal de alarme). V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1731, 1 de Junho de 1915, p.1.

⁶⁷⁰ *Ibidem*, nº 1733, 3 de Junho de 1915, p.1.

⁶⁷¹ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº12029, 5 de Junho de 1915, p.1.

5.6 – As Reuniões do Congresso da República de 27 e 29 de Maio de 1915

O Parlamento reabriu como previsto no dia 27 de Maio. A esta sessão parlamentar não compareceram os *evolucionistas* e apenas apareceram três deputados *unionistas* por não terem renunciado aos seus mandatos⁶⁷². Assim, esta reunião do Congresso da República foi, mais uma vez, uma reunião familiar exclusivamente *democrática* à qual o seu líder Afonso Costa, por questões familiares, não pôde comparecer. A sessão, na Câmara dos Deputados, começou, como previsto, com a leitura da acta da sessão parlamentar anterior. Seguindo-se, perante os deputados, a leitura do programa político do Governo, por José de Castro. Na competência como chefe do Executivo saído da Revolução, José de Castro pediu aos deputados a sua colaboração na realização do programa político que apresentou⁶⁷³, dando ainda a conhecer o pedido de demissão de Manuel de Arriaga.

⁶⁷² Brito Camacho anunciou, nas páginas d'*A Lucta*, a presença no Parlamento dos três deputados *unionistas* que não tinham renunciado aos seus mandatos . V. *A Lucta*, Lisboa, Ano X, nº3388, 26 de Maio de 1915, p.1. Os referenciados deputados compareceram no Parlamento, ao contrário dos *evolucionistas* que se abstiveram de comparecer, como se pôde constatar pelos diários de ambas as Câmaras. (V. *Diário da Câmara dos Deputados*, 154ª Sessão Ordinária (ampliada), 27 de Maio de 1915, p.3; *Diário do Senado*, Sessão nº 152, 27 de Maio de 1915, p. 2).

⁶⁷³ *Ibidem*, p.8: “A constituição do Ministério a que tenho a honra de presidir derivou de facto e circunstâncias que estão na memória de todos. Depois da queda do Ministério Azevedo Coutinho nomeou o Sr. Presidente da Republica o Ministério Pimenta de Castro, com o intuito de executar certas e determinadas medidas. Não realizou este Ministério nenhuma das aspirações do país, e por isso o seu procedimento alevantou contra ele a opinião, determinado a sua saída do poder e conduzindo o Sr. Presidente da República à constituição dum Ministério nacional com a participação dos partidos da República e com um programa definido que consiste essencialmente na defesa da República, na normalização da vida constitucional e em presidir imparcialmente às eleições.[...] Para a efectivação do seu programa, carece o Governo do patriótico concurso do Parlamento e por este motivo o convocou, solicitando os meios necessários para a anulação dos decretos do Governo anterior, realização do acto eleitoral e ainda para lhe serem concedidos as autorizações a que se referem os projectos de lei que vão ser apresentados ao Parlamento. O Governo traz ao Parlamento uma proposta de lei eleitoral tornada necessária em virtude da nulidade dos decretos eleitorais do Governo transacto e ainda por não existirem disposições legais que indiquem a forma de se proceder à eleição dos membros do Senado. [...] A proposta, além dos fins indicados, coloca o Governo numa situação de completa imparcialidade em face dos partidos, permitindo que o país exprima com toda a liberdade, a sua opinião e os seus desejos.

Por parte do PRP, em substituição de Afonso Costa, tomou a palavra Alexandre Braga, ao congratular a reabertura do Congresso da República, que “representa o restabelecimento da normalidade constitucional, abalada, embora passageiramente, pela ditadura de torpeza e de ignominia, que capitulou e foi derruída no dia [...] 14 de Maio corrente”. Alexandre Braga defendeu, hipocritamente, que o carácter “e as aspirações desse movimento denunciaram e bem acentuadamente que ele não é a obra de nenhum partido, mas é sobretudo e caracterizadamente um movimento nacional e republicano [...] porque o dia 14 de Maio não tem um nome partidário; não se chama nem Afonso Costa, nem democratismo, chama-se sóbria e gloriosamente: a República”⁶⁷⁴. Depois, saudou todos aqueles que pegaram em armas contra o Governo deposto⁶⁷⁵. Por fim, depois de lidas todas estas declarações que fez, expôs a determinação do seu Partido em apoiar o Governo naquilo que fosse necessário.

O primeiro projecto de lei apresentado, na Câmara dos Deputados, pelo deputado Pereira Vitorino, impunha o afastamento dos funcionários públicos e militares que não dessem uma completa garantia da sua adesão à República⁶⁷⁶. Sendo aprovado esse projecto de lei, por ambas as Câmaras do Congresso da República⁶⁷⁷, passou-se à discussão da nova lei eleitoral, apresentada pelo Governo, na Câmara dos Deputados, que acabou, no final, por ser aprovada no Senado e na Câmara dos Deputados⁶⁷⁸.

A lei eleitoral foi publicada em *Diário do Governo*, no dia 1 de Junho de 1915⁶⁷⁹, adiando as eleições para o dia 13 de Junho (a alteração da data seria alvo de um veto por parte dos antigos membros da Junta Constitucional por estar em desacordo com aquilo que tinham defendido⁶⁸⁰)⁶⁸¹. Esta lei eleitoral, de acordo com Nuno

Nenhuma intervenção o Governo quere ter no acto eleitoral e usará de todos os meios legais para que ele se efectue com a mais completa e perfeita liberdade em relação a todos os partidos. [...]”.

⁶⁷⁴ *Ibidem*, pp. 6-7.

⁶⁷⁵ *Ibidem*.

⁶⁷⁶ *Ibidem*, p. 10.

⁶⁷⁷ V. *Diário do Senado*, Sessão nº 152, 27 de Maio de 1915, pp. 9-11.

⁶⁷⁸ V. *Diário da Câmara dos Deputados*, 154ª Sessão Ordinária (ampliada), 27 de Maio de 1915, pp. 11-18; *Ibidem*, pp. 11-17.

⁶⁷⁹ Lei nº 314, *Diário de Governo*, série I, nº 102, 1 de Junho de 1915.

⁶⁸⁰ V. *Diário da Câmara dos Deputados*, 154ª Sessão Ordinária (ampliada), 27 de Maio de 1915, pp. 21-22.

Severino Teixeira, recuperava os mesmos princípios das leis eleitorais de 1911 e 1913, com sucintas alterações: preservava o sufrágio capacitaria, mas outorgava o direito de voto aos militares; os círculos eleitorais (cerca de 51 círculos ao total) não sofreram alterações de grandes consequências políticas; e o número de eleitores aumentou ligeiramente⁶⁸².

Ainda na sessão do dia 27 de Maio, seriam ainda aprovados mais dois projectos de lei: o primeiro circunscrevia-se ao pagamento urgente dos salários dos Professores Universitários⁶⁸³; o segundo – e mais importante – projecto lei, apresentado pelo deputado Domingos Leite Pereira, autorizava o Governo a anular, suspender ou modificar todos os decretos e despachos expedidos por qualquer um dos Ministérios anteriores. Deste modo, por autorização especial do Poder Legislativo, o Governo passava a ter poder para anular todos os decretos promulgados pelo Ministério do general Pimenta de Castro. Assim, notando-se a importância deste projecto, o mesmo foi aprovado de imediato sem grande oposição⁶⁸⁴. Em consequência desta autorização especial dada pelo Poder Legislativo, ainda nesse dia foi republicado, em *Diário de Governo*, o decreto que tinha sido publicado anteriormente, confirmando a anulação de todos os decretos do Governo deposto⁶⁸⁵. No final da sessão parlamentar, na Câmara dos Deputados, marcou-se para o dia 29 de Maio uma nova convocatória do Congresso da República para se proceder à eleição presidencial do substituto de Manuel de Arriaga.

⁶⁸¹ O deputado António Fonseca propôs a mudança do acto eleitoral do dia 6 para o dia 13 de Junho. Justificando “a falta de tempo para os preparativos eleitorais, embora todos os partidos tenham tido tempo de sobra para realizar esses preparativos. Acho também, conveniente adiar por alguns dias o acto eleitoral, porque de contrário o Diário do Governo, com a lei eleitoral, não poderia chegar às ilhas adjacentes a tempo de se realizarem as eleições. Só no dia 6 há vapor para as ilhas, - e por isso não chegaria ali, a tempo, a nova lei eleitoral. O adiamento é, apenas, duma semana. Portanto não pode causar nenhuma perturbação política [...]” (*Ibidem*, pp. 12-13).

⁶⁸² Teixeira, Nuno Severino, *op. cit.*, p. 314. Cf. Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Vol. XI: *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 418.

⁶⁸³ V. *Diário da Câmara dos Deputados*, 154ª Sessão Ordinária (ampliada), 27 de Maio de 1915, pp.18-19.

⁶⁸⁴ *Ibidem*, p. 19. Este projecto de lei saiu, mais tarde, num suplemento do *Diário do Governo*. V. Lei nº 317, *Diário do Governo*, Série I, nº 106, 5 de Junho de 1915.

⁶⁸⁵ V. Decreto nº 1578, *Diário de Governo*, Série I, nº 99, 27 de Junho de 1915.

Como esperado, a 29 de Maio, dois dias depois, o Congresso da República voltou a reunir-se para proceder à eleição do substituto de Manuel de Arriaga. Mas antes de se proceder à eleição, na Câmara dos Deputados, ainda se debateu mais alguns projectos de lei: o 1.º projecto de lei, apresentado pelo deputado Augusto José Viera, complementou o projecto de lei do deputado Pereira Vitorino⁶⁸⁶; o 2.º projecto de lei, apresentado pelo Ministro da Justiça (Paulo Falcão), que se consistiu numa amnistia a todos os crimes, delitos e transgressões realizados durante o movimento revolucionário⁶⁸⁷; o 3.º e último projecto de lei, apresentado pelo deputado Domingos Pereira, vinha reformular, pela segunda vez, o projecto de lei do deputado Pereira Vitorino⁶⁸⁸. Todos estes projectos de lei foram aprovados pela Câmara dos Deputados como pelo Senado.

Por volta das 17 horas, os deputados e os senadores reuniram-se, em conjunto, para proceder à eleição do substituto de Manuel de Arriaga. Perante estes, Correia Barreto leu uma mensagem de Manuel de Arriaga, onde este explicava os motivos pelos quais queria abandonar o poder⁶⁸⁹. Apesar de ter permanecido no activo, após a Revolução⁶⁹⁰, a sua vontade era abandonar o poder logo no dia 16⁶⁹¹. Nesta última mensagem que direccionou ao Congresso da República não deixou de justificar a formação do Ministério extrapartidário do general Pimenta de Castro: como uma medida de excepção para apaziguar as paixões sectárias. Ainda justificou a conduta do Governo por ter sido “levado pela força das circunstâncias e estimulado pela opinião pública” e, além disso, “o Governo tinha a seu favor as salutantes disposições da lei de

⁶⁸⁶ V. *Diário da Câmara dos Deputados*, 155ª Sessão Ordinária (ampliada), 29 de Maio de 1915, p. 3.

⁶⁸⁷ *Ibidem*, pp. 4-7. Este projecto de lei foi publicando no dia 5 de Junho de 1915 em *Diário de Governo*. V. Lei n.º 316, *Diário do Governo*, série I, n.º 106, 5 de Junho de 1915. De acordo com António José de Telo, na prática, esta lei fez com que ninguém fosse condenado por crimes praticados entre 14 e 20 de Maio, quando a capital mergulhou no caos. V. Telo, António José, *Primeira Republica I – Do Sonho à Realidade*, Vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 2010, p. 326

⁶⁸⁸ V. *Diário da Câmara dos Deputados*, 155ª Sessão Ordinária (ampliada), 29 de Maio de 1915, pp 7-8.

⁶⁸⁹ V. *Diário do Congresso da República*, 15.ª Sessão Ordinária (ampliada), 29 de Maio de 1915, pp. 4-5.

⁶⁹⁰ A intervenção do ministro Britânico impediu o afastamento imediato de Manuel de Arriaga: “O ministro da Inglaterra disse que não tocassem no velho porque isso implicava um novo reconhecimento [internacional]” (Santos, António Maria de Azevedo Machado, *op. cit.*, p. 89).

⁶⁹¹ Manuel de Arriaga dirigiu uma carta a José de Castro lhe dando a conhecer a sua vontade de abandonar as suas funções. V. Peyrelongue, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e, *Na primeira Presidência da República...*, cit., pp.152-154.

8 de Agosto de 1914”⁶⁹². Em contrapartida, como fundamentou na carta ao Parlamento, não se quis opor às primeiras medidas “ditatoriais” do Governo:

“É certo que não apos resistência às primeiras medidas da invocada ditadura, e, se o não o fiz, foi porque receava abrir um conflito com um Governo que conseguira solidarizar o exército e o povo sob a égide da República [...]. Se se abrisse nova crise, mais uma vez me acharia a braços com dificuldades insuperáveis para constituir Ministério que conciliasse todas as opiniões”⁶⁹³.

Manuel de Arriaga mostrou, com estas palavras, uma atitude conciliadora. Porém, de forma geral, os políticos não perceberam as suas intenções. Contudo, se o tivessem feito ter-se-iam evitado grandes males “duma revolução para se derrubar um Governo, quando, posso asseverar, se se recorresse pelas vias legais à minha intervenção para pôr cobro à marcha que a chamada ditadura ia levando, eu não hesitaria dois minutos à reclamação formal da opinião pública, [...]”⁶⁹⁴. No fim, pediu para que fosse eleito um substituído que concluísse, por ele, o seu mandato.

Após terminar a leitura da sua carta, seguiu-se a votação da sua renúncia, embora o deputado *unionista* Aresto Branco tivesse proposto uma diligência junto de Manuel de Arriaga, para tentar demovê-lo da sua decisão. Esta proposta acabou recusada pelos *democráticos*. Como não houvesse mais contratempos passou-se à votação, sendo aceite a sua renúncia⁶⁹⁵. A seguir fez-se o escrutínio para a eleição presidencial, com os seguintes resultados: 98 votos para Teófilo Braga, 1 voto para Duarte Leite Pereira e 3 votos em branco. Teófilo Braga foi eleito⁶⁹⁶. Rapidamente se organizou uma delegação (Bernardino Machado, Nunes Godinho e Pereira Vitorino) para ir buscar Teófilo Braga. Por volta das 19 horas, este deu entrada no Parlamento, para tomar posse da presidência. De seguida, pediu a Correia Barreto para ler a sua

⁶⁹² V. *Diário do Congresso da República*, 15.^a Sessão Ordinária (ampliada), 29 de Maio de 1915, pp. 4-5

⁶⁹³ *Ibidem*.

⁶⁹⁴ *Ibidem*

⁶⁹⁵ *Ibidem*, pp. 5-6.

⁶⁹⁶ *Ibidem*, p.7: “Entraram na urna cento e duas listas, número exacto dos votantes, não tendo, pois, que preceder a nova votação. O Sr. Dr. Joaquim Teófilo Braga obteve 98 votos; o Sr. Dr. Duarte Leite Pereira da Silva, obteve um voto. Houve três listas em branco. Está, pois, eleito Presidente da Republica, por 98 votos, o cidadão Dr. Joaquim Teófilo Braga”.

mensagem ao Congresso⁶⁹⁷. No final do dia, seguiu para Belém para assumir oficialmente as suas funções. Ali, ainda nessa noite, recebeu José de Castro, que lhe vinha apresentar a demissão colectiva do Executivo. Teófilo Braga acabaria por recusar o pedido de demissão⁶⁹⁸.

Na manhã do dia seguinte, *O Mundo*, em grande destaque na 1.^a página, apelidava a escolha de Teófilo Braga como um acto triunfal: “Viva a República! O dr. Teófilo Braga é eleito Presidente da República Portuguesa. Após o compromisso, realizado com grande solemnidade, entusiásticas manifestações populares aclamam o nome do venerado democrata”⁶⁹⁹. A eleição de Teófilo Braga, na opinião de muitos republicanos, significava mais um sucesso no caminho para uma *Vida Nova*⁷⁰⁰. Se, por um lado, Teófilo era aclamado, por outro, Manuel de Arriaga era admoestado pel’*A Capital*, no dia 30 de Maio, pelos conteúdos da sua carta lida no Congresso da República⁷⁰¹. Sobre a mesma carta, Brito Camacho, nas colunas d’*A Lucta*, não descurou em comentar algumas das passagens, que foram lidas no Parlamento, com as quais discordava⁷⁰².

5.7 – As Eleições de 13 de Junho de 1915

Aprovada a lei eleitoral no Congresso da República, o Partido Republicano Português foi o primeiro grupo político a tomar posição na luta eleitoral, sendo o único Partido republicano que se mostrou disponível, logo no começo, a disputar as eleições – como grande vencedor da Revolução de 14 de Maio não receava a luta eleitoral. Contudo, os outros Partidos republicanos não se deixaram ficar para trás. Pela pena de

⁶⁹⁷ *Ibidem*, p. 7-8.

⁶⁹⁸ *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5345, 30 de Maio de 1915, p. 2: “Seguidamente o sr. dr. José de Castro apresentou ao presidente da Republica o pedido de demissão colectiva do actual gabinete. O sr. dr. Teófilo Braga declarou não aceitar tal pedido, pois que tinha muita honra e muito prazer em confirmar ao ministério a confiança política que o país lhe dera no dia glorioso do movimento revolucionário”.

⁶⁹⁹ *Ibidem*, nº 5345, 30 de Maio de 1915, p.1.

⁷⁰⁰ *Ibidem*, nº 5346, 31 de Maio de 1915, p.1: “A Revolução de 14 de Maio impôs á politica e aos políticos uma nova vida. [...] A nação precisa de viver exclusivamente com a Republica e de se apoiar exclusivamente nos republicanos que sincera, desinteressada e lealmente a servem. [...] É necessário nova vida, bem republicana, patriótica, desinteressada, mas sempre enérgica”.

⁷⁰¹ V. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1729, 30 de Maio de 1915, p.1

⁷⁰² V. *A Lucta*, Lisboa, Ano X, nº 3395, 2 de Junho de 1915, p.1.

Brito Camacho, a União Republicana comunicou a sua entrada na corrida eleitoral⁷⁰³. De igual modo, o Partido Republicano Evolucionista também anunciou a sua participação no escrutínio através de uma nota política publicada no seu órgão de imprensa, o jornal *República*⁷⁰⁴. No artigo intitulado “*Eleições!*” publicado no jornal *República*, António José de Almeida reiterou o que já tinha sido dito antes, mas agora reforça: “o Partido Evolucionista vai disputar as eleições”⁷⁰⁵. Seguido o exemplo dos Partidos republicanos, mas fora desse campo, os socialistas⁷⁰⁶ e os católicos⁷⁰⁷ dispuseram também a participar.

Os dias que antecederam o escrutínio foram assinalados por constantes actos acusatórios entre as forças políticas que o disputavam. Assim, os *unionistas* não se pouparam em condenações contra o Governo por andar a favorecer os *democráticos*⁷⁰⁸. Por isso, e por causa do abstencionismo, Brito Camacho apelou incessantemente ao voto do eleitorado (a sua grande bandeira eleitoral)⁷⁰⁹. Ainda do lado moderado, os *evolucionistas*, totalmente convictos do seu *estatuto de vencidos*, apresentaram-se sozinho na luta eleitoral (sem combinações nem acordos)⁷¹⁰. Mas faziam essa participação em condições muito deploráveis: a nível interno, viam-se traídos⁷¹¹; a nível

⁷⁰³ V. *A Lucta*, Lisboa, Ano X, nº 3393, 31 de Maio de 1915, p.1: “O Congresso da União Republicana foi resolvido, sem discrepância de um voto, que o partido concorresse às urnas nas próximas eleições geraes”

⁷⁰⁴ V. *República*, Lisboa, Ano V, nº1574, 30 de Maio de 1915, p.1: “O Partido Republicano Evolucionista deliberou disputar o sufrágio popular nas próximas eleições, concorrendo às urnas absolutamente separado de todos os partidos e agrupamentos políticos. [...] Nessa conformidade convida desde já todos os seus filiados a que se congreguem para a luta, empregando todo os meios devidos para que o acto, que vão realizar, redunde em prestígio da Pátria e engrandecimento da República, que o mesmo partido servirá sempre, atravez dos mais rudes sacrificios e por entre os mais árduos combates”.

⁷⁰⁵ V. *República*, Lisboa, Ano V, nº1575, 31 de Maio de 1915, p.1.

⁷⁰⁶ V. *A Voz do Povo*, Porto, Ano IX, nº 412, 30 de Maio de 1915, p.1.

⁷⁰⁷ V. *Echos do Minho*, Braga, Ano V, nº 698, 8 de Junho de 1915, p.1: “O Centro Catholico de Braga resolveu concorrer independente ás próximas eleições. Catholicos: É chegada o momento de, perante as urnas, cumprirdes o vosso dever cidadão e patriótico! A urna pelos nossos deputados e senador!”.

⁷⁰⁸ *Ibidem*, nº 3393, 31 de Maio de 1915, p.1.

⁷⁰⁹ V. *A Lucta*, Lisboa, Ano X, nº 3393, 31 de Maio de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 3398, 5 de Junho de 1915, p. 1; *Ibidem*, nº 3400, 7 de Junho de 1915, p.1; *Ibidem*, nº 3403, 10 de Junho de 1915, p.1

⁷¹⁰ V. “*Nota officiosa da Junta Central*” in *Republica*, Lisboa, Ano V, nº 1581, 8 de Junho de 1915, p.1.

⁷¹¹ *Ibidem*, nº 1581, 8 de Junho de 1915, p.1.

externo, os seus correligionários fiéis eram perseguidos na Província⁷¹². No dia 10 de Junho, o jornal *República* publicou mais um artigo de António José de Almeida, intitulado por “*Princípios!*”, no qual reconhecia que o Partido Republicano Evolucionista mantinha intacta a sua força moral, “essa aumentou e de tal maneira que se impôs, pela constância e pela coerência, ao país inteiro e até ao estrangeiro”, mas a sua força política ficou severamente abalada por causa da Revolução: o líder *evolucionista* acusou os *democráticos* de serem favorecidos pelo Governo e de prejudicarem o Partido Republicano Evolucionista⁷¹³.

Muito pelo contrário, o PRP não se deixou levar pelas acusações dos seus adversários. Assim, *O Mundo*, órgão de imprensa *democrático*, ironicamente, ridicularizou a oposição (por falta de credibilidade nos seus argumentos)⁷¹⁴; e, defendendo o Governo afirmou: “o governo tem assistido aos preparativos da luta eleitoral com o mais alto espírito de imparcialidade, [...] Não foi apresentado nenhum acto concreto que mostre a sua parcialidade. As instruções que tem dado às autoridades administrativas são terminantemente claras”. Rematando a sua argumentação, arrogantemente, os *democráticos* reclamam a sua força política do seu programa partidário, sem pedirem vantagens ao Governo, “[...] mas não é o governo que lhe oferece vantagens de qualquer espécie”, e muito menos recorrerem a processos de captação ou coisas do género⁷¹⁵.

Por outro lado, perante a luta eleitoral, o Governo manteve-se completamente imparcial. Por causa desse motivo se justificou o afastamento do governador civil de Coimbra, por não aplicar correctamente o programa do Governo (em relação às eleições) no distrito de Coimbra (desenvolvera uma política de carácter independente naquele distrito); esse afastamento foi denunciado por António José de Almeida, como um acto de favorecimento aos *democráticos*⁷¹⁶. No mesmo seguimento, o Governo

⁷¹² V. “*Atmosfera Terrorista*” in *Ibidem*, nº 1584, 11 de Junho de 1915, p.1.

⁷¹³ *Ibidem*, nº 1584, 10 de Junho de 1915, p.1. Transcrito em Almeida, António José de, *op. cit.*, pp. 217 - 221.

⁷¹⁴ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº5359, 13 de Junho de 1915, p.1.

⁷¹⁵ *Ibidem*, nº5359, 13 de Junho de 1915, p.1.

⁷¹⁶ V. “*Princípios!*” in *República*, Lisboa, Ano V, nº 1585, 10 de Junho de 1915, p.1: “O governador civil de Coimbra, sr. dr. Carlos Barata, que é independente, conciliador e de uma honorabilidade perfeita,

prende, sem culpa formulada, supostos agitadores (alegado uma questão de ordem pública)⁷¹⁷; prisões que foram denunciadas, posteriormente, pelo jornal *República* (órgão *evolucionista*)⁷¹⁸. Ainda durante aqueles dias, o Governo deportou para os Açores o general Pimenta de Castro e os seus companheiros (partiram de Lisboa no dia 11 de Junho para Ponta Delgada a bordo do *Aviso Cinco de Outubro*)⁷¹⁹, com a justificação de que não passava de uma medida de excepção para garantir a segurança daqueles cidadãos⁷²⁰. Em contrapartida, António José de Almeida não reconhecia nenhuma validade naquela medida do Executivo e denunciava o degredo como sendo um crime de lesa-Pátria⁷²¹.

Disposto isto, as eleições decorreram, como esperado no dia 13 de Junho, sob uma *atmosfera de terror*. Num total de 6 milhões de habitantes em Portugal, em 1915, apenas 282387 eleitores votaram, num total de 471557 recenseados⁷²². Só em Lisboa, cuja população, rondava os 400 mil habitantes, apenas 22876 eleitores votaram, num total de 56390 recenseados⁷²³. O resultado foi o que se esperava: uma vitória esmagadora do PRP. A maioria Democrática estendia-se às duas Câmaras do Parlamento: 106 deputados e 45 senadores contra 57 deputados e 24 senadores da oposição: 26 deputados e 9 senadores *evolucionistas*; 15 deputados e 11 senadores *unionistas*; 2 deputados e 3 senadores independentes; 2 deputados socialistas, designados e estreitamente ligados ao Partido Republicano Português; e o facto novo e significativo na vida política da I República: 1 deputado e 1 senador católico⁷²⁴. O PRP

esteve lá meia dúzia de dias, porque o democratismo local correu-o dessa terra essencialmente evolucionista, para arranjar outro que lhe fizesse o jogo”.

⁷¹⁷ V. Silva, Cesar da, *A Revolução de 14 de Maio...*, cit., pp. 111-112.

⁷¹⁸ V. *República*, Ano V, nº 1588, 13 de Junho de 1915, p.1.

⁷¹⁹ V. Silva, Cesar da, *op. cit.*, p. 111.

⁷²⁰ Cf. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5359, 13 de Junho de 1915, p.1.

⁷²¹ Cf. “*Em nome da liberdade! Em nome da Constituição*” in *República*, Lisboa, Ano V, nº 1587, 12 de Junho de 1915, p.1

⁷²² Cf. *Censo Eleitoral da Metrópole (Câmaras Legislativas). Dados referentes ao Regime Absoluta, ao Regime Monárquico Constitucional e ao Regime Republicano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916, pp. 44, 46, 56. A. H. de Oliveira Marques constatou que o nível de abstenção manteve-se alto em todas as eleições, sem excepção. V. Marques. A. H. de Oliveira, *A I Republica Portuguesa ...*, cit., pp. 145- 146.

⁷²³ *Censo Eleitoral da Metrópole (Câmaras Legislativas)...*, cit., p. 104.

⁷²⁴ Teixeira, Nuno Severino, *op. cit.*, p. 308.

assegurou, com a estas eleições do 13 de Junho, uma maioria de dois terços na Câmara dos Deputados e uma maioria absoluta no Senado⁷²⁵.

A vitória dos *democráticos* se originou a partir da corrupção eleitoral e da violência, em associação com o facto destes terem herdado grande parte da máquina organizativa do antigo PRP e das redes sociopolíticas republicanas históricas (disseminadas por todo o território nacional) e importantes notabilidades e redes sociopolíticas monárquicas antigas⁷²⁶, por isso, declararam ser a força partidária hegemónica dentro do regime republicano⁷²⁷, a única com capacidade de mobilização em todo o território nacional⁷²⁸; por oposição aos restantes Partido republicanos que nunca dispuseram de uma organização a nível nacional⁷²⁹. Desse modo, só que agora sem parceria rotativa (contrastando com o rotativismo monárquico), os *democráticos* passaram a fabricar sozinhos os actos eleitorais (ganharam cinco das seis eleições parlamentares a que concorreram durante a I República)⁷³⁰.

⁷²⁵ V. Serrão, João Bonifácio, “Do 5 de Outubro ao 28 de Maio de 1915. A instabilidade permanente” in Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. III, Lisboa, Alfa, 1990, p. 50.

⁷²⁶ V. Leal, Ernesto Castro, *Partidos e Programas o Campo Partidário Republicano Português 1910 – 1926*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008, p. 44.

⁷²⁷ O sistema político-partidário português organizou-se, no decorrer da I República, em *multipartidarismo imperfeito ou de partido Dominante*. Cf. Sousa, Marcelo Rebelo de, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p.173. V. tb. Lopes, Fernando Farelo, “Um Regime Parlamentarista de Partido Dominante”, in Reis, António (dir.), *op. cit.*, pp. 85-100; Leal, Ernesto Castro, *Ibidem*, p. 45; Valente, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo ...*, cit., p. 186.

⁷²⁸ V. Leal, Ernesto Castro, “Partidos e Grupos Políticos na I República” in *História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, dirigida por João Medina, Vol. XIII, Lisboa, Ediclube, 1993, p. 373.

⁷²⁹ Rui Ramos destacou, em traços muitos gerais, que as bases de apoio dos Partidos republicanos moderados diferenciavam-se consoante a zona de origem dos seus líderes: a União Republicana tinha preferencialmente a sua base de apoio social no sul do País; enquanto o Partido Republicano Evolucionista ficava-se pelo norte. No entanto, por bloqueio dos *democráticos*, nunca nenhum destes Partidos conseguiu obter uma grande representação a nível nacional. V. Ramos, Rui (coord.), *op. cit.*, p. 429.

⁷³⁰ V. Rosas, Fernando, *Portugal no Século XX (1890 -1976) ..*, cit., p.44. V. tb. Lopes, Fernando Farelo, *Poder e Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994; *Idem*, *Clientelismo, «crise de participação» e deslegitimação na I República*, *Análise Social*, Vol. XXVI (III), 1991 (2º), pp. 401-415.

A vitória do PRP – para grande júbilo d’*O Mundo*⁷³¹, foi fruto de uma elevada abstenção eleitoral. Os jornais da época, principalmente os da oposição republicana, apontavam os seguintes motivos para a elevada abstenção verificada: a falta de intervenção por parte das classes conservadoras a favor dos Partidos republicanos moderados⁷³² e, como salientou o jornal *República*, o *clima de terror* que se vivia em Portugal⁷³³. Estes argumentos seriam, mais uma vez, secundarizados pelos *democráticos*⁷³⁴ e por Afonso Costa:

“Fala-se em abstenção. É um erro dizer que o eleitorado se absteve. Nem mesmo em Lisboa podemos dizer isso com rigor. A abstenção só tem significado politico quando representa o abandono deliberado das urnas, por afastamento dos partidos. Mas a falta de voto de um ou de outro partidário nosso aqui em Lisboa só tem esta significação: a certeza que todos tinham da nossa vitoria, de que nem os nossos adversários duvidaram um só instante, não tendo nenhum dos outros partidos disputado em Lisboa as maiorias”⁷³⁵.

Fora do campo republicano, as outras forças político-partidárias (o Partido Socialista Português e os católicos), com as eleições de 13 de Junho, passaram a ter maior visibilidade política no novo Congresso da República (ambas as forças conseguiriam eleger um número razoável de deputados e, por parte dos católicos, conseguiram a eleição de um senador); o que satisfiz ambas as forças: os católicos

⁷³¹ *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5360, 14 de Junho de 1915, p.1

⁷³² V. *A Lucta*, Lisboa, Ano X, nº 3408, 15 de Junho de 1915, p.1.

⁷³³ V. *República*, Lisboa, Ano V, nº 1590, 15 de Junho de 1915, p.1

⁷³⁴ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5301, 15 de Junho de 1915, p.1

⁷³⁵ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12039, 15 de Junho de 1915, p.1.

salientam o resultado obtido⁷³⁶, enquanto os socialistas primaram pelo seu reforço eleitoral⁷³⁷.

5.8 –A Demissão do Governo

A demissão do Gabinete sob a presidência de José de Castro, era mais do que expectável após a realização das eleições. No entanto, a crise ministerial, desde o princípio do mês de Junho, vinha-se agravando. Particularmente após as declarações feitas no dia 1 de Junho ao *Século*, por parte Fernandes Costa, o ministro da Marinha, por divergência na condução das políticas governamentais⁷³⁸. A *Capital* apressou-se a acusá-lo de traidor após estas declarações⁷³⁹.

O ministro acabou por abandonar as suas funções, após recusar a dar a sua assinatura, necessária à promulgação das leis de separação dos funcionários públicos e militares (por causa das divergência que tinha sobre a sua aplicação)⁷⁴⁰. No entanto, esta situação acabaria por se agravar porque não era só este que se recusava a prescrevê-las, outros ministros faziam o mesmo⁷⁴¹. No dia 14 de Junho, a crise ministerial atingiu o

⁷³⁶ Echos do Minho, Braga, Ano V, nº 705, 17 de Junho de 1915, p.1: ““Nas eleições do passado domingo, o Centro Catholico não foi vencido, pois nem sequer luctou. Não luctou porque não estava organizado. O que houve foi que uma pequeníssima fracção das suas immensas forças, fracção em que apenas havia um esboço de organização, atirou-se para lucta, á última hora, n’um brioso impulso de entusiasmo, e dos cinco candidatos que apresentou e por quem luctou, fez eleger, pelo menos, dois. E para que os outros três não triumphassem, apesar da impreparação, da falta de unidade [...], foi necessário que os nosso adversários recorressem á trapaça, ao roubo despudorado [...]”.

⁷³⁷ V. A Voz do Povo, Porto, Ano IX, nº 416, 27 de Junho de 1915, p.2: “[...] ultimas eleições se não foram uma victoria estrondosa para o Partido Socialista, foram comtudo uma affirmação de vitalidade muito significativa, o que a imprensa burgueza reconheceu, ainda que por diversos modos. [...] As eleições que veem de se realizar devem servir de estimulo, para todos os nossos companheiros, porque o Partido Socialista sahiu d’essas eleições mais forte e mais robustecido [...]”. V. tb. O Facho, Beja, Ano I, nº 23, 20 de Junho de 1915, p.1.

⁷³⁸ V. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12025, 1 de Junho de 1915, p.1: “A impressão geral, pelo menos que eu tenho recolhido, é de que a politica do governo é democrática e eu não quero, repito, que quem quer que seja me confunda n’essa política”.

⁷³⁹ Cf. *A Capital*, Lisboa, Ano V, nº 1732, 2 de Junho de 1915, p.1.

⁷⁴⁰ V. *República*, Lisboa, Ano V, nº 1583, 8 de Junho de 1915, p.1.

⁷⁴¹ V. *O Mundo*, Lisboa, Ano XV, nº 5301, 15 de Maio de 1915, p.1.

ponto de ruptura, já que o Governo pedia a sua demissão colectiva a Teófilo Braga⁷⁴², como justificava na nota oficiosa que fez circular:

“O conselho de ministros, reunido esta tarde, julgando haver cumprido o mandato que recebeu; tanto em matéria de ordem como pelo que respeita ao acto eleitoral, e considerando que as eleições gerais realizadas, como foram, com toda a liberdade são a indicação constitucional necessária á constituição de um novo ministério, resolveu apresentar a demissão colectiva do gabinete. Ainda foi assinada a nomeação do seu presidente do ministério para assumir interinamente as pastas da marinha e da instrução, em vista da ausência do ministro da marinha, sr. dr. Fernandes Costa, desde o dia 7 do corrente, e da doença repentina do ministro da instrução, o sr Magalhães Lima. Em seguida ao conselho, o sr. presidente do ministério dirigiu-se ao paço de Belém a dar conhecimento ao sr presidente da Republica das deliberações do conselho, rogando a s. ex^a a substituição imediata do ministério”⁷⁴³.

A nomeação interina de José de Castro para as pastas da Marinha e do Interior⁷⁴⁴ ocorreu apenas para que fossem promulgadas as leis de separação dos funcionários públicos e militares⁷⁴⁵. Após a sua promulgação, em *Diário do Governo*, o Executivo seria dissolvido por Teófilo Braga⁷⁴⁶.

⁷⁴² Cf. *O Século*, Lisboa, Ano XXXV, nº 12039, 15 de Junho de 1915, p.1.

⁷⁴³ *Ibidem*, nº 12039, 15 de Junho de 1915, p.1.

⁷⁴⁴ V. *Diário do Governo*, série II, nº 136, 15 de Junho de 1915.

⁷⁴⁵ V. Leis nº 319, 320 e 321, *Ibidem*, Série I, nº 114, 16 de Junho de 1915.

⁷⁴⁶ V. *Ibidem*, Série II, nº 140, 19 de Junho de 1915.

Conclusão

Da Câmara Municipal de Lisboa, que cinco anos antes serviu de local para o anúncio da implantação da República por José Relvas, seguindo o seu exemplo, Sá Cardoso, no dia 15 de Maio, comunicou à população da cidade de Lisboa a *reimplantação da República*. Um momento histórico que ficou na memória, para muitos, como o momento solene que marcou o triunfo do movimento revolucionário mais violento na história da I República: a Revolução de 14 de Maio de 1915. Esse levantamento revolucionária foi produzido para suprimir a “*Afrontosa Ditadura*” do general Pimenta de Castro, porque o seu Executivo se tornara na primeira tentativa conservadora, durante a vigência da I República, de reverter o controlo do Partido Republicano Português (*Partido Democrático*) sobre o Congresso da República e as instituições governamentais, que vinha tendo desde a Revolução de 5 de Outubro de 1910.

Seria esse Partido, que após o encerramento do Parlamento no dia 4 de Março (associando-se à publicação da lei eleitoral do referenciado Governo), que começou com a preparação da Revolução, cuja organização cedeu a uma Junta Revolucionária (António Maria da Silva, Álvaro de Castro, Sá Cardoso, Norton de Matos e Freitas Ribeiro). A referenciada Junta, com total liberdade de acção dentro do Partido Republicano Português, dispôs-se de todos os meios necessários para a preparação da insurreição: António Maria da Silva mobilizou para o movimento os civis (a maioria eram membros da ilegal “*Formiga Branca*”), Freitas Ribeiro organizou os efectivos da Marinha (abrangendo cabos e as praças (principalmente), mas também algumas altas patentes) e Álvaro de Castro conseguiu obter apoios dentro da corporação militar de Lisboa e, com a colaboração de António Maria da Silva, organizou as células revolucionárias fora de Lisboa (Porto e Província). Assim se criou, em muito pouco tempo, uma estrutura revolucionária composta por juntas e comités espalhados pelo território nacional.

Com todos os preparativos terminados (apesar dos imprevistos de último instante), e definido o programa político do movimento (disposto em dois documentos importantes: *A Proclamação da Junta Revolucionária* e *O Manifesto Revolucionário da*

Junta Constitucional), a Revolução fez-se, em Lisboa, pelas 3 horas da madrugada do dia 14 de Maio, com a revolta dos navios de guerra fundeados no rio Tejo, sob o comando de Leote do Rego. Durante quase 10 horas seguidas decorreram violentos confrontos em três palcos principais: Arsenal da Marinha, Quartel dos Marinheiros e Museu-Militar de Lisboa (embora tenham havido mais combates em outras zonas de Lisboa e na Margem Sul). Mas, após várias horas de luta intensa, chegando a um consenso entre ambas as partes, assinou-se um armistício entre o Governo do general Pimenta de Castro e os revolucionários, pondo termo – pelo menos no dia 14 – aos combates. Enquanto isso, fora de Lisboa, ocorriam outros eventos de carácter revolucionário em cidades como o Porto, Santarém ou Portalegre; que vieram a consolidar o movimento a nível nacional.

De acordo com o historiador Damião Peres, o êxito do levantamento revolucionário tão-somente foi possível graças à combatividade demonstrada pelos revolucionários em contraposição à passividade apresentada pelo Governo do general Pimenta de Castro⁷⁴⁷. A mesma ideia ficou também assente nas palavras de Júlio Dantas: “caracterizou-se [o movimento] pela organização segura e pela execução firme e rigorosa dos planos de ataque [por parte dos revolucionários], a que correspondeu, por parte do governo, a uma notável falta de coordenação, de sinergia e de nitidez nos planos de defesa. O êxito deveu-se, na máxima parte, ao entusiasmo e á bravura dos marinheiros e do povo. [...] Os soldados revolucionários sabiam bem por que se batiam: pela República e pelo seu código fundamental violado. Os soldados governamentais limitaram-se a cumprir, com nobreza mas sem convicção, o dever de se bater”⁷⁴⁸.

Precipitando-se a queda do Governo do General, formou-se um “Governo Nacional” presidido por João Chagas (sendo depois substituído por José de Castro), com um programa político imposto pela movimento, tinha como missão principal presidir imparcialmente às eleições e restabelecer nos seus antigos lugares os republicanos que tinham sido afastados (correligionários de Afonso Costa na sua maioria). A partir daqui, com as acções do Governo, associando-se ainda ao distanciamento dos Partidos moderados em relação à situação política nacional, os *democráticos* readquiriram, mais uma vez, o controlo sobre a máquina político-

⁷⁴⁷ V. Peres, Damião, *História de Portugal. Edição Monumental comemorativa ...*, cit., p. 97.

⁷⁴⁸ V. *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, Série II, nº 483, 24 de Maio de 1915, p. 641.

administrativa do Estado. O que significou o regresso, novamente, do Partido Republicano Português ao domínio do jogo político nacional. No essencial, foi a ambição – sem limites – desse Partido o principal motivo para os acontecimentos revolucionários da madrugada de 14 de Maio. Ou seja, Afonso Costa e os seus apoiantes em nenhuma circunstância aceitaram – nem aceitariam – ser arredados do poder e muito menos desaparecer como força política hegemónica (perpetuação da *ditadura parlamentar dos democráticos*)⁷⁴⁹. Assim, de acordo com o historiador Douglas L. Wheeler, o estratagema político empreendido pelos *afonsistas* teria como principal fim fazer voltar os seus militantes, pela via revolucionária, ao domínio do aparelho político-administrativa do Estado e a partir desse ponto à chefia da máquina eleitoral para as eleições de 13 de Junho⁷⁵⁰. Enquanto Bruno Marçal afirmou que a Revolução de 14 de Maio de 1915 mais não foi do que a expressão do “instinto de sobrevivência e a consciência de que o Partido Republicano Português (Partido Democrático), em 1915, continuava a ser, genericamente, uma minoria urbana, que os impelia a usar de todos os expedientes, lícitos ou ilícitos [violência e perseguições contra os seus adversários], para evitarem ser apeados da máquina político-administrativa do Estado, num momento em que, era para todos evidente que, quem conseguisse dominar o aparelho estatal, com toda a sua rede de influências, e assegurar uma maioria parlamentar, num regime em que vigorava a supremacia do poder legislativo, sem qualquer freio constitucional que o incomodasse, ficava em condições de assegurar a sua eternização do poder”⁷⁵¹.

Assim se compreende os acontecimentos ocorridos em Lisboa, durante os três dias e as três noites em que durou a Revolução, quando se instalou o *terror revolucionário*, depois de a assinatura do armistício a 14 de Maio (situação que só se acalmou com a entrada de uma frota naval espanhola no rio Tejo). Numa carta ao tenente-coronel Simas Machado, Artur Jorge Guimarães, membro do Partido

⁷⁴⁹ V. “A «ditadura» do Partido Democrático” in Rosas, Fernando, *Portugal Século XX (1890-1976): Pensamento e Acção Política – Ensaio Histórico*, Lisboa, Notícias, 2004, pp.39-44. V. tb. Ramos, Rui, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Monteiro, Nuno Gonçalo, *Historia de Portugal*, (coord. Rui Ramos), 1ª edição, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 595; Marques, A. H. de Oliveira, *A 1ª República Portuguesa. Para uma Visão Estrutural*, Lisboa, Livros Horizonte, 1970, p. 149; Wheeler, Douglas L., *A primeira Republica Portuguesa e a História*, Análise Social, vol. XIV (56), 1978-4.º, pp. 865-872.

⁷⁵⁰ Cf. Wheeler, Douglas L., *op. cit.*, p. 139

⁷⁵¹ V. Marçal, Bruno José Navarro Marçal, *op. cit.*, p. 254.

Republicano Evolucionista (como o tenente-coronel Simas Machado), testemunhou, em primeira pessoa, os acossamentos cometidos pelos apoiantes de Afonso Costa; porque foi um dos visados por essas perseguições que ocorreram em Lisboa durante a Revolução⁷⁵². Se em Lisboa foi assim, na Província, de modo geral, não foi muito diferente: registaram-se vários ataques contra republicanos *evolucionistas* e monárquicos, embora o Governo de José de Castro (João Chagas) tenha tomado medidas para conter a violência mas na prática poucos efeitos tiveram.

Assim se demonstrou a impossibilidade de pacificar a sociedade portuguesa, enquanto as paixões políticas persistirem: a Revolução acabou por agravar os confrontos entre facções, e a luta eleitoral piorou ainda mais a situação. Depois de votada a nova lei eleitoral, que alterou o dia do sufrágio para 13 de Junho, pelo Congresso da Republica durante a sessão de 27 de Maio (nessa mesma sessão parlamentar foi concedida uma autorização especial ao Governo para anular todos os decretos promulgadas pelo Executivo deposto); dois dias depois – reunindo-se novamente o Parlamento – foi eleito Teófilo Braga para a presidência da República (substituindo Manuel de Arriaga).

Promulgando-se a nova lei eleitoral do Governo de José de Castro (João Chagas), iniciar-se-iam, a partir desse momento, as campanhas eleitorais, envolvendo todos os agrupamentos políticos, à excepção dos monárquicos (a sua força ficou severamente afectada com os eventos revolucionários), que participavam no sufrágio. Deste modo, os dias que antecederam o escrutínio foram de intensas actividades eleitorais: as forças políticas participantes viram-se envolvidas em várias polémicas, devido à troca de acusações entre os Partidos republicanos moderados (a União Republicana e o Partido Republicano Evolucionista) e o Partido Republicano Português. Os moderados, por um lado, acusavam os *afonsistas* de beneficiarem do apoio do Governo e de perseguirem os seus correligionários e, por outro, apelavam à luta

⁷⁵² No dia 18 de Maio de 1915, Artur Jorge Guimarães escreveu ao tenente-coronel Simas Machado, a dar-lhe conta das perseguições de que estava a ser alvo por parte dos apoiantes de Afonso Costa. Alertado por um amigo próximo, o medo foi tão grande que Artur Guimarães fuge de casa. Na carta informa Simas Machado do seu afastamento da política activa e, em conjunto, envia as chaves do Centro Republicano Evolucionista. V. *Carta de Artur Jorge Guimarães para Simas Machado* in *Cartas Portuguesas* (<http://cartasportuguesas.blogspot.com>), de 13 de Junho de 2008.

eleitoral contra a abstenção. Do lado apostado, os *democráticos* defendiam-se dessas acusações, e ao Governo.

Com isso, e em conjunto, no dia 11 de Junho, a dois dias da realização da realização do sufrágio, o Executivo deportava para os Açores: Pimenta de Castro, Machado Santos, vice-almirante Xavier de Brito e Goulart de Medeiros. Dois dias depois, a 13 de Junho, a vitória, como esperado, foi para o Partido Republicano Português (obtendo uma maioria de dois terços na Câmara dos Deputados e uma maioria absoluta no Senado). Este resultado foi criado, sem dúvidas aparentes, pela burla eleitoral (os *democráticos* controlavam a máquina eleitoral), pela violência (sentia-se ainda os efeitos da Revolução) e pela abstenção política (uma das mais elevadas durante a I República). Depois de finalizado o acto eleitoral, o Executivo de José de Castro (João Chagas) dissolveu-se para dar lugar a um novo Ministério que realçasse as novas cores políticas do Congresso da República.

Posto isto, a nova “situação” ditou, subsequentemente, o retorno às políticas intervencionistas com vista à entrada de Portugal na Grande Guerra⁷⁵³, de forma a assegurar dois fins distintos, mas fundamentais: assegurar a manutenção da herança colonial portuguesa, impendido que fosse usado como uma peça negociada entre as grandes potências; reforçar o jovem regime republicano, fragilizado pela indiferença geral da população, pela hostilidade dos monárquicos e dos católicos e por querelas intermináveis entre os três Partidos do regime e outras facções menores (união de todos os republicanos em torno do novo regime)⁷⁵⁴. Sendo que a participação de Portugal na Grande Guerra era entendida como uma necessidade nacional, segundo os intervencionistas. Porém seria de prever que a conquista do poder, pelo Partido Republicano Português, não fosse suficiente para assegurar uma entrada imediata na Guerra, sem o apoio da Grã-Bretanha (a posição britânica mantinha-se inalterada)⁷⁵⁵.

⁷⁵³ Rosas, Fernando, *Lisboa Revolucionária...*, cit., p. 46.

⁷⁵⁴ V. Rosas, Fernando, Rollo, M.^a Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2010, p.268.

⁷⁵⁵ V. Telo, António José, *op. cit.*, p. 327: “A partir do Momento em que Pimenta de Castro é derrubado, o centro das atenções volta a ser a posição perante a guerra. A Inglaterra insiste que não deseja a beligerância portuguesa e que, se Portugal declarar guerra à Alemanha, o fará por sua conta e risco, sem qualquer apoio do aliado”.

Os meses subsequentes, após as eleições legislativas, marcaram-se pela permanência em funções do novo Governo de José de Castro e pela eleição de Bernardino Machado para a presidência da República, em Agosto. Apenas em Novembro, José de Castro cederia a liderança do Executivo ao caudilho *democrático*, Afonso Costa⁷⁵⁶. No entanto, não ficou bem esclarecida a recusa de Afonso Costa em assumir mais cedo a liderança do Governo⁷⁵⁷, não chegando para tal os ferimentos recebidos pelo líder *democrático* na sequência de um acidente risível a bordo de um eléctrico em Lisboa, nos começos de Junho⁷⁵⁸. Com Afonso Costa à frente do seu segundo Gabinete, surgiu finalmente a oportunidade pela qual os intervencionistas ansiavam desde há muito tempo.

Londres informou Lisboa de que, devido à falta de navios mercantes e à campanha submarina alemã, os seus recursos seriam canalizados de forma a abastecer unicamente as necessidades comerciais britânicas e as dos outros beligerantes. A resposta portuguesa foi súbita: se Londres estivesse de acordo, e se emitisse um convite em nome da aliança entre os dois Países, Portugal assenhorar-se-ia dos navios mercantes alemães ancorados em águas nacionais desde o começo da Guerra⁷⁵⁹. A resposta Britânica não se fez esperar: o *Foreign Office* emitiu esse convite, invocando em nome da aliança, a apreensão, por parte de Portugal, dos navios alemães⁷⁶⁰. Sem delongas, e como esperado, o Governo *afonsista* assenhorou-se dos navios alemães, após a publicação do decreto n.º 2229 de 24 de Fevereiro de 1916⁷⁶¹. Por parte do Império

⁷⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 329.

⁷⁵⁷ Segundo David Ferreira, o Partido Republicano Português e o seu líder, Afonso Costa, ter-se-iam recusado a formar Governo (mais cedo) por pretenderem congregar os outros Partidos republicanos, através de um “Governo Nacional”, nos seus projectos intervencionistas. (Ferreira, David, *História Política da Primeira...*, Vol. II (1915-1917), cit., p. 33).

⁷⁵⁸ V. Rosas, Fernando, Rollo, M.ª Fernanda (coord.), *op. cit.*, p. 274.

⁷⁵⁹ Idem, *Ibidem*.

⁷⁶⁰ Documento n.º 330 de 17 de Fevereiro de 1916 in *Negócios Estrangeiros: Documentos Apresentados ao Congresso da Republica em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros: Portugal no Conflito Europeu: 1ª parte: Negociações até à Declaração de Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920, p. 233.

⁷⁶¹ Decreto n.º 2229, *Diário do Governo*, série I, n.º 35, 24 de Fevereiro de 1916.

Alemão, o único acto esperado foi uma declaração oficial de guerra a 9 de Março de 1916⁷⁶².

⁷⁶² Documento nº 354 de 9 de Março de 1916 in *Negócios Estrangeiros: Documentos Apresentados ao Congresso da Republica*, cit., pp. 250-255.

Fontes e Bibliografia

1 – Fontes

1.1 – Arquivos Históricos

Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (A.M.N.E.).

Arquivo Histórico Militar (A.H.M.).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.): Fundo documental do Ministério do Interior.

Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Central (B.C.M. –A.C.)

Arquivo Histórico Parlamentar (A.H.P.): Arquivo João Pereira Bastos (A.J.P.B.)

1.2 – Imprensa

Oficiais

Diário do Governo (I e II séries)

Diário da Câmara dos Deputados

Diário do Senado

Diário do Congresso

Portugal

A Aurora (Porto), 1915, libertário

A Capital (Lisboa), 1915, republicano

A Lucta (Lisboa), 1915, republicano unionista

A Montanha (Porto), 1915, republicano democrático

A Serra (Porto), 1915, republicano democrático

A Voz do Operário (Lisboa), 1915, órgão dos manipuladores de tabaco, socialista

A Voz do Povo (Porto), 1915, socialista

Diário de Notícias (Lisboa), 1915, generalista

Echos do Minho (Braga), 1915, católico

Jornal da Noite (Lisboa), 1915, monárquico

Jornal de Notícias (Porto), 1915, generalista
O Construtor Civil (Porto), 1915, socialista
O Debate (Santarém), 1915, republicano democrático
O Facho (Beja), 1915, socialista
O Mundo (Lisboa), 1915, republicano democrático
O Paiz (Lisboa), 1915, republicano
O Povo (Lisboa), 1915, republicano
O Primeiro de Janeiro (Porto), 1915, generalista
O Século (Lisboa), 1915, generalista (republicano)
República (Lisboa), 1915, republicano evolucionista
Ilustração Portuguesa (Lisboa), 1915, generalista

Espanha

A.B.C (Madrid), 1915, monárquico conservador
El Globo (Madrid), 1915, monárquico liberal
El Pais (Madrid), 1915, republicano
El Siglo Futuro (Madrid), 1915, legitimista
El Imparcial (Madrid), 1915, conservador

Folhetos e revistas

Fora da Lei!, dir. Nunes, Herculano, Nunes, Hermano, 1.^a série (única), Lisboa, Abril-Maio de 1915.

Revista da Armada

1.3 – Fontes Impressas

14 de Maio por um contemporâneo. Imparcial bosquejo histórico dos acontecimentos ocorridos em Portugal no dia 14 de Maio de 1915 e seguintes. Queda do governo Pimenta de Castro (O), Porto, Tipografia Lusitânia, 1915

O 14 de Maio e a consolidação da República Portuguesa, prefácio de Magalhães Lima, Lisboa, Empresa de Publicações Populares, 1915

ALMEIDA, António José de, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, Vol. III, Lisboa, [s.a], 1933-1934

BRANDÃO, Raúl, *Vale de Josafat. Memórias*, Vol. III, Lisboa, perspectivas & realidades, 1988

BRITO, José Joaquim Xavier de, *O 14 de Maio verídico. Esboço, crítica e rectificações. Pontos nos ii*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1936

CABRAL, António, *As minhas memórias políticas em plena República. A catástrofe – Valeu a pena?...*, Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a, 1932

CABRAL, António, *Cartas d’el rei D. Manuel II*, Lisboa, Livr. Popular, 1933

Censo Eleitoral da Metrópole (Câmaras Legislativas). Dados referentes ao Regime Absoluta, ao Regime Monárquico Constitucional e ao Regime Republicano, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916

CÂNDIDO, Joaquim, *Memórias íntimas para o meu filho (1898 – 1925)*, Lisboa, Estudos de Castelo Branco, 1963

CASTRO, Gonçalo Pereira Pimenta de, *As minhas memórias – na metrópole e nas colónias*, Vol. I, Porto, Livraria Progredior, [s.d.]

CASTRO, Joaquim Pereira Pimenta de, *O Dictador e a Affrotosa Dictadura*, Weimar, Imp. Wagner G. Humboldt, 1915

CHAGAS, João, *A Ultima Crise. Commentários à situação da República Portuguesa*, Porto, Emp. Guedes, 1915

CHAGAS, João, *Diários*, Vol. II: 1915, 1916, 1917, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930

COSTA, Carlos Gomes da, *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa*, Lisboa, Francisco Franco, 1931

COSTA, Sousa, *Páginas de Sangue*, Lisboa, Liv. Editora Guimarães, 1939

GARÇÃO, Mayer; *A Ditadura e a Revolução. História dum crime punido pelo povo*, prefácio de José de Castro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915

LIMA, Magalhães, *Episódios da Minha Vida*, 2 volumes, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1985

LORENZO, Félix, *Portugal, cinco años de República. Impresiones de un periodista español*, Madrid, Est. Tip. de la Sociedad Editorial de España, 1915

MACHADO, Bernardino, *Contre la Dictature*, Lisboa, Tipografia – Casa Portuguesa, 1915

MARTINS, Francisco Rocha, *Pimenta de Castro, Ditador Democrático*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2009

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, Volume III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2005

MATOS, Sérgio Campos, Freitas, Joana Gaspar de (organização), *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004

MELLO, Teresa de Sousa Botello e, *Memórias da Condessa do Mangualde: Incursões Monárquicas 1910-1920*, Lisboa, Queztzal Editores, 2002

Negócios Estrangeiros: Documentos Apresentados ao Congresso da Republica em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros: Portugal no Conflito Europeu: 1ª parte: Negociações até à Declaração de Guerra, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920

PEREIRA, Cláudio, *História do 14 de Maio (Revolução portuguesa em 1915)*, Lisboa, Edição de Cláudio Pereira e M. Pinto Vieira, 1916

PEYRELONGUE, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e, *Na primeira Presidência da República Portuguesa, Um Rápido Relatório*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1916

PIMENTA, Alfredo, *A Questão Política Commentarios por Alfredo Pimenta*, Coimbra, França & Armenio Editores, 1915

SANTOS, João António Correia dos, *Subsídios para a História Política e Militar da Revolução de 14 de Maio de 1915*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1915

SANTOS, António Maria de Azevedo Machado, *A Ordem Pública e o 14 de Maio*, Lisboa, Lamas & Franklin, 1916

SEQUEIRA, Mont'Alverne, *Correspondência (1881-1930)*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1981

SILVA, António Maria da, *O Meu Depoimento – Da Monarquia a 5 de Outubro de 1910*, redigido em 1943, prefácio de José Magalhães Godinho, Lisboa, [s.d.]

SILVA, César da, *A Revolução de 14 de Maio*, Lisboa, João Romano Torres & C.^a – Editores, 1915

Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha – Relatórios apresentados à Comissão Central sobre os serviços prestados nos dias 14, 15 e 16 de Maio de 1915 em Lisboa e Porto, Lisboa, Casa Portuguesa, 1915

SOUSA, António Teixeira de, *Responsabilidade Históricas (Política Contemporânea)*, 2 volumes, Coimbra, França & Arsénio, 1917

2 – Obras de Referências

2.1 –Bibliografias

MARQUES, A.H. de Oliveira, *Guia de História da 1.ª República*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981.

2.2 – Dicionários, Enciclopédias

Dicionário de História da I Republica e do Republicanismo, (coord. Ana Paula Pires e Maria Fernanda Rollo), 3 Volumes, Lisboa, Assembleia da República, 2013-2014.

Dicionário de História de Portugal, (dir. Joel Serrão), 9 volumes, Porto, Livraria Figueirinhas, [s.d.].

Encyclopaedia Britannica, 30 volumes, Encyclopædia Britannica, Inc, Chicago, 1974.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 40 volumes, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, [s.d.].

MARQUES, A. H. de Oliveira; Guinote, Paulo; Mesquita, Pedro Teixeira; Dias, João José Alves, *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República, Porto, Afrontamento, 2000.

Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado, 5 volumes, Lisboa, Editorial Verbo, 1983-1997

Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 29 volumes, Lisboa, Verbo D.L., 1992

2.3 – Obras de carácter geral

FERRÃO, Carlos, *História da 1ª República*, Lisboa, Terra Livre, 1976.

FERREIRA, David, *História Política da Primeira República Portuguesa*, Vol. I e II, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal*, vol. VI, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, [Lisboa], Círculo de Leitores, 1994.

MEDINA, João (dir.), *História de Portugal. Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, dirigido por João Medina, Vol. XIII, Lisboa, Ediclube, 1993.

PERES, Damião (Dir.), *História de Portugal*, Edição Monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade, profusamente ilustrada e colaborada pelos mais iminentes historiadores e artistas portugueses, 8 volumes e Suplemento, Porto, Portucalense Editora, [s.d.].

RAMOS, Rui, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Monteiro, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, (coord. Rui Ramos), 1ª edição, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009

REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. III, Lisboa, Alfa, 1990

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. XI: *A Primeira República (1910-1926): história política, religiosa, militar e ultramarina*, Lisboa, Editora Verbo, 1989

SERRÃO, Joel e Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova Historia de Portugal*, vol. XI: *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991

WHEELER, Douglas L., *História política de Portugal 1910-1926*, Mem-Martins, Europa- América, [s.d.]

2.4 – Estudos contemporâneos

FRAGA, Luís Alves de, Samara, Maria Alice, *João Pereira Bastos – O Sonho de um Exército Republicano*, Lisboa, Assembleia da República, 2014

FRAGA, Luís Manuel Alves de, *O Fim da Ambiguidade: a Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*, 2ª. Edição, Lisboa, EDIUAL, 2012

FREIRE, João, *A marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*, Lisboa, Colibri, 2010

LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e Programas o Campo Partidário Republicano Português 1910 – 1926*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008

LOPES, Fernando Farelo, *Clientelismo, «crise de participação» e deslegitimação na I República*, *Análise Social*, Vol. XXVI (III), 1991 (2º)

LOPES, Fernando Farelo, *Poder e Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994

MALTEZ, José Adelino, *Tradição de Revolução. Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. II, Lisboa, Tribuna da História, 2004

MARÇAL, Bruno José Navarro, *Governo de Pimenta de Castro: Um General no Labirinto da I República*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea,

orientação de Ernesto Castro Leal, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A 1ª República Portuguesa. Para uma Visão Estrutural*, Lisboa, Livros Horizonte, 1970

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaio de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988

MARTINS, Luís Augusto Ferreira, *A Cooperação anglo-portuguesa na Grande Guerra de 1914/1918*, Lisboa, Serviços de Informação e Imprensa da Embaixada Britânica, 1942

NOVAIS, Noémia Malva, *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1919)*, Coimbra, Minerva, 2006

OLIVEIRA, Maurício de, *Armada Gloriosa – A Marinha de Guerra Portuguesa no Século XX (1900-1936)*, Lisboa, P.A.M. Pereira, 1936

OLIVEIRA, Maurício de, *Leote do Rego. No primeiro centenário de Nascimento de um Marinheiro Ilustre – reportagem de uma vida*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, 1967

OLIVEIRA, Maurício de, *Pereira da Silva: Oficial, Ministro, Doutrinador*, Lisboa, [s.n], 1968

PABÓN, Jesus, *Revolução Portuguesa*, Lisboa, Aster, 1951

PINTO, Paulo Mendes, *António Xavier Correia Barreto: Biografia de um presidente do Senado*, Lisboa, Assembleia da Republica, 2002

PINTO, Jaime Nogueira, *Nobre Povo, Os Anos da Republica*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010

- PROENÇA, Maira Cândida, *D. Manuel II*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2012
- RAMOS, Rui, Almeida, João Marques de (dir.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX-XX*, Lisboa, Cosmos, 2008
- RÊGO, Raul, *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Circulo de Leitores, 1987
- ROSAS, Fernando, *Lisboa Revolucionária: Roteiro dos Confrontos Armados no Século XX*, Lisboa, Tinta da Cinha, 2007
- ROSAS, Fernando, *Portugal Século XX (1890-1976): Pensamento e Acção Política – Ensaio Histórico*, Lisboa, Notícias, 2004
- ROSAS, Fernando, Rollo, M.^a Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2010
- SANTOS, Miguel António Dias, *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*, dissertação de Doutoramento em História Contemporânea, orientada por Amadeu Carvalho Homem, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009
- SERRA, João B. Matos, Luís Salgado de, «*Intervenções militares na vida política*», *Análise Social*, Vol. XVIII (3.º-4.º-5.º), Lisboa, 1982 (n.º 72-73-74)
- SILVA, Armando Malheiro, *Sidónio e o Sidonismo. História e Mito*, Vol. I, Braga, Universidade de Coimbra, 1997
- SILVA, Armando Malheiro da, Cordeiro, Carlos, Torgal, Luís Filipe, *Machado Santos O Intransigente da República (1875 – 1921)*, Lisboa, Parlamento da Republica, 2013
- SILVA, João Carlos Nascimento Santana da, *A «AFRONTOSA DITADURA», Pimenta de Castro entre Apoiantes e Detractores*, Dissertação de Mestrado em História

Contemporânea, orientação de Ernesto Castro Leal, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011

SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983

TEIXEIRA, Nuno Severino, *O Poder e a Guerra 1914 – 1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Estampa, 1996

TELO, António José, *Primeira Republica I – Do Sono à Realidade*, Vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 2010

TILLY, Charles, *As Revoluções Europeias: 1492- 1992*, Lisboa, Presença, 1996

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal e Espanha, 1913-1919*, Lisboa, Estampa, 1980

VALENTE, Vasco Pulido, *Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)*, *Análise social*, vol.. xxvii (115), 1992 (1.º), 7-63, p. 37.

VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*, Lisboa, D. Quixote, 1976

VALENTE, Vasco Pulido, *Portugal – Ensaios de História e de Política*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2009

VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal: 1897-1910*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

VENTURA, António, *A Marinha de Guerra Portuguesa e a Maçonaria*, Lisboa, Nova Veja e Autor, 2013

WHEELER, Douglas L., *A Primeira Republica Portuguesa e a História*, *Análise Social*, vol. XIV (56), 1978-4.º